

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

MARIA LÍGIA FREIRE GUILHERME

**OS DISCURSOS SOBRE A IDENTIDADE DE SUJEITOS TRANS EM
TEXTOS *ONLINE*: NEUTRALIZAÇÃO, ENQUADRAMENTO E
RELAÇÕES DIALÓGICAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CURITIBA
2017

MARIA LÍGIA FREIRE GUILHERME

**OS DISCURSOS SOBRE A IDENTIDADE DE SUJEITOS TRANS EM
TEXTOS *ONLINE*: NEUTRALIZAÇÃO, ENQUADRAMENTO E
RELAÇÕES DIALÓGICAS**

Dissertação de Mestrado apresentado no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) para fins de qualificação.

Orientadora: Profa. Dra. Nívea Rohling

CURITIBA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G956d
2017

Guilherme, Maria Lígia Freire

Os discursos sobre a identidade de sujeitos trans em textos online : neutralização, enquadramento e relações dialógicas / Maria Lígia Freire Guilherme.-- Curitiba, PR : 2017.

201 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Curitiba, 2017.

Bibliografia: f. 173-184.

1. Brasil – Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016. 2. Pessoas transgênero – Identidade. 3. Identidade de gênero. 4. Análise do diálogo. 5. Transexuais – Estatuto legal, leis, etc. 6. Pessoas transgênero – Condições sociais. 7. Identidade de gênero – Aspectos sociais – Brasil. 8. Minorias sexuais – Direitos civis. 9. Personalidade (Direito). 10. Nomes pessoais – Legislação. 11. Linguagem e línguas – Dissertações. I.Rohling, Nívea, orient. II.Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. III. Título.

CDD: Ed. 23. – 400



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 011

A Dissertação de Mestrado intitulada OS DISCURSOS SOBRE A IDENTIDADE DE SUJEITOS TRANS EM TEXTOS *ONLINE*: NEUTRALIZAÇÃO, ENQUADRAMENTO E RELAÇÕES DIALÓGICAS, defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) Maria Lígia Freire Guilherme, no dia 07 de dezembro de 2017, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração Linguagem e Tecnologia, e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Nívea Rohling - Presidente - UTFPR

Profa. Dra. Maria de Lourdes Rossi Remenche - UTFPR

Prof. Dr. Rodrigo Acosta Pereira - UFSC

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

Curitiba, 07 de dezembro de 2017.

Carimbo e Assinatura do(a) Coordenador(a) do Programa

Às mulheres (trans, travestis, transexuais, cis, pretas,
brancas, amarelas, gordas, magras, mães, lésbicas,
bissexuais, heterossexuais e tantas outras mais).

AGRADECIMENTOS

Os dois últimos anos foram anos muito difíceis. Desde que entrei no curso de mestrado, presenciei (eu e todos nós) o desmonte de programas sociais, a aprovação de medidas que preveem congelamento de investimentos públicos por vinte anos, a reforma do ensino médio – excluindo a obrigatoriedade do ensino de artes, filosofia e sociologia –, assisti ao ataque violento à categoria docente e à classe trabalhadora, a política de perseguição aos povos indígenas, violência contra mulheres, inúmeros casos de feminicídio, homofobia, transfobia, reformas trabalhistas e da previdência, censura à obras e exposições artísticas. Além disso, vi ser questionada pela Justiça a medida do Conselho Federal de Psicologia que proíbe práticas de tratamento e reversão da homossexualidade, autorizando a “cura gay”, e também um parecer do Ministério Público que julgou absurdo o pedido de retificação de nome social de uma pessoa trans. E, antecipando a reação-resposta de vocês que poderiam se perguntar de que forma esses eventos interferiram no desenvolvimento desta pesquisa, respondo: esses acontecimentos compõem o contexto social em que eu, pesquisadora, existo. Esse contexto me afeta profundamente, especialmente considerando a escolha que fiz com esta dissertação: voltar meu olhar (privilegiado de mulher cis e branca) a um grupo invisibilizado até mesmo dentro da comunidade LGBTI, a população trans.

Feita essa retomada – que mais parece um desabafo escapando pelas beiradas deste gênero – dou início aos meus agradecimentos. Agradeço, primeiramente, à resistência das populações trans e LGBTI. Espero que o futuro seja de dias melhores e que esta pesquisa possa gerar, de alguma forma, inteligibilidades positivas à luta.

Em seguida, agradeço à parceria da minha tão querida orientadora, Nívea Rohling, que desde o início encarou desbravar esse caminho dos estudos sobre o movimento trans e a identidade social, sempre me puxando de volta para o terreno da linguagem. Obrigada pelas leituras atentas e intensas, pelos diálogos constantes e por me ensinar a ver o mundo com olhos bakhtinianos. Muito obrigada, este trabalho não existiria sem você.

Agradeço imensamente (e antecipadamente) à professora Maria de Lourdes Rossi Remenche e ao professor Rodrigo Acosta Pereira pela disponibilidade e pelo olhar carinhoso para minha pesquisa. Suas considerações na banca de qualificação foram decisivas para a delimitação deste trabalho final. Muito obrigada!

Agradeço ao meu maior companheiro e incentivador, meu marido Rafael. Meu amor, juntos construímos uma família, um lar e um porto seguro para onde sempre podemos voltar.

Obrigada por todo amor e por nossa vida de aprendizados constantes. Agradeço pela acolhida e por todo carinho da família que ganhei aqui em Curitiba graças a você: meus sogros Dil e Robson, e minha cunhada/miga/irmã Pati. A vida aqui não seria a mesma sem vocês. Obrigada.

Agradeço a todo amor e incentivo da minha (grande) família, meus pais, avós, tios e primos (meus primeiros e tão amados amigos). Especialmente à minha mãe, Blenda e ao vô Hugo, que mesmo de longe sofrem e celebram junto comigo a cada pequena vitória. Mãe, reconheço todos os esforços e privações por que passou para que eu conseguisse ter uma educação de qualidade e uma vida plena, sou e serei eternamente grata a você. Espero que possa te dar muitos e muitos orgulhos mais. Obrigada!

Aos meus amigos espalhados por esse mundo afora que me ensinam diariamente estratégias de sobrevivência de saudades, eu amo vocês! Marcela, Pati, Izis e *babaquinhas*, viver não tem a mesma graça longe de vocês.

Ao Gabriel, pelos 15 anos de amizade, por tudo que passamos juntos e, especialmente, pelas trocas de leituras, referências e revisões fundamentais durante nossos mestrados (quase irmãos). Muito obrigada por sofrer comigo e por me ensinar tanto.

Às migas (mais do que migas, *friends*): Barbara, Claudia, Julia e Livia, obrigada por sempre estarem aqui. Que sigamos sempre juntas! À Mariana Marino, que além de tudo, foi meus ouvidos, meu espelho, minha revisora de notas de rodapé e uma das pessoas que mais me incentivou nesses dois anos, muito obrigada. À Gabriela pela amizade e parceria teórico-metodológica, pelas trocas intensas e por sempre acreditar em mim e me dizer “você consegue”, obrigada.

Aos meus colegas de trabalho, que se tornaram verdadeiros amigos e que fazem os meus dias de agonia laboral mais doces: Felipe, Gustavo e Nicolle. Obrigada.

Aos professores e amigos do PPGEL, que acompanharam o percurso muitas vezes sofrido, obrigada! Um carinho especial ao Rodrigo, a quem recorri tantas vezes nesses anos, pela disponibilidade, incentivo e carinho, obrigada.

Ao meu psicanalista, Fábio, por virar minha cabeça do avesso e, ao mesmo tempo, ajudar a mantê-la no lugar, rs.

A todos que contribuíram de alguma forma para a constituição de quem sou e, por consequência, para a elaboração deste trabalho: muito obrigada.

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, e sua expressão –, o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila dos nossos olhos. (BAKHTIN, 2015[1979])

GUILHERME, Maria Lígia Freire. **OS DISCURSOS SOBRE A IDENTIDADE DE SUJEITOS TRANS EM TEXTOS ONLINE: NEUTRALIZAÇÃO, ENQUADRAMENTO E RELAÇÕES DIALÓGICAS**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, p. 202. 2017.

RESUMO

O reconhecimento da identidade de gênero e o uso do nome social são algumas das principais pautas do movimento trans e LGBTI e contribuem para a diminuição da opressão e exclusão desse grupo social. Essas demandas foram parcialmente atendidas com a publicação do Decreto Nº 8.727, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans em órgãos públicos federais, suscitando diversas reações-respostas nas diferentes esferas sociais. A presente pesquisa teve como objetivo analisar os discursos sobre a identidade de pessoas trans em textos *online*, mais precisamente a partir das relações dialógicas entre o Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, e notícias do jornalismo *online*. Nesta análise, foram considerados dados de pesquisa, além do referido decreto, dez notícias do jornalismo *online*, publicadas entre abril de 2016 e agosto de 2017, que tematizam questões relativas ao uso do nome social e ao reconhecimento da identidade de gênero, buscando verificar que relações de diálogo se tecem entre os enunciados e o Decreto Nº 8.727. A ancoragem teórico-metodológica da pesquisa teve como embasamento os estudos do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2012[1920-1924; 2014[1927]; 2015[1930-1936]; 2014[1934-1935]; 2016[1952-1953]; 2015[1963]; 1987[1965]; 2015[1979]; BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014[1929]; VOLOCHÍNOV 2013[1930]; MEDVIEDEV, 2016[1928]), além de estudos acerca da identidade a partir da perspectiva da Linguística Aplicada e seus diálogos interdisciplinares (BHABHA, 2014; MOITA LOPES, 2003; 2006, 2010, 2013a, 2013b; RAJAGOPALAN, 2003) e também sobre as questões da transgeneridade e do gênero social (BUTLER, 2015; BENTO, 2008, JESUS, 2010a; 2010b; 2012a; 2012b; JESUS, ALVES, 2010; LOURO, 2016). Com relação às regularidades discursivas, observou-se a reenunciação das teorias de gênero e sexualidade e a tentativa de neutralização por parte do discurso jornalístico, tornando opacas suas valorações. Além disso, tem-se o reenquadramento de discursos acerca da identidade de pessoas trans como estratégia discursiva por parte dos veículos de comunicação, evidenciando posicionamentos axiológicos de naturezas distintas. Nesses discursos, em alguns momentos, o Decreto Nº 8.727 e o uso do nome social eram tratados como ferramentas importantes de cidadania e visibilidade para o movimento trans, instituindo o sujeito trans como um sujeito de direito; em outros, tanto o uso do nome social quanto as vivências de gênero que extrapolam a cisnormatividade eram questionados.

Palavras-chave: Análise Dialógica do Discurso; Notícia *online*; Identidade de Gênero; Decreto Nº 8.727; Nome Social de Pessoas Trans.

GUILHERME, Maria Lígia Freire. **DISCOURSES ON THE IDENTITY OF TRANS PEOPLE IN ONLINE TEXTS: NEUTRALIZATION, FRAMEWORK AND DIALOGIC RELATIONS.** Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, p. 202. 2017.

ABSTRACT

The recognition of gender identity and the use of the social name are some of the main guidelines of the trans and LGBTI movement and contribute to the reduction of the oppression and exclusion of this social group. These demands were partially met with the publication of the decree, which deals with the use of social name and the recognition of the gender identity of trans people in federal public agencies, provoking diverse reactions in the different social spheres. The present work had as main objective to analyze the speeches about the identity of trans people in online texts, more precisely from the conexions between Decree N. 8.727, of April 28, 2016, and news of online journalism. In this analysis, we have selected, in addition to the aforementioned decree, ten news articles on online journalism that discuss issues related to the use of social name and the recognition of gender identity, seeking to verify that dialogue relations are woven between the statements and Decree No. 8.727. To reach our goal, we opted for theoretical-methodological anchoring in Bakhtin Circle studies (BAKHTIN, 2012 [1920-1924, 2014 [1927], 2015 [1930-1936], 2014 [1934-1935], 2016 [1952-1953 (1990), [1929], and also studies of identity from the perspective of the Applied Linguistics, (BHABHA, 2014, MOITA LOPES, 2003, 2010, 2013a, 2013b; RAJAGOPALAN, 2003) and also on issues of transgender and social gender studies (BUTLER, 2015, BENTO, 2008, JESUS , 2010a; 2010b; 2012a; 2012b; JESUS, ALVES, 2010; LOURO, 2016). The data gave rise to some regularities, such as the reenactment of theories of gender and the attempt to neutralize the journalistic discourse, making their valuations opaque. In addition, there is a reframing of discourses about the identity of trans people as a discursive strategy on the part of the communication vehicles, evidencing axiological positions of different natures. In these discourses, we noticed how Decree No. 8,727 and the use of the social name were treated as important tools of citizenship and visibility for the trans movement, instituting the trans subject as a subject of law; at the same time, both the use of the social name and the experiences of gender that extrapolated the cisnormativity were questioned.

Keywords: Dialogical Discourse Analysis; Online News; Gender identity; Decree N. 8.727; Trans people social name.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	FUNDAMENTOS DA TEORIA DIALÓGICA	20
2.1.1	<i>Linguagem e discurso</i>	21
2.1.2	<i>Ideologia e valoração</i>	27
2.1.3	<i>A noção de enunciado</i>	32
2.1.4	<i>Identidade, subjetividade e alteridade</i>	38
2.2	OS ESTUDOS IDENTITÁRIOS À LUZ DA LINGUÍSTICA APLICADA	45
2.3	OS <i>JÁ DITOS</i> SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO SOCIAL	50
2.3.1	<i>Sexo e sexualidade(s): historicidades</i>	50
2.3.2	<i>Os sujeitos trans: historicidades, conceitos e valorações</i>	57
3	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	63
3.1	O CONTEXTO DA PESQUISA	67
3.2	O OBJETO E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	69
3.3	PARÂMETROS DE ANÁLISE	72
4	DISCURSOS SOBRE A IDENTIDADE DOS SUJEITOS TRANS: UM SUJEITO DE DIREITO?	76
4.1	A GRANDE TEMPORALIDADE DOS ENUNCIADOS: AS ESFERAS SOCIODISCURSIVAS EM DIÁLOGO	76
4.2	O GRANDE TEMA DA PESQUISA: O DECRETO Nº 8.727	89
4.2.1	<i>O decreto na condição de gênero discursivo</i>	90
4.2.2	<i>A Dimensão verbo-visual do Decreto Nº 8.727</i>	94
4.3	OS DISCURSOS SOBRE A IDENTIDADE DOS SUJEITOS TRANS EM NOTÍCIAS ONLINE	104
4.3.1	<i>A notícia online na condição de gênero</i>	106
4.3.2	<i>O conteúdo temático dos enunciados</i>	111
4.3.3	<i>O horizonte valorativo dos enunciados</i>	115
4.3.4	<i>O estilo e as projeções estilístico-composicionais</i>	127
4.3.5	<i>O conteúdo imagético e sua significação</i>	132
4.4	AS VOZES DO DECRETO Nº 8.727 E AS VOZES DO JORNALISMO: RELAÇÕES DIALÓGICAS E REVOZEAMENTO	155
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
	REFERÊNCIAS	173
	ANEXOS	185

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se insere no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), na área de concentração de *Linguagem e Tecnologia* e na linha de pesquisa de *Multiletramentos, discurso e processos de produção de sentido* além de fazer parte das ações de pesquisa do Grupo de Estudos em Linguística Aplicada (GRUPLA)¹. A pesquisa aqui apresentada buscou analisar os discursos sobre a identidade de pessoas trans² (JESUS, 2012a) em textos *online*, mais especificamente a partir da promulgação do Decreto N° 8.727, de 28 de abril de 2016³ que dispõe sobre o uso do nome social⁴ e o reconhecimento da identidade de gênero no âmbito da administração pública federal.

Tomamos aqui a noção de *gênero* em detrimento da de *sexo*, justamente por entendermos que o gênero é construído socialmente e que independe dos órgãos sexuais de um indivíduo, a partir de uma teoria performativa de atos de gênero “que rompem as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, ocasionando sua ressignificação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária” (BUTLER, 2015, p. 13). Considerando o gênero como os significados sociais e culturais assumidos por um corpo sexuado, Butler (2015) afirma que há uma radical descontinuidade na distinção que se tece entre sexo/gênero – corpos sexuados e gêneros construídos culturalmente. Como afirma a autora: “supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ se

¹ O Grupo de Pesquisa em Linguística Aplicada (GRUPLA) é vinculado à Universidade Tecnológica Federal do Paraná e liderado pelas professoras doutoras Maria de Lourdes Rossi Remenche e Nívea Rohling. Com atividades desde 2013, o grupo desenvolve pesquisas na área da Linguística Aplicada, a partir de uma concepção interacionista da linguagem e de sujeito sócio-historicamente situado. Disponível no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4531493677997149>>. Acesso em: 27 Set. 2016.

² Nesta pesquisa, optamos por utilizar o termo *trans* (pessoa trans, sujeito trans) como conceito guarda-chuva, abrangendo aos sujeitos que vivenciam papéis de gênero que extrapolam os modelos cisonormativos. Essa comunidade é constituída predominantemente por travestis e transexuais, mas também inclui quaisquer outras pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído (JESUS, 2012a). No entanto, não desconsideramos o fato de que, no Brasil, não há um consenso quanto à terminologia – como há nos Estados Unidos com o termo *transgender*, por exemplo. Além disso, entendemos que a tradução desse termo para *transgêneros*, por exemplo, diminuem a carga semântica que carregam palavras como *travestis* e *transexuais* que possuem ampla significação nas teorias de gênero e no campo político, e remetem também à luta e à resistência. Por esse motivo, entendemos a utilização do sufixo *trans* para fazer menção a essas pessoas como a melhor escolha para o presente trabalho.

³ O decreto pode ser lido na íntegra no Anexo 1 deste trabalho.

⁴ Nome pelo qual o sujeito transgênero se identifica e é identificado socialmente.

aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2015, p. 26).

Quando são tematizados aspectos relacionados à identidade de gênero, grande parte da sociedade⁵ tende a partir do pressuposto de uma existência universal e binária do sexo, com o feminino de um lado e o masculino de outro, associando essa vivência do gênero ao sexo biológico, como afirma Bento (2008, p. 17):

O sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais.

Cabe aqui enfatizar que, diferentemente do que muitos acreditam no senso comum, a identidade de gênero de um sujeito (cisgênero, trans⁶, intersexual⁷ etc.) não tem relação estrita com a maneira com que esse mesmo sujeito exerce sua sexualidade e suas relações afetivossexuais⁸. A identidade de gênero diz respeito aos modos com que os sujeitos se enxergam/se identificam e se adequam socialmente a um determinado gênero.

Essa visão globalizante de que há identidades e papéis sociais específicos para cada sexo corrobora para que quaisquer sujeitos que não se adequem a essas expectativas de gênero criadas sejam deslocados para a margem. Sendo assim, um sujeito que nasce com um corpo masculino, mas que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído biologicamente, e que se entende como sendo do gênero feminino – um indivíduo trans – sofrerá com estigmas sociais e com a patologização⁹ de sua condição identitária. As dificuldades enfrentadas pela comunidade de pessoas trans vão desde a luta pelo reconhecimento legal de suas identidades de gênero, à luta pela possibilidade de livre expressão de suas identidades de gênero

⁵ Nos referimos aqui, e em outros momentos do texto, à sociedade ocidental de tradição judaico-cristã.

⁶ Os conceitos de cisgêneros e trans são discutidos posteriormente, no Referencial Teórico deste estudo.

⁷ A pessoa intersexual é aquela cujo corpo foge do padrão masculino/feminino no que tangem as configurações de cromossomos, localização dos órgãos genitais, coexistência de tecidos ovarianos e testiculares (JESUS, 2012a).

⁸ As manifestações/práticas da sexualidade (ser heterossexual, bissexual, homossexual etc.) independem das expressões de identidade de gênero, ou seja, uma mulher trans, por exemplo, ao se relacionar afetivamente com outra mulher, seja ela cis ou trans, desempenhará um papel homossexual e caso seu envolvimento seja com um homem (cis ou trans), ela exercerá papel de heterossexual.

⁹ O “transexualismo” foi definido pela 10ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) – publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – como um transtorno de identidade sexual. Essa visão patologizante faz com que seja preferível o uso do termo *transexualidade*.

socialmente – dificuldades essas que não fazem parte das vidas das pessoas cisgêneros¹⁰, como afirma Jesus (2012b, p.2):

Na conjuntura brasileira, em particular, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais e travestis é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento da identidade. São cidadãs e cidadãos que ainda têm de lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais.

A própria legislação e os procedimentos de saúde brasileiros negligenciam os direitos das pessoas trans e contribuem para a manutenção do *status quo* excludente a que são submetidos, ao manterem o controle sobre suas identidades (registro civil e nome social) e sobre as práticas de intervenção corporal (terapias hormonais, cirurgias de redesignação genital, procedimentos plásticos etc.), dificultando ou até mesmo impossibilitando que pessoas trans adequem seus corpos à suas identidades de gênero, fato esse brevemente descrito por Jesus (2010b, p. 6):

O Código Civil Brasileiro¹¹, que vigora desde 11 de janeiro de 2003, é explícito ao afirmar, em seu artigo 13º, que, ‘salvo por exigência médica, é defeso¹² o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes’. Esse posicionamento, aparentemente cauteloso, pode ser utilizado como obstáculo à plena vivência da identidade de gênero por parte de homens e mulheres transexuais, e precisa ser refletido em relação às demandas dessa população e à possibilidade de contribuição de diferentes profissionais de saúde, não apenas médicos (assistentes sociais, fonoaudiólogos, psicólogos, entre outros), para o enfrentamento às diferentes dificuldades de uma sociedade como a nossa.

O pouco espaço conquistado pela população trans se instaurou a partir da reivindicação de pequenos grupos por seus direitos. O surgimento de coletivos e manifestações dos movimentos sociais LGBTI¹³ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,

¹⁰ Pessoas cisgêneros são aquelas cuja identidade de gênero é compatível com o seu sexo biológico (JESUS, 2012a).

¹¹ “Lei 10.406/2002” (JESUS, 2010b, p. 6)

¹² “Proibido.” (JESUS, 2010b, p. 6)

¹³ Não há consenso com relação à sigla que melhor representa a diversidade e que melhor evidencia as conquistas desse movimento social. Inicialmente, o grupo era chamado de movimento homossexual (FACCHINI, 2003) e composto quase que absolutamente por homens homossexuais. Com o passar do tempo, novos grupos foram integrados (lésbicas e transexuais, por exemplo) tendo em vista que, certo modo, todas essas pessoas lutavam pela garantia de direitos sexuais, quer fosse no campo das sexualidades (relações afetivo sexuais com outros sujeitos), quer fosse no contexto do reconhecimento social de identidades de gênero. Desse modo, optamos por utilizar no presente trabalho a sigla LGBTI

Transexuais, Transgêneros e Intersexuais) e de simpatizantes, de certo modo, pressionou as estruturas oficiais, fazendo com que surgissem progressivamente medidas formais de inclusão dessa comunidade por parte do Governo Federal.

Nesse contexto, uma das medidas de inclusão tomadas em âmbito federal, foi o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT¹⁴ e a adoção do nome social de servidores públicos federais travestis e transexuais, a partir da publicação da Portaria Nº 233 da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão¹⁵, publicada em 2010. Um avanço maior em relação ao uso do nome social aconteceu em 28 de abril de 2016, com a publicação do Decreto¹⁶ Nº 8.727, pela presidenta Dilma Rousseff, que dispõe sobre o uso do nome social por pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos federais. Esse decreto pode ser compreendido como um marco, um evento discursivo que sintetiza um dos anseios da comunidade trans – o reconhecimento de suas identidades de gênero por meio do uso do nome social. Assim, houve uma trajetória social, ideológica e política que acarretou na promulgação desse decreto, composta por uma série de discursos já ditos, mobilizados sobre os direitos de uma comunidade historicamente marginalizada. Esse fenômeno se aproxima do conceito que Bakhtin (2014[1927], p. 88) elabora de ideologia do cotidiano, tendo em vista que, para o autor, “no seio da ideologia do cotidiano é que se acumulam aquelas contradições que, após atingirem certo limite, acabam explodindo o sistema da ideologia oficial”. Desse modo, as demandas da população trans se tornam lei (discurso oficial) a partir da pressão das ideologias do cotidiano sobre a ideologia oficial, em uma relação tensa e intensa entre essas bases ideológicas¹⁷.

O papel de mulheres e homens trans, em suas formas de ativismo no movimento LGBTI, mais precisamente o movimento trans, contribui para que se crie uma maior consciência política entre esse grupo. A compreensão dos sujeitos trans, ora parte de um grupo invisibilizado pela sociedade, como parte de um grupo com interesses e crenças

(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais) por englobar – embora não em equivalência de representação – o maior número de categorias tratadas no âmbito político no Brasil.

¹⁴ Resultado das discussões realizadas durante a 1ª Conferência Nacional LGBT, ocorrida em Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf>> Acesso em: 28 Set 2016.

¹⁵ A portaria n. 233, de 18 de maio de 2010, foi reiterada na esfera do Ministério da Educação, pela Portaria 1.611, de 17 de novembro de 2011. (JESUS, 2012b)

¹⁶ As portarias são atos administrativos e podem ser publicadas por chefes de órgãos, já os decretos servem para regulamentar uma lei e são sancionados pelo chefe do poder executivo.

¹⁷ Esta proposição é detalhada na subseção 4.1 desta dissertação.

comuns, faz com que cresça nesses sujeitos, uma sensação de pertencimento, que contribui para que passem a agir de maneira mais ativa dentro dos movimentos sociais, criando uma identidade comum politizada (JESUS; ALVES, 2010).

O ativismo social que se desenvolve cada vez mais por mulheres e homens trans, tem foco principal na reivindicação pelo uso do nome social. O impedimento do uso do nome social por esses sujeitos gera constrangimentos e maior exclusão da comunidade trans, dada sua importância para o reconhecimento social das identidades de gênero dessas pessoas. A proibição do uso do nome social por empregadores, escolas, universidades, órgãos públicos etc. tolhe a possibilidade de exploração e vivência das identidades de gênero pelas pessoas trans. Diferentemente de outros países, em que há regulamentações que permitem a alteração do nome e do sexo nos registros civis (como Uruguai, México e Espanha), no Brasil há o que Bento (2012) chama de “gambiarra legal”, o nome social, que não altera profundamente a vida prática das pessoas trans, que sofrem com as dificuldades de adequação de sua documentação oficial. Segundo Jesus e Alves (2010, p. 11):

Travestis ou transexuais brasileiros que buscam legalmente adequar o seu registro civil ao nome e ao gênero com o qual se identificam são demandadas pelo judiciário a se submeterem a arriscadas cirurgias de redesignação genital, para que somente após elas lhes seja possibilitada a concessão do direito fundamental à identidade. Além de configurar uma violência institucional, essa é uma prática eugenista de esterilização forçada contra um grupo populacional, em pleno século XXI, considerando que há pessoas transexuais e travestis que por diversas razões não desejam ou não podem se submeter a essas cirurgias, e nem por isso deixam de vivenciar suas identidades de gênero.

A relevância de realizarmos um estudo sobre discursos acerca da identidade de pessoas trans e que remete de algum modo à luta de comunidades marginalizadas e oprimidas social e politicamente é enorme, prova disso é a recorrência de estudos com preocupação social na área da Linguística Aplicada (LA) (MOITA LOPES, 2006). Uma das grandes demandas da comunidade LGBTI, em especial a comunidade de pessoas trans, é a luta pela visibilidade. Apesar de haver mulheres e homens trans nos diversos ambientes e contextos acadêmicos, profissionais e sociais, sua visibilidade, especialmente na mídia, é comumente vinculada à criminalidade e marginalidade (JESUS; ALVES, 2010). Sendo assim, faz-se relevante a realização de estudos e pesquisas sobre a temática da transgeneridade, com o intuito de gerar inteligibilidades a esse grupo.

Ademais, a presente pesquisa mostra-se relevante também do ponto de vista dos estudos da linguagem, uma vez que é por intermédio da linguagem que se produzem e pulverizam os diferentes discursos e valorações acerca da comunidade LGBTI – discursos esses que, muitas vezes, a oprimem e marginalizam. Dessa forma, analisar discursos produzidos acerca da identidade desses sujeitos, no contexto de uma discursividade gerada no âmbito do discurso oficial, a saber, da publicação do Decreto Nº 8.727, pode contribuir para construção de contrapalavras de refutação aos discursos depreciativos em relação a essa comunidade.

Cabe, neste momento, ressaltar que diversos são os temas desenvolvidos pela Linguística Aplicada contemporânea, dentre eles, os estudos relativos à identidade ocupam lugar privilegiado. As práticas sociais – considerando especialmente os círculos midiáticos, acadêmicos e profissionais – têm proposto problematizações recorrentes sobre quem somos. No âmbito dos estudos da LA, a busca por respostas relativas à identidade do sujeito se aprofunda a partir do estudo de práticas discursivas e eventos sociais diversos (BASTOS; MOITA LOPES, 2011). Essa perspectiva opera com uma visão da LA que busca criar inteligibilidades em relação a problemas sociais em que a linguagem exerça papel central (MOITA LOPES, 2006, p. 14). Além disso, como afirma Rajagopalan (2006, p. 165), uma das demandas da LA contemporânea é a de:

intervir de forma consequente nos problemas linguísticos constatados, não procurando possíveis soluções numa linguística que nunca se preocupou com os problemas mundanos (e nem sequer tem intenção de fazê-lo), mas teorizando a linguagem de forma mais adequada àqueles problemas. Dito de outra forma: a LA precisa repensar o próprio lugar da teoria e não continuar esperando em vão que seu colega teórico "lhe forneça algo pronto e acabado, pronto para ser "aplicado".

Além dos aspectos ressaltados, o estudo evidencia que são múltiplos os espaços de circulação discursiva na sociedade contemporânea, porém, os espaços digitais e virtuais¹⁸, de certo modo, potencializam a possibilidade de acontecerem embates discursivos, configurando-se como *arenas discursivas*. Para Bakhtin/Volochínov (2014[1929], p.67), a palavra pode ser compreendida como “uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória”, sendo assim, para os autores, a palavra é o

¹⁸ Cabe ressaltar que os espaços digitais não são entendidos como esferas discursivas, mas como espaços em que diferentes discursos e gêneros discursivos se aglutinam e hibridizam, com “profundo poder de absorção que transmuta para si diversas esferas de atividade humana e, com elas, seus gêneros discursivos” (ARAÚJO, 2016).

produto da viva interação de diferentes forças sociais. Ainda sobre essa noção, Magalhães e Queijo (2015, p. 37), afirmam que as arenas discursivas compõem “um espaço de disputa ideológica, marcado pela tensão entre discursivizações díspares”, em que os verdadeiros embates são axiológicos e manifestam certa tensão entre o discurso oficial e o não oficial.

A partir da explanação sobre a realidade social e política da comunidade de sujeitos trans, contexto desta pesquisa, além de glosa sobre a abordagem do uso da linguagem pela LA contemporânea, é possível partir para a delimitação dos objetivos desta pesquisa. Assim, o objetivo geral delineado para este estudo foi **analisar os discursos sobre a identidade de pessoas trans, em textos *online*, mais especificamente a partir das relações dialógicas entre a publicação do Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, produzido na esfera jurídico-governamental¹⁹, e notícias do jornalismo *online***. Para alcançar esse objetivo, elencamos alguns **objetivos específicos**, são eles: a) definir e cotejar conceitos relacionados a discurso, identidade e transgeneridade; b) caracterizar as esferas sociodiscursivas de produção dos enunciados analisados; c) identificar e analisar a pluralidade de vozes, bivocalidade discursiva e discursos já ditos no que tange à identidade pessoas trans; d) compreender as relações dialógicas entre discursos oficiais e não oficiais sobre o tema da pesquisa e f) compreender como as mídias digitais potencializam discursos e reenunciações discursivas sobre a identidade de sujeitos trans.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se caracteriza por ser qualitativa e interpretativista, inserida no campo da Linguística Aplicada contemporânea. Além disso, o presente estudo teve ancoragem teórico-metodológica nos estudos do Círculo de Bakhtin²⁰ (BAKHTIN, 2012[1920-1924; 2014[1927]; 2015[1930-1936]; 2014[1934-1935]; 2016[1952-1953]; 2015[1963]; 1987[1965]; 2015[1979]; BAKHTIN/VOLOCHÍNOV 2014[1929]; VOLOCHÍNOV 2013[1930], MEDVIEDEV (2016[1928])). Partindo desse suporte epistemológico, trouxemos para o debate estudos acerca da identidade a partir da perspectiva da Linguística Aplicada e seus diálogos interdisciplinares (BHABHA, 2014; MOITA LOPES, 2003; 2006, 2010, 2013a, 2013b; RAJAGOPALAN, 2003). Além disso, mobilizamos algumas contribuições de autores que tematizam gênero e sexualidade, a fim de compor um panorama teórico mais amplo e de pesquisas já desenvolvidas na área (BUTLER, 2015;

¹⁹ Entende-se por esfera jurídico-governamental como o campo das determinações e normatizações dos direitos e deveres de cada cidadão (esfera jurídica) produzida por instâncias do governo (esfera governamental), como as leis, decretos, medidas provisórias, etc.

²⁰ Círculo de Bakhtin é um termo utilizado para se referir a um grupo de intelectuais russos que “buscava explicitamente, a partir da segunda metade da década de 1920, construir uma teoria materialista de criação linguístico-ideológica” (ACOSTA PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 178).

BENTO, 2008, JESUS, 2010a; 2010b; 2012a; 2012b; JESUS, ALVES, 2010) e também estudos sobre as intersecções entre linguagem e tecnologia (BARTON e LEE, 2015; ARAÚJO, 2016).

Esta pesquisa está organizada, portanto, em cinco capítulos principais, quais sejam: esta parte introdutória, com as informações gerais da pesquisa, delimitação do tema e breve descrição do estudo; um capítulo de referencial teórico; seguido de um capítulo em que são descritos mais detalhadamente os objetos de análise e os procedimentos metodológicos. Em seguida, é apresentado o capítulo de análise. Este capítulo se divide em quatro grandes tópicos. O primeiro deles trata da grande temporalidade dos enunciados, com considerações sobre as esferas sociodiscursivas em diálogo. O segundo tópico aborda o grande tema deste estudo: o Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que versa sobre o uso de nome social por travestis e transexuais em órgãos públicos federais. Entendemos que a partir desse horizonte temático, diversos outros discursos foram elaborados e construídos. No terceiro tópico, discorreremos sobre a esfera jornalística, analisando a reenunciação dos discursos sobre identidade trans pela mídia por meio de notícias publicadas *online*. Em seguida, apresentamos a discussão sobre as relações dialógicas entre as vozes²¹ do decreto e do jornalismo a respeito da identidade de pessoas trans. O quinto e último capítulo traz as considerações finais do presente estudo.

²¹ Nesta pesquisa, utilizamos o termo vozes com o mesmo sentido de discursos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, são apresentadas as noções teóricas basilares para o desenvolvimento deste estudo, que podem ser organizadas em dois pilares fundamentais: de um lado, os estudos da teoria dialógica da linguagem, elaborados pelo Círculo de Bakhtin, a partir da discussão de conceitos como linguagem, enunciado, discurso, ideologia, sujeito e valoração; de outro lado, o agenciamento de estudos concernentes à identidade, sob a perspectiva da Linguística Aplicada. Além disso, há um terceiro bloco teórico com apontamentos sobre teorias de gênero e sexualidade relevantes, compondo a seção dos “já ditos” sobre o tema da pesquisa.

Os estudos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin²² compõem o escopo teórico-metodológico desta pesquisa, especialmente no que tange os estudos sobre linguagem, discurso, ideologia e valoração. Os conceitos desenvolvidos pelo Círculo são fulcrais, uma vez que elaboram uma concepção de linguagem que não enxerga os falantes como meros reprodutores de regras, nem como seres assujeitados às imposições da superestrutura ideológico-discursiva da língua ou tampouco os limita à condição de fonte irrestrita da expressão, como afirma Faraco (1996, p. 122):

Pela primeira vez, parece possível pensar as questões da linguagem para além das amarras de um raciocínio dicotômico. Pela primeira vez, parece possível pensar as questões do signo para além da campânula dos sistemas formais, dos códigos que tudo preveem, tudo definem e que, por necessidade das opções teóricas de base, estabelecem uma relação fixa entre o significante e o significado. Pela primeira vez, parece possível entender os processos de significação como ao mesmo tempo relativamente estáveis e sempre abertos, porque percebidos como ações de natureza social, dependentes de relações sociais. Pela primeira vez, descortina-se a possibilidade de conectar o agir do homem – na sua condição essencial de ser sociohistórico, criador, transformador e em permanente devir – com uma linguagem fundamentalmente plástica, isto é, adaptável à abertura, ao movimento, à heterogeneidade da vida humana.

Além disso, de modo a subsidiar as demandas teóricas do presente estudo, além dos conceitos centrais da perspectiva bakhtiniana, fez-se necessário trazer para o diálogo com os estudos do Círculo, estudos de outras áreas a fim de tecer uma rede teórica que abarque tanto

²² Denominação dada *a posteriori* por estudiosos das produções do Círculo (FARACO, 2009). Esse grupo, que era formado por intelectuais de áreas diversas, contava com a participação de Valentin N. Volochínov e Pavel N. Medvedev, autores cujas obras possuem grande importância para os estudos linguísticos e literários.

concepções de linguagem como concepções sobre identidade, necessárias para a discussão acerca dos discursos sobre a identidade dos sujeitos trans.

Para tanto, foi realizado um levantamento teórico sobre questões de identidade. Esse tema tornou-se recorrente nos estudos contemporâneos, uma vez que o estudo das práticas sociais aponta para uma problematização e reflexão sobre a constituição do sujeito e suas implicações sociais e éticas (BASTOS; MOITA LOPES, 2011). Há entre essas duas noções – linguagem e identidade – uma estreita relação que desvela as possibilidades de manifestações identitárias por meio do discurso. Sendo assim, são aprofundadas as construções teóricas acerca da identidade sob o prisma da LA (MOITA LOPES, 2003; 2006; 2010; 2013a; 2013b; RAJAGOPALAN, 2003).

E, tendo em vista que o grande tema deste estudo evoca reflexões acerca do gênero social e da identidade de gênero, torna-se relevante considerar os estudos pós-estruturalistas sobre teorias de gênero, como os de Michel Foucault e Judith Butler, por exemplo. Contudo, tais estudos são trazidos como reflexões sobre teorias e contribuições dos estudos de gênero, em outras palavras, como uma revisão de literatura – um já dito sobre o contexto da pesquisa. Portanto, não assume *status* de aparato teórico-metodológico para fins de análise neste estudo. Assim, esse estado da arte compõe a terceira e última parte deste capítulo teórico.

Desse modo, este capítulo se organiza em três grandes partes: a primeira com os fundamentos da teoria dialógica de um lado, trazendo discussões sobre as noções de linguagem e conceitos correlatos na perspectiva bakhtiniana e, de outro, discussão sobre subjetividade e alteridade. A segunda parte do referencial teórico apresenta os estudos sobre identidade à luz da LA e, por fim, a seção que tematiza os já ditos sobre sexualidade e gênero social.

2.1 FUNDAMENTOS DA TEORIA DIALÓGICA

Nesta seção são abordados conceitos fundantes da teoria dialógica, base fundacional da presente análise, esboçada pelos teóricos do Círculo de Bakhtin. Esses conceitos são organizados em quatro blocos principais: o primeiro, com as noções de linguagem e discurso; o segundo, trazendo os conceitos de ideologia e valoração; um terceiro com a noção de enunciado e o quarto e último com as concepções de identidade, subjetividade e alteridade na perspectiva bakhtiniana.

2.1.1 Linguagem e discurso

Para os estudos que se aportam na perspectiva teórico-metodológica bakhtiniana, um dos conceitos primordiais que deve ser compreendido é o de linguagem, que deve ser entendido não como um objeto isolado de estudo da linguística, mas sob suas esferas física, fisiológica, psicológica e social. Cabe enfatizar que, para essa perspectiva, o aspecto social é indispensável para que o complexo físico-psíquico-fisiológico possa se tornar um fato de linguagem, como afirmam Bakhtin/Volochínov (2014[1929], p. 73): “Assim como, para observar o processo de combustão, convém colocar o corpo no meio atmosférico, da mesma forma, para observar o fenômeno da linguagem, é preciso situar os sujeitos – emissor e receptor do som –, bem como o próprio som, no meio social”. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin/Volochínov (2014[1929]) buscam tecer uma profunda reflexão sobre a linguagem, entendendo-a como um lugar de ação e interação, diferentemente de como as correntes teóricas seguidas até então, denominadas *subjetivismo idealista* e *objetivismo abstrato*, o faziam.

No percurso dos estudos linguísticos, muitas foram as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas na busca pela delimitação e conceituação da noção de linguagem. Voltemo-nos para a chamada primeira tendência – *subjetivismo idealista* – que entende o processo de produção linguística como produto da expressão individual do sujeito e “interessa-se pelo ato da fala, de criação individual, como fundamento da língua (no sentido de toda atividade de linguagem sem exceção)” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 74).

Sob esse prisma, a primeira tendência desconsidera elementos históricos e sociais e deposita no sujeito a incumbência da ação criativa da linguagem, gerando uma aproximação da língua a outras manifestações ideológicas, como a arte e a estética. Bakhtin e Volochínov, na tentativa de sumarizar os principais pontos do subjetivismo idealista, elaboram quatro proposições:

1. A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (“energia), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala.
2. As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual.
3. A criação linguística é uma criação significativa, análoga à criação artística.
4. A língua, enquanto produto acabado (“ergon”), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos

lingüistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 74-75, grifos do autor)

A partir dessa perspectiva, podemos inferir que, nessa tendência, cabe ao pesquisador da linguagem, por meio de diversos artifícios, estudar o ato de criação individual da língua, não levando em conta as relações sociais que envolvem esse ato.

Dentre os estudos desenvolvidos nessa corrente, cabe destaque aos trabalhos de Wilhelm Humboldt, Wilhelm Wundt, Karl Vossler e Benedetto Croce que, apesar de suas diferenças teóricas, convergem no foco do estudo da linguagem a partir do ato individual de fala, e, no caso dos dois últimos, entendendo a língua também como um fenômeno de cunho estético. Ainda sobre o subjetivismo idealista, o Círculo tece considerações e demarca posicionamentos diferentes dos postulados nessa corrente, especialmente no que diz respeito aos aspectos sociais e externos ao sujeito como elementos organizadores da expressão, uma vez que essa tendência “apoia-se também sobre a enunciação monológica como ponto de partida da sua reflexão sobre a língua” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 114), enquanto na perspectiva bakhtiniana há um importante foco em relação à orientação da palavra do sujeito ancorada na situação de interação verbal.

Para Bakhtin, todos os aspectos da expressão-enunciação se amparam nas condições reais da enunciação, pela “*situação real mais imediata*” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 116, grifo do autor). Isso quer dizer que a enunciação é, portanto, um produto da interação entre sujeitos socialmente organizados (mesmo que não haja um interlocutor empírico, ele é substituído, no processo de enunciação, pela imagem de um representante médio do círculo social do locutor). A palavra, desse modo, nunca é um produto da expressão individual de um indivíduo, é sempre dirigida a um interlocutor (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929]).

Feitas essas considerações sobre o subjetivismo idealista, passa-se à segunda tendência do pensamento filosófico e linguístico – o *objetivismo abstrato* – que enxerga a língua como um sistema abstrato de normas (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929]). Seguindo a mesma metodologia, Bakhtin e Volochínov (2014[1929]) descrevem essa tendência para, em seguida, fazerem suas ponderações acerca de seus postulados, utilizando-os para delimitar a sua própria concepção de linguagem. Segundo os autores, essa perspectiva entende o sistema linguístico como centro organizador dos fatos da língua, constituída por elementos idênticos que se repetem a cada enunciação, como afirmam Bakhtin e Volochínov (2014[1929], p. 79): “Cada enunciação, cada ato de criação individual é único e não reiterável, mas em cada

enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores” e, segundo os autores, são esses elementos – aspectos fonéticos, gramaticais e lexicais – que garantem a unicidade da língua e a sua compreensão pelos membros falantes de uma determinada comunidade.

Sendo assim, para o objetivismo abstrato, o sistema linguístico é independente dos atos de criação individuais dos sujeitos:

O indivíduo recebe da comunidade linguística um sistema já constituído, e qualquer mudança no interior deste sistema ultrapassa os limites de sua consciência individual. O ato individual de emissão de todo e qualquer som só se torna ato linguístico na medida em que se ligue a um sistema linguístico imutável (num determinado momento de sua história) e peremptório para o indivíduo. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 81)

Esse sistema de formas normativas, conforme a segunda tendência, é o que compõe a substância da língua, apontando para as variações e peculiaridades individuais da língua como “detritos da vida da língua, (...) harmônicos inúteis e intangíveis do tom fundamentalmente estável das formas linguísticas” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 84).

Dito isso, passamos para os quatro postulados que sintetizam as noções do objetivismo abstrato, que podem ser entendidos como antítese das proposições da primeira tendência:

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.
3. As ligações linguísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra, na base dos fatos linguísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.
4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. *Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si.* (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p.85, grifos do autor)

Não há, para a segunda orientação, representante teórico tão significativo quanto foi Humboldt para a primeira, sendo necessário buscar as raízes dessa tendência nos séculos XVII e XVIII, no plano do cartesianismo, tendo sido Gottfried W. Leibniz o primeiro a abordar essas concepções em sua teoria da gramática universal. Contemporaneamente aos estudos do Círculo, houve Ferdinand de Saussure²³, que se revelou como “a mais brilhante expressão do objetivismo abstrato em nosso tempo” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 87).

Ainda, para o objetivismo abstrato, o sistema linguístico ocorre de modo externo e independente à/da consciência individual. Porém, para o Círculo, “(...) é só para a consciência individual, e do ponto de vista dela, que a língua se apresenta como sistema de normas rígidas e imutáveis.” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 93), o que significa dizer que, se nos voltássemos para a língua com um olhar verdadeiramente objetivo, nos depararíamos com a evolução ininterrupta das normas linguísticas. Por essa ótica sincrônica proposta pela segunda tendência, não seria possível observar a língua munida de suas possibilidades evolutivas, mas como um sistema imutável não condizente com a realidade de seu uso. Sobre esse aspecto Bakhtin e Volochínov (2014[1929], p. 94) afirma que: “O sistema sincrônico da língua só existe do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor de uma dada comunidade linguística num dado momento da história”. A partir dessa asserção, os autores tecem um questionamento e problematizam a concepção objetiva da língua como postulado na segunda corrente, uma vez que: “todo sistema de normas sociais encontra-se numa posição análoga, somente existe relacionado à consciência subjetiva dos indivíduos que participam da coletividade regida por essas normas” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 94).

Sendo assim, a forma – tão evidenciada pelo objetivismo abstrato – não possui tamanha relevância para o falante, uma vez que esse se apropria das normas para alcançar seus objetivos comunicativos, para ele “o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 96). Essa forma enquanto mero sinal não possui significação, sendo apenas no momento em que se torna signo (na enunciação), que passa a ter relevância, como pode ser observado no trecho que se segue:

²³ Há mais indicações sobre a obra dos referidos autores no Capítulo 4 de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929]), que versa sobre as duas orientações do pensamento filosófico e linguístico, páginas 85 a 91.

Enquanto uma forma linguística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor apenas como tal, ela não terá para ele nenhum valor linguístico (...). Assim, o elemento que torna a forma linguística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a decodificação da forma linguística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 97).

A partir desse detalhamento, podemos dizer que a palavra como enunciação não é neutra, pelo contrário, “*está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.*” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 99, grifos do autor). Para o Círculo, a palavra em uso é indissociável de seu conteúdo ideológico²⁴ e que o estudo da forma sem esse conteúdo (o sinal) funciona apenas para análise de línguas mortas em documentos escritos.

Em resumo, é possível verificar que as duas correntes mencionadas competem em relação aos seus postulados concernentes à língua, enquanto a primeira a entende como uma série de atos de fala individuais, a segunda, por sua vez, compreende que é o sistema linguístico o responsável pela organização da língua. Os estudos do Círculo problematizam ambas as tendências, ao tomarem a interação verbal como a protagonista dos processos de linguagem, como pode ser observado no trecho a seguir:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 127)

A partir desse excerto, nos voltamos para um importante aspecto da compreensão da linguagem, a interação verbal. Essa visão social, histórica e ideológica da língua relaciona seu desenvolvimento com as relações humanas. Um percurso adequado pelo pensamento filosófico bakhtiniano deve, portanto, pousar sobre a natureza *dialógica* e *sócio-ideológica* da linguagem proposta por Bakhtin e seu Círculo. Sobre essa perspectiva, Faraco afirma que

o que constitui a realidade fundamental da linguagem é essa atividade sóciossemiótica - que se dá não entre indivíduos isolados que apenas atualizariam um sistema objetivo ou apenas expressariam uma subjetividade dada *a priori*, mas entre indivíduos socialmente organizados, isto é,

²⁴ A noção de *ideologia* é discutida na seção a seguir.

constituídos e imersos nas relações sociais historicamente dadas e das quais participam de forma ativa e responsiva (FARACO, 1996, p. 121)

Na perspectiva do Círculo, entre os diferentes conceitos formulados, há um intenso intercâmbio de significações, ou, para soar de modo mais bakhtiniano, há um intenso *diálogo* entre as diferentes noções levantadas. Para falar em língua há que se falar em enunciado, para falar em enunciado há que se falar em discurso e assim, sucessivamente, os conceitos se sobrepõem e dialogam entre si. Dito isso, começemos pelo conceito de discurso que, nos escritos do Círculo de Bakhtin, é entendido como uma prática, uma atividade. A partir da análise de romance e dos processos estilísticos e de autoria, Bakhtin desenvolve a noção de discurso, ao assumir que, na produção literária, o autor se utiliza de diversos estilos, línguas e vozes na composição do todo do romance (BAKHTIN, 2015[1930-1936]), ou seja, uma variedade de discursos. Aqui está, pois, a visão de linguagem como constituída por diferentes vozes, como sendo heterodiscursiva. O conceito de discurso “tem uma dimensão semiótica e uma dimensão social. Sem uma linguagem não há discurso, do mesmo modo que retirada essa linguagem da interação, do seio social, ela não pode mais ser vista como discurso” (SILVEIRA *et al.*, 2012, p. 24).

Cabe mencionar que, em alguns textos, Bakhtin utiliza os termos língua e discurso como sendo intercambiáveis (RODRIGUES, 2005), mas posteriormente o autor (BAKHTIN, 2015[1963]) traça diferenciações entre a língua como objeto de estudo da linguística²⁵ e a língua atrelada aos seus aspectos sociais e munidas de valores ideológicos – o *discurso*. Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2015[1963], p. 207) afirma: "temos em vista o *discurso*, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso". Nessa perspectiva, o discurso existe na forma de enunciações de sujeitos do discurso e se manifesta na forma de enunciados (BAKHTIN, 2015[1979]). Esses enunciados, contudo, nunca são acabados, da mesma forma que os sujeitos – que se constituem no discurso – também não o são.

Um fato importante concernente ao discurso é o fato de ser formado por relações dialógicas, o que pressupõe a consideração de fatores extralinguísticos para sua análise, que não podem ser desassociados do discurso sob um prisma estritamente linguísticos. Para Bakhtin (2015[1963]), a linguagem só vive na comunicação dialógica dos sujeitos que as usam. Essas relações enraizadas nos discursos exercem, sobre eles, uma forte influência. Isso

²⁵ Neste caso, considera-se a linguística do final do século XIX e início do século XX.

acontece visto que, segundo Bakhtin (2015[1930-1936], p. 52), “todo discurso está voltado para uma *resposta* e não pode evitar a *influência profunda do discurso responsivo antecipável*”, isso significa que não há um interlocutor que seja passivo no processo de interação discursiva. O processo de construção da compreensão de um dado discurso é de natureza responsiva, uma vez que “toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (BAKHTIN, 2016[1952-1953], p. 25).

Posta essa relação inexorável do discurso com a palavra do outro, temos, novamente, a alteridade como elemento fundante da compreensão da comunicação discursiva. Além disso, cabe mencionar que os discursos não só refletem a realidade em que estão inseridos, como também a refratam e nela exercem influência, essa maleabilidade do discurso torna-o passível de ser perpassado por discursos outros, por posicionamentos axiológicos distintos, como afirma Bakhtin (2015[1930-1936], p. 48): “Todo discurso vivo varia na forma de sua oposição ao seu objeto: entre o discurso e o objeto, o discurso e o falante situa-se o meio elástico e amiúde dificilmente penetrável de outros discursos alheios a respeito do mesmo objeto, ‘no mesmo tema’”. Ainda, o discurso entendido como palavra é carregado de ideologias e valorações, não podendo nunca ser neutro, sendo assim, seguimos para a próxima seção em que abordamos as noções de ideologia e valoração.

2.1.2 Ideologia e valoração

No que tange o termo *ideologia*, muitas foram as conceituações atribuídas ao termo ideologia por diversas correntes teóricas, sendo muitas dessas, por vezes, contraditórias. Essa pluralidade de significações para uma mesma palavra, a polissemia lexical, faz parte da língua e aponta para a necessidade, por parte do pesquisador, de indicar qual significado ele assume. Diferentemente de outras correntes teóricas, na perspectiva bakhtiniana, a noção de ideologia não é carregada de teor negativo ou pejorativo, assumindo o papel de um termo descritivo (FARACO, 2013).

Para o Círculo de Bakhtin, ideologia é uma construção social, que emerge a partir das relações entre os indivíduos e se manifesta, necessariamente, pela linguagem. Segundo Volochínov (2013[1930], p. 193), “a palavra, por sua própria natureza intrínseca, é *desde o início* um fenômeno puramente ideológico. Toda realidade objetiva da palavra consiste exclusivamente na sua destinação de ser um signo”. É por meio dos signos que indivíduos de

diferentes grupos sociais constroem os conjuntos de valores e ideias com que interpretam e significam a realidade, sendo assim, não podem ser neutros. Em outras palavras, a ideologia aponta para as diferentes representações que grupos sociais variados fazem para o/no mundo, construindo seu posicionamento axiológico em relação a ele, por meio dos signos:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2014[1929], p. 32)

É importante também destacar o caráter concreto e material do mundo ideológico, uma vez que todo e qualquer produto da criação ideológica se materializa de alguma forma, seja por meio de objetos e partes da realidade, quanto por meio de ações ou palavras, como aponta Medviédev (2016[1928], p. 48-49):

As concepções de mundo, as crenças e mesmo os instáveis estados de espírito ideológico também não existem no interior, nas cabeças, nas "almas" das pessoas. Eles tornam-se realidade ideológica somente quando realizados nas palavras, nas ações, na roupa, nas maneiras, nas organizações das pessoas e dos objetos, em uma palavra, em algum material em forma de um signo determinado. Por meio desse material, eles tornam-se parte da realidade que circunda o homem.

O autor destaca ainda a importância da interação social para a criação ideológica, uma vez que é por meio da comunicação social que se tecem as ideologias. A criação ideológica, para Medviédev (2016[1928]), parece existir como um processo interior de entendimento e compreensão, quando na verdade é uma manifestação externa ao sujeito, não se situando dentro de cada um de nós, mas entre nós.

Sendo assim, pode-se afirmar que, “todo signo ideológico, e portanto também o signo linguístico, vê-se marcado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinados (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2014[1929], p. 45), visto que se constituem por intermédio das relações sociais, constituindo uma espécie de corrente ideológica, construída por meio da interação entre os falantes. De acordo com (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2014[1929]):

Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se

torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social. (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2014[1929], p. 34)

Desse modo, a noção de ideologia, para o Círculo, é compreendida como um sistema de crenças, por meio da arte, religião, ciência, ou como um ponto de vista (visão de mundo), valoração (FARACO, 2013). Sobre este, Volochínov (2013[1930], p. 77) afirma:

Esses juízos e valorações se referem a uma certa totalidade, na qual a palavra diretamente entra em contato com o acontecimento da vida e se funde com ele em uma unidade indissolúvel. A palavra tomada isoladamente, como fenômeno puramente linguístico, não pode ser verdadeira, nem falsa, nem atrevida, nem tímida.

Nesse excerto, Volochínov ressalta um importante aspecto em relação à palavra como “*fenômeno ideológico por excelência*” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2014[1929], p. 36): o fato de que toda linguagem, todo signo, não apenas funciona como representante dos elementos materiais e subjetivos do mundo, como também o altera, o refrata, como afirma Faraco (2013, p. 173):

Ideologicamente saturadas (axiologicamente constituídas) são todas as linguagens sociais. É da ordem própria das linguagens sociais dar forma a visões axiológica/ideologicamente saturadas. Ou, como algumas vezes também lemos nos textos do Círculo, qualquer linguagem social/ voz social, qualquer signo não apenas representam o mundo, mas também (e sempre) o refratam, são sempre representações refratadas do mundo.

Na perspectiva bakhtiniana, a ideologia, portanto, não é concebida como uma entidade dominante e impositiva, mas como um sistema ideológico constituído por ideologias formalizadas – ou ideologia oficial – e ideologias do cotidiano (SILVEIRA *et al*, 2012, p. 64). A ideologia oficial compreende as estruturas cujos conteúdos possuem certa estabilidade, como as religiões, a política, a ciência, a mídia e a escola, por exemplo; enquanto a ideologia do cotidiano possui bases relativamente instáveis e sensíveis, que penetram com mais facilidade nos redutos individuais, ou como expõe Volochínov (2013[1930], p. 151):

Estabeleçamos o acordo de chamar de ideologia cotidiana a todo conjunto de sensações cotidianas – que refletem e refratam a realidade social objetiva – e as expressões exteriores imediatamente a ela ligadas. A ideologia cotidiana dá significado a cada ato nosso, a cada ação nossa e a cada um de nossos estados “conscientes”.

Cabe mencionar, neste momento, que tanto a ideologia oficial quanto a ideologia do cotidiano convivem em uma dinâmica dialógica, uma vez que aquela pousa nas bases desta, isso significa que essas ideologias se interpenetram – a ideologia oficial enforma e influencia a ideologia do cotidiano, que, por sua vez, pode pressionar e influenciar, a ideologia oficial, num constante embate dialógico. No contexto desta pesquisa, é possível conjecturar que é a partir da ideologia do cotidiano, das experiências dos sujeitos da comunidade trans com sua identidade e seus modos de ser, que passou a existir uma pressão nas estruturas oficiais (ideologia oficial), culminando na promulgação do Decreto N° 8.727, de 28 de abril de 2016 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero no âmbito da administração pública federal²⁶.

A partir dessa concepção de ideologia e dos modos como essa se manifesta por meio de signos, com ênfase no fato de que esses signos não são neutros, pelo contrário, carregam visões de mundo, pontos de vista de um determinado indivíduo ou grupo social, é possível adentrar no campo da *valoração*. A noção de ideologia está imbricada à *valoração* – axiologia. Segundo Faraco (2013), a axiologia é a pedra angular do pensamento bakhtiniano, uma vez que, para o autor, viver é um eterno posicionar-se axiologicamente em meio a variadas posições axiológicas existentes em um meio social. Cabe nota no fato de que, para o pensamento do Círculo, qualquer ato de consciência coerente não se manifesta se não por meio das *valorações*, da *entoação*, o que, por si, já concebe um ato social,

Inclusive o ato mais íntimo de uma autoconsciência já representa uma tentativa de traduzir-se a si mesmo em uma linguagem comum, de levar em conta o portador da consciência. Nesta relação a *consciência*, por mais que possamos prescindir de seu conteúdo, já *não é apenas um fenômeno psicológico, mas, acima de tudo, é um fenômeno ideológico, é um produto da comunicação social* (VOLOCHÍNOV, 2013[1930], p. 97, grifos do autor)

O signo é, segundo Bakhtin/Volochínov (2014[1929], p. 46), o palco onde se confrontam os valores sociais contraditórios, os *índices de valor*, uma vez que “a cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular”. Por esse motivo há um vínculo tão estreito entre *valoração* e ideologia, como afirmam Bakhtin/Volochínov (2014[1929], 46, grifos do autor): “*não podem entrar no*

²⁶ O detalhamento desse fenômeno é explicitado no Capítulo 4, na parte analítica desta dissertação.

domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social”, ou seja, todo índice de valor possui atributos ideológicos.

Neste momento, cabe também levantar a noção de *tema* – que sempre abarca um índice de valor social – e de *significação*. Para a perspectiva bakhtiniana, é imperativo o estudo desses conceitos, considerando a relevância do processo de criação de sentido por meio da língua e considerando também o fato de que “os temas e as formas da criação ideológica crescem juntos e constituem no fundo as duas facetas de uma só e mesma coisa. Este processo de integração da realidade na ideologia, o nascimento dos temas e das formas, se tornam mais facilmente observáveis no plano da palavra” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 47)

O tema se estabelece na enunciação e é constituído não apenas pelos elementos linguísticos que o compõem, mas também pelo contexto extraverbal de sua situação. Para Bakhtin e Volochínov (2014[1929], p. 133, grifos do autor): “um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação *como um todo*. Vamos chamar o sentido da enunciação completa o seu *tema*. O tema deve ser único”. Sendo assim, entende-se que, tal qual a enunciação, o tema é concreto, individual e não reiterável. Além do tema – mais precisamente no interior do tema – cada enunciação possui também uma significação. “Por significação, diferentemente do tema, entendemos os elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 134), esses elementos, segundo os autores, são abstratos e ancorados em uma convenção, não possuindo existência concreta.

Entre o tema e a significação há uma relação de dependência, uma vez que “o tema é um *sistema de signos dinâmico e complexo*, (...). A significação é um *aparato técnico para a realização do tema*.” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 134, grifos do autor). Ainda para Bakhtin e Volochínov (2014[1929]), o tema se concretiza e é compreendido por meio da entoação expressiva, uma vez que é por meio dela que um sujeito de uma dada enunciação manifesta sua apreciação/valorização.

As formas da criação ideológica, bem como o tema de um signo, integram a realidade. O tema e a forma de um signo estão sempre conectados e não podem ser desassociados se não de modo abstrato,

são as mesmas forças e as mesmas condições que dão vidas a ambos. Afinal, são as mesmas condições econômicas que associam um novo elemento da realidade ao horizonte social, que o tornam socialmente pertinente, e são as mesmas forças que criam as formas da comunicação ideológica (cognitiva,

artística, religiosa, etc.), as quais determinam, por sua vez, as formas da expressão semiótica. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 47)

Sendo assim, entende-se que é justamente em função da dinamicidade da relação entre os índices de valor que o signo ideológico se mantém vivo e em constante movimento. Para Bakhtin e Volochínov (2014[1929]), o tema ideológico sempre possui um índice de valor social. Esse índice possui características ideológicas e se realiza pela voz dos indivíduos de um determinado grupo social que, deparados a um determinado objeto, tecem valorações e posicionamentos em relação a ele, uma significação interindividual. A partir disso, cria-se um valor social, elemento imprescindível para que um signo adentre no domínio da ideologia.

Para sumarizar essa discussão a respeito dos posicionamentos axiológicos e valorativos, segue excerto de Bakhtin (2012[1920-1924], p. 85-86):

Analogamente também a palavra viva, a palavra plena, não tem a ver com o objeto inteiramente dado: pelo simples fato de que eu comecei a falar dele, já entrei em uma relação que não é indiferente, mas interessado-afetiva, e por isso a palavra não somente denota um objeto como de algum modo presente, mas expressa também com sua entonação (uma palavra realmente pronunciada não pode deixar de ser entonada, a entonação é inerente ao fato mesmo de ser pronunciada), a minha atitude avaliativa em relação ao objeto – o que nele é desejável e não desejável – e, desse modo, movimenta-o em direção do que ainda está para ser determinado nele, torna-se momento de um evento vivo.

A partir dessa discussão acerca do modo como se constroem as valorações do sujeito em relação a um determinado objeto, encerramos mais esta seção. Até este momento, foram apresentados conceitos concernentes ao campo da linguagem, perpassando por sua natureza dialógica e social, além de considerações importantes para o presente estudo, como o papel do enunciado no diálogo social, noções de ideologia, discurso e horizonte valorativo para o Círculo.

2.1.3 A noção de enunciado

Feitas essas considerações acerca de alguns conceitos da perspectiva bakhtiniana, passamos para a delimitação da noção de enunciado, uma vez que o entendemos como a materialização dos discursos, ideologias e valorações dos sujeitos. Para Volochínov (2013[1930], p. 141), a língua é “*o produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica quanto a sociopolítica da sociedade que a*

gerou”. Além disso, segundo o autor, a língua não só reflete a vida social no campo semântico e gramatical, como também a vida social sofre influência da língua em seus campos econômico e sociopolítico. Cabe ênfase no fato de que essa mútua influência aponta para uma plasticidade da língua que não permanece imóvel ou estável, pelo contrário,

A língua não é de modo algum um produto morto, petrificado, da vida social: ela se move continuamente e seu desenvolvimento segue aquele da vida social. Este movimento progressivo da língua se realiza no processo de relação entre homem e homem, uma relação não só produtiva, mas também *verbal*" (VOLOCHÍNOV, 2013[1930], p. 157)

Assim, a linguagem, na perspectiva bakhtiniana, é o elemento que une todos os campos da atividade humana (BAKHTIN, 2015[1979]) e o modo pelo qual se organiza a vida interior do homem e a sua consciência, com constituição dialógica, como pode ser observado na afirmação de Volochínov (2013[1930], p. 168) a seguir:

Estamos convencidos de que todo discurso é *dialógico*, dirigido a outra pessoa, à sua *compreensão* e à sua efetiva *resposta* potencial. Essa orientação a um outro, a um ouvinte, pressupõe inevitavelmente que se tenha em conta a correlação *sócio-hierárquica* entre ambos os interlocutores.

Sob esse prisma, está vinculada à noção de *dialogismo*. Segundo Volochínov (2013[1930], p. 163), “qualquer comunicação verbal, qualquer interação verbal, se desenvolve sob a forma de *intercâmbio de enunciações*, ou seja, sob a forma do *diálogo*”. O sentido de diálogo aqui é entendido não só como a forma de comunicação convencional de alternância de fala entre dois sujeitos, mas sim uma construção mais complexa e abrangente entre enunciados. Tomemos como exemplo disso o Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero no âmbito da administração pública federal. Após a publicação desse decreto, muitas podem ter sido as reações-respostas causadas, quer fossem textos em redes sociais e manifestações em apoio à medida, quer fossem protestos contrários à promulgação do referido decreto. Tanto o decreto quanto um texto em apoio a ele escrito por um militante LGBTI em uma rede social, por exemplo, podem ser compreendidos como enunciados concretos – produzidos por sujeitos diferentes, com objetivos diferentes e que estão em diálogo em torno de determinado objeto de discurso. Assim, nesse exemplo, cria-se uma relação dialógica entre ambos, independentemente da intencionalidade dos interlocutores, como afirma Bakhtin (2015[1979], p. 323):

As relações dialógicas são relações (semânticas) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados em um plano de sentido (não como objetos e não como exemplos linguísticos), acabam em relação dialógica.

Os enunciados, individualmente, são constituídos por *relações dialógicas* – que não podem ser separadas da língua como um fenômeno integral concreto (BAKHTIN, 2015[1963]). O dialogismo, contudo, não ocorre apenas na relação entre enunciados proferidos por dois interlocutores distintos, sendo possível verificar uma pluralidade discursiva dentro de um mesmo enunciado, apontando para uma natureza constitutivamente dialógica da linguagem, como afirma Brait (2005, p. 94-95):

Por um lado, o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. Por um outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, se instauram e são instaurados por esses discursos. E aí, dialógico e dialético aproximam-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem.

Sendo assim, se assumirmos a asserção bakhtiniana de que o dialogismo é o princípio organizador da linguagem e a condição do sentido do discurso, assumimos o fato de que os enunciados nunca são individuais – tanto porque se constroem na relação entre ao menos dois interlocutores, quanto porque abarca em si um diálogo entre discursos (BARROS, 2005, p. 32). A dialocidade interna da língua – que se encontra presente em graus diferentes, em todos os campos da vida da palavra – é a força geradora na produção das divergências do heterodiscurso²⁷, onde as ressonâncias dialógicas adentram as camadas mais profundas do discurso²⁸, ocasionando a dialogização da linguagem (BAKHTIN, 2015[1930-1936]).

Nesta subseção foram tecidas algumas considerações a respeito das tendências do pensamento linguístico e filosófico e, a partir delas, a delimitação da concepção dialógica de linguagem assumida pelo Círculo. Em seguida, ao discorrer sobre o dialogismo e as relações dialógicas, perpassamos pela noção de enunciado, que será mais aprofundada a seguir.

²⁷ A expressão *heterodiscurso* é a tradução elaborada por Paulo Bezerra para a palavra do russo “*raznoréchie*”, anteriormente traduzida para o português como “heteroglossia” ou “plurilinguismo”.

²⁸ Assumimos neste estudo, *discurso* como a língua em sua forma concreta e viva (BAKHTIN, 2015[1963]). Detalhamos esse conceito na seção seguinte.

A concepção de *enunciado* é fundante para os estudos da linguagem sob uma perspectiva bakhtiniana – uma vez que esse conceito tem relação com a língua em uso, em contextos reais e concretos, e não apenas como uma estrutura. O estudo da natureza dos enunciados – enquanto unidade real e significativa da comunicação discursiva – é vital para a adequada compreensão da linguística e filologia uma vez que “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (BAKHTIN, 2015[1979], p. 261), sendo assim, consideramos os objetos de análise, que compõem os dados deste estudo, enunciados concretos.

Na perspectiva do Círculo, o enunciado possui duas dimensões, uma social e uma semiótica (VOLOCHÍNOV, 2013[1930]). Segundo Volochínov (2013[1930], p. 86), “quaisquer que sejam o sentido vital e a viva significação da enunciação não coincidem com a estrutura puramente verbal. As palavras ditas estão impregnadas do suposto e do não-dito”. Dito isso, passemos para uma melhor explanação acerca dessas dimensões. A dimensão social é composta pelos elementos extraverbais: a situação de interação e auditório social. O contexto de interação é constituído por três elementos: 1) *horizonte espacial compartilhado* pelos interlocutores; 2) o *conhecimento comum* dos falantes acerca da situação; 3) a *avaliação* compartilhada pelos interlocutores sobre o tema (VOLOCHÍNOV, 2013[1930], p. 78). Cabe ressaltar que, na perspectiva bakhtiniana, todo enunciado é socialmente orientado, ou seja, é sempre direcionado a alguém, o que ocasiona em uma dependência de um auditório, que pode ser presente ou pressuposto. Esses aspectos, portanto, contribuem inclusive para a determinação da composição verbal dos enunciados, como afirma Volochínov (2013[1930], p. 169): “a orientação social é uma das forças vivas organizadoras que, junto com a situação da enunciação, constituem não só a forma estilística, mas também a estrutura puramente gramatical da enunciação”.

A dimensão verbal²⁹, por sua vez, é constituída pela entonação – o *som expressivo*, *seleção de palavras* e *disposição das palavras na frase*. Esses três elementos, que compõem a dimensão verbal da enunciação, têm forte conexão entre si, como afirma Volochínov (2013[1930], p. 177): “cada entonação necessita de palavras que lhe sejam correspondentes –

²⁹ Levando em consideração a existência dos enunciados multissemióticos contemporâneos, há que se levar em conta que a dimensão verbal, *per se*, pode não ser suficiente, por isso, é possível pensar em dimensão verbo-visual. Em sua tese de doutoramento, Acosta Pereira (2012) utiliza essa terminologia na análise de enunciados do jornalismo em revista.

que se adaptem – e indica, assinala, a cada palavra, o posto que deve ocupar na proposição, proposição na frase, e a frase na enunciação completa”.

A entonação “se situa na fronteira entre a vida e a parte verbal da enunciação; parece bombear a energia de uma situação vital à palavra, e atribui a tudo o que é linguisticamente estável uma dinamicidade histórica viva e uma unicidade irrepetível” (VOLOCHÍNOV, 2013[1930], p. 86). Além disso, a entonação é o vínculo entre uma enunciação, sua situação e seu auditório, esses dois últimos, segundo Volochínov (2013[1930], p. 174), “determinam precisamente a entonação e, através dela, realizam a seleção das palavras e sua disposição, dando um sentido à enunciação toda”. Ademais, esse elemento da comunicação é sensível às relações sociais e, portanto, representa a *expressão sonora da valoração social*, por esse motivo, cada entonação necessita de palavras específicas, organizadas de um modo específico, para manifestar a intenção de comunicação.

Os enunciados compõem-se de três elementos, a saber: conteúdo temático, estilo e sua composição, elementos esses que são conectados de modo indissolúvel e “são igualmente determinados pela especificidade do campo da comunicação” (BAKHTIN, 2015[1979], p. 262). Essa relação evoca, novamente, a noção de interação, como pontua Brait (2014, p. 67) acerca do assunto:

Nessa perspectiva, o enunciado e as particularidades de sua enunciação configuram, necessariamente, o processo interativo, ou seja, o verbal e o não verbal que integram a situação e, ao mesmo tempo, fazem parte de um contexto maior histórico, tanto no que diz respeito a aspectos (enunciados, discursos, sujeitos etc.) que antecedem esse enunciado específico quanto ao que ele projeta adiante (BRAIT, 2014, p. 67).

Além disso, os enunciados, nessa perspectiva, possuem três peculiaridades constitutivo-funcionais: a) a alternância dos sujeitos do discurso – a partir da noção de que um enunciado sempre responde a outros; b) a conclusibilidade específica – que diz respeito à exauribilidade semântico-objetual do tema do enunciado, do projeto de discurso do falante e das formas típicas/estáveis do gênero do enunciado; c) relação do enunciado com o próprio falante e com outros participantes da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2011[1979]).

A compreensão do enunciado como “*unidade real da comunicação discursiva*” (BAKHTIN, 2015[1979], p. 269, grifos do autor) contribui para a compreensão da natureza das unidades linguísticas, como as palavras e orações. Cabe ressaltar que todo enunciado sempre remete “a um posicionamento axiológico (...), carrega sempre uma entoação

valorativa, um tom volitivo-emocional” (FARACO, 2013, p. 172), o que significa que cada enunciado é único e individual.

Um fato importante que deve ser considerado no estudo do enunciado é que ele não pode existir isoladamente, “ele sempre pressupõe enunciados que o antecedem e sucedem. Nenhum enunciado pode ser primeiro ou último. Ele é o elo na cadeia e fora dessa cadeia não pode ser estudado” (BAKHTIN, 2015[1979], p. 371). Essa analogia da corrente é utilizada por Bakhtin para ilustrar a relação de dependência existente entre os enunciados – cada enunciado possui limites precisos (por meio da alternância dos sujeitos do discurso) e os elos que antecedem cada enunciado o influenciam tanto interna quanto externamente. Ademais, cabe mencionar o *direcionamento* a alguém como caráter constitutivo do enunciado. Segundo Bakhtin (2016[1952-1953], p. 62-63), todo enunciado além de autor, possui um destinatário que

pode ser um participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade diferenciada de especialistas de algum campo especial da comunicação cultural, pode ser um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho, etc.; ele também pode ser um outro totalmente indefinido, não concretizado.

Ou seja, cada locutor, ao proferir um enunciado, prevê seu interlocutor. Essa previsão que antecede a enunciação exerce influência no que será dito/escrito, já cria uma relação dialógica entre ambos, fazendo com que cada enunciado seja pleno de atitudes responsivas a enunciados variados de uma dada esfera da comunicação (BAKHTIN, 2016[1952-1953]).

Por fim, para finalizar essas considerações acerca da concepção bakhtiniana de enunciado, trazemos um excerto de Bakhtin, que aponta para o papel fundamental do enunciado no diálogo social:

O enunciado vivo, que surgiu de modo consciente num determinado momento histórico em um meio social determinado, não pode deixar de tocar milhares de linhas dialógicas vivas envoltas pela consciência socioideológica no entorno de um dado objeto da enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social (BAKHTIN, 2015[1930-1936], p. 49)

Feitas essas asserções sobre a participação do enunciado no diálogo social, além de uma explanação acerca da natureza sócio-ideológica da linguagem, passa-se à próxima seção deste

Referencial Teórico, com o objetivo de discutir as noções de identidade, subjetividade e alteridade, também pelo viés dialógico.

2.1.4 Identidade, subjetividade e alteridade

Feitas as considerações anteriores a respeito de alguns pontos relevantes do pensamento bakhtiniano, passa-se à abordagem de outros conceitos importantes para o presente estudo. Após aprofundamento nas questões de linguagem, enunciado, ideologia, adentra-se na noção do sujeito, sua subjetividade, sua relação com o outro e sua identidade. Essas noções são fulcrais para a pesquisa que aqui se delinea, especialmente para a análise, uma vez que se pretende analisar os discursos referentes à identidade de sujeitos trans em textos *online*.

Com o crescente uso das redes sociais na contemporaneidade, criou-se, nos ambientes virtuais de interação, espaço fértil para produção de discursos vários e constante (re)criação de identidades. Com o desenvolvimento da Web 2.0³⁰ surge um interesse por parte dos usuários pela criação e manutenção de vínculos entre si, constituindo o que Neves (2014, p. 57) chama de *comunidades virtuais*, compreendidas como “grupos de pessoas com interesses comuns que se comunicam estruturadamente através de meios eletrônicos, principalmente através da internet”.

Ao agenciar a quebra das fronteiras geográficas – ao fornecer a possibilidade de aproximação entre sujeitos em lugares diferentes –, o ciberespaço “gera novos territórios, identidades e práticas sociais, lugares e não lugares” (NEVES, 2014, p. 58). Ademais, os espaços virtuais de interação permitem que sujeitos postos à margem da sociedade, tenham espaço para manifestações, expondo e reforçando seus pontos de vista e identidades perante as comunidades virtuais. Um exemplo disso é o fortalecimento e maior visibilidade positiva de grupos LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais), nas redes sociais, como afirma Jesus (2012, p.1):

Como espaços alternativos de sociabilidade, as redes digitais têm possibilitado a propagação, com menos intermediários e para uma audiência relativamente grande, de contradiscursos acerca de regras estabelecidas de comportamento e de modelos fixos de identidade.

³⁰ Por Web 2.0 entende-se “aplicativos da Web que permitam aos usuários criar e publicar seu próprio conteúdo *online*” (BARTON e LEE, 2015, p. 22).

Além disso, cabe ênfase no fato de que a validação de informações no ciberespaço se constitui por meio da diversidade de coesão. Segundo Neves (2014), na internet há uma multiplicidade de verdades, que convivem em constante negociação. Essas possibilidades oferecem ao sujeito contemporâneo novos modos de delimitação identitária, podendo um mesmo indivíduo participar de diferentes comunidades virtuais e assumir diferentes identidades.

As várias identidades que os sujeitos têm a possibilidade de assumir, tornam-se visíveis a partir das diferentes manifestações dessas em espaços virtuais de interação, como páginas do tipo *wiki* e de *blogs*, por exemplo. As possibilidades de expressão nesses meios, além dos campos de comentários e diversas outras ferramentas propiciadas pela Web 2.0, constituem um espaço para manifestação das identidades, especialmente se considerarmos que nesses espaços os sujeitos podem registrar e expressar suas vidas cotidianas e, por consequência, suas identidades, tanto de forma escrita, quanto por meio de imagens e elementos multimodais (BARTON e LEE, 2015).

Por outro lado, é importante ressaltar que esse mesmo espaço que fomenta a manifestação de posicionamentos e identidades também deu abertura para a expressão de discursos de ódio e rejeição da diferença/do diferente. Esse fato contribui para a marginalização e opressão de grupos como a comunidade LGBTI, por exemplo.

A partir desse panorama, adentra-se na perspectiva bakhtiniana, que pensa a noção de sujeito não somente como um indivíduo biológico ou empírico, mas considera, nessa delimitação, a situação social e histórica desse ser, tanto em relação aos seus atos não discursivos, quanto em relação à sua delimitação em discurso (SOBRAL, 2014). Os escritos do Círculo dão pistas a respeito do que se entende pela noção de sujeito. Em *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin (2012[1920-1924]) dá indicações do que considera serem atributos do sujeito, em destaque para a questão da *responsabilidade*. Segundo Geraldi (2010), a responsabilidade é uma questão central na delimitação do sujeito bakhtiniano, para o autor, “Teríamos aqui uma ‘unidade’ cuja argamassa é a responsabilidade”, fazendo referência a um sujeito que seria “*racional, uno, consciente e responsável*” (GERALDI, 2010, p. 104-105). Nas palavras de Bakhtin (2012[1920-1924], p 44):

Cada um de meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo: eu ajo com toda a

minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir.

À noção de responsabilidade, o autor associa a noção de ato, entendido, nessa perspectiva como “um evento uniocorrente (porque há apenas uma vida no mundo humano) de realização ininterrupta de atos-feitos: os atos e experiências que vivo são momentos constituintes de minha vida, que é assim uma sucessão ininterrupta de atos” (SOBRAL, 2014, p. 21). Para o autor, ato não tem relação somente com a ação (*Tat*) ou com o ato puro (*Akt*) e deve ser considerado não a partir de sua estrutura e conteúdo, mas por sua realização. Para Bakhtin (2012[1920-1924], p. 80):

o ato não vê somente um contexto único, mas também o único contexto concreto, o contexto último, com o qual relaciona tanto *o seu sentido* assim como *o seu fato*, em que procura realizar responsabilmente a verdade única, seja do fato seja do sentido, na sua unicidade concreta.

Sendo assim, o sujeito bakhtiniano é, também, um sujeito agentivo, que tem sua vida definida por uma série de atos ininterruptos e que não pode ser substituído no contexto de vida único do qual participa, em seu *existir-evento* (BAKHTIN, 2012[1920-1924]), compreendido um “ato concreto e dinâmico de instauração do ser no mundo, de apresentação do ser à consciência dos sujeitos” (SOBRAL, 2014, p. 27).

A partir dessas considerações, Geraldi (2010) aponta que, para compreender o princípio da responsabilidade para Bakhtin é preciso adentrar na questão da unicidade do ser, que deve ser descrito e experimentado de maneira participativa. O autor pontua ainda que “a responsabilidade se funda no *pensamento participativo* e a participação de cada um no Ser único e singular é insubstituível” (GERALDI, 2010, p. 107), em que são os atos concretos que realizam o Ser único do universo de que faço parte e por que sou responsável. Esse Ser único não está completo, pronto e está sempre a ser buscado e alcançado.

Essa eventicidade da existência do sujeito é marcada por seus posicionamentos axiológicos perante si mesmo e perante o mundo. Segundo Bakhtin (2012[1920-1924], p. 91):

O tom emotivo-volitivo, que abarca e permeia o existir-evento singular, não é uma reação psíquica passiva, mas uma espécie de orientação imperativa da consciência, orientação moralmente válida e responsabilmente ativa. Trata-se de um movimento da consciência responsabilmente consciente, que transforma uma possibilidade na realidade de um ato realizado, de um ato de pensamento, de sentimento, de desejo, etc. com o tom emotivo-volitivo

indicamos exatamente o momento do meu ser ativo na experiência vivida, o vivenciar da experiência como minha: eu penso-ajo com o pensamento.

A partir dessa noção da eventicidade única da existência do sujeito, surge o que se entende por *não-álibi do Ser*, e como essa concepção pode gerar dúvida acerca da possibilidade de existência de um ser externo ao ‘eu’ que possa ser o “Ser em que sou”. Para que essa ideia de não-álibi no Ser se concretize, seria necessário, portanto, que esse ser existisse anteriormente à sua própria eventicidade (GERALDI, 2010). Para Bakhtin (2012[1920-1924]), o não-álibi no ser comporta sua unicidade e o fato de o sujeito ser insubstituível, colocando o eu em relação com o outro, para o autor: “Este fato do *meu não-álibi* no existir, que está na base do dever concreto e singular do ato, não é algo que eu aprendo e do qual tenho conhecimento, mas algo que eu *reconheço e afirmo de um modo singular e único*” (BAKHTIN, 2012[1920-1924], p. 96).

O sujeito na perspectiva bakhtiniana, além de responsável e agentivo, é, ainda, um sujeito consciente, uma vez que se entende a responsabilidade como sendo um processo consciente, entende-se também o sujeito como consciente. Geraldi (2010), ao discorrer sobre o sujeito na perspectiva do Círculo, traz a noção de alteridade – como a contraposição existente entre o eu e o outro e que só pode ser vivida por meio da palavra (espaço em que se forma e constitui a consciência). A partir dessas delimitações, o autor associa a materialidade da consciência por meio do signo, da palavra a partir dos processos de interação social, resultando na noção de que o “‘sujeito consciente’ só pode ser entendido como socialmente constituído” (GERALDI, 2010, p. 109). Além disso, aponta que a consciência é também algo a ser realizado no evento (em processo) que somos, indicando essa orientação social da consciência.

Sendo assim, podemos entender o sujeito bakhtiniano como um sujeito responsável por suas ações, um sujeito agentivo, com uma existência única, constituída por uma sequência ininterrupta de atos. Esse sujeito é consciente e não pode ser substituído em sua existência, é um sujeito situado socialmente e responsivo. Na perspectiva bakhtiniana, como afirma Sobral (2014, p. 18):

Em vez de uma redução fenomenológica que sugira um conceito capaz de ver seu próprio ponto de vista de uma perspectiva neutra, Bakhtin propõe um agente que vê seu ponto de vista, exotopicamente, a partir desse mesmo ponto de vista, composto com base em suas relações com outros sujeitos que lhe conferem o necessário e, sempre fluido, acabamento.

Nessa perspectiva, um sujeito se constitui como tal a partir de relações dialógicas que se tecem com um *outro*. Segundo Bakhtin (2011[1979], p. 323), as relações dialógicas se dão em função do dialogismo intrínseco à língua e “são de índole específica: não podem ser reduzidas a relações meramente lógicas (ainda que dialéticas) nem meramente linguísticas (sintático-composicionais). Elas só são possíveis entre enunciados integrais de diferentes sujeitos do discurso”. Sendo assim, a relação de alteridade entre dois sujeitos se manifesta por meio de relações dialógicas. Ainda sobre o olhar do outro, Sobral (2014, p. 22) afirma: “a proposta é a de conceber um indivíduo que, sendo um eu-para-si, condição de formação da identidade subjetiva, é também um eu-para-o-outro, condição de inserção dessa identidade no plano relacional responsável/responsivo, que lhe dá sentido”. É possível perceber, a partir desse excerto, que certos conceitos, na perspectiva bakhtiniana, são intimamente relacionados, como os de sujeito, identidade e alteridade, isso se dá porque há uma relação intrínseca entre essas noções. Para Bakhtin (2012[1920-1924]), um *eu* só se constitui como *eu*, ou seja, só se torna sujeito, a partir do olhar de um *outro*, que lhe dá acabamento. Será somente pelos olhos do outro que, ancorado em um local privilegiado exotópico, o sujeito se constitui como eu; segundo Bakhtin (2012[1920-1924], p. 104):

Do meu lugar único, somente eu-para-mim-mesmo sou eu, enquanto todos os outros são *outros* para mim (no sentido emotivo-volitivo do termo). De fato o meu ato (e o sentimento como ato) se orienta justamente sobre o que é condicionado pela unicidade e irrepitibilidade do meu lugar. O outro, na minha consciência emotiva-volitiva participante, está exatamente no seu lugar, enquanto eu o amo como *outro*, não como eu mesmo.

Essa relação entre o eu e o outro ocorre em função do que Bakhtin (2012[1920-1924]) entende por *não acabamento do Ser*, ou seja, um sujeito nunca está “pronto”, acabado, sempre precisará do outro para lhe conferir diferentes acabamentos. Vale ressaltar que, ao passo que o sujeito se defina a partir de seu outro, ao mesmo tempo, esse outro é definido pelo sujeito, constituindo o princípio dialógico entre os sujeitos. Sobre essa constatação, Sobral (2014, p. 24) aponta para o fato de que o Círculo enxerga o sujeito como um agente, um ser responsável e responsivo ao outro, “como alguém dotado de um *excedente de visão* (...) com relação ao outro: o sujeito sabe do outro o que este não pode saber de si mesmo, ao tempo em que depende do outro para saber o que ele mesmo não pode saber de si”.

A essa tão importante relação entre o *eu* e o *outro* dá-se o nome de alteridade. É pela alteridade e pelas relações sociais que o sujeito se posiciona axiologicamente perante seus interlocutores e perante si mesmo, uma vez que, ao voltar-se a si com os outros do outro, o

sujeito sempre torna a olhar para si próprio (BAKHTIN, 2014[1979], p. 14). O olhar da alteridade é tão relevante, pois está munido de um posicionamento que é sempre exterior ao sujeito, como afirmam Silveira *et al* (2012, p. 18):

O outro, ao interagir com o sujeito, atua sempre como uma medida ou uma opinião que é exterior a esse mesmo sujeito – o seu horizonte social avaliativo: **social**, porque as opiniões, os valores e as crenças que temos não surgem do nada, eles têm suas raízes na sociedade e, de modo especial, nos grupos sociais de que participamos; **avaliativo**, porque estamos continuamente avaliando o outro e seu discurso, atribuindo-lhes valores positivos ou negativos, o que nos leva à compreensão de que não há neutralidade nas interações sociais e nos discursos produzidos. Nesse sentido, o indivíduo só se constitui/se altera na interação com o outro.

Entende-se, portanto, que é na relação de alteridade que o sujeito passa a ter um excedente de visão sobre si próprio, concedido através do olhar do outro. Pensando nesse excedente de visão de modo mais concreto, podemos imaginar um sujeito se arrumando para sair de casa: ao olhar seu rosto no espelho ou ao olhar para baixo e conferir suas vestimentas, esse sujeito verá somente fragmentos de si, dos traços de seu rosto, cabelo, de sua roupa, nunca conseguirá enxergar a si por completo como um outro o enxergaria. É pelo olhar do outro, portanto, que um sujeito se constitui, se atualiza, se modifica. Apesar de essa analogia trazer noções pouco subjetivas, é possível compreender a importância do horizonte apreciativo externo para a delimitação do eu. Segundo Bakhtin (2014[1979], p. 13-14):

Segundo uma relação direta, o autor deve colocar-se à margem de si, vivenciar a si mesmo não no plano em que efetivamente vivenciamos a nossa vida; só sob essa condição ele pode completar a si mesmo, até atingir o todo, com valores que a partir da própria vida são transgredientes a ela e lhe dão acabamento; ele deve tornar-se outro em relação a si mesmo, olhar para si mesmo com os olhos do outro; é verdade que até na vida procedemos assim a torto e a direito, avaliamos a nós mesmos do ponto de vista dos outros, através do outro procuramos compreender e levar em conta os momentos transgredientes à nossa própria consciência: desse modo, levamos em conta o valor da nossa imagem externa do ponto de vista da possível impressão que ela venha a causar no outro.

Segundo a perspectiva do Círculo, a subjetividade não se constitui individualmente, mas nas relações dialógicas que se estabelecem a partir da relação alteritária com o outro. Sendo assim, as identidades dos indivíduos possuem dois polos centrais: o *eu* e o *outro*, não podendo, portanto, ser fixas ou permanentes, uma vez que se renovam constantemente por meio dos acabamentos possibilitados pelo “olhar” do outro sobre mim. Esse olhar alheio é

capaz de gerar esses acabamentos em função do lugar privilegiado do outro em relação a mim, esse distanciamento permite que o outro veja elementos sobre o eu que a ele são inacessíveis, como afirma Bakhtin (2015[1979], p. 21):

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, e sua expressão –, o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila dos nossos olhos.

Sendo assim, torna-se evidente o papel imprescindível do outro na constituição do eu. As possíveis identidades assumidas por um sujeito não se constroem a partir de elementos isolados, mas a partir das relações intersubjetivas do eu com o outro. Com essa visão, entende-se que não há uma identidade individual senão pela relação de alteridade do sujeito com e pelo olhar do outro. Na concepção bakhtiniana, “a alteridade é a condição da identidade: os outros constituem dialogicamente o eu que se transforma dialogicamente num outro de novos eus” (FARACO, 1996, p. 125). Nessa perspectiva, é justamente por intermédio da relação com o outro, posicionado de modo exotópico ao eu, que é possível dar acabamento a esse sujeito.

Lévinas (2004) também discorre sobre esse vínculo entre o eu e o outro – a alteridade – propondo que essa relação é elemento fundamental para a transcendência do ser, e é entendida como sua realidade e sua verdade. Para o autor, a alteridade excede o intuito de compreensão do outro e o entende como interlocutor, dando à linguagem papel fundamental para a manutenção desse vínculo. Sobre o pensamento filosófico levinasiano, Souza (2012, p. 83) afirma que:

O eu não é mais o ponto de iniciativa, mas o polo de recepção da provocação e lugar da possibilidade da resposta. É, portanto, na possibilidade de uma relação com o outro que o eu se constitui. É também a partir dele mesmo que deve ser pensado, fora de qualquer horizonte definido pela compreensão.

Em suma, é possível entender a imprescindibilidade da visão do outro para a constituição da identidade do sujeito, também em função das relações de alteridade, por isso as identidades dos indivíduos não podem ser fixas, como afirma Geraldi (2010, p. 143, grifo do autor): “um

movimento contínuo entre o *eu* e o *outro*, em que eu vivencio minha vida de dentro e o outro me dá completude exterior, infere-se que os acabamentos e as *identidades* são sempre múltiplas no tempo e no espaço”.

A partir dessas considerações, é possível compreender a relação que se delinea entre as noções de sujeito, alteridade e identidade. Esses três importantes conceitos imbricam ao passo que é possível compreender o processo de constituição do sujeito e a construção de sua identidade como sendo viabilizados por relações dialógicas entre o eu e um outro, a alteridade. Essa interação entre interlocutores é, portanto, uma condição da constituição do sujeito como um ser social. Sendo assim, nessa perspectiva, a identidade de um sujeito não se dá de maneira isolada, mas na relação com o outro. E o sujeito pelo viés bakhtiniano, segundo Silveira *et al* (2012, p. 111): “*é constituído na relação de alteridade, pelo excedente de visão e de dialogia do outro; como tal, é inacabado (em constante vir a ser); no entanto, é sempre um sujeito respondente e responsável na sua relação com esse mesmo outro*”. Feitas essas ponderações, passa-se à próxima seção em que a questão da identidade é discutida pela ótica da Linguística Aplicada.

2.2 OS ESTUDOS IDENTITÁRIOS À LUZ DA LINGUÍSTICA APLICADA

Na área dos estudos linguísticos, precisamente no campo da Linguística Aplicada, há uma crescente preocupação com demandas sociais e um interesse cada vez maior por estudos interdisciplinares. Isso se dá uma vez que estudos estritamente linguísticos não conseguem dar conta da complexidade dos fatos envolvidos com a linguagem (MOITA LOPES, 2006). Além disso, há um interesse também político de que os estudos da área da linguagem englobem outros modos de viver e socializar. Nesse escopo dos estudos linguísticos – que perpassam os estudos das Ciências Sociais – surge o ensejo do estudo de questões relativas à identidade, como afirma Moita Lopes (2003, p. 19):

a temática das identidades surge em meio a uma concepção de linguagem como discurso, ou seja, uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso da linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico. Ou seja, todo uso da linguagem envolve alteridade e situacionalidade.

Sendo assim, é possível entender que as identidades, como também mencionado na seção anterior, se constituem a partir das relações entre os diferentes agentes sociais. Partindo da

concepção de subjetividade e alteridade pelo viés bakhtiniano, Roland (2003) afirma que as múltiplas identidades são articuladas nas situações de interação com o outro na vida social. Segundo a autora, essas relações não são autônomas, dependendo não somente dos interlocutores envolvidos, mas também do meio cultural a que pertencem, ou seja, aos modos de viver e agir, posicionamentos e valores dos sujeitos.

Na perspectiva da LA, a identidade é compreendida como um construto de natureza social – político, portanto – por isso é chamada de *identidade social*, “compreendida como construída em práticas discursivas, e que não tem relação com uma visão de identidade como parte da natureza da pessoa, ou seja, identidade pessoal, nem com sua essência nem com um si-mesmo unitário” (MOITA LOPES, 2003, p. 20). O que deve ser levado em conta nessa perspectiva, segundo Moita Lopes (2003), são os processos sociais que ocorrem no interior dos sujeitos e nos discursos em que se situam, não somente em suas subjetividades interiores. As práticas discursivas mencionadas pelo autor devem ser situadas histórica e socialmente, o que faz com que existam identidades sociais vistas, ao mesmo tempo, como legítimas e ilegítimas.

Entendendo, desse modo, a noção de identidade social como sendo construída discursivamente pelos sujeitos historicamente situados, é importante que a Linguística Aplicada assumam a importante tarefa de “criar inteligibilidades sobre modos de viver a vida social, com base em um arcabouço interdisciplinar que aborde as relações entre discurso e identidades sociais” (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2004, p. 12). A temática das identidades é recorrente tanto na LA e na academia, quanto na mídia, em função das mudanças sociais, históricas, culturais, políticas e tecnológicas por que passa o mundo (MOITA LOPES, 2003).

Apesar do grande interesse da LA pelos estudos identitários, é importante ressaltar que a linguística precisa se adaptar às mudanças propiciadas pela globalização e pela tecnologia e compreender que as identidades se constituem de modo instável. Sobre essa questão, Rajagopalan (2003, p. 71) afirma:

Entre os pesquisadores que se interessam pela questão da identidade, já não há mais quem, em sua consciência, acredite que as identidades se apresentam como prontas e acabadas. Pelo contrário, acredita-se, em larga escala, que as identidades estão, todas elas, em permanente estado de transformação, de ebulição. Elas estão sendo constantemente reconstruídas. Em qualquer momento dado, as identidades estão sendo adaptadas e adequadas às novas circunstâncias que vão surgindo. A única forma de definir uma identidade é em oposição a outras identidades em jogo.

A respeito dessa relação entre o eu e o outro como elemento constituinte da identidade de um sujeito, Moita Lopes (2006, p. 27) afirma ser a alteridade equivocadamente pensada por muitos estudiosos das ciências humanas a partir de uma racionalidade descorporificada, desconsiderando a heterogeneidade do sujeito e “o lado da fronteira em que se está localizado”.

A partir disso, é possível retomar o relevante papel do contexto dos sujeitos no processo de construção identitária. É por meio da interação, a partir dos usos da linguagem que os sujeitos se situam na vida social; essa interação não se dá precisamente com a entidade de um interlocutor, mas a partir de seus traços sócio-históricos, como por exemplo, ser mulher, ser branca, ser de classe média. Segundo Moita Lopes (2003, p. 19):

é impossível pensar o discurso sem focalizar os sujeitos envolvidos em um contexto de produção: todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores.

É possível, portanto, pensar nas identidades dos sujeitos como podendo ser fragmentadas, múltiplas e contraditórias (MOITA LOPES, 2003), uma vez que aquilo que uma pessoa é – sua identidade social – se define nos discursos e por meio dos discursos que a circundam.

Compreendidos esses pontos a respeito da identidade social, é possível destacar o papel dos estudos no campo da Linguística Aplicada, especialmente considerando a inconstância e instabilidade das estruturas sociais viabilizadas pelas constantes mudanças tecnológicas. Esse papel, segundo Moita Lopes (2013a), é de constantes desafios tendo em vista a necessidade de o campo de pesquisa ser cada vez mais responsivo a essas mudanças, no chamado *mundo digital*. Nesse mundo, ainda há conflitos relativos às

dessencializações sociais de várias naturezas (linguísticas, identitárias etc.), excluídas das redes sociais e de tantos outros bens simbólicos e materiais e sem saber lidar com os desafios e mudanças de toda espécie que as cercam, cotidianamente, por meio, entre outros veículos, da mídia de massa (MOITA LOPES, 2013a, p. 19)

Por essas razões, faz-se necessário que a LA passe a discutir a natureza de sua própria investigação, pensando conjuntamente na construção do conhecimento e na política, considerando as possibilidades de viver e de reinvenção do futuro (MOITA LOPES, 2013b).

A inconstância dos atributos identitários faz com que haja uma compreensão da existência de uma instabilidade intrínseca na questão identitária na contemporaneidade, o que

pode ser atrelado ao que Moita Lopes e Fabrício (2004) entendem por *vertigem* em relação à identidade. Essa noção, segundo os autores, se relaciona com o mundo dos sentidos e sua irreduzibilidade lógica, acarretando a noção de abismo, que:

advém de nossa compreensão teórica sobre a linguagem, não como solo seguro e firme ou estrutura sólida, mas como espaço labiríntico e movente. Tal aspecto de nossas práticas discursivas fica mais latente quando, ao nos confrontarmos com o outro “estrangeiro”, não reconhecemos fronteiras familiares de significados onde nos ancorar. (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2004, p. 14)

O confronto com o diferente, o contato com o outro, demanda um constante repensar da vida social e dos modos de viver, o que faz com que as compreensões estabilizadas de gênero, raça, classe social, sexualidade, nacionalidade, sejam repensadas. Esse questionamento faz emergir um interesse cada vez maior pelo debate e pesquisas sobre essas questões (MOITA LOPES, 2003), instigando cada vez mais pesquisadores a enveredarem por esse caminho.

Nesse percurso, a LA brasileira contemporânea tem ancorado com cada vez mais frequência estudos acerca das relações entre linguagem e gênero, sexualidade, raça etc (MOITA LOPES, 2013b). O campo dos estudos aplicados da linguagem gera inteligibilidades a esses temas “tabus” que muitas vezes são omitidos ou silenciados na mídia (MOITA LOPES, 2003).

Ainda sobre a identidade e a constituição do sujeito, Bhabha (2014) afirma que os sujeitos se constituem nos *entre-lugares*, na diferença. Ao discorrer sobre o processo de construção de identidades em contextos coloniais, Bhabha (2014) aponta a alteridade como condição fundamental, a partir de um desejo do sujeito em direção a um Outro externo a ele. De acordo com o autor, é necessário ir para além das narrativas originárias, como pode ser observado no excerto a seguir:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 2014, p.20)

Sendo assim, para a constituição das identidades é necessário deixar de lado as noções binárias e ir *além*. Para explicar esse processo, Bhabha (2014) utiliza-se da analogia do poço da escada, convidando o leitor a imaginar um poço de escada que separa dois pavimentos, cada um desses locais acima e abaixo representando as identidades fixas. Segundo Bhabha (2014), é no vão do poço da escada, nesse espaço limítrofe entre as identidades fixas, que surge a possibilidade de um “hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta” (BHABHA, p. 23). O projeto crítico de Bhabha (2014) entende a construção de identidades como sendo ambígua e conflitante e compreende as posições dos sujeitos como “um processo de tradução e transferência de sentido. Cada objetivo é construído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura; cada objeto político é determinado em relação ao outro e deslocado no mesmo ato crítico” (BHABHA, 2014, p. 58).

Feitas essas considerações a respeito da compreensão da identidade dos sujeitos como sendo fluida, movente e constituída a partir do local em que esse sujeito e seus interlocutores se situam, além da percepção da importância do papel da Linguística Aplicada para fomentar pesquisas e discussões sobre esses diferentes elementos identitários e sociais, cabe menção ao fato de que essa noção implica o surgimento de dizeres outros, podendo ocasionar conflitos e embates, como afirma Moita Lopes (2006, p. 132):

A compreensão de que as identidades sociais são múltiplas, heterogêneas, híbridas, dinâmicas e contraditórias (...) para explicar o modo como cada vez mais vivemos a vida social tem trazido à tona, por outro lado, propostas identitárias fundamentalistas que operam na preservação de projetos identitários homogêneos, bem talhados e cristalizados, oferecendo formas nas quais as pessoas podem se encaixar.

Sendo assim, entendemos que as mudanças podem gerar, como contrapartida, uma ascensão de movimentos conservadores, que propõem um encapsulamento de identidades a partir de certos padrões de normatividade. Isso aponta para a importância de um constante pensar a identidade e as subjetividades dos indivíduos por um viés crítico. A partir dessa discussão referente à identidade social e o espaço que ocupa no campo dos estudos aplicados da linguagem, passamos à próxima seção deste capítulo, em que serão rememorados alguns pontos teóricos importantes para o contexto desta pesquisa.

2.3 OS JÁ DITOS SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO SOCIAL

Optamos, nesta pesquisa, pela ancoragem teórica e metodológica a partir dos estudos dialógicos do Círculo de Bakhtin. Essa escolha direciona os estudos acerca do gênero social e da identidade por uma perspectiva dialógica e também voltada aos estudos da Linguística Aplicada, conforme explicitado na seção anterior. Apesar disso, entendemos a relevância de estudos outros sobre as questões identitárias, além da sexualidade e do gênero, especialmente os estudos pós-estruturalistas. Sendo assim, nesta subseção, é apresentada uma discussão a partir dos Estudos Culturais, bem como uma retomada das teorias de gênero de Foucault (2014) e Butler (2015) e sobre a identidade de gênero a fim de dar visibilidade a esses importantes marcos teóricos.

Rememorar essas teorias é importante uma vez que entendemos que os discursos já ditos – especialmente os estudos acerca do gênero social – têm um papel relevante para a constituição e reafirmação desses campos teóricos, além de comporem a militância dos grupos LGBTI, como afirmam Heberle *et al* (2006, p. 9):

Embora estejamos adotando a noção de que o gênero é construído socialmente, reconhecemos que as práticas socioculturais que constituem essa categoria, e que incluem a linguagem, são, com frequência, objeto de resistência ou de contestação. Homens e mulheres, ao participarem de interações sociais via linguagem, ao produzirem ou consumirem textos (tanto orais quanto escritos), alinham-se em diferentes graus com os papéis de gênero articulados nessas práticas linguísticas, ora aceitando-os sem questionamento, ora discordando parcialmente deles, ora rejeitando-os na sua totalidade.

Dito isso, essa seção se divide em duas partes principais, uma em que são abordados os estudos pós-estruturalistas de gênero e uma segunda, em que são trazidas questões relativas à transgeneridade.

2.3.1 *Sexo e sexualidade(s): historicidades*

Contemporaneamente, tem se tornado uma prática cada vez comum a exposição das vidas privadas dos sujeitos na mídia, esse exercício, antes restrito aos ambientes íntimos, tem sido frequentemente instado e os discursos sobre a sexualidade e as práticas sexuais têm ocupado espaço nesses meios. Sendo assim, pensar na discursivização da sexualidade nos

ambientes *online* de interação pressupõe a compreensão da sexualidade como elemento constituinte da identidade do sujeito.

De acordo com Silva (2014, p. 13): “No seio dessa exposição [da sexualidade na mídia], falar sobre sexualidade tem se constituído num filão de diferentes veículos midiáticos, seja nos espaços da esfera digital, seja nas entrevistas de televisão, ou ainda nos programas que se voltam exclusivamente para o debate desta temática”. Essa tendência da mídia reflete um anseio coetâneo amparado pelo fascínio por mostrar-se ao olhar do outro, numa vivência delineada pela visibilidade, ocasionando o rompimento das fronteiras entre os âmbitos público e privado. As redes sociais funcionam como protótipos dessa externalização da esfera privada, especialmente no que tange a sexualidade, desde a criação de *blogs* com narrativas de experiências sobre o tema, até a gravação de vídeos pornográficos caseiros (SILVA, 2014, p. 15). Cabe ressaltar que é justamente nesses espaços virtuais de interação que se constituem as arenas discursivas que permitem que os sujeitos, ao manifestarem sua sexualidade e suas práticas sexuais, certo modo, constroem e modificam suas identidades perante o coletivo.

No caso dos integrantes da comunidade trans, os discursos sobre o sexo, a sexualidade e a identidade de gênero funcionam como modos de delimitação identitária enquanto grupo. Os indivíduos passam a se perceber (e ao mesmo tempo são percebidos) como integrantes de um grupo social que vem se tornando progressivamente visível – essa sensação de pertencimento e compartilhamento de ideais e sentimentos, ocasiona um comprometimento subjetivo do indivíduo com o grupo. Esse falar sobre o sexo em manifestações públicas e também em redes sociais gera para esse grupo, portanto, mais visibilidade e permitem a fabricação de novas realidades, reconfigurações de gênero e (re)afirmação de identidades. (JESUS; ALVES, 2010).

Entretanto, a prática discursiva acerca do sexo e da sexualidade nem sempre foi incentivada ou, quiçá, permitida, ou pelo menos foi essa a hipótese historicamente instituída. Essa colocação do sexo em discurso funciona como um mecanismo de controle contemporâneo, em que “as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (LOURO, 2016, p. 154). A origem dessa atribuição dos discursos sobre o sexo aos mecanismos de controle são antigas, como analisa Michel

Foucault³¹ (2014) em sua obra *História da sexualidade: a vontade de saber*. Segundo o autor, por muito tempo houve uma aparente interdição no dizer sobre o sexo que mascarou a aparelhagem de controle que, na realidade, incentivou a confissão sobre o sexo por meio de instituições como a escola, igreja, o consultório médico etc.

Há o que Foucault (2014) denomina como “hipótese repressiva”, em que questiona a noção de *encerramento* da sexualidade por parte da sociedade burguesa vitoriana. Nessa concepção, até o século XVII havia uma familiaridade com o ilícito, em que eram “frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade” (FOUCAULT, 2014, p.7) e que, posteriormente a isso, os dizeres sobre o sexo foram confinados aos âmbitos familiares e a prática sexual passou a ser vinculada apenas à reprodução. Com essa construção acerca da repressão do sexo, qualquer dizer sobre ele assumia um ar de transgressão deliberada. Sobre essa hipótese, a visão foucaultiana enxerga como ilusória a compreensão dessa interdição como elemento definitivo da história da sexualidade e, a partir de uma descrição dos diversos fenômenos de interdição-incentivo dos dizeres sobre o sexo, Foucault (2014) busca delinear sua compreensão de que o poder e o saber funcionam como elementos dos dispositivos de controle e de sujeição sociais.

Apesar da noção de que houve uma interdição do sexo no século XVII por parte das sociedades burguesas, nesse interim construiu-se uma multiplicidade de discursos concernentes ao sexo, o que aconteceu não foi a imposição do sexo ao mutismo, mas na verdade um incentivo ao falar constantemente sobre ele, como afirma Foucault (2014, p. 39): “o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo”. Ao desbancar a hipótese repressiva, Foucault (2014) explicita que houve uma explosão discursiva sobre o sexo, porém, isso não significa que o falar sobre o sexo e a sexualidade tenha sido uma prática aberta e isenta de restrições, uma vez que a sociedade impunha espaços e situações para esses dizeres. A partir disso, o autor faz suas considerações

³¹ Como dito antes, a presente pesquisa se ancora nos estudos do Círculo de Bakhtin para análise dos enunciados. No entanto, trazemos também estudos outros que se mostram relevantes para discussão proposta. Aproximar estudos bakhtinianos e foucaultianos não é uma tarefa fácil, tendo em vista as semelhanças e distanciamentos teóricos. Sobre a possibilidade desse diálogo (Bakhtin e Foucault), Severo (2013) pondera que a variabilidade e densidade de temas dessas duas ancoragens epistemológicas inviabilizam qualquer fechamento, por outro lado, as reflexões desses filósofos se enquadram em uma região fronteira. Trazemos as reflexões de Michel Foucault (2014) para o debate, tendo em vista que a temática sexualidade, sobretudo os modos como as práticas sexuais foram discursivizadas e normatizadas no decorrer da historicidade, foram analisadas em profundidade em suas reflexões, sendo, pois, uma obra seminal nas discussões contemporâneas sobre sexualidade, gênero e identidade de gênero.

sobre essa proliferação discursiva em torno da sexualidade, que se materializou na forma confessional cristã e também no âmbito do conhecimento científico.

No século XVIII, o dispositivo da sexualidade se modificou, e os sujeitos eram incentivados a construir verdades sobre si mesmos por meio dos seus discursos sobre o sexo, especialmente pela prática da confissão. Nesse contexto, o sexo passou a ser visto como objeto de verdade e a confissão passou a funcionar como um ritual discursivo, como afirma Foucault (2014, p. 69):

Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se, enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação.

Sendo assim, os indivíduos deveriam relatar minuciosamente suas práticas sexuais, como forma de se livrarem de seus pensamentos impuros, na busca pelo perdão divino.

Cabe mencionar que, até meados da segunda metade do século XVIII, como assevera Bento (2008), não eram também consideradas as diferenças anatômicas visíveis entre os sexos, “até que se tornou politicamente importante diferenciar homens e mulheres, mediante uso do discurso científico” (BENTO, 2008, p. 25). Na transição do século XVIII para o XIX, segundo Foucault (2014), houve uma explosão de discursos sobre a sexualidade, primeiramente no que se refere à monogamia heterossexual, além do surgimento de vontades de saber a respeito da sexualidade das crianças, dos loucos e dos “invertidos”. Sendo assim, criaram-se discursos pejorativos sobre a masturbação infantil, com o intuito de repreendê-la, por meio de um discurso médico e pedagógico que condenava essa prática. Fenômeno similar ocorreu com as práticas sexuais dos tidos como pervertidos sexuais, especificamente os homossexuais e demais sujeitos cujas manifestações da sexualidade eram consideradas “desviantes”. Houve, assim, o surgimento de uma série de dizeres sobre a sexualidade, especialmente por parte de instituições como a igreja, a psiquiatria, o direito e a sexologia. Foucault (2014) descreve esses discursos, apontando para o fato de que, foi a partir deles se criaram e multiplicaram as categorizações sobre os “tipos” de sexualidade.

Um segundo fator que fomentou a proliferação de discursos sobre o sexo, nesse momento, foi o surgimento da noção de população como um problema econômico e político, quando nasceu “uma incitação política, econômica, técnica a falar do sexo. E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais” (FOUCAULT, 2014, p. 26), sendo assim, o sexo passou a ser uma forma de crescimento das forças de controle coletivas e individuais, uma vez que a conduta sexual da população passou a ser de interesse político e econômico. Falar sobre sexo e a sexualidade se tornou, portanto, uma preocupação da classe dominante,

Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado; ainda melhor, uma questão em que todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância (FOUCAULT, 2014, p. 126)

Assim, “o sexo é tido como o elemento a partir do qual se pretende exercer um controle sobre as populações, de forma a garantir que elas vivam bem” (SILVA, 2014, p. 17), por meio do controle da natalidade, uma preocupação com a saúde sexual da mulher, o celibato, a precocidade das práticas sexuais etc. Sobre esse fenômeno, Butler (2016, p. 154) afirma:

Assim, o "sexo" é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o “sexo” é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. O fato de que nossa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta. Na verdade, são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei reguladora.

Sendo assim, cabe enfatizar ainda a relevância, para Foucault (2014), de se pensar a sexualidade segundo as técnicas de poder contemporâneas a ela, além do vínculo que se tece entre o sexo e a identidade, afirmando ser a partir daquele que se dá o acesso a esta (FOUCAULT, 2014, p. 169).

Feitas essas considerações, cabe uma reflexão acerca da ilusória sensação de liberdade do dizer associada às práticas discursivas acerca do sexo e da sexualidade nos textos contemporâneos. Esse incentivo à narração das práticas sexuais e da (re)afirmação das identidades dos sujeitos a partir desses discursos, que pode ser vista, por um lado, como um marco discursivo importante para as diferentes comunidades – especialmente a comunidade LGBTI que usa essa possibilidade com vistas a gerar visibilidade ao grupo em termos de conquistas e direitos sociais, como o caso do uso do nome social – pode ser compreendida, por outro lado, como o resultado dos mecanismos de controle social a que a sociedade é (e vem sendo historicamente) submetida. A partir das ponderações foucaultianas, Butler (2015) elabora seus estudos sobre o gênero social como *performance*, buscando desvincular a ideia do gênero atrelado somente aos atributos biológicos do indivíduo.

Para Butler (2016, p. 153),

A diferença sexual é frequentemente evocada como uma questão referente a diferenças materiais. A diferença sexual, entretanto, não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas.

A autora, ao fazer essa asserção, enfatiza as propriedades discursivas da constituição dos gêneros. Sendo assim, passamos à noção da *performatividade* vinculada ao gênero, criada por Butler (2015), que pensa o gênero como sendo performativo. Em outras palavras, o gênero é compreendido como o resultado de uma sequência de atos – materializados discursivamente – que constituem as identidades dos sujeitos. Nesse prisma, o gênero é sempre um *fazer*, não uma condição preexistente ao próprio sujeito. O que frequentemente acontece, porém, é a imposição de um ideal regulatório de gênero, forçando e condicionando os discursos sobre os gêneros.

Para Butler (2016), o “sexo” é uma edificação idealizada que é, forçadamente, materializada ao longo do tempo e as normas que regulam essa compreensão de “sexo” operam de forma performativa, com o intuito de determinar a materialidade sexual dos corpos, por meio da ênfase de suas diferenças materiais, consolidando o que Butler chama de imperativo heterossexual. Essas imposições criam a impressão equivocada de que não há possibilidade de rompimento das “imposições biológicas” dos gêneros – constituído pelo sistema de associações binário que vincula o masculino-pênis-homem por um lado e o feminino-vagina-mulher, por outro. Em suas considerações acerca da teoria de Butler, Salih (2015, p. 94) afirma que o gênero “não acontece de uma vez por todas quando nascemos, mas

é uma sequência de atos repetidos que se enrijece até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo”. Na perspectiva de Butler (2015), portanto, o gênero é a estilização do corpo, uma repetição de atos dentro de uma estrutura reguladora rígida, sendo assim, a cristalização das performances que caracterizam o gênero de um sujeito, são sempre entrecruzadas por elementos outros, muitas vezes também reguladores e impositivos. Por isso, nessa visão, tornou-se difícil a tarefa de separar a noção de gênero dos seus cruzamentos políticos e culturais que a produzem e mantêm, como afirma a autora:

Se esse "é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidade raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2015, p. 21)

Ademais, cabe neste momento apontarmos a relação existente entre gênero e linguagem. Para Butler (2015), a identidade de gênero, ou seja, o gênero com o qual um sujeito se identifica independentemente de suas características fisiológicas, se constrói e é constituída por meio da linguagem, indicando que não há uma identidade de gênero que a preceda. Ao afirmar que “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; a identidade é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ que supostamente são seus resultados” (BUTLER, 2015, p. 25), a autora pondera que, no contexto discursivo do que chama de metafísica da substância, o gênero aparenta ser performativo e parte integrante da identidade que pretende ser. Sobre as ponderações de Butler acerca da relação entre gênero, performatividade e linguagem, Salih (2015, p. 91) assevera:

As identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem, o que significa que não há identidade de gênero que preceda a linguagem. Se quiséssemos, poderíamos dizer: não é que uma identidade “faça” o discurso ou a linguagem, mas é precisamente o contrário – a linguagem e o discurso é que “fazem” o gênero. Não existe um “eu” fora da linguagem, uma vez que a identidade é uma prática significativa, e os sujeitos culturalmente inteligíveis são efeitos e não causas dos discursos que ocultam sua atividade (GT³², p. 145). É nesse sentido que a identidade de gênero é performativa.

³² Salih (2015) usa a abreviação GT para se referir à obra *Gender Trouble*, referenciada nesta pesquisa como Butler (2015).

Nesse debate, Butler (2015) rejeita a hipótese de que exista um núcleo pré-linguístico anterior ao gênero, uma vez que o gênero é entendido como um *efeito*, como afirma Salih (2015, p. 92): “os atos de gênero não são executados [*performed*] pelos sujeitos, mas que eles constituem performativamente um sujeito que é o efeito do discurso e não a sua causa”. Além disso, cabe ênfase no fato de que, para Butler (2015, p. 30), a linguagem define e funda um campo imaginável do gênero:

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada.

Feitas essas considerações acerca do gênero social e sobre a sua possibilidade de constituição por meio da linguagem e de atos performativos, passamos para a seção subsequente, em que se discute a questão da identidade de gênero bem como suas possibilidades de manifestação e, em especial, a transgeneridade, foco dessa pesquisa.

2.3.2 *Os sujeitos trans: historicidades, conceitos e valorações*

O uso do termo *gênero* para fazer menção ao que, até então, era chamado de *sexo* surgiu como uma tentativa por parte de pesquisadoras feministas do final do século XX de reivindicar um espaço de estudos consistente e “para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens” (SCOTT, 1989, p. 19). Essa integração terminológica do termo gênero no campo das ciências sociais³³, não almejava alcançar uma posição de poder ou desigualdade, mas incluir as mulheres no campo da ciência, sem as “nomear”, como busca de legitimação para os estudos feministas na academia (SCOTT, 1989).

Essa decisão terminológica ressalta a noção de que o estudo feito separadamente sobre mulheres e homens enfatiza a noção de que as experiências de um sexo têm pouca relação com o outro, rejeitando, assim, as justificativas biológicas para as distinções entre mulheres e homens. Ainda no que se refere ao gênero, Scott (1989, p. 7) afirma:

³³ O que entendemos hoje como estudos sobre gênero, eram denominados de “história das mulheres”, termo que revela, por si, um posicionamento político (SCOTT, 1989, p. 6).

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

A partir dessa ponderação, a autora traz à luz a importante conexão que se desenha entre o gênero de um sujeito e o contexto social em que esse se insere.

Arrazoando por esse prisma, tornam-se compreensíveis os efeitos das imposições sociais e culturais na gênese das identidades de gênero dos indivíduos. Quando uma mulher dá a luz a um bebê e alguém diz “é um menino!”, não se está narrando o que é *ser um menino*, mas sim, criando uma teia de expectativas para aquele corpo que, com o passar do tempo, se constituirá como “menino”. Como afirma Bento (2008, p. 36), “antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo” e é justamente no anúncio do sexo do feto que a materialidade do corpo passa a viver. Quando nasce uma criança, ela/e se deparará com uma trama de intenções, desejos e ansiedades atinentes ao seu futuro, intenções essas que são baseadas em “pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa” (BENTO, 2008, p. 35). Nesse interim, cabe lembrarmos a ilustre citação de Simone de Beauvoir, acerca do gênero como uma construção social:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. (BEAUVOIR, 1967, p.9)

Na concepção de Beauvoir (1967), são as subjetividades e os modos de ver o mundo que produzem um sujeito como sendo mulher ou homem, não a materialidade de seu corpo. Sobre essa afirmação de Beauvoir, Butler (2015, p. 69) afirma que “*mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações”. No mesmo caminho, Scott (1989, p. 22) afirma, por sua vez, que o “gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na

economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco”.

Sendo assim, é possível construir uma noção de gênero que não está necessariamente vinculada à materialidade dos corpos, por isso faz-se importante distinguir as concepções de gênero/sexo – distinção essa que aponta para uma ruptura drástica entre corpos sexuados e gêneros socialmente construídos –, como afirma Butler (2015, p. 25-26)

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo.

Considerando, dessa forma, os gêneros como compostos pelos significados culturais assumidos por um corpo sexuado, não é possível afirmar que eles decorrerão de um sexo específico. Assim, mesmo a partir da suposição da estabilidade do sexo binário, “não decorre daí que a construção de "homens" se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo "mulheres" interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2015, p. 26). Quando se entende essa visão e, conseqüentemente, o *status quo* do gênero passa a ser teorizado como independente do sexo biológico, o gênero se torna um artefato flutuante, o que significa que “*homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2015, p. 26).

A partir disso, é possível compreender que se um sujeito nasce com um pênis, ou seja, se seu sexo biológico é masculino, mas se esse sujeito se sente como uma mulher – possui *identidade de gênero* feminina –, ele tem a possibilidade de transformar seu corpo e sua identidade, por meio de uma série de atos discursivos e performativos e, a partir disso, constituir seu gênero como sendo feminino. Sendo assim, a identidade de gênero de um sujeito, é construída discursivamente.

Em muitos casos, a identidade de gênero de um indivíduo coincide com a materialidade de seu corpo, como por exemplo é o caso de um sujeito que nasce com os órgãos sexuais masculinos e que se entende e se constrói discursivamente como um homem. A esse tipo de sujeitos, chamamos de sujeitos *cisgêneros* (ou cis) (JESUS, 2012b). Por outro lado, existem sujeitos que, independentemente de terem nascido com a genitália masculina, possuem identidade de gênero feminina, ou que, tendo nascido com o sexo biológico

feminino, se entende e constrói sua identidade de gênero como masculina. Esses sujeitos cuja identidade de gênero não possui consonância com a materialidade de seus corpos são os chamados sujeitos *trans*³⁴.

Para Jesus (2012b, p. 2), essa noção de gênero como sendo performativo permite “compreender as vivências *trans*³⁵ fora de modelos patológicos”, ainda, para a autora, “sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” (JESUS, 2012a, p. 6). Sendo assim, as pessoas *trans* são aquelas que não se identificam com o gênero biológico, lhes designado quando do nascimento, em oposição às pessoas *cis*, cuja identidade de gênero corresponde ao gênero determinado no nascimento (JESUS, 2012b).

A (re)afirmação da transgeneridade como uma experiência identitária do sujeito, vinculada à capacidade que esse possui de construir novos sentidos para os femininos e masculinos, não significa, segundo Bento (2008, p. 23), “esquecer a dor e angústia que marcam as subjetividades daqueles que sentem e desejam viver experiências que lhes são interditas por não terem comportamentos apropriados para seus sexos”. O fato de existirem pessoas *trans*, com identidades de gênero móveis e que extrapolam a norma padrão imposta pelos discursos sociais e culturais – a cisnormatividade – aponta para o fato de que “não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas” (BENTO, 2008, p. 38).

As expectativas e idealizações em relação ao que se espera da aparência física e do comportamento previsto e associado a um determinado gênero estabelecem hierarquias e geram exclusão àqueles que não se enquadram nesses moldes (BENTO, 2008). Ademais, esses valores arraigados na sociedade são os responsáveis por comportamentos preconceituosos e excludentes com aqueles que possuem identidades de gêneros em trânsito e

³⁴ Neste estudo optamos pelo uso do termo *trans* (ou *transgeneridade*) em detrimento do termo *transexual* (ou *transexualidade*), como utilizado por Bento (2008), por entendermos, que apesar de não haver consenso no Brasil ainda quanto à terminologia, segundo Jesus (2012b), *trans/transgeneridade* são termos mais inclusivos, que englobam a transexualidade, a travestilidade, além das manifestações de identidade de gênero vinculadas à funcionalidade, como é o caso das *drag queens*, *drag kings*, *crossdressers* e transformistas.

das pessoas trans, além da patologização³⁶ da transgeneridade, gerando opressão e marginalização dessa comunidade, como pondera Jesus (2012b, p. 2):

Na conjuntura brasileira, em particular, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais e a travestis é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento da identidade. São cidadãs e cidadãos que ainda têm de lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais.

O espaço conquistado por mulheres e homens trans, ainda que pequeno, é resultado de articulação dessas pessoas. Mesmo considerando as práticas individuais de cada sujeito, suas formas de resistência, enfrentamento e luta, cabe reforçar que essas ações nunca são isoladas, fazem parte de um processo discursivo coletivo de engajamento e (re)construção de paradigmas sobre as masculinidades e feminilidades e os modos de vivenciar a identidade de gênero, vividas e experienciadas pela comunidade trans como um todo. Essas ações, por vezes, são potencializadas por meio da inserção desses indivíduos em coletivos trans, cujas ações tomam corpo na lógica dos movimentos sociais e políticos, que têm ganhado visibilidade especialmente por meio da internet (JESUS, 2012b).

De acordo com Jesus (2012b, p. 11), “A prática cada vez mais frequente do ativismo entre homens e mulheres transexuais e travestis, de forma mais ou menos intuitiva, tem aumentado a consciência política da própria população transgênero”. Essa articulação social por parte da comunidade trans, responsável pela maior visibilidade do grupo, contribui também para que os avanços sociais em relação a essa comunidade sejam alcançados, como é o caso, por exemplo, do uso do nome social. A conquista alcançada pela comunidade LGBTI por meio da promulgação do já referido Decreto Nº 8.727 é também resultado disso, uma vez que, como afirma Jesus (2012c, p. 4): as “mudanças na sociedade demoram, e só acontecem quando há mobilização”.

A partir dessas ponderações sobre identidade, gênero, identidade de gênero e as condições da transgeneridade e as possibilidades de mobilização social desse grupo, destacamos, novamente, a opção pela teoria dialógica e da LA como aportes teóricos deste

³⁶ O discurso patologizante sobre as pessoas trans se desenvolveu predominantemente em meados do século XX, no âmbito médico, com a inclusão da transexualidade como uma doença de cunho psicológico e sexual. Ainda hoje, no Brasil, para que um sujeito trans possa se submeter a terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual, deve se submeter ao Processo Transexualizador ao Serviço Único de Saúde (SUS). Para ler mais sobre a patologização dos sujeitos trans, ler Borba (2014).

estudo. No próximo capítulo apresentamos a descrição do percurso metodológico assumido por este estudo, a fim de detalhar o processo de delimitação dos dados da pesquisa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Como dito antes, o presente estudo busca compreender os discursos sobre a identidade de pessoas trans em enunciados produzidos nas esferas jurídica e jornalística. Em outras palavras, a partir do Decreto Nº 8.727, publicado pela presidenta eleita Dilma Rousseff em 28 de abril de 2016, este estudo busca analisar os discursos sobre a identidade de pessoas trans em textos *online*, a partir das relações dialógicas entre o Decreto Nº 8.727 e notícias *online*, que apontam para a discursividade acerca da identidade de sujeitos trans.

Para isso, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa de cunho interpretativista. Isso porque a pesquisa qualitativa se ocupa de realidades não quantificáveis, “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2013, p.21). A palavra-chave desse tipo de pesquisa, como aponta Minayo (2012), é compreender. Segundo a autora, a noção implicada ao verbo compreender tem a ver com a postura do pesquisador de se colocar no lugar do outro, considerando a singularidade de cada indivíduo. Além das características intrínsecas aos sujeitos da pesquisa, deve-se considerar que essas vivências estão de mãos dadas com o contexto histórico, social e à cultura desses sujeitos.

Como uma alternativa aos métodos de pesquisa experimentais, legitimados pelos estudos das ciências da natureza, a pesquisa qualitativa aborda e legitima a produção de conhecimento de maneiras distintas. Para Chizzotti, “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (2010, p. 79). Segundo o autor, a experiência científica vai além da junção de dados; e os objetos, além do pesquisador, não são neutros e, juntos, fazem parte do processo de construção de conhecimento.

Denzin e Lincoln (2006) entendem a pesquisa qualitativa, em si, como um campo de investigação. Para os autores, esse tipo de pesquisa permite que se crie visibilidade ao mundo, a partir de práticas, tanto materiais, quanto interpretativas. Nessa perspectiva, cabe ao pesquisador qualitativo munir-se de diferentes fontes de materiais, de práticas interpretativas, com o intuito de melhor conhecerem e entenderem o assunto abordado. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador, a partir das variadas práticas metodológicas assumidas, pode ser visto como um *bricoleur*, “um indivíduo que confecciona colchas” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 18), a partir da junção de excertos de realidade, na busca por um processo interpretativo coeso.

Assim, a pesquisa qualitativa, conforme proposto por Denzin e Lincoln (2006), pode ser entendida como um conjunto de práticas interpretativas, em que há soma e empréstimos de práticas disciplinares distintas, sem privilégio de uma ou outra. As tensões, contradições e características de cada método, bem como suas interpretações fazem parte desse tipo de pesquisa, que pode ser entendida como um processo. Para os autores, a pesquisa qualitativa é criativa e interpretativa.

Além de tratar-se de uma pesquisa qualitativo-interpretativista, este estudo insere-se no campo teórico da Linguística Aplicada (LA), mais precisamente na chamada LA indisciplinar (MOITA LOPES, 2006). Em consonância com a perspectiva de pesquisa qualitativa como um conjunto de práticas situadas (DENZIN; LINCOLN, 2006), essa visão indisciplinar da LA, segundo Moita Lopes (2006, p.14), pretende "criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central".

Os estudos em LA, inicialmente voltados ao ensino de língua estrangeira (LE), eram entendidos como formas de aplicar teorias linguísticas a questões de ensino-aprendizagem de LE. No entanto, essa visão aplicacionista, conforme Moita Lopes (2006), seria simplista enquanto desconsiderasse aspectos além da sala de aula e da realidade social e psicológica dos sujeitos analisados. Desse modo, “para dar conta da complexidade dos fatos envolvidos com a linguagem em sala de aula, passou-se a argumentar na direção de um arcabouço teórico interdisciplinar” (MOITA LOPES, 2006, p. 19).

Por meio de uma postura interdisciplinar, as pesquisas em LA ampliaram-se para além da sala de aula. Mais especificamente no Brasil, segundo Moita Lopes (2006), a pesquisa em LA se ramificou para os mais diversos contextos, além da sala de aula, alcançou empresas, clínicas de saúde, o que trouxe uma visada interdisciplinar e mestiça para o estudo da linguagem – características essas que fazem parte do que se entende por LA contemporânea.

Moita Lopes (2006) explana sobre a necessidade de se repensar a LA tradicional, por considerar a importância de se aprofundar no contexto social, histórico e político do contexto abordado. Essa prática, contudo, não implica na junção entre o âmbito da pesquisa e o social; para o autor, “em muitos casos na LA, pesquisa e vida social são como água e óleo: não se misturam” (MOITA LOPES, 2006, p. 21).

Há de se buscar novas formas de gerar conhecimento, a partir de ferramentas propiciadas pela LA contemporânea, considerando a importância de se gerar, além do conhecimento empírico, alternativas sociais àqueles sujeitos que vivem à margem da sociedade. Nessa tentativa, surgem preocupações de muitos linguistas aplicados da

contemporaneidade em buscar “novas teorizações calcadas em novos modos de entender a vida social”, a partir de críticas à modernidade, por meio de teorias feministas, anti-racistas, *queer* e pós-moderna (MOITA LOPES, 2006, p. 86).

O aporte epistemológico da LA tem papel fundamental na presente pesquisa, tendo em vista que este estudo pretende construir inteligibilidades sobre discursos que circulam socialmente e em suportes *online* acerca da comunidade de pessoas transexuais³⁷ por meio da análise das construções discursivas sobre o nome social. Considerando a necessidade de mobilizar olhares outros para a (re)construção da vida social, dando lugar de voz aos marginalizados (MOITA LOPES, 2006), esta pesquisa coaduna com estudos que tentam, de certo modo, renarrar a vida social, o que possibilita problematizar questões identitárias da comunidade trans. Essa problematização, ao trazer à baila questões sobre os discursos em circulação sobre a comunidade trans, tem implicações na emancipação social desse grupo. Para Moita Lopes, a emancipação social inclui diferentes grupos marginalizados, na busca por “construir a compreensão da vida social com eles em suas perspectivas e vozes, sem hierarquizá-los” (MOITA LOPES, 2006, p. 96).

Por fim, alguns pontos relevantes podem ser levantados na busca pela caracterização da LA indisciplinar, de acordo com Moita Lopes (2006), justificando o posicionamento e engajamento desta pesquisa. Primeiramente, de acordo com o autor, há uma imprescindibilidade por uma LA híbrida e mestiça, para que seja “responsiva à vida social” (MOITA LOPES, 2006, p. 97). Além disso, o autor considera a importância da intersecção entre teoria e prática para a produção do conhecimento em LA e também a necessidade de dar voz aos que vivem à margem. Por fim, o autor aponta que com a ênfase no sujeito social e na sua relação com o outro, ética e poder tornam-se elementos intrínsecos.

Levando em conta essas ponderações a respeito da LA indisciplinar ou contemporânea, e sobre a pesquisa qualitativa, é possível estabelecer um diálogo produtivo entre essas perspectivas e a corrente teórico-metodológica assumida nesta pesquisa, a da análise dialógica do discurso (ADD).

Apesar de não haver uma definição formal do que seria a ADD pelos estudos do Círculo de Bakhtin, como discute Brait (2006), as contribuições do pensamento bakhtiniano

³⁷ Para os objetivos desta pesquisa, compreendemos que a expressão “população transexual” (e seus termos variantes, sujeitos, indivíduos ou pessoas transexuais ou trans) remete ao grupo de indivíduos que, de maneira geral, não se identificam com o gênero determinado biologicamente no nascimento. Nos referimos ao grupo de transexuais e travestis como trans. Entendemos a transexualidade como “um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros do corpo” (BENTO, 2008, p.19).

para os estudos na área da linguagem são inquestionáveis. Sendo assim, mesmo não podendo alçar uma conceituação teórico-analítica fechada de uma análise dialógica do discurso, Brait (2006) busca sustentar que os estudos do Círculo influenciaram na criação de uma “análise/teoria dialógica do discurso, perspectiva cujas influências e consequências são visíveis nos estudos linguísticos e literários e, também, nas Ciências Humanas de maneira geral” (BRAIT, 2006, p.9-10).

Essa impossibilidade de definir a ADD de maneira fechada se deve também ao fato de que, conforme Brait (2006, p. 10),

esse fechamento significaria uma contradição em relação aos termos que a postulam, é possível explicitar seu embasamento constitutivo, ou seja, a indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos que instaura os estudos da linguagem como lugares de produção de conhecimento de forma comprometida, responsável, e não apenas como procedimento submetido a teorias e metodologias dominantes em determinadas épocas. Mais ainda, esse embasamento constitutivo diz respeito a uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos necessariamente apoiadas nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados.

A noção de linguagem que norteia o pensamento linguístico e filosófico do Círculo de Bakhtin, que considera os sujeitos, sua historicidade e seu contexto social, vai de encontro ao que se fazia e estudava nas correntes estruturalista e estilística até o fim da década de 1970 (BRAIT, 2006). Essa percepção social da linguagem possibilita um diálogo entre a ADD e a LA contemporânea, mencionada anteriormente. Ademais, essas mudanças no pensamento linguístico trazem consigo a noção de signo ideológico e da relação intrínseca e indissociável entre signo e ideologia (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929]).

Uma pesquisa que assume a ADD como norte teórico e metodológico precisa discutir alguns importantes conceitos tecidos e desenvolvidos a partir do pensamento bakhtiniano como o de *linguagem*, *enunciado*, *discurso*, *dialogismo*, *alteridade* – conceitos esses melhor discutidos no referencial teórico desta pesquisa. Além disso, uma análise do discurso que seja dialógica entende o discurso como “a língua em sua integridade concreta e viva” (BAKHTIN, 2015[1963], p. 207) e que seu estudo deva partir de um olhar para as relações dialógicas. Relações essas que se materializam por meio de enunciados, como afirma o autor:

As relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que *por si mesmas* carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em

posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas. (BAKHTIN, 2015[1963], p. 209, grifos do autor).

Essa noção se constrói a partir da concepção bakhtiniana de que a orientação dialógica é intrínseca ao próprio discurso.

Além disso, uma análise de cunho dialógico deve voltar o olhar para a linguagem em uso, para as práticas discursivas mobilizadas em enunciados concretos, levando em consideração os contextos de produção e circulação de discursos. Rohling (2014) aponta alguns dos parâmetros/conceitos de análise possíveis a partir dos estudos do Círculo, são eles: o estudo do cronotopo e do horizonte temático-valorativo dos enunciados, uma descrição dos interlocutores das produções discursivas e de suas relações e uma análise da esfera humana em que se dão as interações e das relações dialógicas que se tecem, voltando a atenção para a “presença de assimilação de discursos já-ditos e discursos prefigurados, discursos bivocais, apagamentos de sentidos, contraposições, enquadramentos, reenunciação de discursos e reacentuações de discursos” (ROHLING, 2014, p. 50).

Feitas essas considerações acerca do caráter qualitativo-interpretativista da pesquisa, do contexto da LA indisciplinar/ contemporânea e de sua relação com a prática teórica e metodológica da ADD com base nos estudos do Círculo de Bakhtin, em que o presente estudo se insere, caminhamos rumo à definição do objeto da pesquisa na subseção a seguir.

3.1 O CONTEXTO DA PESQUISA

Os dados gerados nesta pesquisa são enunciados de gêneros discursivos distintos, conforme detalhamento a seguir. Partimos de um evento discursivo, materializado em um decreto (Nº 8.727, de 28 de abril de 2016) assinado pela presidenta eleita Dilma Rousseff, que dispõe sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais em órgãos públicos federais, e seguimos para notícias de veículos jornalísticos que noticiaram a promulgação do referido Decreto e seus desdobramentos na política e na vida social.

Para compreendermos a relevância da publicação do Decreto Nº 8.727 e para que seja possível entender e identificar as reações resposta ativas a esse enunciado, faz-se imprescindível apresentar um panorama acerca da realidade sócio-histórica da população trans no Brasil – realidade essa que impulsionou a elaboração do decreto.

Segundo Jesus (2012b), apesar de passível de revisões, o Manual Diagnóstico e

Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV ainda considera a condição dos sujeitos trans como um transtorno de identidade e o mesmo ocorre na Classificação Internacional de Doenças – CID 10. Essa categorização faz parte da visão biologizante dos gêneros, que os associa a aspectos meramente genéticos e biológicos. Nessa visão, o sexo biológico determina o gênero de um sujeito, desconsiderando as possíveis identidades de gênero e excluindo aqueles que não se identificam com o sexo biológico. Uma das grandes violências por que passam os sujeitos trans – além do preconceito, agressões físicas, ameaças e exclusão estrutural – é o não atendimento de seus direitos fundamentais (JESUS, 2012b), incluindo a impossibilidade de utilizarem seus nomes sociais.

Contemporaneamente, o movimento trans tem alcançado visibilidade, especialmente em função do ciberespaço³⁸ que, por meio das redes sociais – além de páginas de tipo *wiki* e de *blogs* – abre oportunidades para que indivíduos até então marginalizados e negligenciados pela sociedade tenham um espaço de voz (NEVES, 2014). Ainda sobre essa questão, Jesus (2012b) afirma que:

o movimento transgênero se encontra cada vez mais visível, a partir de manifestações públicas, mas principalmente pelo ativismo em rede, instrumento pelo qual fabricam novas realidades sociais, reconfigurações das relações de gênero, por meio da combinação de elementos cotidianos e extra-cotidianos, demarcando suas identidades pessoais e sociais e demonstrando, na sua práxis cotidiana, que a sua identidade de gênero não esgota sua subjetividade, sendo, portanto, seres humanos complexos, como quaisquer outros. (JESUS, 2012b, p. 9)

Apesar dessa crescente visibilidade, a população trans ainda sofre com exclusão e com a impossibilidade de se nomearem e de explorarem e viverem livremente suas identidades de gênero.

Levando em conta essas questões, algumas medidas oficiais³⁹ vêm sendo tomadas pelo Estado, na tentativa de oferecer amparo à comunidade LGBT como um todo, minimizando o preconceito e a discriminação. Além dessas medidas, alguns órgãos da administração federal direta e indireta vêm instituindo e regulamentando o uso do nome social por travestis e

³⁸ Entendemos o ciberespaço como um espaço virtual do mundo da comunicação proporcionado pela tecnologia que "agencia a quebra das fronteiras geográficas por um lado, e, por outro, gera novos territórios, identidades e práticas sociais, lugares e não lugares" (NEVES, 2014, p.58)

³⁹ Desde a institucionalização do Dia Nacional de Combate à Homofobia (Decreto de 4 de junho de 2010 que institui o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia), até a convocação da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT com lema "Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT" (Decreto de 18 de maio de 2011), por exemplo.

transexuais em suas legislações. Contudo, ainda havia carência de uma regra que normatizasse o uso do nome social em âmbito federal, carência essa suprida pela assinatura do Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016.

Ainda, outra questão concernente à situação política e social do Brasil atual, e que compõe o espaço de produção e circulação dos enunciados analisados neste estudo, deve ser levantada neste momento. Nas últimas eleições, ocorridas em 2014, foi eleita a bancada de deputados federais mais conservadora desde 1964, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap (SOUZA; CARAM, 2014). Esse fato implica um grande aumento significativo no número da representatividade de políticos militares, religiosos e ruralistas no Congresso Nacional, em detrimento da quantidade de deputados ligados às causas dos movimentos sociais.

Essa “onda” de conservadorismo ficou evidente com a reação de um grupo de deputados ao decreto, assinado por Dilma Rousseff, regulamentando o uso do nome social por pessoas trans. Segundo Coutinho (2016), um grupo de 29 deputados protocolou em 18 de maio de 2016 um Pedido de Decreto Legislativo (PDC) para sustar o Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, da presidenta.

A fim de compreender esses discursos sobre questões relacionadas à identidade dos sujeitos trans, produzidos tanto na esfera jurídica como na esfera jornalística, optamos pela análise de um texto jurídico (Decreto) e do jornalismo *online* sobre o assunto. Na subseção a seguir, é apresentada uma descrição mais detalhada dos dados gerados no percurso da pesquisa.

3.2 O OBJETO E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Bakhtin (2015[1979]) reflete sobre as noções de texto e enunciado⁴⁰, relacionando o uso da linguagem a todos os campos da atividade humana. Para o Círculo de Bakhtin, os variados usos da linguagem se manifestam por meio de enunciados concretos, articulados por sujeitos inseridos em um determinado contexto social e em interação com outros sujeitos.

O texto, para Bakhtin (2015[1979]), é a realidade imediata, o ponto de partida de qualquer pesquisa ou pensamento dentro das Ciências Humanas. Ao discorrer sobre as características do texto e como ele é basilar para os estudos das humanidades, Bakhtin afirma

⁴⁰ Cabe ressaltar que a noção de enunciado, melhor definida no Referencial Teórico desta pesquisa, é basilar para este estudo tendo em vista que os textos tomados como objetos de análise são entendidos como enunciados concretos de sujeitos situados social e historicamente.

o que viria a ser um elemento importante de seu pensamento: “O problema das fronteiras do texto. O texto como *enunciado*” (BAKHTIN, 2015[1979], p. 308, grifo do autor). A partir dessas afirmações, Bakhtin desenvolve a relação entre texto e enunciado, além do vínculo indissociável entre os enunciados de um falante e os enunciados dos outros.

Como já mencionado anteriormente, esta pesquisa assume os estudos de Bakhtin e seu Círculo como marco teórico-metodológico basilar. Desse modo, assumimos então a concepção de texto como enunciado, cuja importância do estudo foi ressaltada por Bakhtin (2015[1979], p. 264): “o estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana é de enorme importância para quase todos os campos da linguística e da filologia”. O entendimento de texto como enunciado e a compreensão de que um enunciado não existe individualmente, mas em diálogo com outros enunciados, faz com que a construção de sentidos de um enunciado se dê na sua relação com os enunciados do outro (BAKHTIN, 2015[1979]).

Partindo dessa noção de enunciado, proposta pelo Círculo de Bakhtin, o objeto de análise desta pesquisa são os discursos que se tecem a partir da promulgação do Decreto Nº 8.727, sobre o nome social de sujeitos trans, materializados por meio de enunciados produzidos nas esferas jurídica e jornalística, no período de abril a maio de 2016. Em outros termos, são as vozes/discursos que emergem nessa arena discursiva, quando se propõe uma lei que possibilita uma maior visibilidade a esses sujeitos. A partir disso, são considerados como dados de pesquisa o Decreto Nº 8.727 de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social de pessoas transexuais e travestis em órgãos federais, além de dez enunciados da esfera jornalística que tematizam a promulgação do decreto e o uso do nome social. Os enunciados supracitados materializam uma discursividade sobre questões de identidade da comunidade trans no contexto contemporâneo brasileiro, em meio a um intenso debate sobre identidade de gênero e os direitos sociais de pessoas trans.

Por esta se tratar de uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativista, entendemos que o papel do pesquisador deve ir além da mera observação do mundo e que suas escolhas apontam e expressam seus posicionamentos como sujeito. Por isso, consideramos a delimitação de objetos de análise como um processo de geração de dados, em que o pesquisador contribui para a construção de conhecimento (MASON, 2002).

Isso posto, cabe ressaltar que todas as escolhas feitas até o presente momento não foram neutras: desde a opção temática, a compreensão da importância social da adoção de medidas que concedam direitos à população trans até a seleção dos textos analisados foram

escolhas ancoradas no entendimento e proposições da LA contemporânea de que a pesquisa acadêmica deve trazer e se ocupar de temas socialmente relevantes e responsivos à vida, em que a linguagem ocupe um lugar central na construção de inteligibilidades. Além disso, reiteramos aqui nossa escolha teórica pela análise dialógica do discurso, que entende os textos como enunciados e da importância de considerarmos as totalidades dialógicas de um enunciado para interpretá-lo (BAKHTIN, 2015[1979]).

A seguir, é apresentado um quadro que sumariza os textos selecionados e, nas seções seguintes, apresentamos uma síntese descritiva dos textos-enunciados que fazem parte do conjunto de dados de análise do presente estudo. As notícias foram numeradas e distribuídas no quadro seguindo uma categorização temática, que será abordada com profundidade na seção 4.3.2 desta pesquisa.

Quadro 1 – Dados de pesquisa (A Autora, 2017).

ESFERA DISCURSIVA	DADO	FONTE	TÍTULO	DATA DE PUBLICAÇÃO
Jurídico-governamental	Decreto	Governo Federal	Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016	28/04/16
Jornalística	Notícia 1	G1	Transexuais e travestis poderão usar nome social no serviço público federal	28/04/16
	Notícia 2	notícias UOL	Dilma assina decreto que permite transexuais usarem nome social em órgãos federais	28/04/16
	Notícia 3	Estadão	Deputados de dez partidos querem vetar nome social de travestis no serviço público	19/05/16
	Notícia 4	notícias UOL	Deputados de 10 partidos tentam vetar nome social de travestis no serviço público	19/05/16
	Notícia 5	G1	No AP, travestis e transexuais podem usar nome social para serviços de saúde	18/04/17
	Notícia 6	Campo Grande News	UFGD respeita decreto e adota nome social para travestis e transexuais	14/12/16
	Notícia 7	G1	Mulher transexual é impedida de embarcar em aeroporto de SC ao usar nome social	18/08/17
	Notícia 8	G1	Jovem trans é impedida de abrir crediário em loja com nome social: 'Humilhada', diz	11/05/17

	Notícia 9	Jornal Opção	Deputado goiano compara nome social a “apelido” e pede direito igual para héteros	20/07/17
	Notícia 10	G1	Mulher travesti discute com juíza e promotor para ter nome social respeitado em audiência no ES	28/07/17

Fonte: A autora (2017).

Conforme indica o Quadro 1, tomamos como dados de análise um conjunto composto por onze enunciados, que englobam um texto da esfera jurídica: o Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016 e dez textos da esfera jornalística, publicados após a publicação do decreto que narram sua publicação e desdobramentos.

Como já mencionado, os enunciados, foco da análise desta pesquisa, foram selecionados, tomando como base as respostas ativas ao Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Após a publicação do decreto, várias páginas do jornalismo *online* veicularam notícias relatando e contextualizando a promulgação do decreto. Buscamos, portanto, em veículos jornalísticos *online* de grande acesso⁴¹ (como os portais G1 e UOL), além de jornais de mídia local (Campo Grande News e o Jornal Opção) notícias⁴² que discutissem o tema em tela ou que narrassem situações com mesmo tema. Optamos pela escolha de duas publicações do 28 de abril de 2016 que noticiam a publicação do decreto (Notícias 1 e 2), outras duas que relatam a tentativa de deputados de sustarem o decreto (Notícias 3 e 4), duas que trazem casos de implementação do uso do nome social a partir do decreto (Notícias 5 e 6) e duas com situações em que, mesmo após a publicação do decreto, pessoas trans foram impedidas de usar seu nome social (Notícias 7 e 8). Além dessas, foram selecionadas duas notícias em que o nome social é debatido e questionado (Notícias 9 e 10).

3.3 PARÂMETROS DE ANÁLISE

Na perspectiva bakhtiniana, o percurso metodológico para análise da linguagem deve considerar tanto o estudo das formas da língua, bem como das situações de interação,

⁴¹ Os portais de notícias G1 e UOL notícia estão em sexto e sétimo lugar, respectivamente, na lista dos sites mais acessados do Brasil. Essa lista foi desenvolvida pela *Alexa Internet Inc.*, um serviço de internet da empresa *Amazon*, que mede a quantidade de usuários que acessa uma determinada página. Lista “Top Sites in Brazil” disponível no link: <http://www.alexa.com/topsites/countries/BR> (Acessado em 12 Mar. 2017).

⁴² É importante destacar que as notícias selecionadas possuem campo de comentários, em que há espaço para interação direta com os interlocutores, porém, esses dados não compõem o escopo desta pesquisa e não serão analisados.

considerando as condições sociais em que se realizam quanto a investigação dos enunciados ligados à situação de interação. Considerando, portanto, o conjunto de dados gerados e o marco teórico e metodológico assumido, propomos como parâmetros analíticos⁴³ as noções de *dimensão extraverbal/social do enunciado*, *ideologia oficial e ideologia do cotidiano*, *relações dialógicas*, *discurso bivocal*, *reacentuação e enquadramento discursivo* e *reação resposta-ativa*, propostos pelo Círculo de Bakhtin e que são discutidos a seguir.

Para Cunha (2009), nas pesquisas que têm como objeto de estudo enunciados advindos da mídia, não basta fazer análise de conteúdo, mas “estudar o funcionamento dos discursos da mídia, mais especialmente, como os acontecimentos são criados, representados, a partir da análise da escolha das palavras e do processo de retomada de outros discursos” (CUNHA, 2009, p. 24). Para a autora, é necessário ainda tomar como nível de análise a circulação de enunciados, buscando a compreensão das relações dialógicas e históricas existentes entre eles.

Bakhtin (2015[1963]) entende o discurso como a língua em sua forma concreta e viva, além disso, entende que a vida da palavra existe na sua transição entre diferentes indivíduos, contextos, gerações e grupos sociais. Essa produção e circulação de discursos faz com que cada enunciado seja único e com que cada nova enunciação reflita características específicas do falante e seu contexto. Como afirma Bakhtin (2015[1979], p. 265): "todo enunciado (...) é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual". Isso significa que uma mesma fala – com a mesma estrutura linguística – ao ser dita por sujeitos de diferentes realidades e em diferentes momentos, passa por um processo de *reacentuação*. Segundo Bakhtin (2014[1929]), sem acentuação apreciativa, não há palavra.

Isso posto, seguimos para a concepção de *dimensão extraverbal/social* de um enunciado. Para o autor, a palavra carrega não apenas o seu contexto imediato, mas os diversos outros contextos com que dialoga. Esse diálogo tem a capacidade de assumir realidades outras, questionando-as e problematizando-as. Ainda sobre a relação entre discurso e seu contexto, a situação extraverbal da palavra, Volochínov (2013[1930]) afirma:

A palavra na vida, com toda evidência, não se centra em si mesma. Surge da situação extraverbal da vida e conserva com ela o vínculo mais estreito. E mais, a vida completa diretamente da palavra, que não pode ser separada da vida sem que perca seu sentido. (VOLOCHÍNOV, 2013[1930], p. 77)

⁴³ Cabe ressaltar que esses parâmetros não foram estabelecidos *a priori*, durante o processo de seleção e organização inicial dos dados já observamos que esses conceitos seriam produtivos na análise.

Volochínov (2013[1930]) afirma ainda que a enunciação se manifesta por dois aspectos: a realização verbal em si e os conhecimentos subentendidos e compartilhados pelos interlocutores, o que significa que a situação – contexto extraverbal – é um integrante semântico necessário da enunciação.

Por tratarmos, ainda, neste trabalho, com dados de fontes diversas – textos jurídico-governamentais e jornalísticos – cabe fazermos menção aos diferentes campos ideológicos que integram a “vida” desses enunciados em tela. Para tal, tomamos por referência a discussão bakhtiniana sobre as concepções de *ideologia oficial* e por *ideologia do cotidiano*. Para Bakhtin (2014[1929]), nenhum acontecimento pode acontecer de maneira individual, sendo os processos de interação sociais parte essencial da construção dos sentidos. Esse intercâmbio discursivo é determinado pelas condições sociais, de produção e políticas do contexto de enunciação – toda essa estrutura é permeada por ideologias.

A ideologia oficial (superestrutura), dominante e com conteúdo relativamente estável, pode ser representada pelos sistemas ideológicos dominantes como a ciência, a religião, o sistema de leis, enquanto a ideologia do cotidiano (infraestrutura), por outro lado, se constitui nos contextos de produção interior e exterior da palavra viva (BAKHTIN, 2014[1929]). Esses dois sistemas se relacionam de maneira dialógica, sendo que os discursos oficiais se cristalizam progressivamente com base nos discursos do cotidiano⁴⁴, onde encontram sua realidade viva, como afirma Bakhtin (2014[1929], p. 123):

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano.

Considerando, portanto, que um discurso dialógico é aquele cujas relações extralinguísticas não podem ser desassociadas do campo do discurso, entendemos que a linguagem se mantém viva enquanto existir na comunicação dialógica daqueles que a utilizam (BAKHTIN, 2015[1963]). Assim, passamos à compreensão de que "as relações dialógicas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas vozes" (BAKHTIN, 2015[1963], p. 211). Esse choque entre

⁴⁴ Um exemplo disso, como discutido anteriormente, é a própria sanção da lei 8.727 de 28 de abril de 2016, que compõe o objeto deste estudo e parte de discussões de base – no âmbito das ideologias não oficiais/do cotidiano sobre os direitos de grupos marginalizados como os do LGBT, que vão por meio de luta e movimentos de resistência pressionando a ideologia oficial até se tornar ela própria oficial.

duas vozes dentro de um mesmo enunciado pode ser chamado de *discurso bivocal* – que surge sob as condições dialógicas de comunicação e de vida da palavra. Os discursos de um indivíduo carregam sempre palavras de outros indivíduos, como afirma Bakhtin (2015[1963], p. 223): “as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais”.

Sendo assim, na perspectiva bakhtiniana, entendemos que todos os enunciados possuem bivocalidade, uma vez que: “Apesar das diferenças substanciais, todos esses fenômenos têm um traço comum: aqui a palavra tem duplo sentido, voltado para o objeto do discurso como palavra comum e para um *outro discurso*, para o *discurso de um outro*” (BAKHTIN, 2015[1963], p. 212, grifos do autor). Isso significa assumir que há uma dupla orientação do discurso, que faz com que sempre se considere o discurso do outro. A partir dessa noção, podemos discorrer sobre o que se entende, portanto, como *reação resposta-ativa*.

Segundo Bakhtin,

o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante (BAKHTIN, 2016[1952-1953], p. 24-25)

Assim, o falante, tendo consciência das relações que se estabelecem entre o seu enunciado com o enunciado dos outros, entende, portanto, que a compreensão de um enunciado é de natureza responsiva e prene de resposta, fazendo com que o ouvinte, torne-se também falante (BAKHTIN, 2016[1952-1953]).

Outrossim, a construção de um enunciado por parte de um sujeito leva em conta diversos fatores, desde a compreensão compartilhada entre os interlocutores, os contextos extraverbais, históricos e sociais de onde fala esse sujeito e as possíveis respostas do interlocutor que exerce influência na enunciação. Cabe lembrar, por fim, que um enunciado concreto vivo é único e individual e que carrega em si ideologias e discursos outros, elementos esses essenciais para sua constituição como uma unidade da cadeia comunicativa.

Feitas essas considerações acerca de noções importantes que orientam o presente estudo, passamos para o capítulo seguinte, com a análise propriamente dita, onde os conceitos supra explicitados são retomados e aprofundados, no decorrer do seu desenvolvimento.

4 DISCURSOS SOBRE A IDENTIDADE DOS SUJEITOS TRANS: UM SUJEITO DE DIREITO?

Neste capítulo de apresentação da análise empreendida, trazemos inicialmente a discussão sobre a grande temporalidade da produção de discursos que envolve os enunciados analisados, com o objetivo de refletir sobre as esferas sociodiscursivas em diálogo, a saber: a esfera jurídico-governamental e a esfera jornalística. Em seguida, nos voltamos para uma análise mais centrada na materialidade do Decreto Nº 8.727, apontando os modos como a questão da identidade de sujeitos trans é discursivizada, buscando verificar como se construíram seu conteúdo temático e valorativo, além de questões de estilo. Na seção seguinte, são analisados os enunciados do gênero notícia, com o intuito de compreender como o jornalismo constrói o processo de reenunciação dos diferentes discursos sobre a identidade da comunidade trans, por meio da análise dos conteúdos temático e valorativo dos enunciados, além de suas projeções estilísticas e dos elementos imagéticos mobilizados na construção do discurso. Por fim, discorreremos sobre as regularidades mais salientes que apontam para as relações dialógicas entre o Decreto Nº 8.727 e as notícias selecionadas.

4.1 A GRANDE TEMPORALIDADE DOS ENUNCIADOS: AS ESFERAS SOCIODISCURSIVAS EM DIÁLOGO

Antes de adentrar na exposição da análise da dimensão verbo-visual dos enunciados em tela, é preciso discutir as noções de esfera e de cronotopo, uma vez que analisamos enunciados produzidos em diferentes esferas sociodiscursivas, a saber, a esfera jurídico-governamental e a esfera jornalística. Embora sejam enunciados produzidos em esferas distintas, podemos dizer que a partir do tema disparador aqui delimitado nesta pesquisa – O Decreto que normatiza o uso do nome social de sujeitos trans – se instaura um diálogo entre essas esferas que se centra nesse objeto discurso⁴⁵. Essa relação dialógica faz com que cada esfera reaja aos discursos da outra, assumindo-os, se contrapondo a eles ou aderindo a eles.

⁴⁵ Esta questão não é uma particularidade da presente pesquisa; a esfera jornalística busca em outras esferas – jurídica, acadêmica, política etc – os temas de suas notícias. Porém, em função do trabalho desenvolvido nesta pesquisa, buscamos os textos que têm como objeto um mesmo evento no mundo.

Para a perspectiva bakhtiniana, os diversos campos⁴⁶ da atividade humana se conectam por meio do uso da linguagem. Mesmo considerando que esse uso pode assumir diferentes formas e possuir peculiaridades tão variadas como são as diferentes esferas da atividade humana, entende-se que: “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (BAKHTIN, 2015[1979], p. 261). As esferas da comunicação humana, a partir de suas especificidades e peculiaridades, elaboram *tipos relativamente estáveis de enunciados*, que são chamados de *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2015[1979], p. 262). Uma vez que há uma pluralidade infinita de possibilidades de manifestações das atividades humanas, infinitas também são as variedades dos gêneros do discurso.

Para Grillo (2013), o campo ou esfera é o primeiro elemento enfatizado por Bakhtin acerca dos gêneros. Segundo a autora, as esferas são os espaços de existência dos variados gêneros e que a classificação desses deve ser feita por meio das esferas da atividade humana. Silva (2012) também aponta a esfera como porta de entrada para o estudo de enunciados e gêneros em uma pesquisa com base dialógica, uma vez que “é ela [a esfera] quem organiza, ou melhor, orchestra os gêneros que servem aos objetivos discursivos dos interlocutores em determinado contexto de uso da linguagem” (SILVA, 2012, p. 39).

Os elementos que compõem a parte extraverbal dos enunciados são tão importantes para a compreensão da enunciação, como os elementos verbais. Para Volochínov (2013[1930], p. 159), “cada enunciação da vida cotidiana [...] compreende, além da parte verbal expressa, também uma parte *extraverbal* não expressa, mas subentendida – situação e auditório – sem cuja compreensão não é possível entender a própria enunciação”. Para o autor, essa enunciação elabora e assume uma forma fixa dentro das esferas discursivas e, cada esfera, desenvolve, à seu modo, formas gramaticais e de estilo da enunciação, uma estrutura tipo, chamada de *gênero* (VOLOCHÍNOV, 2013[1930], p. 159).

Ademais, cabe mencionar que as esferas discursivas exercem influência sobre os enunciados que são constituídos em seu interior, uma vez que é por meio delas – e a partir de suas características – que surgem enunciados e gêneros voltados para fins específicos, como pondera Rodrigues (2005, p. 164-165):

⁴⁶ Bakhtin (2015[1979]) utiliza o termo *campo* da atividade humana neste momento, mas posteriormente o autor utiliza o termo *esfera da comunicação discursiva* (2015[1979], p. 297) para tratar da mesma noção. O termo esfera é utilizado em diferentes contextos por Bakhtin. Em virtude disso, Grillo (2013) trata como intercambiáveis ambos os termos.

Cada esfera, com sua função socioideológica particular (estética, educacional, jurídica, religiosa, cotidiana, etc.) e suas condições concretas específicas (organização socioeconômica, relações sociais entre os participantes da interação, desenvolvimento tecnológico etc.), historicamente formula na/para na interação verbal gêneros discursivos que lhe são próprios.

Além disso, devemos asseverar a relação existente também entre os estilos dos enunciados/gêneros e as características das esferas em que estão inseridos. Segundo Bakhtin (2015[1979], p. 266):

A relação orgânica e indissolúvel do estilo com o gênero se revela nitidamente também na questão dos estilos de linguagem ou funcionais. No fundo, os estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis.

Feitas essas considerações e, partindo do princípio de que as esferas discursivas propiciam o surgimento de gêneros do discurso e de que os gêneros se ancoram em um determinado espaço e em um determinado tempo, voltamo-nos à noção de cronotopo. Na perspectiva bakhtiniana, o cronotopo é “a porta de entrada da análise do gênero, isto é, o centro de organização dos acontecimentos espaço-temporais” (ACOSTA PEREIRA; BEZERRIL, 2012, p. 35). A própria etimologia da palavra *cronotopo* – do grego, *kronos* (tempo) e *topos* (espaço, lugar) – aponta para o importante enlace existente entre as noções de tempo e espaço, como aponta Bakhtin (2014[1934-1935], p. 211): “A interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura, chamaremos *cronotopo* (que significa “tempo-espaço)”.

A respeito da relação que se tece entre o conceito de cronotopo e os gêneros do discurso, Rodrigues (2001, p. 103) afirma: “Pode-se dizer que cada gênero está assentado num diferente cronotopo: uma organização particular do tempo, do espaço e do homem sócio-históricos, ou seja, compreende uma situação social de interação particular (no sentido de que se diferencia das outras)”. Desse modo, o estudo de gêneros do discurso pressupõe a compreensão da noção de cronotopo, uma vez que cada gênero possui atributos sociais, ideológicos, de tema, valoração, atrelados ao espaço e tempo em que se encontram e se

constituem. Sendo assim, entende-se que cada gênero discursivo se ancora em um cronotopo específico, definido a partir do contexto social o que está inserido.

Bakhtin (1987[1965]) adentra na questão da cronotopia a partir de seus estudos e análises literárias. Ao se voltar para a obra de Rabelais, Bakhtin busca entender como o autor descreve as ações e ritos humanos a partir de suas configurações no tempo e no espaço, especificamente a partir das festas populares. Ao discorrer sobre as festas dos povos da Idade Média, como o carnaval, por exemplo, Bakhtin (1987[1965]) afirma que, nesses contextos, há um princípio de liberdade e uma forte relação com o tempo, pois o tempo daquela festividade é único, como se lê no seguinte excerto: “Enquanto dura o carnaval, não se conhece outra vida senão a do carnaval. Impossível escapar a ela, pois o carnaval não tem nenhuma fronteira *espacial*. Durante a realização da festa, só se pode viver de acordo com as suas leis, isto é, as leis da *liberdade*” (BAKHTIN, 1987[1965], p. 6).

Segundo Bakhtin (2014[1934-1935]), a concepção de cronotopo é fundamental para os estudos dos gêneros na literatura, uma vez que, segundo o autor, as variedades do gênero se dão a partir do cronotopo,

[...] nele é importante a expressão de indissolubilidade de espaço e de tempo (tempo como a quarta dimensão do espaço). Entendemos o cronotopo como uma categoria conteudístico-formal da literatura (aqui não relacionamos o cronotopo com outras esferas da cultura). No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. (BAKHTIN, 2014[1934-1935], p. 211)

Dito isso, é possível compreender que, na perspectiva bakhtiniana, os gêneros discursivos se ancoram nas intersecções entre tempo e espaço, sendo o cronotopo o elemento organizador dos acontecimentos. Como afirmam Acosta Pereira e Bezerril (2012, p. 40): “o cronotopo é o responsável pela imagem-demonstração dos acontecimentos: o espaço, o tempo, os participantes, a situação imediata, a situação ampla”.

A partir dessas intersecções entre as noções de esfera discursiva, gêneros do discurso e cronotopo, é possível migrar para a discussão pretendida nesta pesquisa. Os enunciados analisados – decreto e notícias – se inserem em diferentes esferas discursivas. Como dito antes, o Decreto N° 8.727 está inserido na esfera jurídico-governamental, enquanto as notícias assentam-se na esfera jornalística. Cada uma dessas esferas possui características específicas que possibilitam o surgimento, manutenção e circulação de gêneros específicos. A esfera

jurídico-governamental tem a ver com as normatizações, regulamentações e legislações alcunhadas pelos poderes do Estado, como o Poder Executivo, por exemplo. Já a esfera jornalística, por sua vez, produz gêneros voltados para a produção de conteúdo informativo, como notícias, reportagens etc., como será melhor abordado posteriormente. Entender essas esferas e como se relacionam é importante para compreender como se produzem os discursos sobre a identidade trans nas diferentes esferas e em diferentes gêneros. É importante ressaltar que as esferas do discurso não funcionam de maneira totalmente autônoma e sem interferência de outras esferas, há sempre relações dialógicas entre elas, que geram intersecções.

No caso dos dados desta pesquisa, a grande temporalidade dos discursos não é composta especificamente por uma ou outra esfera discursiva que os abarcam – como a jornalística ou a jurídico-governamental, por exemplo – mas sim as discussões do cotidiano, os movimentos sociais, a esfera acadêmica dentre outros aspectos postos em diálogo.

As demandas cidadãs e de visibilidade da comunidade trans, por exemplo, vêm se constituindo a partir das *ideologias cotidianas*, que, ao pressionarem as *ideologias oficiais*, acabam interferindo nelas, gerando resultados, como é o próprio Decreto N° 8.727.

Essa pressão se dá não somente a partir das ideologias cotidianas, mas também dentro das próprias ideologias oficiais, como é o caso da esfera da academia. O número crescente de pesquisas acadêmicas que tematizam a realidade e demandas da população LGBTI e demais grupos sociais à margem (MOITA LOPES, 2006), pressiona as ideologias oficiais ocasionando em tomada de medidas por parte do governo, como a criação de órgãos de pressionam as ideologias oficiais proteção e a promulgação de leis e decretos que veem o sujeito trans como um sujeito de direitos⁴⁷.

Segundo a perspectiva bakhtiniana, o processo ideológico se constitui a partir da relação entre o que se entende por ideologia oficial e ideologia do cotidiano. Grosso modo, a ideologia oficial representa os valores e noções já estabelecidos socialmente – como a política, a ciência, a religião –, enquanto a ideologia do cotidiano representa as relações cotidianas, as relações sociais etc. Esses dois conjuntos possuem vínculo estreito e

⁴⁷ Sujeito de direito, no campo jurídico, é todo e qualquer ente – pessoa natural ou definida por lei – que está circunscrito dentro do alcance do Direito; sujeito a contrair obrigações, deveres e também possuidor de direitos, tutelado pela ordem jurídica. Entendemos que um sujeito trans, impedido de se nomear e de ser chamado e tratado em conformidade com seu gênero social não tem seus direitos como cidadão plenamente atendidos. Por esse motivo, o nome social e o reconhecimento da identidade de gênero perante órgãos públicos contribuem para que pessoas trans se tornem, de fato, sujeitos de direito.

intercambiável, um influenciando o outro, como afirmam Miotello e Di Camargo (2008, p. 86):

a compreensão do processo ideológico dá-se no jogo entre a Ideologia Oficial e a Ideologia do Cotidiano. Ao passo que a primeira indica pensamentos, visões, pontos de vista, pensares, dizeres já enraizados em nossa sociedade (o discurso da igreja, da política, etc.), a segunda seria aquela que vai se dando no cotidiano e ainda não tem forças suficientes para tornar-se oficial e hegemônica. Ambas estão em contato constante; enquanto a Ideologia do Cotidiano se alimenta da oficial, esta também se alimenta da ideologia do cotidiano, a ela responde, a ela faz referência. E assim vão vivendo nas interações humanas, nos signos trocados em cada evento.

Bakhtin/Volochínov (2014[1929], p. 123) se referem à ideologia do cotidiano como a “totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana”, distinguindo-a do que chamam de sistemas ideológicos constituídos, como a arte, a moral e o direito. Nessa perspectiva,

A ideologia oficial é entendida como relativamente dominante, procurando implantar uma concepção única de produção do mundo. A ideologia do cotidiano é considerada como a que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida. (MIOTELLO, 2014, p. 168-169)

Mais precisamente dentro da ideologia do cotidiano, é possível (e preciso) discernir alguns níveis definidos pela escala social – mede a atividade mental e a expressão – e pelas forças sociais a partir das quais esses se orientarão (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929]). Segundo Bakhtin/Volochínov (2014[1929]), de diferentes modos podem se materializar esta ou aquela atividade mental ou expressão, podendo ser mais ou menos amplo, confuso, limitado, pouco durável. Porém, mesmo nessas condições, há certa coloratura sociológica e ideológica nessas atividades. Nesses casos, há o que se entende como nível inferior da ideologia do cotidiano, que é mais fluido e muda com mais facilidade, “colocaremos nesse nível todas as atividades mentais e pensamentos confusos e informes que se acendem e apagam na nossa alma, assim como as palavras fortuitas ou inúteis” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 124). No nível inferior da ideologia do cotidiano, segundo os autores, “só se apreendem regras estatísticas: é apenas a partir de uma grande massa de produtos dessa ordem que se podem descobrir as grandes linhas de uma ordem socioeconômica” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 124).

Os níveis superiores da ideologia do cotidiano, por sua vez, são mais substanciais e possuem contato mais próximo com os sistemas ideológicos, assumindo um caráter de responsabilidade, porém continuam sendo mais móveis e sensíveis que a ideologia oficial. É por meio deles que as mobilizações e manifestações individuais tomam corpo, com o surgimento de coletivos, sindicatos e organizações não governamentais, por exemplo, e, partir disso, há possibilidade de interferência na estrutura das ideologias constituídas. Na perspectiva do Círculo, os níveis superiores da ideologia do cotidiano:

São capazes de repercutir as mudanças da infraestrutura socioeconômica mais rápida e mais distintamente. Aí justamente é que se acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. É claro, no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 124-125).

A partir dessa visão, é possível perceber como se tecem relações entre as ideologias do cotidiano e as constituídas. Segundo Bakhtin/Volochínov (2014[1929], p. 123), as ideologias constituídas se cristalizam por meio das ideologias do cotidiano que, por outro lado, as influenciam diretamente. São justamente nos encontros entre ambas que o contexto ideológico e social se delinea, em uma relação de reciprocidade, como afirma Miotello (2014, p. 169): “De um lado, a ideologia oficial, como estrutura ou conteúdo, relativamente estável; de outro, a ideologia do cotidiano, como acontecimento, relativamente instável; (...) sem perder de vista o processo global de produção e reprodução social”.

Na tentativa de construir inteligibilidades sobre a temporalidade mais ampla acerca dos discursos sobre a identidade dos sujeitos trans, é possível aventar que as lutas e negociações mobilizadas por sujeitos trans, no interior das *ideologias do cotidiano*, deram vida às demandas de direito e cidadania desses sujeitos como, por exemplo, o uso do nome social – e outros direitos à comunidade LGBTI –. A partir disso, houve uma pressão nas esferas estabilizadas (*ideologia oficial*), ocasionando a tomada de medidas para supri-las, como ocorreu com a promulgação do Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que versa sobre o uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais.

Assim, as esferas cotidiana e jurídico-governamental passaram por um processo dialógico. A esfera cotidiana, em que vige a ideologia do cotidiano, rica em interlocuções e luta dos sujeitos da comunidade LGBTI pôde interferir na esfera jurídico-governamental, em que pesa a ideologia oficial, ocasionando a promulgação do decreto que autoriza o uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais.

Assim, podemos dizer que as diversas atuações por parte dos grupos sociais LGBTI, por exemplo, ao apresentarem suas particularidades, no seio da ideologia do cotidiano, “em um rito social da diferença, constroem junto com os demais cidadãos novos conceitos sobre sexualidade e identidade, sobre quais são os direitos da população LGBT e que espaços ela pode ocupar” (JESUS, 2012c, p. 17). Essas ações articuladas nas ideologias cotidianas podem, progressivamente, pressionar e influenciar as ideologias oficiais, fazendo com que mudanças e medidas possam ser tomadas, como resposta a essas pressões. Essas ações pressionam não somente as esferas jurídico-governamentais, como explicitamos nesta pesquisa, mas também em outras esferas, como a esfera acadêmica, também parte das ideologias oficiais. Nessa esfera, diversas são as pesquisas que têm sido feitas a partir da articulação social de grupos LGBTI, como por exemplo, trabalhos que pensam a política, os direitos da população LGBTI, violência e homofobia a partir da Parada do Orgulho GLBT (CARRARA *et al*, 2005); estudos sobre gênero e mobilização social, com foco na participação de mulheres nas Paradas do Orgulho (JESUS, GALINKIN, 2011), além de produções acadêmicas sobre o transfeminismo (JESUS, ALVES, 2010; JESUS, 2012c) e sobre a carnavalização das Paradas do Orgulho LGBTI (CAMARGOS, 2007; JESUS, 2010a). Essas produções acadêmicas são um exemplo do diálogo possível que se tece entre os movimentos sociais, a pesquisa e a elaboração de medidas e leis no campo jurídico-governamental em prol desses sujeitos em militância.

Medidas por parte do Governo em prol dos direitos da comunidade trans, como o já referido Decreto Nº 8.727 – que autoriza o uso do nome social em órgãos públicos federais – passam a compor a ideologia oficial, como resposta às demandas mobilizadas pelos sujeitos na ideologia do cotidiano, por meio de luta e negociações. As ações desses sujeitos são muitas vezes organizadas por meio de movimentos sociais, que articulam questões concernentes às vidas privadas, como discriminação, preconceito, estigmatização e repulsa por seus atributos físicos ou de personalidade (JESUS, 2012c). Além das questões da esfera privada, também são organizadas reivindicações do âmbito público, pela construção de espaços de socialização, “por meio de mobilizações sociais das mais variadas espécies (marchas,

caminhadas, paradas, procissões, desfiles), reelaborando as relações sociais” (JESUS, 2012c, p. 3)⁴⁸.

Na esfera da ideologia do cotidiano, vários são os aspectos que corroboram para que haja mobilização por parte de um determinado grupo social: sentimento de justiça, eficácia de grupo – em que os sujeitos acreditam no maior potencial de ação do coletivo, identidade social – as pessoas se sentem como pertencentes a um determinado grupo, afetividade (JESUS, 2012c). Esses aspectos contribuem para que um corpo social se fortaleça e possa pressionar as ideologias constituídas a tomarem medidas que favoreçam ou melhorem as condições desse grupo. No que tange o movimento LGBTI, segundo Jesus (2010a), a atuação política cotidiana do movimento desse grupo é pouco conhecida pela sociedade, porém as Paradas do Orgulho têm obtido êxito no alcance de maior visibilidade para o movimento. Para Jesus (2012c, p. 15),

Essas paradas são eventos de ordem política que visam tornar massiva a visibilidade da população LGBT; por meio da utilização de elementos festivos, como músicas e fantasias, dado que, historicamente, as práticas homossexuais e as vivências de pessoas transgêneros (travestis e transexuais) são estigmatizadas, implicando em seu ocultamento.

É possível aventar, numa perspectiva bakhtiniana, que as ações que se constroem nos encontros cotidianos e que passam a ser mobilizadas e organizadas – como ocorre com as paradas LGBTI, por exemplo – contribuem para sua legitimação junto às ideologias constituídas.

Sobre isso, Miotello (2014, p. 173) afirma:

Tendo em vista, no entanto, que os encontros casuais são acontecimentos excessivamente dispersos e rotineiros no conjunto da comunicação social, Bakhtin/Voloshinov defende que a ideologia do cotidiano se organiza em um estrato imediatamente superior, nas interações já mais definidas e estáveis, e com condições de estabelecer padrões mínimos de estabilidade nos sentidos postos em circulação. Aqui, estaríamos tratando de grupos organizados, de pessoas sindicalizadas, trabalhadores de profissão definida, estudantes, grupos religiosos, grupos não governamentais etc. Nesse nível, os grupos organizados apostam seus valores nas interações, e por isso representam-se no plano concreto dos acontecimentos por uma série de materiais determinados (MIOTELLO, 2014, p. 173)

⁴⁸ Um dos maiores movimentos de rua da comunidade LGBTI são as Paradas do Orgulho LGBTI, que acontecem anualmente em diversas cidades do Brasil e do mundo. Algumas pesquisas foram feitas na esfera acadêmica a respeito desse movimento, como a de Camargos (2007) e Jesus (2010a), por exemplo.

A essas ponderações é possível tecer associações com os movimentos sociais voltados à comunidade LGBTI. Segundo Jesus (2012c), a visibilidade almejada pelos organizadores de eventos e movimentos sociais LGBTI vai além do intuito de tornar as pessoas marginalizadas visíveis e uma demarcação de espaço social, como é também uma estratégia de posicionamento política.

Além desses movimentos e manifestações que ocupam os espaços das ruas, cabe destacar o uso crescente da internet e das redes sociais como um tipo de mobilização particular. Contemporaneamente, a internet funciona como uma ferramenta de articulação de grupos marginalizados na organização dos eventos de rua, mas também serve para que se organizem e fortaleçam movimentos de ativismo *online*. Para o movimento transfeminista⁴⁹, por exemplo, a internet tem sido o principal campo de debates (JESUS; ALVES, 2010), com a vertente interseccional do feminismo relacionado às questões da transgeneridade. Há diversas páginas em redes sociais como o *Facebook* e em plataformas de blogs que se utilizam das ferramentas *online* para a elaboração de discussões e interseccionalidades, com a criação de espaços de voz de abrangência nacional para a comunidade feminista, a comunidade negra e LGBTI, como ocorre com os sites *Transfeminismo*⁵⁰, *Blogueiras Feministas*⁵¹ e *Blogueiras Negras*⁵², por exemplo.

Bakhtin/Volochínov (2014[1929], p. 67) entendem a palavra como “uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória, [...], como o produto da interação viva das forças sociais”. Magalhães e Queijo (2015) afirmam serem os espaços virtuais de interação *arenas discursivas*, que oferecem ferramentas para que as pressões e demandas constituídas na ideologia do cotidiano possam ser impulsionadas e pulverizadas. A internet, especialmente as redes sociais, abarca a imbricação de discursos de diferentes meios e esferas, diluindo a linha tênue que separa o público e o privado.

A essa característica, é possível associar a ideia do cronotopo da praça pública. Bakhtin (1987[1965]), ao tecer conjecturas acerca da obra de Rabelais, discorre sobre vocabulário da praça pública na Idade Média, período e tempo em que havia constantes

⁴⁹ O transfeminismo é uma linha de pensamento e movimento feminista em construção, que pode ser entendido como um movimento feito por e para mulheres trans, que busca gerar espaços para as mulheres transexuais e travestis dentro do movimento feminista (JESUS; ALVES, 2010)

⁵⁰ Endereços do site *Transfeminismo* <http://www.transfeminismo.com> e página no *Facebook*: <https://www.facebook.com/Transfem/>. Acesso em 14 de abril de 2017.

⁵¹ *Blogueiras feministas*: site <http://blogueirasfeministas.com/> e página no *Facebook*: <https://www.facebook.com/blogueirasfeministas/>. Acesso em 14 de abril de 2017.

⁵² Página da organização não governamental *Blogueiras Negras* no *Facebook*, disponível em: <https://www.facebook.com/blogueirasnegras/>. Acesso em 14 de abril de 2017.

sobreposições e imbricações de discursos variados. O cronotopo da praça pública faz esse recorte espaço-tempo em que sujeitos de diferentes esferas, em situações de festa e carnaval, passavam a compor, no espaço público, uma cultura popular, gerando uma comunicação particular. Como pondera Bakhtin (1987[1965, p. 132): “A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de “exterritorialidade” no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra”. Da mesma forma que, nessa época, indivíduos de diferentes classes sociais, com diferentes contextos e linguagens, conseguiam diluir (mesmo que temporariamente) as fronteiras entre suas realidades por meio da interação em praça pública, a internet, sobretudo as redes sociais, faz as vezes desse espaço, diminuindo as distâncias e gerando uma sensação de território comum e desenvolvendo um tipo de comunicação específico que destoa daqueles utilizados nas esferas privadas, como afirma Bakhtin (1987[1965], p 9):

Essa eliminação provisória, ao mesmo tempo ideal e efetiva, das relações hierárquicas entre os indivíduos, criava na praça pública um tipo particular de comunicação, inconcebível em situações normais. Elaboravam-se formas especiais do vocabulário e do gesto da praça pública, francas e sem restrições, que aboliam toda a distância entre os indivíduos em comunicação, liberados das normas correntes da etiqueta e da decência.

Esse território fértil para interação e comunicação tem configurado os modos de comunicação, especialmente por parte dos movimentos sociais (BITTENCOURT, 2015). As tecnologias de comunicação virtuais têm funcionado como ferramentas para mobilização *online* e *offline*, auxiliando coletivos e grupos sociais a se organizarem tanto virtualmente, como em atividades de rua. Nos espaços virtuais de interação, há uma sobreposição de discursos e espaço para que grupos marginalizados e oprimidos, como a comunidade LGBTI, possam se articular e se fortalecer. Assim, as ações particulares dos sujeitos, seus diálogos, posicionamentos – nível inferior da ideologia do cotidiano – contam com a possibilidade de articulação e organização, em forma de coletivos – nível superior da ideologia do cotidiano – tomando corpo e força para pressionar as ideologias constituídas, como assevera Miotello (2014, p. 175):

No nível mais inferior da ideologia do cotidiano, tem importância o fator biográfico e biológico, e as reações do indivíduo ainda não são marcadas ideologicamente, pois as interações são extremamente superficiais e casuais. Mas, à medida que as interações vão se aprofundando e repetindo padrões, as enunciações se relacionam e se integram no sistema ideológico que vem se constituindo permanentemente naquele grupo; e nos estratos superiores da

ideologia do cotidiano vão se apresentando os conteúdos sógnicos que já passaram pela prova da expressão externa, e as representações, as palavras, as entonações e as enunciações vão revelando estar completamente integradas no sistema ideológico, realizadas pelo sistema social. (MIOTELLO, 2014, p. 175)

Sendo assim, entende-se a internet, mais precisamente as redes sociais, como um importante artefato para o que Bittencourt (2015) chama de mídiatização do ativismo, com o estímulo da “formação de grupos independentes focados na cobertura a partir dos sites de redes sociais, contribuindo para a organização dos protestos, mas principalmente produzindo e fazendo circular narrativas paralelas às veiculadas pela mídia de massa” (BITTENCOURT, 2015, p. 126). Segundo a autora, esses espaços contribuem para o fortalecimento dos grupos sociais e da relação entre eles, fato esse vital para que os grupos alcancem objetivos políticos reais. Ainda sobre a mídiatização dos movimentos sociais:

Não se trata apenas de entender a mídiatização como influência da mídia nos campos sociais, mas de também compreender a força do componente humano no fenômeno a partir de usos diversos que reconfiguram a formação dos campos e as relações entre os mesmos. Quando se fala de mídiatização do ativismo é sobre a força que atividades midiáticas adquirem nas práticas diárias de movimentos e coletivos que atuam reportando os fatos, e no peso da apropriação como determinante da reconfiguração comunicacional que resulta dessas atividades. No contexto mídiatizado em que movimentos em rede se apropriam de ferramentas de comunicação produzindo conteúdo, e fazendo essa produção circular através das redes, o relato dos fatos escapa ao controle da mídia e suscita a reflexão sobre produção e circulação de narrativas realizadas por diferentes atores (BITTENCOURT, 2015, p. 125)

No entanto, é importante atentar para o fato de que as possibilidades de uso da internet e da rede social dão, além de espaço para mobilização e articulação de movimentos sociais, margem para a disseminação de discursos opressores e de ódio voltados à minorias e grupos marginalizados. O uso de redes sociais contribui para que grupos sociais com opiniões similares passem a compor uma “bolha” em que os sujeitos acabam tendo acesso a discursos similares aos seus a partir das suas interações e preferências na rede, devido ao algoritmo dessa rede social, que funciona como condutor das interações (RUCINSKI, 2017). Isso faz com que, por exemplo, sujeitos das comunidades LGBTI consigam se conectar e se fortalecer enquanto movimento social, delineando suas próprias identidades e, por outro lado, que pessoas com valores contrários também se fortaleçam, construindo identidades de sujeitos que não consideram a alteridade e o que é diferente, compondo um discurso de ódio também mais fortalecido.

A partir do exposto, é possível retomar a discussão anterior e relacionar a questão da ideologia do cotidiano contribuindo para a cristalização da ideologia oficial aos movimentos sociais, também por meio da produção e circulação de discursos em espaços digitais. Ao entendermos que as pautas de luta de sujeitos trans, por exemplo, tomam corpo por meio de articulação virtual e coletiva e compõem a ideologia do cotidiano, é possível também entender como suas demandas – como o uso do nome social – passam a ser atendidas pelas ideologias oficiais (Decreto Nº 8.727, por exemplo) por meio de uma imbricação e embates entre esses variados discursos. Sendo assim, pretendemos explorar as inteligibilidades sobre a grande temporalidade que gerou os enunciados analisados neste estudo a partir de um diálogo entre esferas sociodiscursivas e as relações dialógicas constituídas nesse processo.

A respeito desse diálogo entre as esferas cotidianas e oficiais, cabe mencionar que o próprio ato de assinatura do Decreto Nº 8.727 ocorreu em função da ação coletiva de sujeitos trans. Na véspera da assinatura do decreto, em 27 de abril de 2016, ocorreu a abertura da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em Brasília. Nesse momento solene de abertura, a presidenta Dilma Rousseff assinou alguns documentos e o Decreto Nº 8.727 seria um deles, mas a assinatura não ocorreu nesse momento. O evento possuía grande número de militantes e ativistas do movimento LGBTI e um grupo de homens trans se aproximaram da presidenta e fizeram um manifesto conjunto questionando Dilma a respeito do apagamento do nome social. A assinatura do decreto aconteceu no dia seguinte a esse apelo, em reunião organizada e viabilizada pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL), com a presença de militantes de entidades trans e LGBTI, além de deputados e representantes da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Essa reunião foi organizada para abrir um diálogo entre a presidenta, representantes políticos e de grupos LGBTI, para explicar a importância do nome social e do referido decreto e acarretou na assinatura, naquele mesmo momento, do Decreto Nº 8.727⁵³. Esse evento aponta para uma situação real que remete à discussão apresentada até aqui, em que se torna visível o alcance que as ideologias do cotidiano podem ter perante as ideologias

⁵³ Sobre a reunião e a manifestação feita por militantes trans na 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, é possível ler mais em texto publicado pelo deputado Jean Wyllys em que ele relata o evento de assinatura do decreto, em sua página no *Facebook* (Disponível em: <https://www.facebook.com/jean.wyllys/photos/a.201340996580582.48122.163566147024734/1080881668626506/?type=3&theater>, acesso em 07/09/2017). Além disso, é possível também ler relato de Lam Matos, ativista do movimento trans e um dos homens trans que participou da manifestação na abertura do evento e que também esteve presente no momento da assinatura do decreto. Seu relato pode ser lido na entrevista que deu ao portal *online* voltado a assuntos de interesse da comunidade LGBTI, o NLUcon (Disponível no link: <http://www.nlucon.com/2016/06/em-entrevista-militante-trans-lam-matos.html>, acesso em 07/09/2017)

oficiais. Cabe destacar que não foi apenas essa ação isolada que resultou na promulgação do decreto, mas ela permitiu que esse evento se concretizasse.

A promulgação do Decreto Nº 8.727, em 28 de abril de 2016, no âmbito da esfera jurídica-governamental, propiciou a produção de discursos outros, em diferentes esferas discursivas. Com a publicação do decreto, muitos foram os diálogos viabilizados e produzidos, especialmente na esfera jornalística, uma vez que o jornalismo vem reenunciar e reenquadrar os já ditos da esfera jurídico-governamental, ao renarrar o evento da promulgação do decreto. Esses enunciados jornalísticos trazem informações sobre o contexto que possibilitou a publicação do decreto, por exemplo, trazendo, desse modo, os movimentos sociais para a cena enunciativa. Não apenas o jornalismo reenuncia a promulgação do decreto, como materializa discursos sobre a identidade do sujeito trans, ao noticiar também acontecimentos concernentes à população trans após a promulgação do Decreto Nº 8.727, como situações de preconceito, por exemplo, reenunciando e trazendo para a discussão novamente o referido decreto. Sendo assim, o jornalismo busca a lei e a reenuncia, tecendo relações dialógicas entre fatos do cotidiano, dizeres sobre a identidade de sujeitos trans com a publicação do decreto. A partir dessas reflexões, passamos à próxima seção, em que detalhamos a análise do Decreto Nº 8.727, buscando compreender como, nesse enunciado, o sujeito trans se constitui como um sujeito de direitos.

4.2 O GRANDE TEMA DA PESQUISA: O DECRETO Nº 8.727

Após tecer inteligibilidades sobre a grande temporalidade da qual os enunciados analisados fazem parte, nesta pesquisa, a partir da noção de diálogo entre esferas discursivas e relações dialógicas e ideológicas (diálogo entre ideologias do cotidiano e ideologia oficial) e, tendo vista o objetivo deste estudo, que é identificar e analisar os discursos acerca da identidade de sujeitos trans a partir da promulgação do Decreto Nº 8.727, é preciso compreender como a publicação desse texto se constituiu e como interferiu e fomentou a produção de outros enunciados como, por exemplo, notícias *online*, que também compõem dados de pesquisa. Assim, faz-se necessário nos aprofundarmos na análise desse decreto, entendendo-o como um motivador/disparador, no contexto político-ideológico brasileiro contemporâneo, de discursos sobre a identidade de sujeitos trans e, ao mesmo tempo, ele também materializa certos modos de discursivizar a identidade dos sujeitos trans. Sendo assim, este capítulo é dividido em duas seções, uma em que analisamos o decreto enquanto

gênero do discurso, seguindo para a análise dos elementos verbo-visuais do enunciado em tela, o Decreto N° 8.727.

4.2.1 O decreto na condição de gênero discursivo

Na perspectiva bakhtiniana, os chamados gêneros do discurso⁵⁴ são entendidos como tipos relativamente estáveis de enunciados (BAKHTIN, 2011[1979]); são enunciados que representam materialmente situações específicas de interação, caminhando em direção a uma estabilidade (SILVEIRA *et al*, 2012). Em outras palavras, nesse escopo teórico, entende-se que a utilização da língua nas esferas de atividade humana se dá por meio de enunciados concretos e únicos, esses enunciados refletem as peculiaridades das esferas em que se inserem e as esferas, por sua vez, criam seus tipos relativamente estáveis de enunciados – os gêneros do discurso. Quando constituídos, os gêneros podem se modificar de acordo com as situações sociais e históricas a que estão vinculados, por isso sua estabilidade é relativa.

Segundo Rodrigues (2005), para o estudo de um determinado gênero do discurso (e, portanto, dos enunciados), é necessário voltar-se a ele a partir de alguns elementos fundamentais, sem dissociá-lo “das noções de *interação verbal, comunicação discursiva, língua, discurso, texto, enunciado e atividade humana*, pois somente na relação com esses conceitos pode-se apreender, sem reduzir, a noção de gêneros” (RODRIGUES, 2005, p. 154).

Para a autora, apesar de haver gêneros mais estabilizados que podem ser identificados e reconhecidos por sua forma e estilo (dimensão verbal), a realidade é que não são esses atributos, por si, que os definem. Além disso, os gêneros devem ser compreendidos a partir da esfera de comunicação humana em que estão inseridos. Para Rodrigues (2005, p. 164), “o que constitui um gênero é a sua ligação com uma situação social de interação, e não as suas propriedades formais”. A autora afirma ainda que, segundo a perspectiva bakhtiniana, cada gênero particular está assentado em um cronotopo específico, que “inclui um horizonte espacial e temporal (qual esfera social, em que momento histórico, qual situação de interação), um horizonte temático e axiológico (qual o tema do gênero, qual a sua finalidade ideológico-discursiva) e uma concepção de autor e destinatário (RODRIGUES, 2005, p. 165).

⁵⁴ Poderíamos envidar esforços em observar a discursividade sobre os sujeitos trans somente a partir da análise da materialidade estilística do enunciado sem nos atentarmos para a historicidade dos enunciados, ou seja, na sua condição de gênero em que os enunciados se tipificam. No entanto, entendemos que aspectos da regularidade de gênero atuam nos modos de dizer/de construir esse texto. Por isso, essa opção em discutir certas regularidades do gênero a partir de pesquisas acadêmicas sobre os gêneros discursivos (ACOSTA PEREIRA, 2008; 2012; RODRIGUES, 2005; SILVA, 2007).

Considerando que cada situação de interação pode dar origem a um determinado gênero do discurso, com regularidades específicas, e entendendo também que infinitas são as situações de interação, conclui-se que infinitos poderão ser os gêneros. Bakhtin (2011[1979]) organiza os gêneros como sendo gêneros primários ou secundários. Os gêneros primários têm relação com as esferas cotidianas e familiares da vida humana, como o cumprimento, o telefonema pessoal, uma conversa entre amigos; os gêneros secundários, por sua vez, se constituem a partir de interações sociais razoavelmente mais complexas, dentro de esferas mais formais como a esfera escolar, profissional, jurídica, podendo ser, por exemplo, o livro didático, o memorando, a lei etc. O que difere os gêneros primários dos secundários nessa perspectiva, segundo Silveira *et al* (2012, p. 55), não é sua maior ou menor complexidade, mas tem vínculo com “a diferença entre esferas discursivas da vida cotidiana e esferas formalizadas e sistematizadas, a qual, por sua vez, pauta-se na diferença entre ideologias do cotidiano e ideologia formalizada, grosso modo, ideologia oficial”. Essa diferenciação tem relação com o nosso objeto de pesquisa, conforme discutido na subseção 3.1, uma vez que a discursividade sobre a identidade de sujeitos trans se constitui numa relação dialógica, intrínseca e intensa entre ideologias cotidianas e ideologias oficiais.

A heterogeneidade dos gêneros do discurso e o fato de a estabilidade de seus enunciados ser relativa pode ter vínculo com o fato de que os gêneros não podem ser pensados para além de sua dimensão espacial e temporal. Ou seja, um gênero sempre possui um cronotopo, uma relação com seus aspectos sociais (espaço) e históricos (tempo) e justamente por essa razão, podem se modificar ou se constituir enquanto tipos relativamente estáveis de enunciados.

A esfera jurídica-governamental é uma esfera em que predomina a ideologia oficial e, portanto, a produção de enunciados de gêneros secundários, como as leis e os decretos, por exemplo. Esses gêneros, considerando determinações preestabelecidas por lei, no contexto brasileiro, devem seguir normas e modelizações mais regulares. Os gêneros secundários, na perspectiva bakhtiniana, são mais herméticos e menos suscetíveis a variações, uma vez que “surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – ficcional, científico, sociopolítico, etc” (BAKHTIN, 2016[1952-1953], p. 15).

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL, 2002), a redação dos textos oficiais deve ser caracterizada pela impessoalidade, clareza, concisão, formalidade, uniformidade e uso do padrão culto de linguagem, características essas que têm

a ver com a noção bakhtiniana de estilo. Para Bakhtin (2016[1952-1953]), a estilística é um dos elementos principais da composição do enunciado, juntamente de seu conteúdo temático e construção composicional. Segundo o autor, "todo estilo está indissolavelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso" (BAKHTIN, 2016[1952-1953], p. 17). Sendo assim, os aspectos estilísticos do texto decreto, estabelecidos pela esfera de produção e circulação desse enunciado, vão ao encontro da determinação prevista em Constituição de que a administração pública – tanto municipal quanto estadual ou federal – deve seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O interesse pela publicidade e impessoalidade deve, então, nortear a preparação dos atos e comunicações oficiais. Além disso, pressupõe-se que os atos normativos – uma vez que elaborados à serviço da população – não devem ser redigidos de modo a tornar a compreensão obscura ou impossibilitada, sendo clareza e concisão características implicadas nesse processo (BRASIL, 2002). O teor regulamentar dos textos jurídicos exige que os atos normativos de toda natureza sejam elaborados com linguagem adequada e acessível, portanto, sem marcação de linguagem técnica.

Apesar de existir uma determinação de que os textos públicos sejam compreensíveis e acessíveis a toda a população, muitas vezes, isso não ocorre nas práticas interacionais. O uso excessivo de termos do campo do Direito (conhecido pelo neologismo popular *juridiquês*) comumente torna os textos jurídicos e oficiais de difícil compreensão para o cidadão, isso aponta para a existência de uma diferença entre aquilo que se estabelece como norma e o que de fato acontece em termos de linguagem dentro das atividades humanas nessa esfera específica. Vale ressaltar que a complexidade do discurso jurídico não é característica intrínseca a esse campo do conhecimento. Para Hespanha (2009), antes da modernização do Direito, notadamente até o início do século XVIII, as práticas jurídicas não possuíam caráter formalista e técnico semelhante ao que adota atualmente. Antes disso, a linguagem utilizada era mais simplificada; isso porque além de os profissionais do Direito (juízes, advogados, juristas) nem sempre possuírem formação técnica e letrada, as normas possuíam forte ligação com os costumes e tradições locais. Por outro lado, com o advento da Modernidade e o privilégio do positivismo no campo das ciências sociais, o Direito obteve status de ciência e, com isso, teve que se adaptar e assumir características e aspectos mais formais, o que se estendeu ao campo da linguagem, que passou a ser mais rebuscada e técnica (HESPANHA, 2009).

Atualmente, as normatizações e predeterminações comuns dos textos e gêneros pertencentes à esfera jurídico-governamental preveem formas de enunciação específicas. Isso faz com que, como já mencionado anteriormente, essa esfera ancore gêneros mais rígidos e menos plásticos, com menor probabilidade de mudanças. Desse modo, partindo das considerações tecidas até aqui sobre as especificidades estilísticas da linguagem jurídica, passamos para as especificações acerca do gênero decreto. A Presidência da República do Brasil desenvolveu um manual de redação que aponta diretrizes para elaboração de textos de determinados gêneros, indicando os elementos constituintes desses textos, o tipo de linguagem a ser utilizada e até a formatação e leiaute de seus textos, dentre os gêneros esmiuçados no manual, temos as indicações e explicações acerca do decreto.

De acordo com o *Manual de redação da Presidência da República* (BRASIL, 2002), e, em termos gerais,

Decretos são atos administrativos da competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas, de modo expresso ou implícito, na lei. Esta é a definição clássica, a qual, no entanto, é inaplicável aos *decretos autônomos*, tratados adiante.

O Manual prossegue dando breves definições dos tipos existentes de decretos, que podem ser *singulares*, quando contem regras singulares ou concretas – nomeação, aposentadoria, desapropriação –, podem ser decretos *regulamentares*, no caso dos atos normativos subordinados ou secundários e podem ser também *autônomos*, quando decorrem diretamente da Constituição, possuindo valor similar ao de uma lei ordinária.

O que difere primordialmente um decreto regulamentar – ou de execução – de um decreto autônomo – ou independente – é o fato de que aquele parte de um conteúdo normativo preexistente, regulamentando-o em forma de decreto; enquanto este legitima sua existência na Constituição, instituindo um direito novo. Partindo dessas prerrogativas, podemos afirmar que o Decreto Nº 8.727 é um decreto autônomo, entendido como um ato normativo com efeitos análogos ao de uma lei ordinária (BRASIL, 2002). Estruturalmente, os decretos são compostos por dois elementos básicos: “a ordem legislativa (preâmbulo e fecho) e a matéria legislada (texto ou corpo da lei)” (BRASIL, 2002), além disso, os decretos que possuem regras jurídicas de caráter geral e abstrato são numerados, e são sempre referendados pelo Ministro competente. Feitas essas considerações acerca do gênero decreto, passamos para a discussão sobre o Decreto Nº 8.727, na seção que se segue.

4.2.2 A Dimensão verbo-visual do Decreto N° 8.727

Partindo das premissas estipuladas a respeito do gênero discursivo decreto e da compreensão do Decreto N° 8.727 (Figura 1) como o grande tema dos enunciados analisados, seguimos para a análise desse enunciado, produzido na esfera jurídica-governamental, partindo de uma descrição seu contexto mais imediato de publicação, perpassando também pelas relações dialógicas que se tecem entre ele e outros textos. Para isso, devemos atentar para dois aspectos principais desse decreto, sua dimensão social e sua dimensão verbal (RODRIGUES, 2005). A dimensão social, constituída pelos elementos extraverbais e subentendidos do enunciado envolve os interlocutores do texto, seu auditório social, e uma situação de interação específica, com as noções de cronotopo, tema e valoração. A dimensão verbal – ou verbo-visual⁵⁵ – é o olhar para os elementos verbais e composicionais do texto, a seleção lexical, a construção frasal etc.

Figura 1 – Decreto N° 8.727⁵⁶



⁵⁵ Volochínov (2013[1930]) utiliza a expressão *verbal* ao se voltar aos elementos materializados pelos enunciados. Considerando, contudo, a possibilidade de que essa materialidade possa ser expressa por meio de outras semioses, utilizamos o termo verbo-visual.

⁵⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em 18/09/2017.

O Decreto Nº 8.727, assinado pela presidenta Dilma Rousseff em 28 de abril de 2016, foi referendado pela então Ministra do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos⁵⁷, Nilma Lino Gomes⁵⁸, atendendo às expectativas formais estabelecidas para o gênero. O decreto foi publicado no Diário Oficial da União e encontra-se disponível na página oficial do Palácio do Planalto. O timbre do governo federal, com demarcação da esfera de produção e dos órgãos responsáveis por esse enunciado já o caracterizam como um gênero secundário e marcam sua pertença a uma esfera de circulação oficial, como pode ser observado abaixo.

*Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos.*

No que diz respeito ao conteúdo temático, nesse decreto, temos como ordem legislativa o preâmbulo: *“Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”*. O preâmbulo é a parte da lei ou decreto que anuncia sua promulgação, funcionando como uma espécie de resumo do que trata o texto. Nesse caso, o preâmbulo do Decreto Nº 8.727 já deixa determinado o tema do decreto – uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero –, a que sujeitos se aplica a regulamentação – travestis e transexuais –, e em que contextos esse decreto se aplica – administração pública federal.

No que tange à matéria legislada, o decreto é composto por sete artigos. O primeiro deles reenuncia o preâmbulo e dá a definição da intenção principal do decreto: *“Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta,*

⁵⁷ O Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos foi criado pela presidenta Dilma Rousseff, em 2015, como parte de uma reforma ministerial, ao unir em um único Ministério as Secretarias de Igualdade Racial, Mulheres e Direitos Humanos. Essa foi uma das medidas do governo Dilma na busca pelo fortalecimento e aprimoramento das políticas de gênero e de combate ao racismo e pelos direitos humanos. Cabe ressaltar que após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, foi publicada a Medida Provisória (MP) Nº 726 por Michel Temer, em 12 de maio de 2016, extinguindo o referido Ministério, que foi incorporado ao Ministério da Justiça e da Cidadania. Essa MP foi uma das primeiras ações do governo Temer, que teve repercussão negativa por ser uma proposta de administração vista como excludente e de perfil pouco diversificado, uma vez que é composta predominantemente por homens brancos.

⁵⁸ Nilma Lino Gomes foi a primeira mulher negra a assumir um Ministério na história do Brasil.

autárquica e fundacional” (BRASIL, 2016). Os demais artigos estabelecem como esse decreto deve ser colocado em prática, constando no Art. 2º os locais em que esse decreto deve ser implementado – órgãos e entidades da administração pública federal; no Art. 3º normatizando como o uso do nome social será utilizado nos registros de sistemas de informação, cadastros, fichas, crachás, que devem possuir campo específico para o nome social em destaque, acompanhado do nome civil; no Art. 4º que determina que os documentos oficiais devem ter o nome social das pessoas trans, acompanhado do nome civil⁵⁹ a partir de solicitação do interessado; Art. 5º que dispõe sobre o uso do nome civil acompanhado do nome social apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público; Art. 6º que determina que a pessoa trans pode requerer a qualquer momento a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e funcionais, bem como em cadastros e sistemas informatizados e, por fim, o Art. 7º que estipula o período a partir do qual o decreto entra em vigor, sendo o de um ano a partir da data de publicação para o Art. 3º e na data de publicação para os demais.

Cabe, neste momento, lembrar que o olhar bakhtiniano para a linguagem pressupõe a consideração de que ela é decorrida de diversos discursos. Na perspectiva de Bakhtin (2015[1930-1936]), a palavra não tem sentido por si e só adquire sentido, só passa a ter vida, a partir do seu direcionamento para o objeto, ou seja, a partir do entendimento da dimensão social de que faz parte a quem se direciona. Isso faz com que os discursos não sejam nunca neutros. Por esse motivo, para a compreensão de um enunciado é necessário debruçar-se à sua dimensão extraverbal, aos discursos que dialogam com ele e ao espaço-tempo em que está inserido e se constituiu, como afirma Bakhtin (2015[1930-1936, p. 49):

O enunciado vivo, que surgiu de modo consciente num determinado momento histórico em um meio social determinado, não pode deixar de tocar milhares de linhas dialógicas vivas envoltas pela consciência socioideológica no entorno de um dado objeto da enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social.

A partir disso, passamos à dimensão social do Decreto Nº 8.727, a partir de seus elementos extraverbais. No que tange o auditório social, entendemos que todo enunciado, inserido em uma situação de comunicação, pressupõe a existência de um auditório social, ou seja,

⁵⁹ Alguns grupos do movimento trans entendem que a determinação de o nome civil acompanhar o nome social nos documentos oficiais pode gerar constrangimentos aos sujeitos trans. Para ler mais sobre esse assunto, acesse o link: <http://www.nlucon.com/2016/05/advogado-explica-o-que-significa.html> , reportagem elaborada pelo grupo NLUCON do movimento LGBTI.

“qualquer situação da vida em que se organize uma enunciação, não obstante, pressupõe inevitavelmente protagonistas, os falantes” (VOLOCHÍNOV, 2013[1930], p.159). No caso do decreto em tela, tratando-se de um decreto promulgado pela Presidência da República, é possível dizer que toda a população brasileira pode ser considerada um interlocutor previsto, porém, especialmente os sujeitos das comunidades trans e LGBTI, além daqueles que trabalham, estudam ou frequentam órgãos públicos federais podem estar inseridos na categoria de auditório social. A comunidade LGBTI, em geral, é uma grande interessada na publicação de um decreto como esse, uma vez que ele representa um avanço em relação às políticas de igualdade de gênero e identidade de gênero e por responder às diversas manifestações e movimentações desse grupo em prol de avanços políticos e sociais em favor da comunidade LGBTI.

Além de compreender que sujeitos estão envolvidos e fazem parte do espectro social da publicação do Decreto Nº 8.727, é importante que nos voltemos ao espaço-tempo em que se insere. O decreto, de 28 de abril de 2016, foi publicado pela presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em seu segundo mandato. A gestão Dilma fez parte de um plano de governo que teve início em 2003, com o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Uma das primeiras medidas do então presidente foi dar o *status* de Ministério à Secretaria de Direitos Humanos, incluindo a preocupação com os direitos humanos no mesmo patamar de outras áreas perante o Poder Executivo, dando mais espaço e visibilidade à população LGBTI. Diversas outras ações em prol do movimento LGBTI foram tomadas durante os anos do governo Lula-Dilma, tais como a criação do programa “Brasil sem Homofobia”, em 2004, visando promover cidadania e direitos humanos aos grupos LGBTI, com combate à discriminação e luta por direitos; a realização da “1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT”, em 2008, que teve como objetivo mobilizar governos estaduais, o Ministério Público, além de representantes dos poderes legislativos e judiciários para ouvir as demandas do movimento LGBTI; a fundação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, em 2009; a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, em 2010.

Em 2013, já no primeiro governo Dilma, foram feitas alterações no Sistema Único de Saúde (SUS), que passou a oferecer acolhimento e atendimento de travestis, transexuais e transgêneros, com terapias hormonais e cirurgias, além da inserção do nome social no cartão de identificação do SUS. Ainda nesse ano, o Brasil assinou a Convenção contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância da Organização dos Estados Americanos, em

Guatemala, acordo que definiu obrigações dos governos a respeito de assuntos como orientação sexual e identidade de gênero. Em julho de 2015, aconteceu a posse de Symmy Larrat na coordenadoria-geral de Promoção dos Direitos LGBT, a primeira travesti a ocupar esse cargo. Cabe destacar, como discutido antes, que todas essas medidas políticas foram uma resposta às diversas demandas e pressões sociais dos grupos militantes LGBTI – ideologia do cotidiano – que contribuíram para que suas demandas se tornassem lei – ideologia oficial.

Além de compreendermos que a promulgação do Decreto Nº 8.727 ocorreu como mais uma das ações afirmativas inseridas na política de diversidade a partir de um olhar para o caminho percorrido durante os governos nos últimos doze anos, é possível perceber na redação do decreto dizeres que vão ao encontro das teorias de gênero social, como pode ser observado no Parágrafo Único do Art. 1º. Para que o referido artigo seja compreendido pelos cidadãos, esse artigo possui um parágrafo único com algumas considerações:

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento. (BRASIL, 2016)

No excerto exposto, em que são definidas as noções de nome social e identidade de gênero para fins de compreensão e implementação do decreto, é possível verificar como há um diálogo com as teorias de gênero social, como pode ser notado na definição que se dá à identidade de gênero. Para Jesus (2010, 2012a, 2012b) e Bento (2008), a identidade de gênero de um sujeito não tem relação estrita com seu corpo biológico, sendo assim, um sujeito que nasce com órgãos sexuais masculinos não é/não se tornará necessariamente um sujeito do gênero masculino, sendo a construção das masculinidades e feminilidades um processo social, como afirma Jesus (2012a, p. 6): “Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente”. Podemos, desse modo, aventar que o decreto reenuncia e ancora-se nas teorias de gênero social. Ou seja, reenuncia um discurso que circula nas pesquisas sobre o tema.

No decreto em análise, é possível verificar que a concepção de identidade de gênero é discursivizada, em diálogo com os estudos de gênero – próprio do governo Dilma, que adotou

medidas em prol da igualdade entre mulheres e homens e pelo empoderamento e autonomia feminina. Nesse contexto, o Decreto Nº 8.727 trata o sujeito trans como um sujeito de direito, que possui o direito, determinado em lei, de ser chamado de acordo com o seu gênero social.

Além dessa relação dialógica entre o decreto e teorias do gênero social, como mencionado anteriormente, cabe destaque o fato de que o decreto antecipou reações-reposta dos possíveis interlocutores. Isso tem relação com o que Bakhtin (2015[1930-1936]), diz que o discurso é sempre voltado para uma resposta de seu interlocutor, não podendo se esquivar da interferência do *discurso responsivo antecipável* de um dado enunciado. Sobre a dialogicidade interna do discurso, o autor aponta ainda que o discurso se constitui na resposta – discurso-resposta – que é esperado: “O discurso vivo está voltado para uma *palavra-resposta: provoca a resposta, antecipa-a e constrói-se voltada para ela*. (BAKHTIN, 2015[1930-1936], p. 52).

Essa antecipação da reação-resposta do interlocutor se mostra quando o decreto menciona a possibilidade de reações de cunho discriminatório em relação ao tema e, antevendo isso, incluiu em sua matéria legislada o trecho abaixo:

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais. (BRASIL, 2016, grifo nosso)

O fato de o decreto vedar o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para que alguém se refira a um sujeito trans pressupõe que aqueles que enunciaram esse decreto, movidos por conhecimento partilhado sócio e culturalmente acerca da situação de exclusão e opressão em que os sujeitos trans se inserem, já anteciparam que esses sujeitos poderiam ser discriminados ou ofendidos.

Como visto anteriormente, entende-se que um enunciado, desde sua idealização até sua materialização (e além) pressupõe a existência de um interlocutor, em outras palavras, “Todo discurso está voltado para uma *resposta* e não pode evitar a *influência profunda do discurso responsivo antecipável*” (BAKHTIN, 2015[1930-1936], p. 52, grifo do autor). Pensando por essa perspectiva, é possível compreender que, no processo de construção discursiva, se tecem relações dialógicas entre esse discurso e os possíveis discursos alheios.

As possibilidades de reações responsivas aos discursos são inúmeras e, por isso, são também vários os possíveis efeitos de estilo que essa antecipação pode criar, como afirma Bakhtin (2015[1930-1936], p. 56):

A relação dialógica com a palavra do outro no objeto e com a palavra do outro na resposta antecipável do ouvinte, sendo, em essência, diferentes e gerando na palavra efeitos estilísticos diferentes podem, não obstante, entrelaçar-se de modo muito estreito, tornando-se quase indissolúveis para análise estilística.

Nessa ótica, entende-se, portanto, que o autor de um determinado enunciado possui um horizonte de previsão da resposta do outro, uma vez que o discurso é sempre vivo, provoca respostas, as antecipa e se constrói voltado para ela. Nesse sentido, para Bakhtin (2015[1930-1936]), o discurso é determinado pelo não dito, mas pode ser forçado e antecipado pelo discurso responsivo. No enunciado em análise, os autores do decreto, prevendo o tipo de resposta que poderia surgir por parte de seus interlocutores – preconceito, exclusão, ofensas – moldaram seu próprio discurso de modo a tentar evitar que esse tipo de situação aconteça.

Outra questão relevante na análise do decreto é a observação de aspectos ligados à sua autoria. Na perspectiva bakhtiniana, a autoria é objeto de variadas tonalidades teóricas: “autor como personagem, como ideólogo da arquitetura, como voz mascarada, como ouvido polifônico, como interlocutor no diálogo cronotópico” (ARÁN, 2014, p. 6). Sob essa visada, entende-se todo texto tem um autor, que é aquele sujeito que o assina. O autor é um potencial criador do enunciado e esse sujeito, segundo Arán (2014, p. 22):

É um sujeito historicamente moral, compreendendo por isso a ação singular do homem real em todas as suas manifestações e práticas, que se referem a determinados valores e normas sociais, contextuais, históricas, nunca absolutas nem universais, e que em semiótica chamamos modos de produção do sentido, sentido que se produz a partir de um sujeito situado e que Bakhtin chama de *sujeito responsável*.

Para compreender, portanto, a questão da autoria de um enunciado, é necessário adentrar na noção de ato. A concepção de ato para a teoria bakhtiniana serve-se base para a concepção dialógica de linguagem. Segundo Bakhtin (2015[1930-1936]), o ato é único e irrepetível e pode ser entendido como uma ação concreta que se realiza de maneira intencional por um sujeito situado no mundo vivido. Por ser intencional, esse ato é

responsável, ou seja, quando um sujeito assina um enunciado – um ato – ele se responsabiliza por esse ato. Sobre essa noção, Bakhtin (2012[1920-1924], p. 43-44) afirma:

O ato deve encontrar um único plano unitário para refletir-se em ambas as direções, no seu sentido e em seu existir; deve encontrar a unidade de uma responsabilidade bidirecional, seja em relação ao conteúdo (responsabilidade especial), seja em relação ao seu existir (responsabilidade moral), de modo que a responsabilidade especial deve ser um momento incorporado de uma única e unitária responsabilidade moral. Somente assim se pode superar a perniciosa separação e mútua impenetrabilidades entre cultura e vida.

Ainda, segundo Amorim (2009, p. 23), “o ato é um gesto ético no qual o sujeito se revela e se arrisca por inteiro. Mais que ser responsável pelo que pensa, o sujeito é, de certo modo, convocado a pensá-lo”. Ao realizar um ato, ao pensar um pensamento, o sujeito se torna responsável por ele, nas palavras de Bakhtin (2012[1920-1924], p. 23-24): “O dever de pensar e a impossibilidade de não pensar são dados pela posição que ocupo em um dado contexto da vida real e concreta. Desse lugar, que somente eu ocupo, o que vejo e o que penso são da minha responsabilidade. Ninguém mais pode pensar aquilo que penso”. Isso significa dizer que não há um alibi na existência de um sujeito para não pensar ou não ocupar o lugar que lhe pertence. Para o autor, o ato responsável de um sujeito – o fazer responsabilmente – do qual não existe um alibi para a sua existência é a assinatura desse sujeito, que reconhece a unicidade de sua ação no mundo ético.

Dito isso, podemos observar a autoria do enunciado em tela, o Decreto Nº 8.727. Conforme a previsão normativa do gênero, decreto deve ser assinado pelo presidente e referendado pelo ministro competente. Em conformidade com essa determinação, ao final desse enunciado, consta a assinatura da presidenta Dilma Rousseff, referendada pela assinatura da ministra do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes. Não desconsideramos o fato de que no processo de elaboração de um documento oficial como é o Decreto Nº 8.727, existem diversos sujeitos que compõem a autoria desse texto, os membros do ministério em questão, as equipes de apoio técnico e todos os sujeitos envolvidos na elaboração do texto. Porém, é a presidenta Dilma Rousseff, referendada pela ministra Nilma Lino Gomes, que assume institucional e publicamente a autoria desse decreto, tornando-se responsável por esse ato. Entendemos, portanto, que há uma autoria institucional, composta por um corpo de sujeitos – equipes técnicas e jurídicas, revisores, assessores etc – que constroem coletivamente os textos jurídicos. O mesmo ocorre com os textos jornalísticos, apesar de haver uma autoria delimitada – o jornalista ou o jornal –

há uma série de profissionais envolvidos no processo de produção dos textos jornalísticos, como os editores, revisores etc.

Cabe destacar que a autoria desse decreto remete à presidenta Dilma Rousseff, que é uma atora social relevante e icônica por se tratar da primeira mulher a se tornar presidente da República Federativa do Brasil, em 1 de janeiro de 2011. Então, trata-se de uma autoria que suscita outros já ditos sobre essa posição no contexto político ideológico, sendo, pois, um deles o próprio embate sobre ser chamada de presidente ou presidenta. No Decreto Nº 8.727, optou-se pela utilização do termo presidenta, com desinência de gênero no feminino, como pode ser observado no trecho a seguir:

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, caput, inciso III, no art. 3º, caput, inciso IV; e no art. 5º, caput, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional [...].

Essa escolha funciona como uma reafirmação e demarcação ideológica da autoria do decreto, bem como estabelece uma relação com as políticas de gênero do governo da presidenta Dilma, que no início de seu primeiro mandato promulgou a Lei Nº 12.605, de 3 de abril de 2012, que determina o uso obrigatório de flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Essa determinação foi motivada pela ocasião histórica inédita de uma mulher ser eleita presidente do Brasil, como afirmam Silveira *et al* (2012, p. 107, grifo das autoras):

Por ocasião das eleições presidenciais, acompanhamos na mídia a discussão sobre a dúvida em usar presidente ou presidenta. Essa discussão foi motivada pela situação político-sócio-histórica emblemática e icônica, caracterizada por um evento valorado socialmente: eleições presidenciais no Brasil de 2010 em que a *primeira mulher foi eleita presidente do Brasil*. Assim, o uso de presidente, antes de constituir forma naturalizada em seu sentido dicionarizado, passou a ser um símbolo da democracia política no nosso país e trouxe consigo um outro signo – *presidenta*, que era já uma palavra dicionarizada, mas bem pouco conhecida dos falantes brasileiros.

A Lei Nº 12.605 – bem como o uso do termo presidenta – gerou, na época, controvérsias em diversas esferas sociais. Essas controvérsias giravam em torno da assunção, por parte de algumas pessoas, de que a decisão de Dilma denotava uma “mudança” no uso do substantivo

presidente feita por interesse próprio e também pelo desconhecimento do fato de que a palavra *presidenta* já era reconhecida como termo oficial e dicionarizado da língua portuguesa antes mesmo das eleições de 2010. A utilização do signo ideológico *presidenta*, além da promulgação da Lei N° 12.605, pode ser compreendida como uma marcação de posição política e axiológica da mulher no âmbito político, chamando atenção para o fato inédito e histórico de uma mulher assumir esse cargo no Brasil e também como um marco na luta por igualdade de gênero na política, também característica do governo Dilma.

A partir dessas considerações a respeito do gênero decreto e do olhar voltado para o enunciado em tela, o Decreto N° 8.727, podemos tecer algumas conclusões. O objetivo discursivo do gênero decreto, como visto anteriormente, é regulamentar e delinear atos normativos, por meio de normas gerais e abstratas. Já o Decreto N° 8.727, em específico, tem como objetivo estabelecer o sujeito trans como um sujeito possuidor de direitos – o direito de ter sua identidade de gênero reconhecida e o direito de ser tratado pelo nome que se adequa à sua identidade de gênero, o nome social – por meio da regulamentação do uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais.

O nome social, pauta de luta e militância da comunidade trans, é tão importante para esses sujeitos porque é um dos elementos responsáveis pela constituição da identidade desses sujeitos a partir de suas vivências de gênero. Uma mulher trans que em situações sociais corriqueiras como em uma ida ao médico ou ao fazer um cadastro em uma loja, por exemplo, é tratada e chamada pelo seu registro civil, está sujeita a constrangimentos e discriminação pelo impedimento de viver sua identidade de gênero. Na perspectiva bakhtiniana, o nome de um sujeito é sua assinatura no mundo. Vimos anteriormente como a identidade de um sujeito se constitui por meio de relações de alteridade, da mesma forma se dá a questão da assinatura, como afirma Amorim (2009, p. 25): “Assinatura é inscrição na relação de alteridade: é confronto e conflito com os outros sujeitos”. Isso quer dizer que para que um sujeito trans possa se constituir enquanto tal, seus atos, sua assinatura, devem existir a partir de sua relação com o *outro* e uma das maneiras que se tecem socialmente essas relações é por meio do nome. Sendo assim, a regulamentação do uso do nome social por pessoas trans oferece a esses sujeitos a possibilidade de viverem, nos âmbitos em que vale o decreto, as suas identidades de gênero sem discriminação, tornando-os sujeitos possuidores de direitos.

Feitas essas considerações acerca do Decreto N° 8.727, que dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais, foi possível verificar como sua constituição se deu a partir de orientações formais e estruturais do gênero a partir do Manual

de Redação da Presidência da República, e também como seu contexto e situação de interação contribuíram tanto para a sua promulgação, quanto, de fato, influenciaram em seu próprio discurso, como mencionado anteriormente, a partir de uma reenunciação de discursos acerca das teorias de gênero social, além de antecipar uma resposta-ativa dos interlocutores, moldando, dessa forma, seu discurso. Compreendemos que esse decreto, marco das políticas LGBTI no âmbito federal, constitui-se como grande motivador dos enunciados da presente análise, pois é a partir de sua promulgação que diversos outros enunciados se construíram. Dito isso, passamos à próxima seção que focaliza as notícias produzidas na esfera jornalística, motivadas pela publicação do Decreto N° 8.727.

4.3 OS DISCURSOS SOBRE A IDENTIDADE DOS SUJEITOS TRANS EM NOTÍCIAS *ONLINE*

Neste capítulo, apresentamos a análise das notícias produzidas na esfera jornalística, mais precisamente publicadas em portais *online* de notícias, que tiveram como disparador um evento: a publicação do Decreto N° 8.727. Buscamos, na compreensão desses dados, observar as regularidades discursivas acerca da identidade de sujeitos trans. Considerando o fato de que os gêneros do discurso se formam e se constituem a partir das esferas da comunicação social em que se inserem, iniciamos esta parte introdutória com um apanhado teórico acerca da esfera jornalística. Sobre essa esfera social, Rodrigues (2001, p. 74) afirma:

Partindo da relação constitutiva entre as esferas sociais e a constituição e o funcionamento dos gêneros do discurso, a consideração da existência de um conjunto de gêneros particulares, no caso, os gêneros jornalísticos, leva necessariamente à análise das especificidades da esfera onde eles se situam, a esfera jornalística.

Ainda segundo Rodrigues (2005), alguns gêneros inseridos na esfera jornalística possuem traços comuns a outros gêneros da mesma esfera. Um desses traços é o fato de que a interação entre o autor de um determinado texto e seus interlocutores não ocorre em um mesmo espaço-tempo físico (como acontece em uma interação face a face), além disso, a interação não é feita entre sujeitos – “de pessoa a pessoa” – mas sim, *mediada* ideologicamente pela esfera jornalística (RODRIGUES, 2005). Em estudo sobre o gênero artigo pelo viés da teoria dialógica, a autora tece importantes considerações a respeito dos gêneros dessa esfera:

Entre o processo da produção e o da interpretação dos enunciados na comunicação jornalística, há o espaço do trabalho de mediação da esfera jornalística, que “regulamenta” as diferentes interações nesse espaço, “filtra”, “interpreta” (impõe um acento de valor) e põe em evidência os fatos, acontecimentos, saberes, opiniões etc. que farão parte do universo temático-discursivo jornalístico (RODRIGUES, 2005, p. 170-171)

Entende-se, portanto, que a esfera jornalística – parte da dimensão social do gênero notícia – se estabelece enquanto campo de interação social, assumindo características, objetivos e gêneros específicos a ela. Para Bakhtin (2014[1930-1936]), as construções jornalísticas podem ser entendidas como manifestações verbais socialmente importantes, que têm o poder de alcançar, com suas intenções, os elementos da linguagem que se conectam semântica e expressivamente, determinando sentidos e tons valorativos.

Cabe lembrar que, segundo a perspectiva do Círculo, os signos materializados a partir das interações sociais são sempre carregados de forma valorativa, ideológica, ou seja, os signos ideológicos carregam, em si, características que representam as condições sociais e do contexto em que se estabelecem, não apenas refletindo e reproduzindo sua realidade, mas atribuindo sua orientação ideológica e valorativa, como afirmam Bakhtin/Volochínov (2014[1929], p. 32):

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.).

Sendo assim, é possível afirmar que os gêneros inseridos na esfera jornalística, como é o caso da notícia, por exemplo, são determinados pelos horizontes valorativos, sociais e ideológicos da própria esfera.

Partindo das exposições acerca da esfera jornalística e do entendimento que os gêneros que nela se inserem estão sempre carregados de atributos valorativos e ideológicos, ressaltamos que, como mencionado por Rodrigues (2001), cada gênero do discurso se ancora em um determinado tempo-espaço, um cronotopo, sendo esse, a porta de entrada para o estudo do gênero. Isso significa dizer que, para analisar um gênero do discurso, é necessário enveredar por seus horizontes temporal, temático e valorativo. Nas subseções seguintes, aprofundamos o olhar para o gênero notícia *online* e para os enunciados que compõem os dados de pesquisa, adentrando na análise da dimensão verbo-visual dos enunciados, tratando

de seu conteúdo temático, horizonte valorativo, suas marcas linguísticas e semióticas, buscando verificar como esses elementos contribuem para a construção de discursos acerca da identidade de pessoas trans.

4.3.1 A notícia online na condição de gênero

O estado econômico, cultural, social e tecnológico que propiciou a configuração atual das tecnologias de comunicação começou a se delinear na década de 1970, com uma convergência dos meios de telecomunicação que culminou na criação do computador pessoal, até então programado para uso científico e militar (LEMOS, 2015). Esse processo, chamado de *revolução digital* ou *era do hipertexto* (XAVIER, 2013) alterou significativamente a maneira como os conteúdos passaram a ser produzidos e a estrutura da comunicação social. Essa alteração contribuiu para uma consequente mudança nos meios de comunicação de massa (mídia impressa, rádio, televisão). A partir desse momento, surgiam “formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação” (LEMOS, 2014, p. 69), com um a delineação de uma estrutura rizomática de produção, em que os conteúdos passam a ser produzidos não somente por um grupo específico, mas por todos e para todos.

Dentro da esfera do jornalismo, um dos gêneros mais comuns é o gênero notícia, que tem como objetivo discursivo informar fatos e situações relevantes a um determinado grupo social. Esse gênero, como qualquer gênero, atende as demandas sociais do nicho em que está inserido, além disso, como afirma Sousa (2002, p. 3):

Uma notícia é um artefato linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem fatores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sociocultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia (SOUSA, 2002, p. 3)

Com o avanço de tecnologias digitais diversas foram as mudanças que se delinearão nos meios de comunicação, especialmente a partir do uso da internet. Essas mudanças interferiram no fazer jornalístico, dando ao profissional dessa área novas ferramentas de busca de informação que transformam as notícias e, por outro lado, “diminuindo a importância da figura do jornalista como gestor privilegiado dos fluxos de informação no meio social” (SOUSA, 2002, p. 14). Não somente o papel do jornalista sofre alterações, como é possível afirmar que com essas mudanças nas formas de se acessar e produzir conteúdo, os próprios

gêneros do discurso passam por mudanças. Segundo Araújo (2016), os espaços digitais geram alterações nos modos como o indivíduo se apropria das tecnologias, acarretando um processo de reelaboração dos gêneros, como afirma o autor:

Esse processo de reelaboração criadora e inovadora de gêneros discursivos nas redes sociais está associado à relativa liberdade de criação proporcionada por esses espaços virtuais, que permitem aos usuários experimentarem diferentes técnicas de produção de textos híbridos que acontecem por meio das atividades de recortar/copiar e colar, próprias das tecnologias digitais. (ARAÚJO, 2016, p. 58)

A noção de transmutação de gêneros foi cunhada Bakhtin (2011[1979]) ao discorrer sobre a potencialidade de um gênero de aglutinar outro, ocasionando no surgimento de novos gêneros ou gêneros híbridos. Para o autor, esse fenômeno ocorre em função da complexificação das esferas sociais e discursivas em que os gêneros se assentam, com isso, emergem novas demandas e, por consequência, novos gêneros. A notícia *online* pode também ser pensada por esse viés: houve uma transposição do gênero em seus suportes físicos para serem veiculados em suportes digitais e isso alterou o modo como os leitores respondem a esse gênero, interferindo diretamente na própria estrutura do gênero.

Um dos elementos importantes que permeia a notícia *online* enquanto gênero discursivo é a possibilidade de intercalação de gêneros. Com o rápido intercâmbio de informações e a possibilidade de produção de conteúdo por toda pessoa com acesso a um *smartphone* – com a possibilidade de criar fotografias, gráficos, montagens, vídeos etc. – as notícias em suportes digitais passaram a incorporar multisssemioses, como a inclusão de vídeos, de notícias da televisão e links para outros textos, páginas ou informações, todos esses elementos passam, então, a compor esse novo formato do gênero notícia *online*. Como afirmam Barton e Lee (2015, p. 33): “as pessoas mobilizam recursos semióticos disponíveis para construir sentido e afirmar suas relações com os significados expressos. Em particular, elas combinam imagens e outros recursos visuais com a palavra escrita *online*”, como pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 2 – Notícia 1⁶⁰

Além de ser repleta de gêneros intercalados, a notícia *online* oferece uma possibilidade maior de interação direta e materializada pelo leitor. Os veículos de comunicação impressos já possuíam a possibilidade de o leitor responder aos seus textos, com as cartas do leitor, em que um leitor poderia, motivado por alguma notícia ou informação veiculada em uma edição do meio de comunicação, escrever uma resposta ou comentário em relação a esse enunciado e enviar para o jornal ou revista, que se ocuparia de selecionar alguns dos textos recebidos e publicá-los em uma edição posterior do veículo. Com os recursos tecnológico disponíveis atualmente, esse processo de interação com o interlocutor se torna muito mais facilitado. Já prevendo a participação dos leitores, grande parte dos jornais e revistas *online* oferecem a ferramenta de comentários em seus enunciados.

Os comentários *online* respondem aos textos jornalísticos uma vez que existem como parte integrante da estrutura das notícias, que oferecem aos seus leitores, espaço de interação na forma de um campo para comentários disponibilizado na própria página da notícia. Além disso, a prática discursiva de comentar extrapola a esfera jornalística. Uma característica importante dos espaços *online* criados pela Web 2.0 são justamente os seus sistemas de

⁶⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/dilma-autoriza-gays-usar-nome-social-no-servico-publico-federal.html>. Acesso em: 18/09/2017.

comentários (BARTON; LEE, 2015, p. 22), que dão ao leitor um papel a possibilidade de materializarem suas respostas aos enunciados de modo multissemiótico. Cabe destacar que, mesmo que um leitor opte por não escrever ou registrar um comentário em uma notícia, por exemplo, ele sempre construirá uma reação resposta ativa a esse enunciado específico (BAKHTIN, 2015[1979]).

Escrever *online* é uma prática de afirmação individual por meio da escrita (BARTON; LEE, 2015). A concretização da intenção de publicar um texto em um *blog* ou rede social, ou até mesmo de comentar em uma reportagem publicada na esfera jornalística faz parte do processo de construção da(s) identidade(s) dos sujeitos, uma vez que essas expressões normalmente são vinculadas a opiniões ou sentimentos em relação a algo ou alguém. Há uma relação dialógica no processo de afirmação identitária por meio das manifestações escritas *online*: cada usuário busca percursos de exaltação do que quer ser, em detrimento daquilo que não se deseja ser. (NEVES, 2014). Esse pode também ser um motivo que faça com que os interlocutores sintam necessidade de manifestarem seus posicionamentos, em oposição a determinados conteúdos. Essa reafirmação pode ocasionar confrontos e embates entre usuários, cujos posicionamentos diferem.

O posicionamento de um sujeito é interativo e intersubjetivo, o que significa que as posturas assumidas por esse sujeito são direcionadas e interpretadas por um público específico e, de certa forma, antecipam a reação desse público. Barton e Lee (2015) associam a manifestação desses posicionamentos às posturas chamadas de epistêmica e afetiva. Para os autores, esta tem vínculo com a expressão de sentimentos e juízos pessoais, enquanto aquela se relaciona com a afirmação de fatos, conhecimentos e crenças. Ainda,

a maneira como o falante e o ouvinte (ou leitor e escritor) entendem a declaração de postura pode então moldar novas enunciações de postura na interação. Portanto, além daquele que se posiciona, do objeto e dos recursos que permitem um posicionamento, adicionamos um quarto componente, o *destinatário*, que pode ser o leitor ou o ouvinte em qualquer situação de posicionamento. (BARTON; LEE, 2015, p. 118)

O posicionamento assumido pelos usuários em ambientes de escrita *online*, também manifestável pela participação nos sistemas de comentários da Web 2.0, é parte essencial da interação virtual. Esse espaço de interlocução, muitas vezes, torna-se o foco das publicações pelo embate discursivo entre os usuários que se posicionam em relação a elas. Isso faz com que o próprio gênero notícia se modifique, a partir dessas considerações. Tendo consciência desse fenômeno e de todas as possibilidades de interação entre os interlocutores, as notícias passam a ser pensadas em função da resposta do leitor. Feitas essas considerações acerca do

gênero notícia *online* e em como houve um processo de transformação a partir das notícias impressas, voltamos o olhar para os enunciados selecionados nesta pesquisa.

As notícias selecionadas para análise nesta pesquisa são no formato *online* e, das dez selecionadas, apenas duas delas possuem indicação de autoria do jornalista responsável (notícias 1 e 2), ou seja, é possível dizer que há, na maior parte das vezes, uma autoria institucional. Para Bakhtin (2015[1970]), um discurso nunca pode ser compreendido *per se*, desassociado de seu falante, da situação em que está inserido, da sua relação com seus interlocutores. Sobre o papel do jornalista no espectro da autoria e do discurso, o autor afirma:

O jornalista é acima de tudo um contemporâneo. É obrigado a sê-lo. Vive na esfera de questões que podem ser resolvidas em sua atualidade (ou ao menos num tempo próximo). Participa de um diálogo que pode ser terminado e até concluído, que pode passar à ação, pode tornar-se força empírica (BAKHTIN, 2015[1979], p. 388-389)

O importante papel da figura do autor para compreensão das notícias enquanto gêneros do discurso ultrapassa as marcas de autoria visíveis nas notícias, como a assinatura do jornalista ou o próprio veículo jornalístico em que está inserido. As marcas autorais podem ser observadas pelos traços dos discursos alheios, materializados pela reenunciação de discursos, além das nuances valorativas perceptíveis nos enunciados.

Para Bakhtin (2015[1979]), nenhum falante pode ser considerado o primeiro falante, uma vez que os enunciados estão sempre em diálogo com outros enunciados que o antecedem e também com os que os sucederão. O autor utiliza uma analogia comparando os enunciados aos elos de uma corrente, ao afirmar que cada enunciado é um elo da cadeia comunicativa, não podendo ser separado dos elos anteriores ou posteriores a ele, uma vez que os elos que o antecedem exercem influências tanto internas quanto externas, ocasionando em atitudes responsivas. Ao mesmo tempo, quando um sujeito profere um enunciado, ele antecipa as reações e respostas de seus interlocutores, sua compreensão responsiva, moldando seu próprio discurso a partir desse fato. Por isso, na perspectiva bakhtiniana, não existem enunciados neutros ou sozinhos, eles sempre reenunciam, quer de maneira explícita ou implícita, ideologias e vozes outras, assumindo certos dizeres, marcando-os valorativamente, como afirma Faraco (2013, p. 173), “No processo de referência, realizam-se, portanto, duas operações simultâneas nos signos: eles *refletem* e *refratam* o mundo”.

As notícias analisadas evidenciam as regularidades previstas pelo gênero, uma vez que são construídas pela voz do outro ao reenunciar a voz do entrevistado ou do sujeito que é

objeto da pesquisa. Os enunciados selecionados tematizam o Decreto Nº 8.727, noticiando fatos e desdobramentos que surgiram em resposta ao decreto. É fato que os dizeres sobre a questão da identidade de gênero, dos sujeitos trans e do nome social fazem parte da realidade sócio-histórica em que estão inseridos e, de fato, foi esse contexto o propulsor dos variados discursos sobre esse assunto. Porém, partimos da ideia de que a publicação do decreto instigou a elaboração das notícias, uma vez que elas o reenunciam, o retomam, o validam ou o mencionam, seja de maneira literal, seja para fins de contextualização de um determinado fato, situando o leitor no debate sobre os direitos das pessoas trans.

De certo modo, as notícias reenunciam o direito dos sujeitos trans, quer seja ao narrar o acontecimento da publicação do decreto que legitima o uso do nome social em órgãos públicos federais (notícias 1 e 2); seja pela indagação dos direitos desses sujeitos, com a criação de medidas buscando inviabilizar o Decreto Nº 8.727 (notícias 3 e 4); a legitimação dos direitos das pessoas trans (notícias 5 e 6); o não reconhecimento da identidade de gênero, gerando situações de impedimento do uso do nome social por sujeitos trans (notícias 7 e 8) e o questionamento do nome social enquanto medida de inclusão para esses sujeitos (notícias 9 e 10). Em outros termos, os enunciados apontam para os direitos das pessoas trans ao reenunciarem o decreto, trazendo situações de embate e utilizando o decreto como forma de explicar e contextualizar ao leitor o tema.

4.3.2 O conteúdo temático dos enunciados

O conteúdo temático de um determinado enunciado varia em função do propósito do autor e do auditório pretendido, além das suas situações de produção. Para Bakhtin/Volochínov (2014[1929]), o tema de uma dada enunciação ultrapassa as formas linguísticas que a compõem e incorporam também os elementos extraverbiais da situação. Segundo Acosta Pereira (2008, p. 99), o horizonte temático de uma notícia é caracterizado pela “contemporaneidade, efemeridade e proximidade tempo-espacial dos fatos e dos acontecimentos a serem noticiados”. O conteúdo temático principal encontrado no conjunto de notícias é em relação ao nome social, uma das grandes demandas da população trans. O nome social é discursivizado nas notícias a partir da promulgação do Decreto Nº 8.727 e é tematizado por diferentes vieses dentre os enunciados selecionados. Cabe ressaltar que, o uso do nome social é uma reivindicação do movimento trans, uma vez que os sujeitos trans querem e devem ser tratados de acordo com o seu gênero social, com o reconhecimento da sua identidade de gênero nos ambientes de convívio social. É importante lembrar que o nome

social, é entendido como uma gambiarra legal (BENTO, 2012) e funciona como um recurso paliativo para que os sujeitos trans possam ser chamados pelo nome social e reconhecidos socialmente como mulheres e homens trans *apesar* do seu registro civil. O ideal, para esses sujeitos, é o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans em forma de lei⁶¹, o que viabilizaria a alteração dos registros civis (nome e gênero) de acordo com a identidade de gênero de cada um. Atualmente, essa medida só acontece mediante ordem judicial, o que faz com que pessoas trans em situação de vulnerabilidade econômica, que não tenham recursos para arcar com as despesas jurídicas, sejam impedidas de buscar essa saída.

A seguir, apresentamos um quadro indicando de que modo o nome social é tematizado em cada notícia, com um fragmento do texto para fins de exemplificação.

Quadro 2 – Conteúdo temático das notícias

Notícia		Regularidade do conteúdo temático	Excerto da notícia
N1	“Transexuais e travestis poderão usar nome social no serviço público federal”	Nome social explicado a partir do Decreto N° 8.727	A presidente Dilma Rousseff assinou nesta quinta-feira (28) um decreto que autoriza a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) a utilizar o chamado “ nome social ” nos órgãos do serviço público federal, como ministérios, universidades federais e empresas estatais
N2	Dilma assina decreto que permite transexuais usarem nome social em órgãos federais”	Nome social explicado a partir do Decreto N° 8.727	A presidente Dilma Rousseff assinou nesta quinta-feira (28) decreto que permite transexuais e travestis usarem seu nome social em todos os órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais.
N3	“Deputados de dez partidos querem vetar nome social de travestis no serviço público”	Direito ao nome social questionado	Menos de um mês após ser decretado pela presidente afastada Dilma Rousseff (PT), o uso do nome social de travestis e transexuais nos órgãos da administração pública direta e indireta é questionado por parlamentares.

⁶¹ Em 2013, o deputado federal Jean Wyllys (PSOL) e a deputada federal Erika Kokay (PT) desenvolveram o Projeto de Lei (PL) 5002/2013⁶¹, propondo a aprovação da Lei João Nery⁶¹ ou Lei de Identidade de Gênero. Essa PL visa alterar o artigo 58 da Lei de Registros (Lei 6.015/1973), dando liberdade aos sujeitos trans para serem tratadas de acordo com sua identidade de gênero, inclusive pela retificação registral da certidão de nascimento e do registro civil. A PL 5002/2013 foi inspirada por lei similar, em vigor na Argentina (Ley 26.743). A lei argentina é considerada a mais avançada do mundo, aprovada por ampla maioria da na Câmara dos Deputados do país e com unanimidade pelo Senado, e está em vigor desde 2012.

N4	"Deputados de 10 partidos tentam vetar nome social de travestis no serviço público"	Direito ao nome social questionado	Deputados de dez partidos apresentaram nesta quarta-feira (18) um projeto para suspender o direito de transexuais e travestis a usarem seu nome social nos órgãos públicos do governo federal.
N5	"No AP, travestis e transexuais podem usar nome social para serviços de saúde"	Divulgação do direito ao uso do nome social	Uso do nome social é garantido com base no decreto 8.727/16, do Governo Federal. ONG entregou portaria em hospitais e postos de saúde de Macapá
N6	UFGD respeita decreto e adota nome social para travestis e transexuais"	Implementação do uso do nome social	A UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) decidiu optar pelo uso do nome social por estudantes de Graduação e Pós-graduação da instituição.
N7	"Mulher transexual é impedida de embarcar em aeroporto de SC ao usar nome social"	Impedimento do uso do nome social	Uma mulher transexual foi impedida de embarcar no Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola, em Joinville, na manhã de quinta-feira (16), porque o nome social que constava na passagem aérea era diferente do nome presente nos documentos de identificação.
N8	"Jovem trans é impedida de abrir crediário em loja com nome social: 'Humilhada', diz"	Impedimento do uso do nome social	Uma mulher trans de São Carlos (SP) foi impedida de abrir um crediário utilizando seu nome social em uma loja de departamentos da cidade. Mesmo apresentando o RG, Leona Zanforlin não conseguiu dar continuidade ao procedimento.
N9	"Deputado goiano compara nome social a "apelido" e pede direito igual para héteros"	Direito ao nome social questionado	O deputado federal goiano João Campos (PRB), que é autor do projeto polêmico sobre a "cura gay", quer sustar o decreto que concede a travestis e transexuais o direito de serem identificados pelo nome social nas entidades da administração pública federal.
N10	"Mulher travesti discute com juíza e promotor para ter nome social respeitado em audiência no ES"	Não reconhecimento do nome social	Um trecho do artigo 6º do decreto presidencial 8.727, de abril de 2016, diz que "a pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais". Mesmo assim, a mulher travesti Deborah Sabará conta que precisou entrar em um debate com uma juíza e um promotor para que seu nome social constasse em um documento oficial durante uma audiência judicial no Espírito Santo.

Fonte: A autora (2017).

Como pode ser verificado no quadro, nas notícias 1 e 2, o nome social é explicado especialmente em função do Decreto Nº 8.727, que autoriza o uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais. Os enunciados tratam sobretudo do decreto, adentrando no tema do nome social a fim de contextualizar e explicar o documento.

Já nas notícias 3 e 4, o nome social e o Decreto Nº 8.727 são tematizados de um modo diferente. Após a promulgação do decreto, houve uma grande reação no campo político, em que 29 deputados protocolaram o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 395/2016. O PDC é o tema central dessas notícias, que buscam explicar o contexto de publicação desse documento, recorrendo, portanto, à questão do nome social e do referido decreto. Cabe mencionar que os deputados que assinaram a PDC utilizaram argumentos jurídicos e legais visando justificar a intenção de sustar o Decreto Nº 8.727, porém, se levarmos em conta o fato de que grande parte dos deputados que assinaram o PDC fazem parte da Frente Parlamentar Evangélica, a chamada bancada evangélica, incluindo o deputado João Campos (PRB), autor do PDC e ex-presidente da bancada no Congresso, é possível tecer ponderações acerca das reais motivações para a tentativa de sustar o decreto assinado por Dilma Rousseff. A bancada religiosa se articula, no âmbito político, contra temas como igualdade racial, igualdade de gênero, casamento e união homoafetiva, descriminalização e legalização do aborto, além da criminalização da violência contra a comunidade LGBTI. A postura da bancada frente a esses temas, dentre vários outros, aponta para a demarcação de um posicionamento ideológico desse grupo, ancorado em justificativas de teor religioso e indo contra diversas das medidas tomadas pelos governos Lula-Dilma, que buscaram diminuir a violência contra esses grupos e gerando visibilidade.

Nas notícias 5 e 6, temos novamente o nome social e o Decreto Nº 8.727 sendo tematizados, mais precisamente a partir do uso do nome social. Na notícia 5, especificamente, há apontamentos sobre o uso do nome social nos serviços de saúde e menção à Portaria 1.820 de 2009⁶², que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Nessa portaria, há indicação expressa de que todos os cidadãos têm direito a um atendimento acolhedor e respeitoso no Sistema Único de Saúde, independentemente de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência. Já na notícia 6, há o caso da Universidade Federal da

⁶² Portaria do Ministério da Saúde publicada em 14 de agosto de 2009, disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2009/01_set_carta.pdf. Acesso em 09/09/2017.

Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul, que reenuncia o decreto e a questão do nome social ao noticiar a regulamentação do uso do nome social na universidade, por meio de resolução interna, publicada em dezembro de 2016.

O nome social e o Decreto Nº 8.727 também são temas das notícias 7, 8, 9 e 10. Porém, nesses casos, são tematizados a partir de um outro ponto de vista. Nas notícias 7 e 8, há relato de situações em que houve impedimento do uso do nome social por pessoas trans em um aeroporto e em uma loja de departamentos. Nesses casos, temos a voz do sujeito trans narrando a importância do nome social e as consequências de sua não utilização. A voz da pessoa trans é também apresentada/reenunciada na notícia 10, que, assim como a notícia 9, apontam situações em que houve questionamento da identidade trans e do nome social, por parte de um deputado federal, João Campos (PRB) – autor da PDC 395/2016 – que compara o nome social a apelido na notícia 9, e por parte de uma juíza em uma audiência na 1ª Vara Criminal de Vitória (ES), segundo relato da conselheira estadual de Direitos Humanos, mulher travesti, na notícia 10.

Sendo assim, o levantamento prévio das principais temáticas observadas nos enunciados analisados é um dos primeiros passos para adentrarmos mais profundamente na análise dos enunciados. Dito isso, seguimos para a próxima seção, em que discutimos o horizonte valorativo dos enunciados.

4.3.3 O horizonte valorativo dos enunciados

Na perspectiva bakhtiniana, o horizonte valorativo se constitui a partir do estabelecimento de índices sociais de valor. Segundo Bakhtin/Volochínov (2014[1929]), os signos e enunciados – constituídos por meio do processo de interação social – são marcados pelo horizonte social da época e do grupo social em que estão inseridos. A isso alia-se o fato de que em cada fase do desenvolvimento de uma sociedade, alguns grupos de objetos se tornam objeto de atenção do corpo social, assumindo, desse modo, um valor social. Ainda, segundo os autores,

Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 46)

Isso quer dizer que só passa a integrar e se instaurar no domínio da ideologia aquilo que possui um valor social (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929]). Nessa perspectiva, o tema é sempre atribuído de índice de valor social e entre tema e forma do signo se cria uma conexão indissolúvel, uma vez que:

são as mesmas forças e as mesmas condições que dão vida a ambos. Afinal, são as mesmas condições econômicas que associam um novo elemento da realidade ao horizonte social, que o tornam socialmente pertinente, e são as mesmas forças que criam as formas da comunicação ideológica (cognitiva, artística, religiosa, etc.), as quais determinam, por sua vez, as formas da expressão semiótica (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 47).

Cria-se, dessa forma, uma estrita relação entre signo, ideologia e valoração. Isso faz com que os enunciados sejam sempre constituídos de acentos valorativos, além de seu tema. Nos enunciados em tela, é possível perceber como diversos são os acentos valorativos intrínsecos aos discursos, tanto negativos quanto positivos, a respeito da identidade de pessoas trans. As notícias tentam, de certo modo, neutralizar as valorações por meio do uso de um discurso aparentemente informativo, evidenciando, assim, certa opacidade. Cabe mencionar que a dialogicidade constitutiva da linguagem a tornam opaca, “ou seja, sua dialogicidade mantém uma permanente inter-relação com discursos outros, nem sempre aparentes” (DI FANTI; KURZ, 2008, p. 270). Porém, é no modo de enquadrar o discurso citado que, na maior parte das vezes, a valoração fica mais evidente; seja de modo positivo, pela voz do sujeito trans ou pelo reconhecimento do uso do nome social como um direito e uma ferramenta de cidadania e inclusão; ou de modo negativo, com o enquadramento de discursos de pessoas contrárias ao Decreto N° 8.727 e ao uso do nome social, como ocorreu com a criação do PDC 395/2016, que busca sustar o decreto de Dilma Rousseff.

Partimos, portanto, da consideração de que a existência da palavra está condicionada às valorações, como pode ser observado no excerto a seguir:

Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou *apreciativo*, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929], p. 137)

A fim de identificar e compreender as construções valorativas nos diferentes enunciados, é necessário retomarmos alguns conceitos, como os de enquadramento,

reenunhação e relações dialógicas. Sabe-se que a palavra, segundo a perspectiva bakhtiniana, nunca é uma palavra solitária, nem nunca é a primeira palavra. Os signos, quando parte da enunhação e da comunicação social viva, sempre refletem e refratam discursos, ideologias, ou seja, não existem palavras sem voz na relação de criação com a língua (BAKHTIN, 2015[1979]). As noções de reenunhação e enquadramento são bastante próximas, uma vez que a reenunhação de um discurso pode acontecer pelo processo de enquadramento do discurso do outro, por exemplo.

Para Rodrigues (2001, p. 173), “o enquadramento do discurso do outro no enunciado cria a perspectiva, o fundo dialógico que é dado ao discurso introduzido”, sendo assim, no processo de construção de um enunciado, o falante/autor (re)enquadra discursos alheios, tecendo o plano dialógico do enunciado. O enquadramento do discurso alheio, portanto, “caracteriza-se por conferir a esse discurso citado um novo acento de valor, criar um ‘ângulo’ dialógico-axiológico que o autor pretende inserir nesse discurso” (SILVA, 2007, p. 124). Segundo Bakhtin (2014[1934-1935]), o enquadramento do discurso do outro, ao ser inserido no contexto de enunhação, submete-se a alterações em seu significado, uma vez que a palavra de outrem cria uma relação intrínseca com o discurso, viabilizando intenso diálogo. Esses processos de reenunhação e enquadramento dos discursos de outrem em um enunciado, evidenciam as relações dialógicas. Como afirma Bakhtin (2015[1979], p. 313): “O enunciado em sua plenitude é enformado como tal pelos elementos extralinguísticos (dialógicos), está ligado a outros enunciados. Esses elementos extralinguísticos (dialógicos) penetram o enunciado também por dentro”.

Nos enunciados em tela, há valorações positivas e negativas para a identidade dos sujeitos trans e o modo de positivar ou depreciar esses sujeitos tem relação com a estratégia de enquadramento do discurso do outro utilizada. Em um primeiro momento, na notícia 1, podemos perceber como foi trabalhado o enquadramento do discurso de autoridade de Rogério Sottili, secretário especial de Direitos Humanos do governo Dilma, a fim de legitimar e tecer valoração positiva acerca do nome social, como pode ser lido a seguir:

Para o secretário, o decreto é um instrumento de cidadania. “É de reconhecimento do outro, é de tirar da invisibilidade pessoas que querem ser reconhecidas pela sua identidade que elas escolheram viver pelo resto da vida e isso ainda não existia no poder público federal”, acrescentou o secretário de Direitos Humanos do governo. (N1)

Essa estratégia visa legitimação do discurso por meio da reenunciação e do enquadramento de um sujeito que possui autoridade para tratar do assunto, legitimando-o. O recorte feito pelo veículo destacando a importância do decreto como instrumento de cidadania e para evitar preconceitos e constrangimentos à população trans denotam sua valoração, ao mesmo tempo que buscam manter a neutralidade de seu próprio discurso, uma vez que é o entrevistado quem assume mais evidentemente esse discurso, por meio do enquadramento discursivo.

Porém, posteriormente, os veículos de comunicação (G1 para a notícia 1 e UOL notícias, para a 2), selecionam argumentos distintos nesse processo de enquadramento discursivo, caminhando para a delimitação de posicionamentos valorativos diferentes em relação ao mesmo assunto.

Em um segundo momento, a notícia 1 reenunciou de maneira superficial a questão do nome social por meio do enquadramento do discurso de Sottili, como pode ser observado no trecho a seguir: *“Na prática, explicou [Rogério Sottili], se uma pessoa que recebeu o nome de João quando nasceu mas quer ser chamada de Maria, o crachá dela, a folha de ponto e o sistema do órgão por o qual ela trabalha deverão reconhecê-la assim”*(N1). Nesse caso, houve um apagamento da noção de identidade de gênero, uma vez que a questão do nome social é tratada como mero desejo de alteração de registro, desconsiderando o que esse nome representa para a constituição identitária do sujeito⁶³. O nome social é um elemento fundamental para a delimitação da identidade das pessoas trans e para a demarcação de seu espaço na sociedade a partir do reconhecimento de suas identidades de gênero e o não atendimento do direito de uso do nome social pode gerar discriminação e constrangimento a esse grupo social. O nome social pode, portanto, ser entendido como a assinatura do sujeito trans, um dos modos pelos quais esse sujeito se assume enquanto trans. Para Amorim (2009), a assinatura corresponde ao modo como um sujeito imprime sua marca, sua singularidade e sua participação no ser, uma maneira de validação de seus atos. Sendo assim, uma pessoa trans, ao utilizar o nome social, ao assinar esse ato, há uma validação e inscrição identitária desse sujeito trans.

Além disso, em outro momento, o portal G1 utilizou a estratégia de enquadramento de um discurso de autoridade – porta-voz do governo – para legitimar a promulgação do decreto, por um viés mercadológico, na notícia 1. De todos os ditos desse sujeito, o então secretário

⁶³ Não desconsideramos o fato de que a escolha pela explicação acerca do nome social pode representar um interesse por parte da empresa jornalística em elencar exemplos que tornem a questão do nome social mais didática e de simples compreensão aos seus leitores, porém enfatizamos que essa opção acaba por apagar a noção de identidade de gênero ao tratá-la como mera “mudança de nome”.

especial de Direitos Humanos Rogério Sottili, o jornal selecionou informações que considerava relevantes para notícia. Ao assumir esses discursos, a notícia os ressignifica e a própria escolha indica o posicionamento ideológico do jornal em relação ao objeto de discurso. Percebemos que a saída encontrada pelo jornal para *validar* o decreto é associando a promulgação do decreto com um aumento nas produções do mercado, como pode ser observado no trecho:

“Tudo o que uma empresa quer é que a pessoa [funcionário] se sinta feliz, até porque isso promove um ambiente mais adequado e isso reflete na produção, na qualidade do trabalho e no ambiente do trabalho. O que o decreto pode promover é este novo momento de intensificar de que isso se alastre pelo Brasil”, disse Sottili. (N1)

A notícia 2, por sua vez, possui os mesmos conteúdos temáticos da notícia 1, visto que ambas noticiam a promulgação do Decreto Nº 8.727 e foram publicadas no dia de sua assinatura e publicação. Um dos elementos mais importantes ressaltados pelo decreto é o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans também por intermédio do uso do nome social. A importância do nome social tem relação estrita com o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans, pois é a compreensão de que existem vivências de gênero que extrapolam a cisnormatividade que sustenta a relevância do nome social. Enquanto na notícia 1, como mencionado, há certo apagamento da noção de identidade de gênero, a notícia 2 reenuncia o decreto e explica a questão do nome social, fazendo o vínculo com a identidade de gênero, como pode ser observado no trecho: *“O nome social é o nome escolhido por essas pessoas [transexuais e travestis] de acordo com o gênero que se identificam, independentemente do nome com que foram registrados no nascimento” (N2)*. Essa escolha aponta para uma intenção por parte do veículo de comunicação em evidenciar a questão do nome social, a partir de diálogo com o Decreto Nº 8.727.

Outra maneira de tecer valoração positiva à questão da identidade de gênero e do uso do nome social foi mobilizada na notícia 2, também por meio de enquadramento do discurso de autoridade de Sottili. Essa estratégia também utilizada superficialmente na notícia 1 é empregada na notícia 2 no trecho a seguir.

“Uma pessoa que nasce João, e hoje ela tem a sua identidade como Maria, ela não vai ter, no seu documento social, o nome Maria. Ela vai ser conhecida como João. Portanto essa falta de possibilidade constrange, promove preconceito, promove violência”, disse Sottili. (N2)

Nesse excerto, é possível perceber como o enquadramento do discurso do secretário especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili, permite que o leitor compreenda a questão do nome social e sua importância, ressaltando que o impedimento de seu uso pode gerar violência e preconceito em relação às pessoas trans. Apesar de lermos a voz de Sottili, cabe enfatizar que o posicionamento valorativo do jornal em relação a esse assunto se constrói no recorte feito no discurso de Sottili.

O apagamento da noção de identidade de gênero é recorrente dentre os dados da pesquisa. Como já mencionado, na notícia 1, essa concepção é, de certa forma, negligenciada. Mais uma indicação desse fato é o evidente desconhecimento da própria definição de identidade de gênero. Há confusão relativamente comum entre os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual. As manifestações da sexualidade de um indivíduo independem da sua vivência de gênero, isso quer dizer que uma mulher trans (aquela que nasceu com os órgãos sexuais masculinos, mas que se identifica com o gênero feminino) pode exercer sua sexualidade como uma mulher lésbica, bissexual, heterossexual, assexuada. Ou seja, ser ou não ser uma pessoa trans não tem uma equivalência com as relações afetivossexuais desse sujeito. Porém, em muitos casos em que há desconhecimento dessas questões esses conceitos se misturam, gerando preconceito e o apagamento da identidade de gênero das pessoas trans.

Ainda sobre esse aspecto, um dado importante é que as notícias *online* possuem um endereço virtual, que é utilizado para acessar a notícia via *link* direto. É possível, para os veículos de comunicação, escolher palavras chave ou até mesmo incluir o título da notícia nesse *link* e, por isso, entendemos esse endereço virtual como parte integrante do enunciado. Destacamos parte do endereço eletrônico da notícia 1, veiculada pelo portal G1: “*dilma-autoriza-gays-usar-nome-social-no-servico-publico-federal*” (grifo nosso). Podemos verificar que a utilização da expressão *gays* para designar a população trans é, além de equivocada, um índice representativo da incompreensão acerca da noção de identidade gênero e de um discurso generalizante em que ser trans significa ser gay.

Há uma dificuldade por parte de parte da sociedade em reconhecer a identidade de gênero de pessoas trans, isso se dá porque os processos de classificação – atos de significação em que se organiza o mundo social – são feitos a partir do ponto de vista das identidades, de forma binária, criando hierarquias entre elas. Para Silva (2014, p. 83):

Em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. [...] as relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. [...]

Fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. [...] normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas (SILVA, 2014, p. 83)

Isso significa dizer que, na determinação e normalização da identidade de gênero, se estabelece um padrão *normal*, que é o caso das pessoas cisgêneros, em oposição à uma identidade destoante, fronteira, como ocorre com as pessoas trans, gerando valorações diferentes a cada uma delas, acarretando em preconceito e discriminação.

Confusão similar entre os conceitos de identidade de gênero/orientação sexual é notável na notícia 9. Essa notícia, publicada no Jornal Opção traz a voz do deputado João Campos (PRB), autor do projeto da “cura gay” e também da PDC 395/2016, que pretende sustar o Decreto Nº 8.727. Nesse caso, não há somente o apagamento da noção da identidade de gênero, como demonstrado anteriormente, como há, também, um questionamento da identidade de gênero e da identidade trans. Na notícia, há utilização da estratégia de enquadramento discursivo, com recorte feito pelo jornal na fala do deputado, apontando para a compreensão que o parlamentar tem de que o nome social é equivalente a um apelido e que o uso do nome social por pessoas trans é excludente, por não contemplar todos os cidadãos, como afirma: “*Porque o cidadão heterossexual que tem um apelido não pode também registrar?*” (N9). Esse questionamento por parte de João Campos, reenunciado pelo Jornal Opção, vai além de mera falta esclarecimento sobre o fato de que ser trans não está em oposição a ser heterossexual, e que cada um desses conceitos tem a ver com diferentes aspectos da vida de um sujeito: a sua identidade de gênero e a sua orientação sexual.

O discurso de João Campos enquadrado pelo jornal é a voz hegemônica da cisnormatividade, em que há uma hierarquia e uma valoração positiva das identidades de gênero entendidas como padrão – identidades cisgêneros, em que o sujeito se identifica com a materialidade do seu corpo biológico – em detrimento de valorações negativas às identidades trans. Não somente a fala recortada do deputado em si, mas o próprio PDC 395/2016 – reação ao decreto – representam o embate de forças distintas.

Segundo Bakhtin (2014[1934-1935]), existem duas forças opostas e visivelmente contraditórias: as forças centrípetas e as forças centrífugas. A força centrípeta é aquela que regula, normatiza e torna estável a língua, enquanto a centrífuga desestabiliza, dinamiza, relativiza e torna a língua mais plástica. Para o autor, essas forças podem ser entendidas como dois discursos distintos que atuam sobre as línguas, tornando o enunciado a arena em que

essas forças se encontram e competem. Podemos também aventar que tais categorias atuam nas construções discursivas no caso das identidades. Nesse caso, portanto, de um lado, temos as forças centrífugas que se articulam e mobilizam, pressionando para desestabilizar as identidades de gênero hegemônicas como, por exemplo o Decreto Nº 8.727 – que visa legitimar e dar visibilidade às vivências de gênero que destoam da cisnormatividade. De outro lado, as forças centrípetas para a manutenção das relações de poder que regulam essas hierarquias entre as identidades de gênero, com diversos discursos que negam as identidades trans, como ocorre com o PDC 395/2016, por exemplo. Os discursos emergentes – como são as vozes sobre gênero, sexualidade – muitas vezes trazem respostas conservadoras, muitas vezes, até violentas na tentativa de manutenção e perpetuação dos ideais dominantes (MOITA LOPES, 2003).

Ancorado nesses discursos, o deputado elaborou o PDC 395/2016, que pretende sustar o Decreto Nº 8.727 e, por consequência, o direito ao uso do nome social em órgãos públicos federais. Além disso, é importante destacar que os autores desse enunciado (notícia 9), ao optarem por enquadrar e destacar esse excerto específico da fala do entrevistado em detrimento de outros, delineiam uma valoração, um posicionamento do veículo jornalístico perante o assunto. Esse recorte representa certa discursividade sobre as questões de identidade e de gênero, denotando um ponto de vista conservador e de teor discriminatório que invisibiliza a luta do movimento trans e as vivências de gênero desses sujeitos, uma vez que indica que há – além de uma falta de entendimento a respeito do conceito de transgeneridade – uma negação da identidade de gênero das pessoas trans. Apesar da tentativa do jornalismo em aparentar certa neutralidade perante determinados assuntos, mantendo formas de dizer neutras, é possível perceber o posicionamento valorativo por meio do recorte e dos enquadramentos que são feitos sobre determinado tema como também da escolha dos sujeitos chamados para discutir/falar sobre o decreto, como é o caso do autor do PDC 395/2016.

Outro ponto importante observável nessa notícia é a invisibilidade e o não reconhecimento da travestilidade como uma manifestação válida da identidade de gênero. Por um lado, o deputado afirma que o uso do nome social é “razoável” para as pessoas transexuais: *“O transexual se submete a uma cirurgia, adequa-se à sua questão psicológica, emocional a seu organismo. É muito razoável que ele busque ter um nome que se ajuste a essa sua realidade de vida” (N9)*. Essa colocação, por si, exclui os sujeitos que se consideram transexuais e que optam por não se submeterem a cirurgias de redesignação de gênero. Além disso, aponta para o fato de que, na concepção do deputado, apenas tem direito ao nome

social, aquele sujeito que se submete a todo o processo de adequação e transformação do corpo de acordo com a identidade de gênero que possui. Não obstante, a notícia enquadra também outra fala do deputado, que deixa evidente a valoração a respeito das travestis: “*O travesti é questão de opção, é porque quer, logo, em relação a eles, é apenas opção, desejo, é como se fosse um apelido*” (N9).

A travestilidade é uma questão sensível nos debates acerca da identidade de gênero, justamente porque as vivências de gênero das travestis vão além dos gêneros feminino e masculino. Segundo Jesus (2012a, p. 9), “são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero”. Isso faz com que exista forte estigma atribuído na sociedade a essas pessoas. Sendo assim, quando o discurso de João Campos é enquadrado na notícia 9, há evidente alusão ao posicionamento de oposição em relação às travestis e também uma acentuação valorativa depreciativa em relação às travestis, por meio do uso do artigo no masculino (“*O travesti*”). De acordo com Jesus (2012a, p. 9): “É importante ressaltar que travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultoso serem adjetivadas no masculino: AS travestis, sim. Os travestis, não”. Ou seja, o uso de pronomes e artigos no masculino, acima de tudo, indica um desconhecimento da vivência travesti e do não reconhecimento da identidade de gênero dessas pessoas.

Nesses casos, foram enquadrados pelos veículos de comunicação os discursos de sujeitos que não ocupam no mundo o ato ético de ser trans, ou seja, foram ouvidas as vozes outras acerca das questões relativas ao nome social e identidade de gênero.

Neste momento, passamos à análise de enunciados em que há o enquadramento dos discursos de pessoas trans – que vivem o ato ético e as implicações dessas vivências – ao relatarem situações em que foram impedidas de utilizar seu nome social. Essa escolha de dar voz ao sujeito trans ou a sujeitos outros é uma escolha valorativa por parte do veículo.

Situações em que há questionamento da identidade de pessoas trans ficam evidentes em três enunciados, em que há impedimento do uso do nome social de pessoas trans. Isso ocorre nas notícias 7, 8 e 10 em que mulheres trans foram impedidas de usar o nome social por haver discrepância entre o nome social e o registro civil. Na notícia 7, há relato de mulher impedida de embarcar em um avião em um aeroporto; na notícia 8, outra mulher trans não pôde utilizar seu nome social em uma loja de departamento enquanto que, na notícia 10, uma

mulher travesti conselheira estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo relata ter passado por constrangimentos em audiência, tendo tido seu nome civil enfatizado.

Nesses casos, contudo, apesar de a situação noticiada evidenciar um questionamento da identidade de pessoas trans, as notícias optam por retratar essas situações pelo ponto de vista das pessoas trans, mostrando um interesse por parte dos veículos em dar visibilidade à questão da transgeneridade e os efeitos do impedimento do uso do nome social na vida dessas pessoas.

Um exemplo disso é a situação relatada na notícia 7, em que uma mulher trans foi impedida de embarcar em um voo porque em sua passagem aérea constava o nome social. Nessa notícia, o jornal optou por dar espaço de voz à Mariana Franco, por meio da publicação de parte do seu relato acerca do acontecimento, em que afirmou: *“Foi uma humilhação, fui acusada de falsidade ideológica, estou em choque. [...] Eu sou transexual, o mercado de trabalho para mim não é fácil, no aeroporto não tem nada barato. Então, foi um constrangimento enorme”* (N7). É possível observar como a mulher trans, que não teve seu nome social reconhecido, traz em sua fala vozes sociais que negam o direito do sujeito trans sob o argumento de que o uso do nome social poderia facilitar crimes como o de falsidade ideológica. Ainda nessa notícia, o Decreto Nº 8.727 é reenunciado na seção intitulada *“Aspecto legal”*, nessa parte da notícia, há relato da advogada de Mariana Franco, que questiona a atuação da companhia aérea, utilizando o decreto como argumento.

Além do caso mencionado na notícia 7, há espaço de voz para mulheres trans que se sentiram constrangidas pelo impedimento do uso do nome social também nas notícias 8 e 10. A escolha por reenunciar os discursos dessas mulheres aponta para uma escolha do veículo de comunicação de dar visibilidade às mulheres trans e de reconhecimento de suas identidades de gênero. Desse modo, a notícia cumpre sua função discursiva informativa ao passo que traz ao leitor um maior conhecimento sobre o decreto e as implicações dele no campo do direito das pessoas trans, o que, muitas vezes, são desconhecidas da população em geral.

Um posicionamento axiológico positivo e de reconhecimento da identidade de pessoas trans fica evidenciado nas notícias 5 (G1) e 6 (Campo Grande News). Na notícia 5, os agentes principais são um grupo de militantes da comunidade LGBTI, representantes da Organização Não Governamental (ONG) ProVida que distribuíram cópias da Portaria 1.820/09 – que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários e prestadores de serviço do SUS – além da distribuição também de cartazes sobre o nome social em unidades de saúde, em Macapá. A portaria, em seu artigo 4º, dita que toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e

acolhedor nos serviços de saúde. No inciso I dessa mesma portaria, há explicitamente indicado que o usuário do serviço de saúde tem o direito de ser tratado sem qualquer tipo de discriminação, independentemente de fatores econômicos, sociais, de idade, religião, orientação sexual e identidade de gênero. Apesar de essa portaria estar em vigência desde 2009, diversas pessoas trans sofreram constrangimentos na rede pública de saúde, como afirmou o presidente da ONG ProVida, na notícia 5. Nessa notícia, há indicação de que o decreto pode ser considerado uma ferramenta na luta contra o preconceito, ressaltando sua importância e demarcando um posicionamento valorativo positivo em relação à questão.

Na notícia 6, publicada pelo jornal *Campo Grande News*, fica evidente também a valoração positiva e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans a partir do esclarecimento da resolução 243, publicada em dezembro de 2016 pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A UFGD desenvolveu resolução para normatizar o uso do nome social na instituição a partir da publicação do Decreto Nº 8.727, regulamentando o uso do nome social por pessoas trans em documentos oficiais e também no tratamento em sala de aula e dependências da universidade. É possível perceber como a notícia relata a atitude da universidade com teor valorativo e favorável, considerando as medidas tomadas pela UFGD avanços para além do decreto. Cabe destacar que esse é um jornal local, da cidade de Campo Grande (MS) e que aborda de maneira recorrente questões de teor social e cultural em uma editoria chamada *Lado B*. Nessa editoria, além da notícia selecionada nesta pesquisa, há notícias sobre assuntos como gênero, movimento LGBTI, literatura, estilo pessoal, música, maquiagem, movimento estudantil etc, assuntos entendidos como *lado B*, como *alternativos*. Sendo assim, por se tratar de um veículo que dá visibilidade para o movimento LGBTI, dentre outros, observamos uma valoração positiva em relação ao assunto do nome social e da ação da UFGD a respeito da normatização de seu uso se justifica.

Em suma, sobre os aspectos relacionados à valoração é preciso destacar que, muitas vezes, somente um olhar atento voltado para os enunciados é capaz de perceber certas nuances valorativas nos diferentes textos, porque, comumente, o leitor, em seu processo de leitura pode não observar a construção ideológica presente nos textos. Esse processo contribui para a construção de um discurso lugar-comum e hegemônico, que pode fazer com que o leitor, nesses casos, tome para si o discurso do veículo, como afirma Silva (2007, p. 120)⁶⁴

As relações dialógicas apresentadas entre os diferentes gêneros dentro de

⁶⁴ A referida pesquisa trata do jornalismo de revista, mas essas considerações também podem ser aplicadas ao nosso objeto de pesquisa.

uma mesma seção ou entre diferentes seções da revista caracterizam um movimento dialógico que só é percebido se considerarmos o gênero como objeto de estudo, pois, o leitor, ao fazer uma leitura “menos atenta”, não percebe o “engendramento” discursivo-ideológico presente nessas “relações” e que é responsável por produzir um discurso hegemônico que tende a fazer com que o leitor seja “convencido” de posições ideológicas defendidas pela própria empresa jornalística.

De modo geral, os textos jornalísticos buscam enunciar os acontecimentos com certa opacidade, sem manifestar explicitamente valoração ou opinião a respeito de algum fato, como é possível observar nas notícias em tela. É, portanto, o olhar de analista do discurso que permite que os acentos valorativos nos enunciados sejam evidenciados. Esse atravessamento opaco do jornalismo é uma tentativa de neutralizar e não aprofundar o dizer para determinados assuntos. Uma saída encontrada, nesse caso, é a reenuniação do discurso jurídico, em que se percebe que muito da construção discursiva das notícias é um constante repetir-se dos textos jurídicos, como acontece nas notícias 1 e 2 com o decreto ou nas notícias 3 e 4 com o PDC 395/2016, por exemplo. A reenuniação da lei – uma relação dialógica entre os enunciados – é uma reprodução opaca do dizer. Além disso, cabe destaque no fato de que essa opacidade do discurso reitera o discurso hegemônico dos veículos jornalísticos e das elites que controlam a mídia.

O mapa midiático brasileiro indica que apenas cinco conglomerados privados de comunicação atingem quase a totalidade do território brasileiro, com veículos de comunicação que são e têm credibilidade da população, acarretando na criação de oligopólios que influenciam na programação e no conteúdo que é levado ao povo, com o objetivo de lucro (CABRAL, 2017). Isso significa que existem interesses econômicos envolvidos na seleção e divulgação de informações pelos veículos de comunicação. Essa mesma mídia vem promovendo algumas causas sociais – como as relacionadas ao movimento LGBTI, por exemplo – quando é também conveniente economicamente, uma vez que esse grupo tem se constituído como um nicho de mercado na Nova Economia.

Desde a década de 1970 e, sobretudo, a partir dos anos 1990, com o direcionamento do capitalismo para a chamada Nova Economia – também conhecida como Sociedade do Conhecimento ou Sociedade da Informação – a partir de uma crise entre produção e distribuição, surge um novo modo de produção, com unidades produtivas menores, em que a comunicação passa a ocupar um espaço privilegiado no processo produtivo (OLIVEIRA, 2009). Nesse novo sistema econômico, os sistemas de produção deixam de ser pensados apenas em larga escala e passam a se preocupar também com os mercados ascendentes. Com

os avanços dos direitos LGBTI e a diminuição da discriminação, fez com que essa parte dessa comunidade passasse a ocupar um maior espaço no mercado de trabalho, aumentando, com isso, seu poder de consumo. Esse poder de consumo por parte da população LGBTI ficou conhecido como “dinheiro rosa” (*pink money*), constituindo esse grupo como um mercado a ser explorado. Sendo assim, entendemos que as intenções por parte dos veículos de comunicação seja pela visibilidade dos direitos da população trans, seja por meio de sua invisibilização tem vínculo estreito com os objetivos econômicos da mídia que os controlam.

4.3.4 O estilo e as projeções estilístico-composicionais

Na perspectiva dialógica da linguagem, considerando a relação intrínseca entre a valoração, o signo e a ideologia, é possível assumir que o estilo de um determinado gênero se ancora nas relações de alteridade, na busca pela compreensão de “como determinados usos da linguagem apresentam-se engendrados por particularidades, singularidades e recortes de sentidos afetados, impregnados ou alterados pelas diferentes relações sociais que as constituem” (ACOSTA PEREIRA, 2008, p. 133). O estilo, segundo Bakhtin (2016[1952-1953]), está ligado indissolúvelmente ao conteúdo temático do enunciado e se caracteriza pela escolha de recursos linguísticos, revelando características do contexto de enunciação e da própria autoria do enunciado. Para Bakhtin (2016[1952-1953], p. 59), “O enunciado é pleno de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado”. Em outras palavras, na visão bakhtiniana, o estilo viabiliza a percepção do dialogismo como elemento fundamental da linguagem. Segundo Discini (2012, p. 78), o estilo é “resultante da apropriação feita da temática e da estrutura composicional no ato de enunciar constitutivo do gênero como enunciado concreto”.

De acordo com a ADD, a estilística de um texto se alinha com questões de alteridade na busca pelo entendimento de como os usos da língua são atravessados de especificidades e características carregadas das significações do contexto social em que estão inseridos. Segundo Bakhtin (2015[1930-1936]), a atitude perante o discurso do outro é da competência do estilo, que engloba elementos externos e a equivalência dos seus elementos com os atributos do contexto do outro.

Segundo Acosta Pereira (2008), diversos são os marcadores estilísticos característicos do gênero do discurso notícia, como os elementos indicadores de pressuposição, os marcadores avaliativos, os índices de domínio e os operadores lógicos de organização

linguístico-textual, por exemplo. Das 14 projeções estilístico-composicionais elencadas pelo autor visando a delimitação estilística e composicional da notícia enquanto gênero do discurso, selecionamos, a seguir, algumas dessas projeções, que consideramos relevantes para a delimitação do objeto deste estudo, os discursos sobre a identidade de pessoas trans, trazendo excertos das notícias para ilustrá-los.

A primeira dessas projeções é composta pelos indicadores atitudinais ou marcadores avaliativos, que são ditos que apontam para um posicionamento do autor perante os enunciados produzidos, “tais expressões se utilizam de adjetivações, adverbializações ou outros recursos fraseológicos para demonstrar orientações de concordância, discordâncias e diversos projeções valorativos diante dos enunciados produzidos” (ACOSTA PEREIRA, 2008, p. 140), como pode ser observado, nos dados em análise, no trecho abaixo.

A UFGD conseguiu avançar ainda mais com a apresentação do nome social na frente dos diplomas e certificados, fazendo a correspondência com o nome civil apenas no verso. (N6)

Mais do que os registros em documentos, a Resolução determina também que as pessoas discentes têm o direito de serem chamadas oralmente pelo nome social e tratadas pelo gênero correspondente [...] em todo ambiente da UFGD. (N6)

Nesses exemplos temos o uso de locuções conjuntivas aditivas (*ainda mais* e *mais do que*), que representam a ideia de acrescentamento ou adição. Em ambos os casos, as expressões utilizadas apontam para o fato de que a resolução da UFGD foi além do que se previa com a promulgação do decreto, contribuindo mais ainda para o respeito à identidade de gênero e o uso do nome social em suas dependências.

Outro elemento encontrado nos enunciados em tela são os marcadores discursivos que, segundo Acosta Pereira (2008), são recursos linguísticos que ajudam a direcionar a responsividade do leitor para uma orientação valorativa específica. Esses marcadores podem indicar ênfase, enumeração, relevância, sequenciação ou ordem cronológica, exemplificação entre outros. Selecionamos dois excertos em que são encontrados marcadores discursivos, como pode ser observado a seguir:

Menos de um mês após ser decretado pela presidente afastada Dilma Rousseff (PT), o uso do nome social de travestis e transexuais nos órgãos da administração pública direta e indireta é questionado por parlamentares. (N3)

A medida, no entanto, não vale para registros oficiais, como o RG, por exemplo, porque para isso seria necessário um projeto de lei. (N4)

Nos excertos acima temos, primeiramente, um marcador de sequenciação ou de ordem cronológica, com o uso da expressão “*Menos de um mês após [...]*” para situar cronologicamente a publicação do PDC 395/2016 – tema da notícia – ao momento de publicação do Decreto Nº 8.727, estabelecendo uma relação entre os dois textos e situando o leitor. No segundo exemplo temos outros dois conectivos que contribuem para orientar a leitura pelo interlocutor, a locução conjuntiva adversativa *no entanto* que prepara o leitor para uma compensação do que foi dito anteriormente, além também da expressão *por exemplo* que indica com clareza a delimitação de uma exemplificação do que foi dito.

Além disso, os verbos de citação/identificação do discurso de outrem também são elementos importantes para a delineação dos discursos acerca da identidade dos sujeitos trans, uma vez que, organizam e identificam os enquadramentos dos discursos alheios nos textos (ACOSTA PEREIRA, 2008), como verificável nos excertos abaixo, em que se utiliza o verbo *explicar* para fazer referência ao discurso do sujeito entrevistado:

Na prática, explicou, se uma pessoa que recebeu o nome de João quando nasceu mas quer ser chamada de Maria, o crachá dela, a folha de ponto e o sistema do órgão para o qual ela trabalha deverão reconhecê-la assim. (N1)

O presidente da ProVida, Edem Ferreira, explicou que os serviços de saúde foram os primeiros a receberem a portaria devido ao número de relatos de pacientes transexuais que dizem ter sofrido algum tipo de preconceito ou constrangimento por não poderem usar o nome social (N5)

Outra ferramenta estilística utilizada é o recurso das aspas, comumente utilizadas na tentativa de dar o lugar de voz para um outro sujeito, estabelecendo certo distanciamento do autor do texto, do que é enunciado, como pode ser observado nos exemplos a seguir:

“Foi uma humilhação, fui acusada de falsidade ideológica, estou em choque. [...] Então, foi um constrangimento enorme. [...] Eu costumo fazer palestra para até 300 pessoas sobre o uso do nome social e acontece isso comigo. Fiquei bastante chateada, revoltada, não tive meus direitos reconhecidos”, disse. (N7)

“Eu me senti extremamente chateada, triste. Eu pensei em várias pessoas que, em algum momento, poderiam estar ali exigindo algum direito sem ter o conhecimento que eu tinha”, comentou (N10)

Com o uso dessa estratégia estilística, o autor do texto mantém certa neutralidade – por não assumir explicitamente a fala enquadrada – porém, de certo modo, também assume esses discursos em função do recorte que é feito no processo de enquadramento da fala da pessoa entrevistada, ou seja, ao dar espaço para o discurso de mulheres trans que sofreram discriminação em função do impedimento do uso de seus nomes sociais, o veículo dá visibilidade ao grupo e a à luta do movimento trans.

Dentre os enunciados analisados, diversos são os momentos em que são feitas marcações de discurso relatado direto, que “são recursos léxico-gramaticais de incorporação do enunciado do outro (a voz de outrem), marcados na composicionalidade do enunciado” (ACOSTA PEREIRA, 2008, p. 146). Quando o falante assume e parafraseia o discurso de um outro sujeito, ele o marca com novos acentos valorativos. Seguem alguns dos excertos em que encontramos essa estratégia estilística:

Para o secretário, o decreto é um instrumento de cidadania. (N1)

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos, o decreto permite que as pessoas coloquem o nome social em todos o sistema, como, por exemplo, ao preencher formulários, nos crachás e em atos (N2)

Rogério Sottili, secretário especial de Direitos Humanos, afirma que a mudança não vale para o registro oficial, como o RG, por exemplo, porque para isso é necessário um projeto de lei, mas ele considera que o decreto abre as portas para “o movimento importante de mudança de registro” (N2)

Nos exemplos apresentados, temos o fenômeno de enquadramento do discurso por parte dos veículos de comunicação por meio do revozeamento da fala de uma autoridade a respeito da questão do nome social. Apesar da tentativa do jornalismo de manter-se neutro perante os assuntos em tela por meio do enquadramento do discurso como estratégia discursiva, a própria escolha e seleção das informações enquadradas dão indicações da postura axiológica do veículo.

Além dos critérios mencionados anteriormente, alguns outros elementos que compõem o espectro estilístico-valorativo dos enunciados chamaram a atenção, não somente por meio dos recursos estilísticos, mas também trazendo apontamentos e inferências ideológicas. Para Acosta Pereira (2008), além das projeções estilístico-composicionais, para a compreensão do horizonte valorativo e do estilo de um texto, é possível voltar-se para as chamadas visadas dialógico-valorativas. Uma delas, a visada dialógico-valorativa de ativação do conhecimento

prévio ou compartilhado, foi amplamente utilizada nos enunciados selecionados. Para adentrarmos nessa questão, analisamos, primeiramente, dois excertos das notícias 3 e 4:

Menos de um mês após ser decretado pela presidente afastada Dilma Rousseff (PT), o uso do nome social de travestis e transexuais nos órgãos da administração pública direta e indireta é questionado por parlamentares (N3)

O direito ao uso do nome social foi reconhecido em abril deste ano, pela então presidente Dilma Rousseff, hoje afastada temporariamente pelo processo de impeachment no Congresso. (N4)

Nos trechos acima, é possível verificar como os autores das notícias optaram por ativar o conhecimento prévio de seus leitores, chamando atenção para o fato de que a autora do Decreto Nº 8.727, Dilma Rousseff, no momento de enunciação das notícias, estava submetida a um processo de impeachment. Essa alusão ao afastamento de Dilma Rousseff poderia, de certo modo, influenciar a reação do leitor com uma possível apreensão ou repulsa em relação à decisão da presidenta em relação à publicação do decreto ou a ideia de que o decreto perderia sua validade em função do afastamento da presidenta, por exemplo.

Além desse caso, encontramos alguns excertos em que o mesmo processo ocorre, porém com o deputado João Campos (PRB), o autor do PDC que busca sustar o Decreto Nº 8.727. Vejamos os trechos:

A proposta é de autoria de João Campos (PRB-GO), exponente da bancada evangélica autor de outras medidas, como a proposta de Emenda à Constituição que garante às entidades religiosas, como igrejas, o poder de contestar a constitucionalidade de leis no Supremo Tribunal Federal. (N3)

O deputado federal goiano João Campos (PRB), que é autor do projeto polêmico sobre a “cura gay”, quer sustar o decreto que concede a travestis e transexuais o direito de serem identificados pelo nome social nas entidades da administração pública federal. (N9)

A justificativa do deputado João Campos pelo protocolo da PDC, tentando inviabilizar o uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais é meramente jurídica e legal, porém, ao trazerem essas explicações acerca do referido deputado, os autores das notícias ativam o conhecimento compartilhado a respeito do deputado, conhecido por ter posicionamentos intransigentes e contrários às diversas pautas do movimento LGBTI, dando a entender, portanto, que as suas motivações para a proposição do PDC 395/2016 podem ir além das leis, tendo um teor ideológico e religioso. Esse modo de resgatar os discursos já-

ditos, os conhecimentos partilhados socialmente atua na construção valorativa do texto e atua nas maneiras com que o leitor constrói sentidos no processo de leitura da notícia.

Feitas essas considerações acerca de alguns elementos estilísticos, que apontam para o horizonte valorativo dos enunciados, continuamos a análise da dimensão verbo-visual dos enunciados, com foco, neste momento, nas imagens e multissemioses que compõem os enunciados em tela.

4.3.5 O conteúdo imagético e sua significação

Nesta seção, damos prosseguimento à análise da dimensão verbo-visual dos enunciados, focalizando, sobretudo, a inserção de imagens e de outros elementos imagéticos para a composição das notícias. O uso de imagens na composição do discurso jornalístico é um processo que vem se configurando,

Seja pela adesão a novos valores e paradigmas, seja pela transformação das práticas profissionais e pela imposição de novas tecnologias e conceituações na esfera do jornalismo, as diferentes instâncias de produção e recepção das informações têm se alterado – estas têm buscado não mais apenas o verbal, como instância reguladora das informações, mas, em adição, outras manifestações semióticas da linguagem, dentre elas, a visual (ACOSTA PEREIRA, 2008, p. 162)

No contexto atual de intensa produção semiótica, tanto por parte de órgãos especializados, quanto pelo sujeito comum – munido de sua câmera fotográfica ou smartphone – faz com que o registro de situações via imagem e vídeo se torne mais simplificado. As imagens, em contextos jornalísticos, porém, não devem ser compreendidas isoladamente, como afirmam Caetano e Veiga (2015, p. 121):

Não concebemos as imagens em si mesmas, como formas isoladas capazes de sustentar o sistema informativo gerado no quadro de uma edição ou de um conjunto de periódicos de um mesmo jornal. Embora tenham (algumas mais do que outras) valores simbólicos autossuficientes para originar sentidos, em não raras oportunidades de modo mais intenso do que uma matéria verbal, as imagens ganham significações na moldura do jornal, em seu jogo verbovisuais, de discursos verbais, de composição, de oposições, de topologias na superfície da página/tela, de valorizações cromáticas e eidéticas.

Sendo assim, compreendemos que as imagens incorporadas aos gêneros da esfera do jornalismo, como as notícias, servem para construir a composição discursiva desses textos, esclarecendo alguns pontos e ilustrando outros. Teixeira (2009) elabora uma linha de raciocínio similar ao abordar as questões relativas aos elementos verbais e visuais compondo um todo do enunciado quando trata do gênero capa de revista, proposição essa que podemos transpor para as notícias:

Uma substância não existe sem forma e, portanto, não se pode, a rigor, falar em substâncias mobilizadas, por exemplo, numa capa de revista. Se há na capa uma fotografia e as chamadas para as reportagens, o jogo entre verbal e visual se dá entre uma forma fotográfica e uma forma verbal. O que ocorre é que ambas as formas não estão ali como unidades somadas, mas submetidas a uma enunciação que as sincretiza numa unidade verbovisual, a “capa”. É a qualidade verbovisual da capa que retira da fotografia e das manchetes a autonomia que a forma própria do visual ou do verbal lhes poderia atribuir. Dessa forma verbovisual emerge uma substância, nem verbal somente, nem fotográfica puramente, mas uma substância que integra os elementos verbais e visuais numa forma resultante tanto do apagamento quanto da superposição das qualidades próprias de cada linguagem mobilizada. (TEIXEIRA, 2009, p. 59)

Dito isso, entendemos que o jogo que se constrói a partir dos elementos verbais das notícias, aliados aos elementos visuais e verbo-visuais (fotografias, vídeos) é determinante para a construção de sentidos do texto dentro das especificidades do gênero notícia.

Dentre os enunciados analisados nesta pesquisa, nem todos possuíam algum tipo de imagem vinculada, porém, nas notícias em que as imagens aparecem, entendemos que a construção imagética veio a contribuir para o esclarecimento e compreensão dos fatos noticiados e estabelecendo relações dialógicas com o texto verbal. Ressalta-se que, segundo a concepção bakhtiniana – que entende que a linguagem não pode ser entendida independentemente de seus atributos ideológicos e de seu contexto social – especificamente no que tange a definição de enunciado como sendo uma unidade concreta de sentido na comunicação social, é possível afirmar que as fotografias são unidades de sentido, portanto, enunciados cujos elementos internos e externos devem ser considerados.

Para fins de análise das imagens analisadas, tomamos como norte a categorização sugerida por Acosta Pereira (2008) na análise de fotografias no gênero notícia. Segundo o autor, as fotografias podem ter a finalidade de a) *fotografia de localização espacial e identificação de participantes*, apresentando os sujeitos envolvidos e o local do evento; b) *fotografias de detalhamento ou especificação*, buscando detalhar alguns aspectos do

acontecimento; c) *fotografias de exemplificação*, que atuam como exemplo do fato noticiado; d) *fotografias com efeitos de generalização*, que não focam um sujeito específico, mas ilustram de maneira mais geral o fato; e) *fotografias redundantes*, em que a imagem pode ser considerada inferior ou repetitiva em relação ao texto verbal. Partindo dessas categorias, passamos a seguir para a análise das imagens constitutivas dos enunciados, buscando tecer conjecturas a partir de sua escolha e sua relação com os fatos noticiados, indicando em que tipo de imagem elas podem ser enquadradas.

Em sua proposta de análise de enunciados verbo-visuais, Teixeira (2009) sugere que se deve começar pela observação minuciosa e descrição desses textos, levando em consideração, em seguida, alguns elementos, tais como as figuras e temas disseminados no discurso, as categorias cromáticas e a ocupação visual do espaço. A partir disso, seguimos para a análise da notícia 2, que noticia a promulgação do decreto que autoriza o uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais, há imagem que retrata a reunião em que foi assinado o Decreto N° 8.727, ilustrada abaixo, na Figura 3.

Figura 3 – Notícia 2⁶⁵



Nessa fotografia de *identificação espacial e de identificação dos participantes* (ACOSTA PEREIRA, 2008), estão Dilma Rousseff, o deputado federal e autor da PL 5002/2013, Jean Wyllys (PSOL), Nilma Lino Gomes, ministra do Ministério das Mulheres,

⁶⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/28/dilma-assina-decreto-que-permite-transexuais-usarem-nome-social-em-orgaos-federais.htm> . Acesso em 18/09/2017

da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Brasil, além de representantes do Conselho Nacional LGBT. Como mencionado anteriormente, a reunião que ocasionou na assinatura do decreto contou com a presença de diversos integrantes da militância em prol dos direitos da comunidade LGBTI. Neste momento, cabe adentrarmos na noção de *ethos* do sujeito, que expressa a identidade dos atores da enunciação. Segundo Cruz (2006, p. 39),

Enfim, a conclusão a que se chega é que a abordagem que procura associar o *ethos* ao “indivíduo real” aponta não propriamente para o sujeito tomado ontologicamente, mas para o sujeito construído por outros discursos. Ou seja, o *ethos* seria construído discursivamente também nesse caso, mas com a diferença de que tal construção é exógena; isto é, resultante dos discursos com os quais o sujeito se relaciona.

Isso significa dizer que as subjetividades dos sujeitos compõem o contexto da enunciação dos discursos. Partindo dessa noção, podemos entender como a presença de Jean Willys – deputado federal que se posiciona politicamente como um de esquerda, homossexual e militante da causa LGBTI – é significativa para a composição dessa imagem. A fotografia apresentada representa, portanto, o encontro de instâncias discursivas importantes e o evento significativo de minorias sociais encampando mudanças no âmbito político: uma mulher presidenta da República, um deputado homossexual e militante da causa LGBTI, uma ministra negra e mulheres representantes do movimento LGBTI como protagonistas dessa imagem.

Como pode ser observado na Figura 3⁶⁶, a imagem retrata um momento de aparente descontração e conversa entre os sujeitos ali presentes, apesar do cenário oficial formal, com a disposição da bandeira nacional e do Governo Federal. A imagem representa a reunião em que foi debatido e assinado o decreto, com os atores que estiveram presentes nesse evento, em um contexto formal. Na imagem há a representação da presidenta Dilma Rousseff e uma das representantes do movimento LGBTI segurando um documento, como se estivessem entregando o documento uma para outra. Não é possível identificar o conteúdo escrito nesse documento, porém, esse movimento representa uma troca entre uma representante da militância LGBTI e a representante máxima do Poder Executivo, ou seja, é a concretização do que mencionamos anteriormente a respeito do encontro entre as ideologias cotidianas e as ideologias oficiais. As ações e eventos de militância que acontecem dentro dos movimentos

⁶⁶ Optamos por retratar as imagens em seu contexto de publicação, por isso, fizemos capturas de tela das notícias a fim de mostrar como essas imagens estão posicionadas no contexto da publicação. Para delimitar as imagens e fotografias que são analisadas, fizemos uma marcação em vermelho para destacar as figuras analisadas.

LGBTI, quando articuladas, passam a influenciar e pressionar as instâncias oficiais, gerando efeitos, sendo o próprio Decreto Nº 8.727, como visto na seção anterior, um desses efeitos.

Já a notícia 1, representada na Figura 2 (Cf. subcapítulo 4.3.1), que também noticiou o mesmo evento, optou pela não utilização de nenhum recurso visual. A ausência da imagem nessa notícia não prejudica a compreensão do leitor em relação ao evento, porém, a inclusão da imagem na notícia 2, dá um outro olhar para a notícia, tornando o ato da assinatura do decreto mais próximo e visível para os interlocutores e dando destaque aos diversos agentes que participaram desse evento comunicativo que foi a reunião entre Dilma Rousseff, políticos e representantes da comunidade LGBTI.

As notícias 3 (Figura 4) e 4 (Figura 5) também abordam um mesmo assunto, a elaboração e publicação do PDC 395/2016⁶⁷, Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo, em 18 de maio de 2016, visando sustar o Decreto Nº 8.727, assinado por Dilma. Esse documento é a materialização de uma reação-ativa (BAKHTIN, 2016[1952-1953]) ao decreto, uma vez que responde a esse enunciado de modo a negar a identidade dos sujeitos trans e a compreensão da pessoa trans como um sujeito possuidor de direitos. A opção dos autores das duas notícias no que tange à escolha de imagens para ilustrar esses textos, portanto, foi distinta, em uma se representa um dos autores desse documento e, na outra, um trecho do documento em si, como pode ser observado abaixo nas Figuras 4 e 5.

⁶⁷ Esse enunciado não é analisado em sua profundidade na presente pesquisa, mas é retomado na análise das notícias e se constitui como uma resposta ao Decreto Nº 8.727.

Figura 4 – Notícia 3⁶⁸

Na notícia 3 (Figura 4), optou-se por utilizar fotografia do deputado João Campos (PRB), autor do PDC. Nessa imagem – também uma *fotografia de identificação espacial e de identificação dos participantes* (ACOSTA PEREIRA, 2008) – é possível ver o deputado em local que aparenta ser a Câmara ou algum outro ambiente formal, tanto por sua postura e semblante de seriedade, quanto pela presença de outras pessoas, aparentemente parlamentares, no plano de fundo.

A escolha dessa imagem para ilustrar a notícia 3 pode ser explicada pelo fato de que o referido deputado foi o autor do Projeto de Decreto Legislativo objeto da notícia, logo, ele é um dos sujeitos responsáveis pela elaboração do documento. Além disso, o deputado, como mencionado anteriormente, é considerado um expoente da bancada evangélica e é conhecido por suas medidas de combate aos direitos da comunidade LGBTI, sendo assim, utilizar sua imagem para noticiar a publicação de um documento que busca sustar o decreto legitimador de direitos à população trans, é também uma escolha axiológica significativa.

Já, na notícia 4, o recurso de escolha de imagem foi por outro caminho, ao invés de focalizar o autor do PDC, optou-se pela veiculação de recorte de parte do PDC, em que constam os nomes dos deputados que o assinaram, além de seu preâmbulo, como pode ser observado na Figura 5 – uma *fotografia de detalhamento ou especificação*, conforme Acosta Pereira (2008).

⁶⁸ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/deputados-de-dez-partidos-podem-veto-de-nome-social-de-travestis-no-servico-publico/> Acesso em: 18/09/2017

Figura 5 – Notícia 4⁶⁹

Deputados de 10 partidos tentam vetar nome social de travestis no serviço público 19

Felipe Amorim
Do UOL, em Brasília 19/05/2016 | 15h33 > Atualizada 19/05/2016 | 15h56

Deputados de dez partidos apresentaram nesta quarta-feira (18) um projeto para suspender o direito de transexuais e travestis a usarem seu nome social nos órgãos públicos do governo federal. O projeto é assinado por 29 deputados dos seguintes partidos: PSDB, DEM, PSB, PSC, PV, PR, PRB, PROS, PTN e PHS.

O pedido está na mesa do presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), que vai decidir para quais comissões encaminhar a proposta antes de ela ser apreciada em plenário.

Reprodução

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2016
(Do Srs. João Campos, Evandro Gussi, Paulo Freire, Diego Garcia, Gilberto Nascimento, Flavinho, Geovania de Sá, Pr. Eurico, Ronaldo Nogueira, Marco Feliciano, Givaldo Carimbão, Prof. Victório Galli, Eros Biondini, Carlos Andrade, Missionário José Olímpio, Ezequiel Teixeira, Elizeu Dionizio, Anderson Ferreira, Marcelo Aguiar, Alan Rick, Ronaldo Fonseca, Marcos Rogério, Sóstenes Cavalcante, Tia Eron, Jony Marcos, Rosângela Gomes, Carlos Gomes, Silas Câmara)

Susta o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que "Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional."

O direito ao uso do nome social **foi reconhecido em abril deste ano**, pela então presidente Dilma Rousseff, hoje afastada temporariamente pelo processo de

Essa escolha, diferentemente da outra notícia que trata do mesmo tema, direciona a atenção do leitor para o texto publicado em si, ao invés de dar destaque a um único sujeito, responsável pela elaboração desse documento, deixa que a interpretação acerca dos autores do PDC 395/2016 fique por conta do leitor, ao destacar as primeiras linhas do documento, em que constam os nomes de todos os deputados que o assinaram e seu preâmbulo. Assim, evidencia-se um grupo de deputados, o que corrobora com a chamada da notícia: “*Deputados de 10 partidos tentam vetar nome social de travestis no serviço público*”.

A notícia 5, por sua vez, incorporou ao seu texto três imagens (Figuras 6, 7 e 8). Esse enunciado noticiou a distribuição de cartazes e de cópias da Portaria 1.820/2009, que versa sobre os direitos e deveres do usuário do sistema de saúde, por membros da ONG LGBTI chamada ProVida.

⁶⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/19/deputados-de-10-partidos-tentam-revogar-uso-de-nome-social-no-servico-publico.htm#comentarios>. Acesso em 18/09/2017

Figura 6 – Notícia 5⁷⁰

A primeira das imagens (Figura 6) mostra um grupo de seis pessoas vinculadas à ONG e militantes do movimento LGBTI, incluindo mulheres trans e travestis, indicando *identificação espacial e dos participantes* (ACOSTA PEREIRA, 2008). Nessa imagem, as pessoas estão mostrando os cartazes que foram distribuídos nas unidades de saúde de Macapá. Alguns dos participantes desse evento estão utilizando, em suas vestimentas, faixas e broches com as cores do arco-íris, fazendo referência à bandeira do movimento LGBTI e demarcando um posicionamento por parte desses sujeitos, de orgulho e pertencimento a esse grupo social. Além disso, a opção por retratar os sujeitos da notícia em grupo, acaba por fortalecer a imagem da comunidade LGBTI, ali representada por membros da ONG ProVida.

⁷⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/no-ap-travestis-e-transexuais-podem-usar-nome-social-para-servicos-de-saude.ghtml> . Acesso em: 18/09/2017

Figura 7 – Notícia 5

O presidente da ProVida, Edem Ferreira, explicou que os serviços de saúde foram os primeiros a receberem a portaria devido ao número de relatos de pacientes transexuais que dizem ter sofrido algum tipo de preconceito ou constrangimento por não poderem usar o nome social.



ONG LGBT ProVida entregou portaria em hospitais e postos de saúde em Macapá (foto: Jessica Alves/G1)

"Diversas mulheres transexuais relatam que não tiveram os nomes sociais aceitos em atendimentos nos serviços de saúde e isso gerou um desrespeito. Com a entrega da portaria, queremos dar visibilidade para este decreto que existe a nível nacional, para que as pessoas que fazem o atendimento possam estar respeitando e aceitando que elas usem os nomes sociais, nas fichas e prontuários nos hospitais", disse.

A Figura 7, por sua vez, retrata um dos momentos do evento noticiado, é uma *fotografia de detalhamento* (ACOSTA PEREIRA, 2008), em que membros da ONG ProVida estão afixando cartaz sobre o nome social em uma unidade de saúde do Macapá, ilustrando o contexto explicitado na notícia e reafirmando a importância dessa ação, uma vez que há alto número de relato de pessoas trans que sofreram preconceito e discriminação pelo impedimento do uso do nome social nos serviços de saúde.

Figura 8 – Notícia 5



Já a Figura 8 caracteriza-se por ser uma *fotografia de identificação dos participantes* (ACOSTA PEREIRA, 2008), com retrato de Ivana Costa militante do movimento, que dá depoimento sobre a importância do nome social e sobre o fato de ter obtido judicialmente o direito de alterar seus registros civis em conformidade com sua identidade de gênero. A escolha do portal G1 em veicular as imagens de sujeitos trans e representantes da ONG que luta pelos direitos da população LGBTI legitima a ação desenvolvida no estado do Amapá, dando visibilidade para o movimento e para os seus integrantes. Essa opção aponta também para um posicionamento discursivo do jornal em retratar e dar espaço e visibilidade para esse grupo social.

Após a publicação do Decreto Nº 8.727, que dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais, algumas instituições desenvolveram resoluções internas para regulamentar o uso do nome social em suas dependências. Uma dessas instituições foi a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A instituição publicou, em 07 de dezembro de 2016, a Resolução nº 243 para definir como seria implementado o uso do nome social na universidade. Esse documento é também a materialização de uma resposta ativa ao decreto de Dilma Rousseff e o evento de sua publicação foi narrado na notícia 6.

Figura 9 – Notícia 6⁷¹

A Figura 9 é também uma *fotografia de identificação espacial e de identificação dos participantes* – conforme categorização de Acosta Pereira (2008) – veiculada na notícia 6, e ilustrando reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC) da Universidade Federal da Grande Dourados. Foi a reunião desse conselho que viabilizou a elaboração e publicação da Resolução nº 243 que garante o uso do nome social por discentes de graduação e pós-graduação da instituição. Na imagem, estão representados um grupo de pessoas em um ambiente formal, pela presença de bandeiras e da disposição dos atores em uma mesa de reuniões. Nesse caso, portanto, a imagem, parece representar um momento de reunião que ocasionou a elaboração da referida resolução, tecendo, para o leitor, uma contextualização da situação de produção da resolução, legitimando-a.

Já na notícia 7, há relato da mulher trans que foi impedida de embarcar em aeroporto de Santa Catarina por ter incluído em sua passagem aérea seu nome social, em inconformidade com o documento oficial da passageira, a escolha de imagens busca representar a própria passageira (Figura 10) e o bilhete aéreo com seu nome social (Figura 11).

⁷¹ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/ufgd-respeita-decreto-e-adota-nome-social-para-travestis-e-transexuais>. Acesso em: 18/09/2017

Figura 10 – Notícia 7⁷²



Na Figura 10, a participante desse evento é retratada em uma foto em que aparece apenas o seu rosto, sorrindo e com os cabelos compridos soltos. O enquadramento da foto dá a entender que é um autorretrato. Percebemos como a imagem retrata a participante do evento – mulher trans impedida de embarcar em um voo por seu bilhete aéreo conter o nome social em detrimento do nome civil – porém, essa imagem não faz nenhuma menção ao evento e nem contribui para que o leitor entenda melhor o contexto da notícia. A fotografia traz a imagem dessa mulher, sem relação direta com o evento. Inclusive, essa imagem se distancia do texto verbal da notícia, em que Mariana Franco relata ter se sentido humilhada e constrangida:

“Foi uma humilhação, fui acusada de falsidade ideológica, estou em choque. Eu cheguei às 7h e fui embarcar às 15h, fiquei o tempo todo no aeroporto, não recebi nenhuma assistência. Eu sou transexual, o mercado de trabalho para mim não é fácil, no aeroporto não tem nada barato. Então, foi um constrangimento enorme”, disse. (N7)

Percebemos, então, como a escolha da imagem não possui relação direta com o fato noticiado ou com a maneira como essa mulher se sentiu ao ser impedida de utilizar seu nome social. Neste momento, é importante nos voltarmos também à legenda da foto “*Mariana Franco foi*

⁷² Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/mulher-transexual-e-impedida-de-embarcar-em-aeroporto-de-sc-ao-usar-nome-social.ghtml>. Acesso em: 18/09/2017

barrada no aeroporto por usar nome social (Foto: Mariana Franco/Arquivo Pessoal)”. No jornalismo, quando a legenda indica que a foto foi retirada de *arquivo pessoal* isso pode representar duas possibilidades: ou o próprio sujeito fornece as imagens de sua escolha ao veículo de comunicação ou o jornal acessa as imagens públicas disponíveis nos perfis das redes sociais dos sujeitos e as utilizam na notícia. É possível, nesse caso, perceber como as tecnologias influenciam as práticas jornalísticas. Antes do acesso facilitado a grande parte da população às câmeras digitais e *smartphones*, o trabalho jornalístico pressupunha a presença do jornalista/fotógrafo *in loco* para capturar imagens dos eventos noticiados. Atualmente, porém, essa prática profissional vem se alterando, um exemplo disso é que as imagens dos eventos/acontecimentos, objetos de discurso, podem tanto ser enviadas por indivíduos, que estavam presentes e registraram o momento, bem como podem ser enviadas pelos próprios sujeitos ou retiradas de perfis públicos em redes sociais.

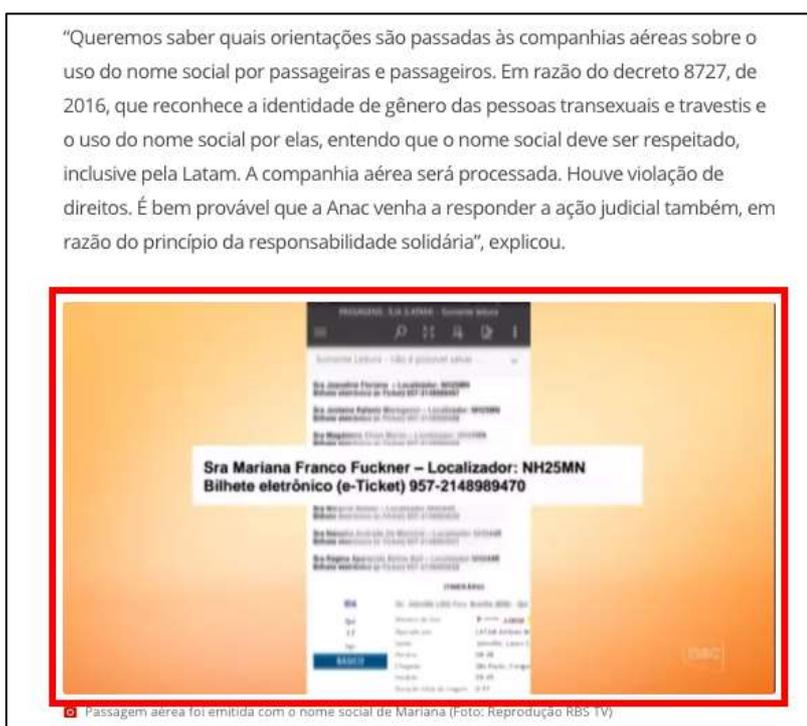
Essas duas possibilidades geram interpretações distintas da imagem. Por um lado, podemos invocar a intenção de demarcação da feminilidade da mulher trans, evidenciando, por meio da fotografia, que a pessoa em tela é, de fato, uma mulher, possibilitando a reflexão acerca da importância do uso do nome social, condizendo com a forma como essa pessoa se identifica e como expressa seu gênero social. Para Bento (2008, p. 42-43), “O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo”, isso significa que a expressão do gênero da pessoa trans tem a ver com a forma como ela se porta, se veste, se vê e é vista socialmente. Sendo assim, a escolha por uma imagem de Mariana Franco maquiada, de cabelos compridos, exaltando sua feminilidade, pode ter a ver com a demarcação de sua condição identitária de mulher.

Por outro lado, podemos interpretar essa escolha imagética como a perpetuação da imagem sexualizada da mulher trans. Pensando por esse lado, são possíveis questionamentos como por exemplo: se fato similar ocorresse com uma mulher cis ou com um homem, a escolha de imagem se daria da mesma forma? Para responder a esse questionamento, devemos nos voltar para os padrões impostos pela sociedade patriarcal, que tece expectativas de gênero para as mulheres, determinando um padrão de feminilidade. Sendo assim, mulher “de verdade”, no sistema patriarcal e machista, é aquela que é feminina, vaidosa, sensível, delicada, frágil. Com as mulheres trans, esse padrão torna-se ainda mais cruel – além de terem que se adequar aos padrões de feminilidades da sociedade, há uma pressão para a adequação

do corpo dessas pessoas (cirurgias e terapias hormonais). Os discursos midiáticos, muitas vezes, exaltam e prestigiam as mulheres trans que se adequam a essa imposição de feminilidade do gênero, as objetificando sexualmente, ao passo que invisibiliza as mulheres trans “comuns”, que não atendem aos modos de exercer a feminilidade em consonância com os modos socialmente construídos e, portanto, esperados do gênero. A partir disso, é possível interpretar a escolha por essa imagem como uma forma de perpetuar a imagem sexualizada da mulher trans, exaltando-a como feminina, sensual, desconsiderando as demais vivências da transgeneridade e das feminilidades e masculinidades do sujeito trans⁷³

Em seguida, passamos para a análise da Figura 11 (Notícia 7), que também compõe essa notícia. Essa figura possui um fundo na cor laranja e a imagem que se insere na notícia é o bilhete aéreo da passageira, com parte destacada em tamanho maior, com seu nome social e os códigos identificadores do voo.

Figura 11 – Notícia 7



Tanto a imagem de Mariana Franco discutida anteriormente quanto a imagem do bilhete aéreo compõem o discurso da notícia, aumentando a amplitude de veiculação das informações para

⁷³ Não desconsideramos a possibilidade de que, devido à grande agilidade e imediatismo das produções jornalísticas contemporâneas, essa seleção de imagem tenha sido desprovida de reflexão por parte da empresa de comunicação, tendo ocorrido de forma aligeirada, sem reflexão ou preocupação com a imagem que se construiria dos sujeitos das notícias.

o leitor, proporcionando *identificação da participante* (Figura 10) e também fornecendo maior grau de *detalhamento e especificação* (Figura 11) (ACOSTA PEREIRA, 2008). Destacamos, neste momento, uma certa prática social que parece exigir que tudo deve ser mostrado e provado, especialmente considerando a recorrência de divulgação de notícias falsas (as *fake news*). Sendo assim, a narrativa/retrato do veículo não basta, é necessário trazer provas de que o fato realmente ocorreu, como acontece por meio da representação do bilhete aéreo da passageira, com destaque para seu nome social. Embora seja de conhecimento corrente que a própria imagem é passível de falsificações e manipulações.

Questões similares às discutidas na notícia 7, a representação da imagem da mulher trans e um excesso de “provas” a respeito dos acontecimentos, também constituem a notícia 8. Essa notícia narra o fato de uma mulher trans ter sido impedida de abrir um crediário em uma loja de departamentos em função da incompatibilidade entre o nome social e o seu registro civil. Nessa notícia, o veículo de comunicação selecionou, para compor o enunciado, três elementos verbo-visuais, duas fotografias e um vídeo, sendo uma *fotografia de identificação dos participantes* (Figura 12) (ACOSTA PEREIRA, 2008), o *caption* de um vídeo publicado na notícia (Figura 13) e uma foto de *detalhamento*, em que é retratada a carteira de identidade da mulher trans cuja situação foi noticiada (Figura 14) (ACOSTA PEREIRA, 2008).

Figura 12 – Notícia 8⁷⁴



⁷⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/jovem-trans-e-impedida-de-abrir-crediario-em-loja-com-nome-social-humilhada-diz.ghtml> . Acesso em: 18/09/2017

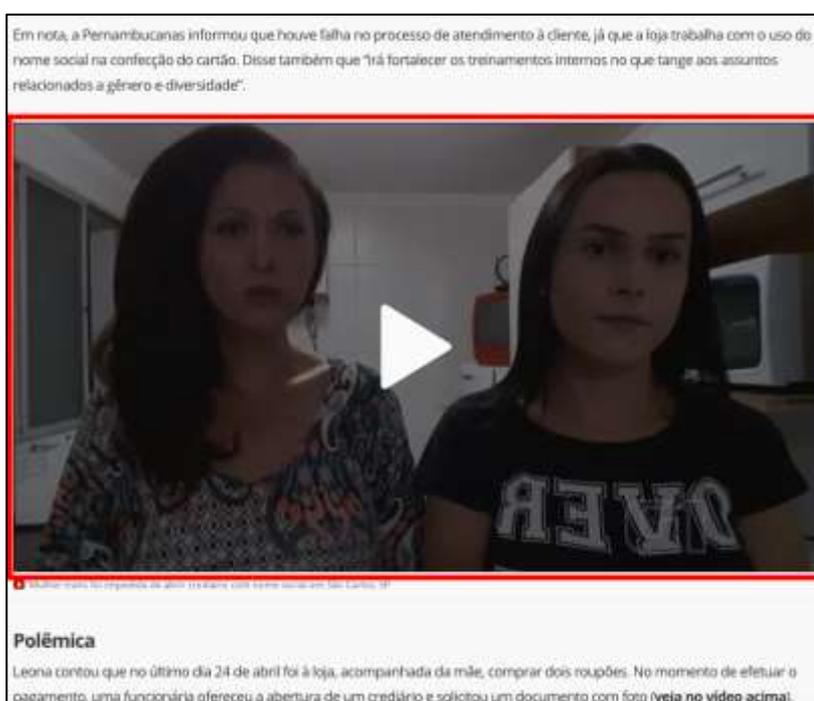
Na primeira imagem veiculada (Figura 12), há identificação da participante do fato noticiado, por meio de uma fotografia que aparenta ser um autorretrato, ilustrando a jovem com os cabelos compridos soltos, maquiada e em um ambiente aparentemente familiar. Novamente, temos uma imagem que não representa o contexto do evento noticiado. Inclusive, a imagem é o primeiro conteúdo a que o leitor tem acesso após o título e chamada da notícia. O título “*Jovem trans é impedida de abrir crediário em loja com nome social: 'Humilhada', diz*”, bem como o restante do conteúdo verbal do enunciado apontam para a compreensão da situação de impedimento do nome social como sendo de humilhação e constrangimento para Leona Zanforini, porém, seguida do texto tem-se a representação dessa mulher *humilhada*, de maneira extremamente feminina, chegando a ser sensualizada, deitada em uma cama, com os pés descalços no plano de fundo e, no plano central, está o rosto em evidência.

A imagem, cuja legenda é “*Jovem trans foi impedida de abrir crediário com o nome social (Foto: Leona Zanforini/Arquivo Pessoal)*” se assemelha a da notícia 7, em que encontramos possibilidades distintas de interpretação. Sendo uma foto do arquivo pessoal de Leona, essa imagem pode, novamente, tanto ter sido enviada por ela, como pode ter sido escolhida pelo jornalista, por meio de acesso em perfil de rede social. As mulheres trans, muitas vezes, sentem a necessidade de valorizarem suas feminilidades e os atributos femininos de seus corpos, sendo essa a maneira que encontram de produzir suas identidades e seu próprio gênero, como afirma Louro (2016, p. 17): “Por certo os próprios sujeitos estão empenhados na produção do gênero e da sexualidade em seus corpos”. Desse modo, é possível interpretar essa imagem como um marco definidor da identidade de mulher dessa pessoa, especialmente se essa imagem tiver sido selecionada por ela própria. Porém, é possível aventar também que a mídia tende a hiperfeminizar, hipersexualizar e objetificar os corpos das mulheres trans. Segundo Serano (2007), a mídia as hiperfeminiza ao retratar a mulher trans com imagens em que estão muito maquiadas, com saltos altos e roupas sensuais, ressaltando a frivolidade da busca pelo *ser mulher*; hipersexualiza ao retratar a maior parte das mulheres trans como sendo profissionais do sexo e objetifica seus corpos ao sensacionalizar cirurgias de redesignação genital, expondo imagens de “vaginias artificiais” e também com filmes pornô. Desse modo, a escolha pela representação de Leona por meio da imagem representada na Figura 12, pode ser entendida como um modo de enfatizar os atributos sensuais das mulheres trans, contribuindo para a manutenção do estereótipo sexualizado e hiperfeminizado das mulheres trans na sociedade, gerando preconceito e

fazendo com que sejam afastadas ainda mais para a margem aquelas que não se enquadram nesse padrão normativo.

Na notícia, Leona Zanforlin, a mulher trans que foi impedida de abrir o crediário utilizando seu nome social, narra que esse impedimento ocorreu ao entregar seu documento de identificação – em que consta o nome civil e a assinatura com o nome social – e que foi questionada a respeito do fato de a sua assinatura não condizer com o nome indicado no documento. Após esse acontecimento, Leona gravou um vídeo (Figura 13), juntamente com a Ângela Lopes, mulher travesti e militante do movimento trans, contando o que aconteceu com ela e o publicou em seu perfil em uma rede social.

Figura 13 – Notícia 8



Neste momento, fica evidente como a prática jornalística tem se alterado em função do crescente uso das redes sociais e das possibilidades de produção de conteúdo por seus usuários. Os próprios sujeitos registram e divulgam em suas redes sociais acontecimentos por que passaram, como foi o caso de Leona, isso significa que a esfera jornalística não é mais a única fonte de socialização das notícias: agora os próprios indivíduos podem divulgá-las e o jornalismo, seguindo esse movimento, publiciza e utiliza de conteúdos oriundos das redes sociais. Em outras palavras, o que está nas redes sociais, principalmente conteúdos de grande compartilhamento, vira fonte no jornalismo. O G1, portal que veiculou a notícia, optou por oferecer ao leitor *link* direto para o vídeo – que passa a

contribuir para a construção de sua narrativa –, intercalando o vídeo gravado por Leona como parte integrante na notícia, fazendo, inclusive, menção a ele no corpo do texto noticioso: “*Leona contou que no último dia 24 de abril foi à loja, acompanhada da mãe, comprar dois roupões. No momento de efetuar o pagamento, uma funcionária ofereceu a abertura de um crediário e solicitou um documento com foto (veja no vídeo acima)*” (N8). Não obstante, para que o leitor possa acessar o vídeo, ele deve assistir a uma propaganda embutida nesse vídeo, ou seja, mais um gênero discursivo intercalado, compondo o todo da notícia.

Essa estratégia discursiva, chamada de intercalação de gêneros, viabiliza o estabelecimento de relações dialógicas entre enunciados de gêneros distintos e evidencia a própria plasticidade dos gêneros discursivos. De acordo com Rodrigues (2001, p. 247): “As diferentes formas de incorporação dos outros enunciados, os gêneros intercalados apontam para a elasticidade e plasticidade dos gêneros, para a própria essência da sua forma, ou seja, a relativa estabilidade da sua parte verbal”. Como dito antes, o jornalismo tem usado essa estratégia como forma de (re)produção de conteúdos: o que um sujeito posta em sua rede social se torna conteúdo e vira fonte para o jornalista. Esse fato transforma a prática jornalística e faz com que os sujeitos passem a ser coautores dos enunciados jornalísticos, por meio do envio de fotos, vídeos e informações. Assim, as notícias se tornam mosaicos de textos, intercalados e conectados, construindo uma rede de sentidos, uma vez que põe em evidência também a voz e a narrativa do próprio sujeito.

Além disso, no contexto atual em que os indivíduos passam a se posicionar e a se manifestar com cada vez mais frequência nas redes sociais, em virtude da Web 2.0 e da facilidade de produzir imagens e registros dos acontecimentos, é possível observar uma certa necessidade de comprovação excessiva do fato ou evento. Ou seja, temos visto a produção de um excesso de registros e imagens, não só a título de ilustração de um evento, mas como forma de comprovação da veracidade desse evento, tendo em vista a grande circulação de notícias falsas, chamadas de *fake news*⁷⁵ no contexto das redes sociais digitais. As imagens expostas a seguir (Figuras 14 e 15) exemplificam essa questão.

⁷⁵ As *fake news*, ou notícias falsas, têm se tornado cada vez mais recorrentes na produção de conteúdo jornalístico contemporânea, especialmente considerando a emergência da pós-verdade como um fenômeno discursivo. Esse fenômeno indica que os fatos concretos e objetivos, muitas vezes, têm menor influência para moldar a opinião pública, comparada com textos que apelam à emoção ou crenças pessoais. Para maiores informações a esse respeito, consultar o artigo de Carvalho e Belda (2017).

Figura 14 – Imagem da Carteira de identidade (N8)



Como no Brasil a retificação dos documentos e registros civis ainda não é facilitada para as pessoas da comunidade trans, essas pessoas podem assinar seus documentos com o nome social, sem prejuízos para a validade do documento. Uma estratégia utilizada pelo veículo jornalístico foi a inserção de fotografia da carteira de identidade de Leona, destacando a sua fotografia e a assinatura com seu nome social, de forma a validar o que foi dito no vídeo e para ilustrar o objeto que gerou a polêmica e o ato de discriminação na loja de departamentos em questão, conferindo maior grau de detalhamento e especificação (Figura 14).

Ainda nesse contexto de *necessidade de comprovação*, o jornal optou por trazer mais uma comprovação e reafirmação do evento, ao selecionar a fotografia do cupom fiscal da compra de Leona (Figura 15) na referida loja de departamento, que pode ser observado a seguir:

Figura 15 – Imagem do cupom fiscal da compra (N8)



Em conjunto com o material verbal do enunciado, esses elementos contribuem para a compreensão da situação de forma mais completa, possibilitando ao leitor construir sua interpretação do evento noticiado, mostrando a pessoa que sofreu discriminação, detalhes sobre a situação e dando espaço de voz a essa mulher trans por meio da divulgação do vídeo feito, o que pode indicar certa visibilidade e positividade. Desse modo, o veículo estaria situando leitores e leitoras, com um tema pouco ainda conhecido por grande parte da população, considerando que se trata de um portal de informações gerais e não uma mídia ativista.

No entanto, sobre os objetivos e efeitos das estratégias discursivas mobilizadas pela notícia é possível uma outra interpretação, oposta a essa exposta anteriormente e mais crítica. Podemos avaliar que a necessidade constante de comprovação dos fatos por meio da veiculação demasiada de imagens torna o texto muito pictórico e a leitura cansativa. Essa questão nos faz refletir também sobre a possibilidade de que essa exposição excessiva seja valorativa e até depreciativa para a mulher trans de que trata a notícia. A notícia, de certo modo, concede uma entonação valorativa ao objeto discursivo – a mulher trans inserida em um caso de discriminação – ao exceder/exagerar no que respeita o detalhamento do evento. Esse “exagero” se materializa, por exemplo, na exposição de seus documentos pessoais e da nota fiscal contendo o valor de produtos comprados, podendo

sugerir que apenas a sua fala e narrativa não seja o suficiente para que os leitores acreditem em sua história.

Em suma, é possível aventar que trazer a voz/narrativa de pessoas trans é, de algum modo, um movimento discursivo que concede uma valoração positiva a essa identidade. Mas, o discurso não se constrói somente na polaridade positivo e negativo, e sim na luta/na arena de vozes contraditórias. Assim, outros elementos mobilizados no enunciado como, por exemplo, as imagens, podem carregar/entoar uma valoração diametralmente contrária a que se mostra mais saliente, sendo, pois, a primeira interpretação.

Passamos, neste momento, para a análise da imagem veiculada na notícia 9.

Figura 16 – Notícia 9⁷⁶



Pela leitura da notícia, percebemos uma entonação valorativa negativa por parte do deputado, indicando a negação da identidade de gênero e seu preconceito para com a vivência travesti, como mencionado anteriormente. A notícia, intitulada “*Deputado goiano compara nome social a ‘apelido’ e pede direito igual para héteros*” utilizou uma fotografia de João Campos (PRB), entrevistado para elaboração da notícia. A imagem que compõe a notícia é uma fotografia que *identifica o participante da ação* (ACOSTA PEREIRA, 2008), com retrato do deputado, de terno e gravata, próprio de um parlamentar, e visivelmente rindo. A imagem é

⁷⁶ Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/deputado-goiano-compara-nome-social-apelido-e-pede-direito-igual-para-heteros-100358/> . Acesso em: 18/09/2017

acompanhada da seguinte legenda: “*Foto: Reprodução*”. No jornalismo, quando uma imagem é referenciada dessa forma, significa que essa mesma imagem já foi utilizada anteriormente pelo veículo de comunicação, seja em outra notícia ou em outro contexto, ou seja, essa foto está sendo “reutilizada”, o que indica que a fotografia não foi selecionada especificamente para ilustrar a notícia em tela e nem foi produzida no contexto a referida notícia.

A escolha dessa imagem e não de outra, pode apontar que, ao selecionar uma fotografia em que o referido deputado está rindo, a notícia estabelece uma relação com a postura de deboche do próprio deputado ao comparar o nome social de pessoas trans a um apelido e ao exigir que heterossexuais tenham o mesmo direito, conforme enunciado no título da notícia “*Deputado goiano compara nome social a ‘apelido’ e pede direito igual para héteros*”. A utilização das aspas no título ao tratar do nome social como “*apelido*” pode indicar uma postura do jornal de crítica ao deputado e de discordância com o seu discurso ou, pelo menos, de uma tentativa de neutralidade, deixando a fala de João Campos (PRB) demarcada e seus efeitos sob sua própria responsabilidade enunciativa, uma vez que o posicionamento do parlamentar perante a questão do nome social e da identidade de gênero é contrário aos estudos sobre gênero e identidade de gênero e possui teor discriminatório e preconceituoso. Essa escolha do uso das aspas somada à seleção da imagem em tela para representar o autor desses discursos pode indicar uma posição de afastamento por parte do jornal em relação ao discurso do deputado, uma vez que essa imagem não passa credibilidade ao parlamentar, podendo ser, inclusive depreciativo à imagem do deputado.

Por outro lado, uma outra interpretação é possível. Podemos aventar que essa escolha pela neutralidade pode indicar certa indiferença perante o tema por parte do jornal, por meio da representação do sujeito que questiona a identidade de sujeitos trans sorrindo, em um contexto em que são ditas afirmações graves, que invisibilizam o movimento LGBTI, especialmente as vivências de identidade de gênero de pessoas trans.

Por fim, a Figura 17 busca também representar a *identificação de participantes* do evento narrado na notícia 10 (ACOSTA PEREIRA, 2008), com a representação de Deborah Sabará, conselheira estadual de Direitos Humanos no Espírito Santo, que relatou ter sofrido constrangimentos pelo não reconhecimento de seu nome social por parte de uma juíza e um promotor em uma audiência.

Figura 17 – Notícia 10⁷⁷



A imagem, do arquivo pessoal de Deborah (conforme indica legenda) a representa em contexto descontraído, posando ao lado de uma janela com uma paisagem natural ao fundo, nessa janela há uma cortina com cores vibrantes e tecido com padronagem de arco-íris, fazendo alusão à bandeira do orgulho LGBTI. A escolha da fotografia pode apontar para a demarcação de um posicionamento de orgulho da identidade de mulher travesti por parte de Deborah, em diálogo com sua afirmação “*Eu sou Deborah, sou uma mulher travesti e esse é o meu nome social*”, veiculada na notícia. Nessa visada, a fotografia pode contribuir para construção da imagem de uma mulher travesti, orgulhosa de sua condição identitária, que marca sua luta e seu posicionamento perante a sociedade, por meio da exigência do uso de seu nome social.

Por outro lado, novamente, há uma incompatibilidade com o fato noticiado – negação do uso do nome social, gerando constrangimento à pessoa trans – e a imagem selecionada, apontando para o fato de que tem se tornado corriqueira a prática de retirar imagens de outros contextos sociais e inseri-las nas notícias. Deborah passou por uma situação de constrangimento pela negação do uso de seu nome social em um contexto profissional. Ela é conselheira de Direitos Humanos do estado do Espírito Santo e foi impedida de usar seu nome social em uma audiência. Talvez fosse mais condizente com a situação narrada a inserção de uma fotografia de Deborah em um contexto profissional ou cotidiano, contribuindo para que

⁷⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/mulher-travesti-discute-com-juiza-e-promotor-para-ter-nome-social-respeitado-em-audiencia-no-es.ghtml> . Acesso em: 18/09/2017

se construísse uma imagem de mulher capaz e possuidora do direito de exercer sua identidade de gênero em um ambiente de trabalho. Assim, é possível dizer que a escolha imagética acaba por contribuir para a reprodução dos discursos já ditos sobre a população LGBTI como sendo de pessoas diferentes, estranhas, exóticas ou fúteis, desassociando-os de contextos profissionais, ou seja, do cotidiano. Diferentemente seria o caso de uma fotografia ou notícias produzidas no âmbito de mídias militantes das causas LGBTI, em situação de uma parada *gay*, por exemplo. Nesses espaços, a exposição dos corpos, da sensualidade, a evidência da bandeira com tema de arco-íris constituem índices da luta enunciada pelos próprios sujeitos. E não um recorte de mídias hegemônicas que, não raras vezes, produzem um discurso ainda pouco esclarecido e consistente sobre a identidade de gênero.

Em resumo, nos dados analisados, observamos que os veículos de comunicação fizeram escolhas distintas no que diz respeito às imagens que compõem seus enunciados, quer fosse para identificar o local e os participantes das situações ou para dar maior grau de detalhamento e especificação dos fatos noticiados, como ocorreu com as representações do PDC 395/2016 (Figura 5) na notícia 4, do bilhete aéreo (Figura 11) na notícia 7, e do documento de identidade e do cupom fiscal na notícia 8 (Figuras 14 e 15). Em termos semióticos, podemos perceber como as estratégias discursivas mobilizadas com maior frequência foram a intercalação de gêneros e de outros enunciados nas notícias, como o vídeo (Figura 13) na notícia 8, além da relação da prática jornalística com o crescente uso das redes sociais, por meio da seleção de fotografias de arquivos pessoais dos sujeitos retratados, como discutido nas notícias 7, 8 e 10, imagens essas, muitas vezes, retiradas de perfis públicos em redes sociais. Essas novas possibilidades de “captação” das imagens dos objetos discursivos no interior das notícias *online*, potencializadas pelas tecnologias digitais, podem gerar também interpretações distintas, como tentamos evidenciar no percurso de apresentação da análise. Em outras palavras, é possível perceber como a incorporação de imagens em textos jornalísticos contribui para a tessitura de seus discursos e como são múltiplas as possibilidades de interpretação e os modos pelos quais as imagens veiculam informações e valorações nos/dos enunciados.

4.4 AS VOZES DO DECRETO Nº 8.727 E AS VOZES DO JORNALISMO: RELAÇÕES DIALÓGICAS E REVOZEAMENTO

O dialogismo, como visto anteriormente, é elemento constitutivo e intrínseco à linguagem, isso significa dizer, segundo a perspectiva bakhtiniana, que não há enunciados

sozinhos, uma vez que sempre estão em diálogo com outros enunciados, inseridos em um determinado contexto da comunicação social. Sendo assim, um enunciado está sempre em diálogo com os enunciados que o antecederam e com os que o sucederão, como afirmam Silveira *et al.* (2012, p. 22): “todos os nossos enunciados estão em relação dialógica, uma vez que nascem de outros enunciados já-ditos (explícitos ou não) e buscam reação-resposta ativa dos outros”. O olhar voltado para os enunciados em análise na presente pesquisa chamou a atenção para relações dialógicas existentes entre eles. Partindo do Decreto Nº 8.727 e do conjunto de notícias selecionadas, percebemos como há relações de diálogo entre o decreto – de forma direta e de forma indireta – e os demais enunciados, sobretudo em relação à questão da identidade de gênero de pessoas trans e do direito ao uso do nome social.

Essas relações se dão de modos distintos, podendo haver valorações positivas ou negativas, ou um revozeamento dos discursos, uma assimilação dos conteúdos sem muito distanciamento. Sobre essas possibilidades e a natureza dialógica da linguagem, Brait (2005, 94-95) pondera:

Por um lado, o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. Por um outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, se instauram e são instaurados por esses discursos.

A partir dessas questões, entendemos que o olhar para os estudos da linguagem deve se dar por um ângulo dialógico, levando em conta as relações extralinguísticas dos enunciados, uma vez que sob uma perspectiva estritamente linguística, não é possível dar conta das relações dialógicas. Numa análise do discurso que se pauta por esse viés, é necessário levar em conta que essas relações extralinguísticas não podem ser separadas do campo do discurso, uma vez que a linguagem só permanece viva na comunicação social e dialógica de seus falantes (BAKHTIN, 2015[1963]). Cabe destacar que, além da dialogicidade constitutiva da linguagem, o fazer pesquisa *per se* coloca enunciados em diálogo. Em outros termos, a posição do pesquisador, por meio do recorte e seleção de dados, estabelece também relações de diálogo entre os enunciados que analisa.

Considerando, portanto, que “as relações dialógicas são relações de sentido, ou seja, são relações axiológicas, uma vez que não há enunciados neutros” (SILVEIRA *et al.*, 2012, p.

22) e que para a compreensão do sentido de um determinado enunciado, é necessário levar em consideração, além de seus atributos linguísticos, também seus elementos extraverbais, incluindo os ecos de discursos outros, seguimos para o levantamento de que modo os enunciados da esfera jornalística selecionados tecem relações dialógicas entre o Decreto Nº 8.727, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans em órgãos públicos federais. Cabe dizer que das dez notícias analisadas, nove delas citam expressamente o Decreto Nº 8.727 – apenas a notícia 8 não o cita explicitamente, mas dialoga com ele, como veremos posteriormente. Feitas as apreciações dos dados, constatamos diversas manifestações e revozeamentos de dizeres do Decreto Nº 8.727 nas notícias. A primeira delas é a menção direta ao *evento* de publicação do decreto. As notícias 1 e 2, publicadas no dia da assinatura do decreto, noticiaram a situação de comunicação que ocasionou na publicação do decreto, então, nesses enunciados, estabeleceram-se relações dialógicas diretas com o decreto, com explicações acerca dos sujeitos envolvidos, em que local e momento esse evento ocorreu e mencionando eventos outros que culminaram na assinatura do Decreto Nº 8.727, como pode ser observado nos excertos abaixo:

A presidente Dilma Rousseff assinou nesta quinta-feira (28) um decreto que autoriza a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) a utilizar o chamado “nome social” nos órgãos do serviço público federal (N1)

O decreto passa a valer após a publicação no Diário Oficial, mas ainda terá um prazo de seis meses para que a mudança seja implementada em formulários, e de até um ano para o sistema todo. Para a assinatura, Dilma recebeu no Palácio do Planalto, além de Sottili, a ministra Nilma Lino Gomes, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) e representantes do Conselho Nacional LGBT. (N2)

Além dessa referência explícita, dentre os dez enunciados da esfera jornalística selecionados, nove deles mencionam o decreto ao explicar seu funcionamento. Desse modo, as notícias tematizam aspectos como: a que sujeitos se aplica, qual sua vigência, em que locais terá validade etc., noticiam o evento de sua publicação (notícias 1 e 2), para contextualizar o objeto de contestação da PDC 395/2016 (notícias 3, 4 e 9), para noticiar situações em que o uso do nome social a partir do decreto foi normatizado e colocado em prática (notícias 5 e 6) ou para elucidar o panorama legal do uso do nome social em situações em que houve impedimento de seu uso por pessoas trans (notícias 7 e 10), como pode ser observado nos exemplos que se seguem.

Na quarta-feira, 18, 29 deputados de dez partidos: DEM, PRB, PR, PSC, PSDB, PHS, PTN, PSB, PV e PROS protocolaram um Pedido de Decreto Legislativo (PDC) para sustar o ato de Dilma que reconhece os nomes sociais de transexuais e travestis no serviço público (N3)

O decreto publicado por Dilma em 28 de abril passou a permitir que transexuais e travestis usassem seu nome social em todos os órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais. A medida vale para funcionários e também usuários. (N4)

Outra relação dialógica, menos explícita, entre o decreto e os enunciados é o revozeamento do discurso do Decreto Nº 8.727 acerca do conceito do nome social, o que fica evidenciado nas notícias 1, 2, 4, 5 e 6. No Decreto Nº 8.727, há uma definição do conceito do nome social e de identidade de gênero nos seguintes termos:

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

O olhar para os dados aponta para a existência de relações dialógicas entre os enunciados, a partir do conceito de nome social por meio de paráfrase das conceituações de nome social e identidade de gênero no decreto constantes no decreto, como pode ser observado nos seguintes excertos:

O nome social é o nome escolhido por essas pessoas de acordo com o gênero que se identificam, independentemente do nome com que foram registrados no nascimento. (N2)

O nome social é o nome escolhido por essas pessoas de acordo com o gênero que se identificam, independentemente do nome com que foram registrados no nascimento. (N4)

Percebe-se como, para conceituar a noção de nome social, os jornais tiveram que elencar também elementos do conceito de identidade de gênero, especialmente no que tange a questão de a identidade de gênero ser reconhecida e constituída socialmente, além do fato de haver distanciamento entre sexo atribuído no nascimento e a identidade de gênero de um sujeito. Nos exemplos selecionados, cabe atenção o fato de duas notícias, publicadas em datas

diferentes, definirem o nome social utilizando exatamente os mesmos termos. A notícia 2 foi publicada no dia da promulgação do decreto, em 28 de abril de 2017. A notícia 4, que noticia a elaboração do PDC que buscava sustar o Decreto Nº 8.727 foi publicada em 19 de maio de 2017. Esse exemplo, em particular, exalta não somente as relações dialógicas entre decreto e notícias, mas também a relação que se estabelece entre as próprias notícias.

Um outro caso interessante acerca das relações de diálogo entre o Decreto Nº 8.727 e os demais enunciados, se deu com a notícia 6, em que não somente foi feita menção aos ditos do decreto, como foi feita cópia literal de trechos do decreto, de seu preâmbulo e artigos 1º e 2º, em que são feitas as definições de nome social, identidade de gênero e sobre os órgãos a que o decreto se aplica.

***Direito** - A resolução da UFGD é baseada no Decreto Nº 8.727 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.*

O Decreto considera que o nome social, designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida e a identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto. O decreto ainda veta o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais. (N6)

Os trechos sublinhados correspondem às partes da notícia 6 que foram retiradas do Decreto Nº 8.727, de forma literal. De início, esse revozeamento ocorreu de forma mais sutil, com trechos de autoria do jornal entremeados aos trechos do decreto, em que o documento é tratado na 3ª pessoa, como nos trechos: “A resolução da UFGD é baseada no Decreto Nº 8.727 que dispõe” ou “o decreto ainda veta”, porém, no terceiro parágrafo transcrito acima, há marcas de autoria do próprio decreto, como no trecho em negrito “e com o disposto **neste** Decreto”. Bakhtin/Volochínov (2014[1979], p. 150), sobre o discurso citado afirmam: “o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”. Isso quer dizer que os dizeres do decreto – transpostos na notícia em tela – ao mesmo tempo que são reproduzidos, passam também a compor a estrutura narrativa desse novo enunciado, não sendo, portanto, apenas

uma transmissão isenta de valorações, mas uma reprodução do discurso acarretando uma tomada de posição acerca do tema, assumindo a fala do outro.

Ademais, o entendimento do uso do nome social enquanto *direito* é recorrente dentre os enunciados analisados nesta pesquisa. O Decreto Nº 8.727 não utiliza o termo *direito* para se referir à questão do uso do nome social, como pode ser observado no trecho a seguir:

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Apesar disso, uma interpretação extensiva do *dever* dos órgãos em adotar o nome social da pessoa trans, pode ser entendido como um direito desses sujeitos em ter sua identidade de gênero reconhecida e o nome social utilizado. Esse entendimento perpassa os demais enunciados, seja pelo reconhecimento desse direito, seja por seu questionamento.

O diálogo que se tece entre diferentes enunciados nunca é neutro. Ao assumir um discurso alheio, um sujeito o carrega com suas próprias ideologias e visões de mundo, refletindo e refratando esses discursos (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014[1929]). Isso quer dizer que a maneira como um falante vai reenunciar um discurso ou o modo como se darão as relações dialógicas entre enunciados distintos dependerá de questões extraverbais, do contexto social de interação dos interlocutores, de seus posicionamentos axiológicos etc. Sendo assim, as relações dialógicas podem ser favoráveis ou de oposição. Isso fica evidente com a elaboração do Projeto de Decreto Legislativo 395/2016, elaborado pelo deputado João Campos (PRB) e assinado por 28 outros deputados –grande parte integrantes da bancada religiosa do Congresso – que busca sustar o Decreto Nº 8.727, assinado por Dilma Rousseff. Esse PDC é criado como uma resposta ao decreto, tecendo desde então, uma relação de diálogo entre os enunciados.

Sendo assim, podemos perceber, dentre os enunciados analisados nesta pesquisa, especificamente nas notícias 3, 4, 9 e 10, relações dialógicas entre o Decreto Nº 8.727, com teor de questionamento da validade do decreto (em função do PDC 395/2016) e também um questionamento do nome social enquanto um *direito* da população trans, como exposto a seguir:

Menos de um mês após ser decretado pela presidente afastada Dilma Rousseff (PT), o uso do nome social de travestis e transexuais nos órgãos da

administração pública direta e indireta é questionado por parlamentares.
(N3)

Deputados de dez partidos apresentaram nesta quarta-feira (18) um projeto para suspender o direito de transexuais e travestis a usarem seu nome social nos órgãos públicos do governo federal. (N4)

Segundo ela, o problema teria começado quando a juíza leu o nome de registro de Deborah que constava no processo.

“Quando ela começa a ler o processo, ela percebe o meu nome de registro e pergunta quem eu era. Eu disse: ‘Eu sou Deborah, sou uma mulher travesti e esse é o meu nome social’. Ai, a juíza fala: ‘Não, essa não é você. Você é fulano de tal’. (N10)

Além dos casos em que o direito do uso do nome social por pessoas trans, legitimado pelo Decreto Nº 8.727, é questionado, há um caso específico, na notícia 9, em que é possível perceber como a relação de diálogo que se estabelece é por meio da valoração do decreto como sendo discriminatório, a partir de fala do deputado João Campos (PRB), autor do PDC que busca sustar o Decreto Nº 8.727.

*João Campos afirmou ainda que **direito** é “razoável” para transexuais, mas discriminatório se for autorizado para travestis.*

Segundo o deputado, o poder público, ao realizar algum procedimento, irá registrar apenas o nome social de travestis e transexuais. “Porque o cidadão heterossexual que tem um apelido não pode também registrar?”, questionou. (N9)

Nesse caso, há também o questionamento do nome social de pessoas trans, mas não somente isso, como há também um desconhecimento da função que o nome social tem na vivência desses sujeitos. Por outro lado, foi recorrente a presença de relações entre o decreto e alguns enunciados (notícias 1, 4, 5, 7, 8 e 10) no que tange a compreensão do nome social enquanto um direito da população trans.

Deputados de dez partidos apresentaram nesta quarta-feira (18) um projeto para suspender o **direito** de transexuais e travestis a usarem seu nome social nos órgãos públicos do governo federal. (N4)

O uso do nome social é garantido com base no decreto 8.727/16, do Governo Federal, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (N5)

O nome social é também entendido como um direito na notícia 8. Apesar de não haver nenhuma menção explícita ao Decreto Nº 8.727 na notícia do portal G1 – que narra o evento

de uma mulher trans ter sido impedida de abrir um crediário em uma loja de departamentos utilizando seu nome social – ao longo de todo o texto da notícia a questão do nome social é tratada como um direito, que foi negligenciado pela loja, como consta no trecho a seguir:

Apesar do constrangimento, a jovem deu continuidade na compra para ter a nota fiscal como “prova”. Ela afirmou que irá fazer o possível para ter seus direitos garantidos. (N8)

Em nota, segundo consta na notícia, a loja afirmou ter havido falha no processo e que “*irá fortalecer os treinamentos internos no que tange aos assuntos relacionados a gênero e diversidade*”, apontando para o reconhecimento, por parte da empresa, do nome social enquanto direito, após o ocorrido.

A partir disso, é possível afirmar que há uma discursividade sobre as pessoas trans como sujeitos de direito. São discursivizadas, de modo geral, como possuidoras do direito de ter sua identidade de gênero reconhecida e de ser chamado pelo seu nome social, pelo menos nos espaços previstos no Decreto N° 8.727.

No entanto, apesar de haver essa determinação, via decreto, ou seja, por meio de um discurso oficial, em muitos casos esse direito das pessoas trans não é atendido ou aceito, seja por falta de preparo de algum órgão ou estabelecimento, seja por questões de cunho moral-religioso. No caso do PDC 395/2016, por exemplo, documento elaborado por deputados para sustar o decreto publicado por Dilma Rousseff em 2016, o que é colocado em debate é justamente a validade desse direito. Em outras palavras, a discursividade de pessoas trans como pessoas de direito no que se refere ao uso do nome social é contestada discursivamente por horizontes apreciativos contrários, mais especificamente por discursos conservadores. Esse cenário configura uma arena discursiva em que, por um lado, há forças que lutam pela manutenção de práticas normativas e hegemônicas acerca do gênero e da sexualidade (forças centrípetas) e, de outro, forças que apontam para possibilidade de outras narrativas sobre os modos de viver a vida social no que se refere ao gênero e à sexualidade (forças centrífugas).

Além disso, percebemos a delineação de relações dialógicas entre o Decreto N° 8.727 e o evento de implementação do nome social a partir do decreto, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A universidade, após a publicação do decreto, desenvolveu uma resolução que regulamenta o uso do nome social por discentes da instituição em diversos contextos. A notícia 6, que narra a elaboração e publicação dessa resolução, tece, portanto, um diálogo com o Decreto N° 8.727, como pode ser observado no título da notícia – “UFGD respeita decreto e adota nome social para travestis e transexuais” – e no trecho a seguir:

A resolução da UFGD é baseada no Decreto N° 8.727 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (N6)

Por fim, percebemos as relações dialógicas entre o Decreto N° 8.727 e alguns dos enunciados selecionados para esta análise no que tange a menção ao decreto enquanto conquista para o movimento trans, como pode ser observado nos trechos abaixo, retirados das notícias 3 e 5:

Na prática, a medida aprovada por Dilma no dia 28 de abril atende uma antiga demanda do movimento LGBT e garante que, se uma pessoa que recebeu o nome de João quando nasceu mas quer ser chamada de Maria, o crachá dela, a folha de ponto e o sistema do órgão para o qual ela trabalha devem reconhecê-la assim. (N3)

Para a professora Ivana Costa, de 29 anos, poder tirar documentos e ser atendida pelo nome social representa uma conquista nos direitos do público LGBT. (N5)

Temos o entendimento que a medida prevista pelo Decreto N° 8.727, como discutido anteriormente (Cf. seção 4.1), é resultado de uma série de ações desenvolvidas por sujeitos e grupos da comunidade trans e LGBTI reivindicando seus direitos.

Contudo, percebemos que dentre os enunciados analisados, pouco foi dito a respeito do movimento trans e LGBTI, com exceção dos exemplos mencionados acima. Esse fato chama a atenção para a política de apagamento e invisibilização da luta do movimento e pela decisão de tratar o próprio decreto como uma medida tomada sob responsabilidade única de Dilma Rousseff e não como o resultado da luta das pessoas trans no âmbito das discussões travadas nos movimentos sociais.

O apagamento e a invisibilização dos movimentos sociais podem ser entendidos como uma estratégia política de manutenção da hegemonia e um retrato do conservadorismo que permeia as empresas de comunicação. As lutas do movimento LGBTI objetivam “reclamar das autoridades públicas garantias para a igualdade de oportunidades e de direitos, bem como mostrar à população a pluralidade identitária LGBT como parte de um cotidiano e de uma normalidade que ainda não é reconhecida como tal” (JESUS; GALINKIN, 2011, p. 286). Sendo assim, ao tratar de questões concernentes à população trans e seus direitos como casos isolados ou atípicos, individualizando os acontecimentos, a mídia tende a deslegitimar e invisibilizar o movimento social que luta por esses direitos – fato esse que não se limita ao movimento LGBTI, mas se aplica a outros movimentos sociais, como o MST, MTST, por

exemplo –. Desse modo, percebemos, a partir do fato de que apenas uma notícia citou a existência de um grupo social articulado do movimento trans, que há uma tendência ao apagamento dos movimentos sociais por parte das empresas de comunicação.

Como pôde ser observado nos excertos selecionados na presente seção, diversos são os modos de estabelecimento de relações de diálogo entre os enunciados em tela. Assim, podemos considerar o Decreto Nº 8.727 como grande tema dos enunciados, uma vez que é possível perceber como esse enunciado é reenunciado, revozeado e enquadrado de diferentes maneiras e com tons valorativos distintos. Na perspectiva dos estudos do Círculo, as infinitas possibilidades dialógicas entre os enunciados são parte constituinte da linguagem, como afirma Barros (2005, p. 32), sobre a teoria bakhtiniana:

Bakhtin, repetimos, considera o dialogismo o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Insiste no fato de que o discurso não é individual, nas duas acepções de dialogismo mencionadas: não é individual porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores, que, por sua vez, são seres sociais; não é individual porque se constrói como um 'diálogo entre discursos', ou seja, porque mantém relações com outros discursos.

Entendemos, portanto, a dialogicidade como constitutiva da linguagem e as relações dialógicas como componentes essenciais para que os enunciados se constituam como elos na cadeia comunicativa, inseridos em contextos de interação e diálogo com os demais.

Feitas essas ponderações acerca das relações dialógicas entre os diferentes enunciados analisados, retomamos a regularidade apresentada no início deste capítulo: seria o sujeito trans um sujeito de direitos? A partir do olhar para os dados, pudemos verificar que o sujeito trans é sim um sujeito de direitos, tanto pela promulgação do Decreto Nº 8.727, quanto pela implementação do uso do nome social em meios diversos e pelas conquistas que esse grupo vêm alcançando ao longo do tempo. O direito ao uso do nome social foi conquistado a partir de mobilizações e articulações sociais que reverberaram nas ideologias oficiais, ocasionando a promulgação do decreto. Porém, esse direito – delineado legalmente por meio do decreto – é, por vezes, questionado e desrespeitado. Há um desrespeito do direito da pessoa trans quando uma mulher trans é impedida de usar seu nome social, ou quando há um constrangimento para que seu uso seja autorizado ou quando suas identidades e vivências de gênero são menosprezadas ou diminuídas por aqueles que buscam manter e perpetuar o *status quo*.

Dito isso, buscamos mostrar por meio da análise do Decreto Nº 8.727, além de dez enunciados do jornalismo *online*, de que forma os sujeitos trans são retratados e

compreendidos e que valorações se tecem a respeito da vivência desses sujeitos a partir da temática do nome social. Feitas essas delimitações, encerramos a presente análise, seguindo, finalmente, para as considerações finais deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de vivência da identidade de gênero de um sujeito ainda se constituem, para muitos, como um território nebuloso, principalmente porque há certa resistência em compreender que o gênero de um jeito não possui relação estrita com a materialidade de seu corpo biológico, como afirma Bento (2008, p. 22):

Os olhares acostumados ao mundo dividido em vaginas-mulheres-feminino e pênis-homens-masculino ficam confusos, perdem-se diante de corpos que cruzam os limites fixos do masculino/feminino e ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália e ao fazê-lo podem ser capturados pelas normas de gênero mediante a medicalização e patologização da experiência.

A falta de esclarecimento por parte de grande parte da sociedade a respeito das vivências de gênero trans fazem com que esse grupo sofra estigmas sociais, a patologização de sua condição identitária além do não atendimento de direitos fundamentais, como o reconhecimento de suas identidades de gênero, por exemplo.

Essa condição de opressão a que a comunidade trans é submetida tem relação com os modos como as identidades de gênero se constituem socialmente. Para Silva (2014), a identidade é entendida como uma relação social e, por isso, as diferentes identidades não são simplesmente definidas, elas são impostas, ou seja, não convivem de maneira harmoniosa, mas existem em disputa uma com a outra. Como afirma Silva (2014, p. 81): “Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade [...] a identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder”. Podemos relacionar essa asserção com a questão da identidade trans, uma vez que a transgeneridade – a identidade trans – vive em disputa com as identidades hegemônicas – a identidade cis.

Uma pessoa que nasce com os órgãos sexuais masculinos é enformada como homem desde o instante em que se anuncia o sexo do bebê. Essa pessoa será submetida a discursos e práticas sociais e será tratada como um homem durante toda sua vida, além disso, esse sujeito deverá atender às expectativas sociais que são associadas à masculinidade. Se em algum momento essa pessoa chegar à conclusão de que essa prática discursiva e social de *ser homem* não condiz com o modo pelo qual se identifica, ela terá que lutar contra os padrões e expectativas de gênero que lhes são impostos na tentativa de demarcar-se enquanto sujeito trans em um processo tenso e intenso, gerando conflitos. De acordo com Silva (2014, p. 82):

Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. [...] Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder.

Essas relações de poder que colocam o “nós” (enquanto identidade hegemônica) em local de privilégio e “eles” à margem reforçam os estereótipos e expectativas de gênero, gerando diversos tipos de exclusão, opressão e apagamento da identidade trans.

Por outro lado, na modernidade recente, os discursos emergentes e a tentativa de afirmação de identidades até então postas à margem, têm tomado corpo. Para Louro (2016, p. 17), a mesma matriz hegemônica que delimita os padrões a serem seguidos, “ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem”. Sendo assim, diversos discursos que buscam desestabilizar as concepções hegemônicas de raça, gênero e sexualidade têm ocupado um espaço cada vez maior nas cenas enunciativas. A articulação da população trans por meio da formação de grupos e coletivos de militância, contribuem para a composição de um discurso que vem pressionando as ideologias oficiais, na reivindicação de direitos e visibilidade. Esses discursos emergentes, ao exercerem pressão sobre os órgãos oficiais fazem com que, em resposta, medidas venham sendo tomadas para atenderem às suas demandas (Cf. seção 4.1), sendo assim, podemos entender o Decreto Nº 8.727 como um dos resultados dessa relação de diálogo entre as ideologias cotidianas e a ideologia oficial.

Grande parte do ativismo da população trans é em prol do reconhecimento da identidade de gênero, por meio de lei. Enquanto essa medida definitiva não se concretiza, algumas saídas são possíveis para minimizar os efeitos do preconceito e da opressão com esse grupo, dentre elas está o uso do nome social. Em 28 de abril de 2016, Dilma Rousseff assinou o Decreto Nº 8.727, que busca regulamentar o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero por pessoas trans em órgãos públicos federais. A partir da promulgação desse decreto, inúmeras foram as reações e desdobramentos, tanto no campo jurídico, com o PDC 395/2016, nas esferas sociais e também na esfera do jornalismo. Considerando isso, o nosso objetivo com o presente estudo foi **analisar os discursos sobre a identidade de pessoas trans em textos *online*, após a publicação do decreto**. Para este fim, selecionamos notícias da esfera jornalística, além do próprio decreto, na tentativa de identificar como se

construíam as relações de diálogo entre o decreto e os discursos acerca da identidade de pessoas trans.

Para responder ao questionamento levantado por esta pesquisa, a respeito dos discursos sobre a identidade de pessoas trans em textos *online*, optamos por um percurso metodológico que teve início, primeiramente, com a análise da grande temporalidade dos enunciados, as esferas sociodiscursivas em diálogo, em que buscamos mostrar como os dizeres e discursos das ideologias do cotidiano influenciaram e pressionaram as ideologias oficiais, ocasionando na promulgação do Decreto Nº 8.727. Voltamos também nosso olhar para o Decreto Nº 8.727, analisando-o enquanto gênero do discurso e buscando identificar que vozes abarcava e como reenunciava, por exemplo, dizeres das teorias de gênero social, especialmente nas definições de nome social e identidade de gênero. A partir disso, focamos nos enunciados da esfera jornalística, adentrando nas questões dos gêneros do discurso e analisando os dados por seus conteúdos temáticos e valorativos. Percebemos, por um lado, como foram frequentes os traços de apagamento da noção de identidade de gênero e do questionamento da identidade de gênero e da identidade trans. Por outro lado, verificamos o espaço de voz dado a sujeitos trans e a noção do nome social entendido como um direito da população trans, além de uma ferramenta de inclusão social e de cidadania. Em seguida, analisamos elementos estilísticos dos enunciados e nos voltamos para os elementos visuais como enunciados em diálogo com os elementos verbais das notícias selecionadas.

Esse percurso de pesquisa fez emergir algumas regularidades discursivas acerca da identidade de pessoas trans. De início, constatamos que a promulgação do Decreto Nº 8.727 não foi uma medida isolada, mas sim, o resultado de uma série de discursos oriundos das ideologias do cotidiano, por meio da articulação e luta de sujeitos compondo um movimento social em prol da causa trans e LGBTI. A partir da materialidade do decreto, a pessoa trans passa a ser entendida como um sujeito de direitos, que tem o direito a ter sua identidade de gênero reconhecida (nos espaços em que há vigência do decreto) e de usar o nome social que condiz com sua identidade de gênero. O entendimento do uso do nome social enquanto um direito da população trans é uma das regularidades acerca da identidade de pessoas trans encontradas ao longo dos demais enunciados, seja por meio do reconhecimento desse direito e da criação de medidas visando a implementação do uso do nome social, seja por meio da reivindicação desse direito por pessoas que foram impedidas de usá-lo. Outra regularidade observada nos dados é a questão do apagamento da noção de identidade de gênero e o questionamento da identidade trans, especialmente a partir da criação do PDC 395/2016 que

busca sustar os direitos previstos à população trans a partir do Decreto Nº 8.727. Percebemos também, dentre os enunciados em tela, como há tendência de apagamento e opacidade nos discursos jornalísticos, para manter certo distanciamento.

Por fim, discutimos as relações dialógicas tecidas entre o Decreto Nº 8.727 e os textos jornalísticos, verificando como esses enunciados reenunciam e revozeiam o decreto de maneiras distintas, tanto pela abordagem dos conceitos de nome social e identidade de gênero, pelo entendimento do nome social enquanto direito, quanto, por outro lado, pelo questionamento do uso do nome social e do próprio decreto, como ocorreu com a publicação do PDC 395/2016. Percebemos que existe uma tentativa de neutralidade da esfera jornalística na manutenção de formas neutras de abordar determinados assuntos, porém, é possível verificar como se tecem os posicionamentos valorativos a partir dos enquadramentos discursivos que são feitos.

Cabe mencionar que infinitas são as possibilidades de interação entre os enunciados, porque infinitas são as possibilidades de uso da língua, uma vez que, para a perspectiva bakhtiniana, aporte teórico-metodológico fundamental desta pesquisa, a linguagem é dialógica por natureza.

Para ele [Bakhtin] a linguagem é, por constituição, dialógica e a língua não é ideologicamente neutra e sim complexa, pois, a partir do uso e dos traços dos discursos que nela se imprimem, instalam-se na língua choques e contradições. Em outros termos, para Bakhtin, no signo confrontam-se índices de valor contraditório. Assim caracterizada, a língua é dialógica e complexa, pois nela se imprimem historicamente e pelo uso as relações dialógicas dos discursos. (BARROS, 2005, p. 33)

Além das constatações expostas até aqui a respeito dos discursos sobre a identidade de pessoas trans a partir dos enunciados analisados, nos permitimos extrapolar o conjunto de dados desta pesquisa e tecer algumas outras considerações a respeito da identidade trans e do movimento LGBTI.

O presente estudo nos fez concluir que o Decreto Nº 8.727, concebido aqui como discurso oficial, é resultado de muita luta e articulação dos movimentos sociais e materializa uma certa discursividade sobre a pessoa trans, que passa a ser concebida como um sujeito de direito. Porém, no mundo da vida, as pessoas trans ainda não são vistas dessa forma porque não são compreendidas por uma sociedade binária e normativa que reforça e valoriza as identidades hegemônicas; ou quando têm seus direitos desrespeitados ao não podem embarcar em um voo usando seu nome social ou não podem abrir um crediário em uma loja, por

exemplo. A pessoa trans também não é entendida como um sujeito de direito na voz do conservadorismo, que nega o uso do nome social – a assinatura do sujeito e o modo como se posiciona no (e perante o) mundo – e propõe um Projeto de Decreto Legislativo tentando deslegitimar a identidade trans e refutar um decreto presidencial. Essas questões nos mostram que ao mesmo tempo em que são feitos avanços, em contrapartida temos reações contrárias e conservadoras, evidenciando a disputa e o jogo de poder que perpassam a questão da identidade.

Há uma série de vozes que tentam desestabilizar as identidades hegemônicas – como ocorre com os movimentos sociais e até mesmo com a promulgação do Decreto Nº 8.727 – enquanto há aquelas que tentam unificar e padronizar as identidades, apagando, desqualificando, depreciando e invisibilizando aquelas que se encontram à margem, com vistas a manter o *status quo* da sociedade “padrão” e hegemônica. Sobre esse movimento e esforço pela manutenção da hegemonia das identidades, Bento (2008) traz a seguinte problematização:

Os “normais” negam-se a reconhecer a presença da margem no centro como elemento estruturante e indispensável. Daí eliminá-la obsessivamente pelos insultos, leis, castigos, no assassinato ritualizado de uma transexual que precisa morrer cem vezes na ponta afiada de uma faca que se nega a parar mesmo diante do corpo moribundo. Quem estava sendo morto? A margem? Não seria o medo de o centro admitir que ela (a transexual/a margem) me habita e me apavora? Antes matá-la. (BENTO, 2008, p. 49)

Com esse excerto, a autora aborda a questão da violência e opressão contra as pessoas trans ao mesmo tempo em que pincela a noção da identidade pelo viés da alteridade.

Ao nos enveredarmos por esse caminho – que nos faz voltar os olhos para um grupo que é historicamente oprimido na sociedade – com o objetivo de, sob uma perspectiva dialógica, problematizar os modos de pensar a vida social e de repensar outras sociabilidades possíveis nos deparamos com diversos desafios. Um dos maiores deles foi a tentativa de construir inteligibilidades sobre discursos que atuam na construção das identidades das pessoas trans, evidenciando os mecanismos discursivos mobilizados nessas construções, buscando manter o distanciamento necessário da prática de pesquisa ao mesmo tempo em que buscamos construir significados para a vida social, a partir da pesquisa. Sobre o papel da Linguística Aplicada nesses contextos, Moita Lopes (2009, p. 47-48) afirma:

Por um lado, tal visão [da LA do emergente] envolve produzir conhecimento de forma inovadora e responsiva à vida social, entendendo que o discurso da

pesquisa é também um discurso sobre a vida social e que, como tal, tem a obrigação ética de se preocupar em construir significados que apresentem alternativas para o sofrimento humano. Entender a natureza performativa dos gêneros e das sexualidades pode significar a possibilidade de reconstrução do que os homens e mulheres são e podem ser. Como disse anteriormente, fazer pesquisa pode ser um modo de reinventar a vida social e de nos fazer pensar sobre os significados que construímos em nossas práticas e sobre os sofrimentos que acarretam. Além disso, essa compreensão epistemológica vai ao encontro de significados emergentes sobre mulheres e homens e seus desejos em nossa sociedade, que tem cada vez mais se envolvido com a reflexão sobre nossas sociabilidades.

Entendemos, portanto, que fazer pesquisa no contexto aplicado pode ser entendido também como um fazer *política*, uma vez que os suportes teóricos nos dão subsídios para construir verdades na prática de pesquisadores e, para além da pesquisa (MOITA LOPES, 2009).

Ainda, cabe mencionar que os diferentes discursos problematizados no presente estudo não pretendem dividir/classificar os dados (e o mundo) de forma binária, com os que são favoráveis com discursos que acentuam valorativamente a identidade trans de um lado e os que são contrários, que depreciam a identidade trans de outro. Entendemos que essa questão identitária é muito complexa, como observamos no olhar para as imagens (Cf. seção 4.3.5) em que percebemos como há uma multiplicidade de possibilidades discursivas ao nos voltarmos para os enunciados. Isso porque as identidades se constroem discursivamente, nas práticas de discursivas assentadas na alteridade e diferença entre um *eu* e um *outro*, em que esse *outro*, de seu local privilegiado *fora de mim*, me dá acabamento. Em outras palavras, os discursos sobre o que é ser trans produzidos nas diferentes esferas podem contribuir para tecer valorações positivas a esses grupos em luta.

Cabe destacar que simultaneamente ao desenvolvimento da presente pesquisa, estamos presenciando um momento político-ideológico de intensos e acirrados embates. Em 2016, tivemos a promulgação do Decreto Nº 8.727 que, apesar de não representar a solução definitiva para as demandas e reivindicações da população trans e LGBTI, é um marco no percurso de luta desse movimento. Já neste ano de 2017, especificamente no momento em que esta seção vem sendo desenvolvida, está em discussão social a “cura gay”. Em setembro, um juiz concedeu uma liminar⁷⁸ que torna legalmente possível que psicólogos ofereçam

⁷⁸ Em 15 de setembro de 2017, em Brasília (DF), o juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho deu parecer à ação popular (número 1011189-79.2017.4.01.3400) que tem como réu o Conselho Federal de Psicologia (CFP), buscando suspensão dos efeitos da Resolução 001/1999 – que estabeleceu normas de atuação para psicólogos em relação à questões relativas à orientação sexual – dando liberdade aos psicólogos de prestar atendimento àqueles que, voluntariamente, busquem orientação acerca de sua sexualidade.

terapias de reversão sexual, chamadas popularmente de “cura gay”, ação que, desde 1999, era proibida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Essa resolução é um exemplo de como atuam as forças centrífugas, que tentam romper e desestabilizar as identidades e concepções hegemônicas, como foi o evento de publicação do Decreto Nº 8.727 e como essas forças competem com as forças centrípetas, que tentam, a todo custo, manter essa hegemonia. Tentam manter essa hegemonia não apenas por meio do parecer que autoriza a “cura gay” como também outras medidas como o “Programa Escola sem Partido”⁷⁹ que visa calar e proibir a discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual nas escolas e a disseminação do terror coletivo à chamada *ideologia de gênero*, expressão cunhada para se referir negativamente aos estudos e pesquisas sobre o gênero social.

Fazemos esses levantamentos para ilustrar como os passos à frente nas lutas e militâncias dos movimentos trans e LGBTI (e dos movimentos sociais em geral) geram, muitas vezes, respostas conservadoras, uma vez que os diferentes discursos, inseridos na trama social, entram em relações dialógicas tensas e conflituosas, compondo o chamado grande simpósio universal, como afirma Bakhtin (2011 [1979], p. 348):

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal

Ademais, reafirmamos, sobretudo, que neste estudo não foram esgotadas as possibilidades de análise e de olhares para a linguagem e para os discursos sobre a identidade de pessoas trans. A pesquisa evidenciou nuances e cenários possíveis de análise, com a intenção de contribuir para o campo da ADD e da LA contemporânea, além de tecer inteligibilidades acerca da identidade desses sujeitos. Este estudo abre portas para estudos afins, especialmente em função da relevância social de um estudo voltado para um grupo socialmente oprimido, como é o caso da população LGBTI.

⁷⁹ O Projeto de Lei Nº 867, de 2015 inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”, vendando a “doutrinação” política e ideológica, além da realização de atividades nas escolas que possam entrar em conflito com convicções morais e religiosas dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

REFERÊNCIAS

ACOSTA PEREIRA, Rodrigo. A reenunção e as visadas dialógico-valorativas no gênero jornalístico notícia: projeções e discursividade. *Letra Magna*, Ano 09, n.16, 2013. Disponível em: <http://www.letramagna.com/art_16_12.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

ACOSTA PEREIRA, Rodrigo. *O gênero carta de conselhos em revistas online: na fronteira entre o entretenimento e a autoajuda*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

ACOSTA PEREIRA, Rodrigo. *O gênero jornalístico notícia: dialogismo e valoração*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

ACOSTA PEREIRA, Rodrigo; RODRIGUES Rosângela Hammes. O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2014.

ACOSTA PEREIRA, Rodrigo; BEZERRIL, Gianka Salustiano. O conceito de cronotopo em Bakhtin e o Círculo: matizes rabelaisianos. *Intertexto* (Uberaba), v. 4, p. 1-15, 2012.

AMORIM, Felipe. “Deputados de 10 partidos tentam vetar nome social de travestis no serviço público”. In: *UOL notícias*. 19/05/2016. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/19/deputados-de-10-partidos-tentam-revogar-uso-de-nome-social-no-servico-publico.htm>> Acesso em: 29 de jul. 2016

AMORIM, Marília. Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009. p.17-43.

ARÁN, Pampa Olga. A questão do autor em Bakhtin. In: *Bakhtiniana*, São Paulo, Número Especial: 4-25, Jan./Jul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217645732014000300002&lng=en&nrm=iso> Acesso em 16 Set. 2017

ARAÚJO, Júlio. "Reelaborações de gêneros em redes sociais". In: ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Wilson (Orgs). *Redes sociais e o ensino de línguas: o que temos a aprender?* 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987[1965].

BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2015[1979].

BAKHTIN, Mikhail M. *O freudismo: um esboço crítico*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014[1927]

BAKHTIN, Mikhail M. *Os gêneros do discurso*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. Editora 34: São Paulo, 2016[1952-1953].

BAKHTIN, Mikhail M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012[1920-1924].

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015[1963].

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini [et al]. 7ed. São Paulo: Hucitec, 2014[1934-1935]

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do Romance I: a estilística*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. Editora 34: São Paulo, 2015[1930-1936]

BAKHTIN, Mikhail M.; VOLOCHÍNOV, Valentin N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 16ed. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014[1929].

BARROS, Diana Luz Pessoa. "Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso". In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BARTON, David; LEE, Carmem. *Linguagem online: textos e práticas digitais*. Tradução Milton Camargo Mota - 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BASTOS, Liliana Cabral; MOITA LOPES, Luiz Paulo (Orgs). *Estudos de identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. *Identidade de gênero: entre a gambiarra e o direito pleno*. Carta Potiguar, 21 set. 2012. Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2012/05/29/identidade-de-genero-entre-agambiarra-e-o-direito-pleno>>. Acesso em: 10 Out. 2016.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. *Midiatização do Ativismo e Jornalismo Digital: o impacto dos filtros do Facebook nos processos de produção e circulação de conteúdos de coletivos midiáticos*. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2015. 15p

BORBA, Rodrigo. *(Des)aprendendo a "ser": trajetórias de socialização e performances narrativas no processo transexualizador*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

BRAIT, Beth. "Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem". In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm> Acesso em: 29 de jul. 2016

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da presidência da República* / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2. ed. revisada e atualizada. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm#_Toc26002244> . Acesso em: 12 de ago. 2017

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva - 3ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia concentrada no Brasil: até quando? In: *Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación*. v. 12, n. 24, 2017. Disponível em: < <http://www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/725/409> > Acesso em: 04 Out. 2017

CAETANO, Kati; VEIGA, Zaclis. O que as imagens do jornalismo fazem ver: estratégias discursivas do Brasil Post. In: *Ação midiática*. N. 10, Jul./Dez. 2015, Curitiba. PPGCOM-UFPR. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/43632/26979> >. Acesso em 10 Set. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo – PDC 395/2016. 18 de maio de 2016. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085024> > Acesso em: 21 Set 2016.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. *Sobressaltos: caminhando, cantando e dançando na f(r)esta da Parada do Orgulho Gay de São Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 2007.

CARRARA, Sérgio.; RAMOS, Silvia; SIMÕES, Julio Assis; FACCHINI, Regina. *Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004 / Rio de Janeiro : CEPESC, 2005.*

CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de; BELDA, Francisco Rolsfen. Multiparciabilidade, dialogia e cultura participativa como reação à pós-verdade: uma abordagem discursiva sobre o jornalismo. In: *Culturas Midiáticas*, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: < <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/35045> > Acesso em: 03 Nov. 2017-11-03

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTINHO, Mateus. “Deputados de dez partidos querem vetar nome social de travestis no serviço público”. In: *Estadão*. 19/05/2016. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/deputados-de-dez-partidos-pedem-veto-de-nome-social-de-travestis-no-servico-publico/> > Acesso em: 29 de jul. 2016

CRUZ, Dilson Ferreira da. *O ethos do enunciador dos romances de Machado de Assis: Uma abordagem semiótica*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de São Paulo, 2006.

CUNHA, Dóris de A. C. "Circulação, reacentuação e memória no discurso da imprensa". *Bakhtiniana*. São Paulo, v. 1, n. 2, p.23-39, 2o sem. 2009.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; KURZ, Cícero Augusto. Opacidade e produção de sentidos: atividade de linguagem e atividade de trabalho em diálogo. *Revista Estudos de Linguagens*. Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 269-291, jul./dez. 2008. Disponível em: < <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2518/2470> > Acesso em 03 Out. 2017

DISCINI, Norma. Para o estilo de um gênero. In: *Bakhtiniana*, São Paulo, 7 (2): 75-94, Ju./Dez. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/9934/9327> > . Acesso em 10 Set. 2017.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*: v. 10, n. 18/19 (2003), 17-41. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510> . Acesso em: 20 Ago. 2017

FARACO, Carlos Alberto. "A ideologia no/do Círculo de Bakhtin". In: PAULA, Luciane de.; STAFUZZA, Grenissa (Orgs). *Círculo de Bakhtin: pensamento interacional*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

FARACO, Carlos Alberto. "O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica". In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba, Editora da UFPR, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GEE, James Paul. Identity as an Analytic Lens for Research in Education. In: *Review of Research in Education*, Vol. 25, 2000, p. 99-125

GERALDI, João W. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros*. Tese (doutorado em livre-docência em Filologia e Língua Portuguesa/USP). São Paulo, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015

HEBERLE, Viviane M.; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. *Linguagem e gênero no trabalho, mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006

HESPANHA, Antonio Manoel. *Cultura Jurídica Européia – Síntese de um Milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. “Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais”. In: *Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN*, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010. p. 8-19. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>> . Acesso em: 11 Out. 2016.

JESUS, Jaqueline G. “A negação do corpo feminino”. In: *Observatório Mídia & Política [Online]*, n. 2, 2012. Disponível em <http://www.midiaepolitica.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85:a-negacao-do-corpo-feminino&catid=14:edicao-022012> Acesso em: 28 jul. 2015

JESUS, Jaqueline G. *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros para formadores de opinião*. Brasília, Fundação Biblioteca Nacional, 2012a. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989> Acesso em: 07 de maio de 2016.

JESUS, Jaqueline G. “Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária”. In: *VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Anais*. Salvador: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2012b. 15 p.

JESUS, Jaqueline G. *O movimento na rua: política e identidade nas dimensões de gênero, orientação sexual e raça/etnia*. Anais do Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades. Brasília: Demodê – Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades,

2012c. Acesso em 10 Mar. 2016. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/233854770> O movimento na rua política e identidade nas dimensões de gênero orientação sexual e raça/etnia

JESUS, Jaqueline G. *O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho LGBT*. Tese de Doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2010a.

JESUS, Jaqueline G. “Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero”. Em *Simpósio Gênero e Psicologia Social: Diálogos Interdisciplinares*. Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: Diálogos Interdisciplinares, Brasília, Brasil. 2010b

JESUS, Jaqueline Gomes; GALINKIN, Ana Lúcia. Gênero e mobilização social: participação feminina na Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. In: *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*. v. 5, n. 06, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2336/1768> > Acesso em 16 Set. 2017

JUNG, Neiva Maria. Ecologia linguística e social de uma comunidade multilíngue: a relevância do gênero social. In: HEBERLE, Viviane M.; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. *Linguagem e gênero no trabalho, mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 7a ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: Ensaios sobre a alteridade*. Tradução de: Pergentino Stefano Pivatto (coord.), Evaldo A. Kuiava, José Nedel, Luiz P. Wagner, Marcelo L. Pelizolli. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva - 3ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MAGALHÃES, Anderson S.; QUEIJO, Maria E. da S. A arena discursiva das ruas e a condição pós-moderna: da manifestação à metacarnavalização. *Bakhtiniana*. São Paulo, 10 (3): 166-185, Set./Dez. 2015. ISSN 2176-4573. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/22367/17703>>. Acesso em: 26 Fev. 2017.

MARCHESAN, Ricardo. “Dilma assina decreto que permite transexuais usarem nome social em órgãos federais” In. *UOL notícias*. 28/04/2016. Disponível em: <

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/28/dilma-assina-decreto-que-permite-transexuais-usarem-nome-social-em-orgaos-federais.htm> > Acesso em: 29 de jul. 2016

MASON, Jennifer. *Qualitative researching*. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications Inc, 2002.

MATOSO, Felipe. "Transexuais e travestis poderão usar nome social no serviço público federal" In: *GI*. 28/04/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/dilma-autoriza-gays-usar-nome-social-no-servico-publico-federal.html>> Acesso em: 29 de jul. 2016

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução: Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2016[1928]

MIOTELLO, Valdemir. "Ideologia". In: BRAIT, Beth (Org). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MIOTELLO, Valdemir; DI CAMARGO Jr, Ivo. Em busca das chaves do novo humanismo: Bakhtin, o chaveiro do século XXI. In: *Revista de Letras Norte@mentos*, v. 2, p. 01-09, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2012, vol. 17, n.3, pp. 621-626. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. "Falta homem até pra homem": a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: HEBERLE, Viviane M.; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. *Linguagem e gênero no trabalho, mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006a

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Gênero, sexualidade, raça em contextos de letramentos escolares. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org). *Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013b.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org). *Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013a.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006b.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. "Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais". In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; FABRICIO, Branca Falabella. Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. *Veredas* (Rio de Janeiro), Juiz de Fora, v. 11, n.2, p. 11-30, 2004.

MOREIRA, Nedriane Scaratti; MARTELLI, Flavia; MAKOWSKI, Rose Maria; STUMPF, Alana Carina. Linguagem jurídica: termos técnicos e jurídiquês. *Unoesc & Ciência – ACSA*. Joaçaba, v. 1, n. 2, p. 139-146, jul./dez. 2010

NASCIMENTO, Ilderlandio Assis de A.; FRANCELINO, Pedro Farias. "A não-coincidência interlocutiva em postagens do *twitter*: o um marcado pelo não-um". In: SILVA, Ananias Agostinho da; SILVA, Francisco Vieira da; TORRES, Maria Gorete Paulo. (Orgs). *Nas tramas da linguagem: estudos sobre discurso, texto e ensino*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

NEVES, André de Jesus. *Cibercultura e Literatura Identidade e Autoria em Produções Culturais Participatórias e na Literatura de Fã (fanfiction)*. Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. O lugar das línguas : A América do Sul e os mercados Linguísticos na Nova Economia. *Synergies Brésil* n° spécial 1, 2009, pp. 21-30. Disponível em: < <https://gerflint.fr/Base/BresilSPECIAL1/gilvan.pdf> > Acesso em: 04 Out. 2017

PORTAL BRASIL. "Dilma assina decreto que autoriza uso de nome social no serviço público". In. *Portal Brasil*. 28/04/2016. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/dilma-assina-decreto-que-autoriza-uso-de-nome-social-no-servico-publico> > Acesso em: 29 de jul. 2016

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. "Repensar o papel da linguística aplicada". In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. Tese (doutorado em linguística aplicada e estudos da linguagem) - LAEL/PUCSP: São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. “Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem do Círculo de Bakhtin”. In: Adair Bonini; José Luiz Meurer; Désirée Mora-Roth. (Org.). *Gêneros: teoria, métodos, debates*. 1ªed. São Paulo: Parábola, 2005, p. 152-183.

ROHLING, Nívea. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 15, n. 2, 2014. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/11815> > Acesso em: 10 de set. 2016.

ROLAND, Beatriz. “A adolescência homoerótica no contexto escolar: uma história de vida”. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

RUCINSKI, Vilson Rodrigo Diesel. *Os discursos sobre a identidade docente em espaços de escritas online: valoração e reenunciação discursiva*. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. 1ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para análise histórica". Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. SCOTT, Joan. "Gender: a useful category of historical analyses". *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.

SECRETARIA ESPECIAL E DIREITOS HUMANOS. “Decreto permite uso do nome social em atos e documentos oficiais da administração pública federal”. 28/04/2016. Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/abril/decreto-permite-uso-do-nome-social-em-atos-e-documentos-oficiais-da-administracao-publica-federal> > Acesso em: 29 de jul. 2016.

SERANO, Julia. *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity*. Seal Press: Emeryville, CA, USA, 2007

SEVERO, Cristine Gorski. "Bakhtin e Foucault: apostando em um diálogo". In: PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa (organizadoras). *Círculo de Bakhtin: pensamento interacional*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2014.

SILVA, Francisco Vieira da. "A constituição de si e a verdade sobre a sexualidade na ordem discursiva midiática". In: SILVA, Ananias Agostinho da; SILVA, Francisco Vieira da; TORRES, Maria Gorete Paulo. (Orgs). *Nas tramas da linguagem: estudos sobre discurso, texto e ensino*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

SILVA, Nívea Rohling da. *A atuação do professor de língua portuguesa discursivizada por licenciandos na Educação a Distância: o embate discursivo da tradição e o discurso teórico*. Tese (doutorado em Linguística-UFSC). Florianópolis, SC, 2012.

SILVA, Nívea Rohling da. *O gênero entrevista pingue-pongue: reenunciação, enquadramento e valoração do discurso do outro*. Dissertação (mestrado em Linguística-UFSC). Florianópolis, SC, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). *Identidade e diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

SILVEIRA, Ana Paula K. da; ROHLING, Nívea; RODRIGUES, Rosângela H. *A análise dialógica dos gêneros do discurso e os estudos do letramento: glossário para leitores iniciantes*. Florianópolis: DIOESC, 2012.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (Org). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUSA, Jorge Pedro. *Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. 2002. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>>. Acesso em 17 Set. 2017.

SOUZA, José Tadeu B. de. Alteridade e educação em Levinas. In: *Perspectiva Filosófica*, Recife, v. II, n. 38, ago./dez. 2012

SOUZA, Nivaldo; CARAM, Bernardo. "Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap". In: Estadão. 06/10/2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>> Acesso em: 29 de jul. 2016

TEIXEIRA, Lucia. Para uma metodologia de análise de textos verbovisuais. In. OLIVEIRA, A.C; TEIXEIRA, L. (Orgs.) *Linguagens na Comunicação: desenvolvimentos de semiótica sincrética*. São Paulo: Estação de Letras e Cores, 2009.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.

UNESCO. *Countering online hate speech*. Paris: Unesco Publishing, 2015.

VOLOCHÍNOV, Valentin N. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013[1930].

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual” In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). *Identidade e diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. *Retórica digital: a língua e outras linguagens na comunicação mediada por computador*. Recife: Pipa Comunicação, 2013.

ANEXOS

ANEXO 1 – DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016⁸⁰

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Vigência

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, **caput**, inciso III, no art. 3º, **caput**, inciso IV, e no art. 5º, **caput**, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.

Art. 3º Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter o campo "nome social" em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos. [Vigência](#)

Art. 4º Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.

Art. 5º O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros.

Art. 6º A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor:

I - um ano após a data de sua publicação, quanto ao [art. 3º](#); e

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Brasília, 28 de abril de 2016; 195ª da Independência e 128ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Nilma Lino Gomes

*

⁸⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm . Acesso em: 01/11/2017.

ANEXO 2 – NOTÍCIA 1⁸¹

globo.com g1 globoesporte gshow famosos & etc videos ASSINE JÁ SINHA CONTA E MAIL < ENTRAR

MENU G1 POLÍTICA BUSCAR

28/04/2016 18h02 - Atualizado em 28/04/2016 15h05

Transexuais e travestis poderão usar nome social no serviço público federal

Nome social é o nome por meio do qual uma pessoa quer ser reconhecida. Até então, permissão só era concedida em alguns órgãos do governo.

Flápe Matoso
De G1, em Brasília

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST

A presidente Dilma Rousseff assinou nesta quinta-feira (28) um decreto que autoriza a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) a utilizar o chamado "nome social" nos órgãos do serviço público federal, como ministérios, universidades federais e empresas estatais, informou o secretário especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili.

Na prática, explicou, se uma pessoa que recebeu o nome de João quando nasceu mas quer ser chamada de Maria, o crachá dela, a folha de ponto e o sistema do órgão para o qual ela trabalha deverão reconhecê-la assim. Alterações no documento de identidade do servidor, porém, não estão previstas neste decreto.

saiba mais

- Uso de nome social por transexuais triplica nas escolas estaduais de SP**
- Aluno transgênero poderá escolher o banheiro e o tipo de uniforme escolar**
- Nº de transexuais que usaram nome social no Enem cresce 172%, diz Inep**
- Lei garante uso de nome social para transexuais e travestis em Belém**

Segundo Sottili, alguns órgãos do governo já haviam autorizado o uso do nome social, mas ainda não havia um regra em nível federal, o que passa a existir com a assinatura do decreto, que deve ser publicado na edição desta sexta (29) do "Diário Oficial da União".

"Tudo o que uma empresa quer é que a pessoa se sinta feliz, até porque isso promove um ambiente mais adequado e isso reflete na produção, na qualidade do trabalho e no ambiente do trabalho. Já está se construindo isso. O que o decreto pode promover é este novo momento de intensificar de que isso se alastre pelo Brasil", disse Sottili.

Para o secretário, o decreto é um instrumento de cidadania. "É de reconhecimento do outro, é de tirar da invisibilidade pessoas que querem ser reconhecidas pela sua identidade que elas escolheram viver pelo resto da vida e isso ainda não existia no poder público federal", acrescentou o secretário de Direitos Humanos do governo.

Segundo Rogério Sottili, com a publicação do decreto, as pessoas já poderão solicitar aos órgãos para os quais trabalham as alterações no sistema de identificação delas, por meio de um formulário que deverá ser preenchido, no qual deverão constar o nome de registro da pessoa e o nome social, por meio do qual ela quer ser chamada no ambiente de trabalho.

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST LINK: <http://globo.com/1MjHqgw>

129 COMENTÁRIOS

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os [termos de uso](#), denuncie. Leia as [perguntas mais frequentes](#) para saber o que é impróprio ou ilegítimo.

Política

veja mais notícias >

Janot estreia no Twitter e avisa que não é candidato: 'Sigo com a agenda anticorrupção'
MÁS NOTÍCIAS

Temer pede para Torquato ficar quieto e evitar novas declarações
MÁS NOTÍCIAS

Ministério diz um nota que Luislinda Valois desistiu de...
MÁS NOTÍCIAS

Ministra pede salário de R\$ 61 mil e se justifica citando...
MÁS NOTÍCIAS

Shopping

Brasemp
Refrigerador
Brasemp Inversa
...
10 x R\$308,10

compre preço de

Comparar

[veja todos os produtos >](#)

⁸¹ Notícia publicada em 28 de abril de 2016, disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/dilma-autoriza-gays-usar-nome-social-no-servico-publico-federal.html>. Acesso em: 01/11/2017

ANEXO 3 – NOTÍCIA 2⁸²

uol notícias Política

ÚLTIMAS CIÊNCIA E SAÚDE ECONOMIA INTER JORNALS POLÍTICA UOL CONFERE TECNOLOGIA

Dilma assina decreto que permite transexuais usarem nome social em órgãos federais

Ricardo Marchesan
Do UOL em Brasília 28/04/2016 | 15h25

[f](#) [t](#) [g+](#) [in](#) [e](#) Duvidas <#> [Imprimir](#) [Compartilhar](#)



Dilma recebeu no Palácio do Planalto o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), a ministra Nilma Lino Gomes e representantes do Conselho Nacional LGBT

A presidente Dilma Rousseff assinou nesta quinta-feira (28) decreto que permite transexuais e travestis usarem seu nome social em todos os órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais. Essa medida vale para funcionários e também usuários.

O nome social é o nome escolhido por essas pessoas de acordo com o gênero que se identificam, independentemente do nome com que foram registradas no nascimento.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos, o decreto permite que as pessoas coloquem o nome social em todo o sistema, como, por exemplo, ao preencher formulários, nos crachás e em atas.

Rogério Sottil, secretário especial de Direitos Humanos, afirma que a mudança não vale para o registro oficial, como o RG, por exemplo, porque para isso é necessário um projeto de lei, mas ele considera que o decreto abre as portas para "o movimento importante de mudança do registro".

"Uma pessoa que nasce João, e hoje ela tem a sua identidade como Maria, ela não vai ter, no seu documento social, o nome Maria. Ela vai ser conhecida como João. Portanto essa falta de possibilidade constrange, promove preconceito, promove violência", disse Sottil.

O decreto passa a valer após a publicação no Diário Oficial, mas ainda terá um prazo de seis meses para que a mudança seja implementada em formulários, e de até um ano para o sistema todo.

Para a assinatura, Dilma recebeu no Palácio do Planalto, além de Sottil, a ministra Nilma Lino Gomes, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) e representantes do Conselho Nacional LGBT.



Enem e direitos humanos
MEC é notificado sobre suspensão de regra



Crise no Rio
Paraná que ministro só viu agora
Tropa de Elite 2, diz Freixo



Polícia busca escavações
Mar de lixo no Caribe tem público, animais mortos e até corpos



Pumas e jaguars
Carnado ganhou "santuário" para felinos selvagens

RECORRE PUBLICITÁRIO



Tudo sobre o fio dental

Prosser fio dental

Você viu?



Do cinema na véspera à hora da redação, "gênis" do Enem dá o com



Rede pública improvisa e oferece até estrás para atração de com



Na terra do crocodont, marfeta desaparece das prateleiras



No Níger, soldados americanos mantêm em local caótico

⁸² Notícia publicada em 28 de abril de 2016, disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/28/dilma-assina-decreto-que-permite-transexuais-usarem-nome-social-em-orgaos-federais.htm>. Acesso em: 01/11/2017

ANEXO 5 – NOTÍCIA 4⁸⁴

uol notícias Política

ULTIMAS | CIÊNCIA E SAÚDE | ECONOMIA | INTERNACIONAIS | POLÍTICA | UOL CONFERE | TECNOLOGIA

Deputados de 10 partidos tentam vetar nome social de travestis no serviço público

Felipe Amorim
De UOL, em Brasília 19/05/2016 15:33 > Atualizada
19/05/2016 15:56

f t+ e in+ Ouvi! # Imprimir Comentar esta

Deputados de dez partidos apresentaram nesta quarta-feira (18) um projeto para suspender o direito de transexuais e travestis a usarem seu nome social nos órgãos públicos do governo federal. O projeto é assinado por 29 deputados dos seguintes partidos: PSDB, DEM, PSB, PSC, PV, PP, PRB, PROS, PTN e PHS.

O pedido está na mesa do presidente interino da Câmara, Wladimir Maranhão (PP-MA), que vai decidir para quais comissões encaminhar a proposta antes de ela ser apreciada em plenário.

Reprodução

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____ DE 2016

Os Srs. João Campos, Evandro Góes, Paulo Feres, Sérgio Garcia, Gilberto Nascimento, Francisco Assunção de Sá, Ft. Eurico, Ronaldo Nogueira, Marco Patrício, Gustavo Carmello, Paul Vinícius Gallo, Erico Mendonça, Carlos Andrade, Manoelito José Augusto, Emanuel Tereza, Elton Okamoto, Antônio Pereira, Marcelo Aguiar, Alan Fuchs, Rosalvo Fortes, Marco Rogério, Sebastião Cavalcanti, Teófilo José Marinho, Neuzilene Gomes, Carlos Roberto, Silas Brito

Tudo o Decreto nº 8.707 de 29 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento do gênero de pessoas transexuais e travestis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional.

O direito ao uso do nome social **foi reconhecido em abril deste ano**, pela então presidente Dilma Rousseff, hoje afastada temporariamente pelo processo de impeachment no Congresso. O decreto publicado por Dilma em 28 de abril passou a permitir que transexuais e travestis usassem seu nome social em todos os órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais. A medida vale para funcionários e também usuários.

O nome social é o nome escolhido por essas pessoas de acordo com o gênero que se identificam, independentemente do nome com que foram registrados no nascimento. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos, o decreto permite que as pessoas coloquem o nome social em todo o sistema, como, por exemplo, ao preencher formulários, nos cartões e em atos.

A medida, no entanto, não vale para registros oficiais, como o RG, por exemplo, porque para isso seria necessário um projeto de lei. O projeto desse grupo de parlamentares, muitos deles ligados à bancada religiosa da Câmara, propõe que o decreto do governo Dilma seja revogado.

Na apresentação de justificativas para o projeto, é afirmado que o assunto não poderia ser tratado em decreto presidencial e apenas poderia ser regulado por projeto de lei. Por ser um projeto de decreto legislativo, a proposta, se aprovada pela Câmara e pelo Senado, já passaria a valer imediatamente, sem precisar ser submetida à sanção da Presidência da República, como ocorre com projetos de lei.



Enem e direitos humanos
MEC é notificado sobre suspensão de regra



Crise no Rio
Parece que ministro só viu agora Tropa de Elite 2, diz Freixo



Polícia troca acusações
Mar de lixo no Caribe tem plástico, animais mortos e até corpos



Pumas e jaguars
Carnado ganhará 'santuário' para felinos selvagens

INDICHO PUBLICITÁRIO



Tudo sobre o fio dental
Passar fio dental

Você viu?



Do cinema na véspera à hora da recepção, 'gênis' do Enem são dicas



Rede pública improvisa e oferece até estrús para atrair médicos



Na terra do cruzante, metade desaparece das praias



No Níger, soldados americanos comemoram um local islâmico

⁸⁴ Notícia publicada em 19 de maio de 2016, disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/19/deputados-de-10-partidos-tentam-revogar-uso-de-nome-social-no-servico-publico.htm#comentarios>. Acesso em: 01/11/2017

Entre os signatários da proposta está o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, João Campos (PRB-GO). Veja os nomes de todos os deputados:

João Campos (PRB-GO)

Evandro Góes (PV-SP)

Paulo Freire (PR-SP)

Diego Garcia (PHS-PR)

Gilberto Nascimento (PSC-SP)

Flavinho (PSB-SP)

Geovânia de Sá (PSDB-SC)

Pavão Eurico (PHS-PE)

Rômulo Nogueira (PTB-RS)

Marco Feliciano (PSC-SP)

Gláudio Carneiro (PHS-AC)

Professor Vitorino Galí (PSC-MT)

Era Bondi (PROS-MG)

Carlos Andrade (PHS-RR)

Misaelário José Olímpio (DEM-SP)

Ezequiel Teixeira (PTN-RJ)

Elizeu Dantas (PSDB-MS)

Anderson Ferreira (PR-PE)

Marcelo Aguiar (DEM-SP)

Alex Rick (PRB-AC)

Rômulo Figueira (PROS-DF)

Marcos Rogério (DEM-RO)

Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ)

Tia Eren (PRB-BA)

Jony Marcos (PRB-SE)

Rozângela Gomes (PRB-RJ)

Carlos Gomes (PRB-RS)

Silas Câmara (PRB-AM)

Tusayama (PSC-PI)

Especiais



Bebê quase perde o olho, mas supera câncer raro



Mais lidas do dia

- 1  Cientistas descobrem 'vazio' do tamanho de anão em próximo ao Egito
- 2  Brasil treina para criar base com EUA, Colômbia e Peru na Amazônia
- 3  Após política, ministra desiste de acumular salário e aposentadoria
- 4  'Mar de lixo' no Caribe tem plástico, animais mortos e até corpos
- 5  Uso de remédio como Omprazole dobra risco de câncer no estômago

ANEXO 6 – NOTÍCIA 5⁸⁵

No AP, travestis e transexuais podem usar nome social para serviços de saúde

Uso do nome social é garantido com base no decreto 8.727/16, do Governo Federal. ONG entregou portaria em hospitais e postos de saúde de Macapá.



Por Jéssica Alves, G1 AP, Macapá
18/04/2017 23:514 - Atualizado: 18/04/2017 22:02



ONG LGBT ProVida entregou portaria em hospitais e postos de saúde em Macapá. (Foto: Jéssica Alves/G1)

Representantes da Organização Não Governamental (ONG) ProVida, que reúne membros do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), marcaram nesta terça-feira (18) a entrega de uma portaria que dispõe sobre o uso do nome social em serviços de saúde no estado. O grupo visitou hospitais e postos de saúde em **Macapá**.

O uso do nome social é garantido com base no decreto 8.727/16, do Governo Federal, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional. Ele não substitui o nome civil em documentos oficiais.

O presidente da ProVida, Edem Ferreira, explicou que os serviços de saúde foram os primeiros a receberem a portaria devido ao número de relatos de pacientes transexuais que dizem ter sofrido algum tipo de preconceito ou constrangimento por não poderem usar o nome social.



ONG LGBT ProVida entregou portaria em hospitais e postos de saúde em Macapá. (Foto: Jéssica Alves/G1)

⁸⁵ Notícia publicada em 18 de abril de 2017, disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/no-ap-travestis-e-transexuais-podem-usar-nome-social-para-servicos-de-saude.ghtml>. Acesso em: 01/11/2017

"Diversas mulheres transexuais relatam que não tiveram os nomes sociais aceitos em atendimentos nos serviços de saúde e isso gerou um desrespeito. Com a entrega da portaria, queremos dar visibilidade para este decreto que existe a nível nacional, para que as pessoas que fazem o atendimento possam estar respeitando e aceitando que elas usam os nomes sociais, nas fichas e prontuários nos hospitais", disse.

O Hospital de Emergências da capital foi um dos locais visitados pela ONG. O diretor da unidade, Eduardo Monteiro, informou que apesar de não ser oficializada, a prática de aceitação do nome social já era usada no hospital, que deverá ter adaptações no sistema eletrônico para que o direito dos pacientes transexuais seja exercido.

"No nosso boletim de entradas do hospital, haverá a necessidade de que uma adaptação seja feita no sistema eletrônico, para que o nome social seja incluso no cadastro e não ocorram problemas para os pacientes", ressaltou.



➤ Ivana Costa diz que decreto representa uma conquista nos direitos do público LGBT (foto: Jéssica Alves/51)

Para a professora Ivana Costa, de 29 anos, poder tirar documentos e ser atendida pelo nome social representa uma conquista nos direitos do público LGBT. Ela acrescenta que em 2016 ganhou o direito de poder tirar a carteira de identidade usando o nome social.

"Minha batalha foi judicial e pude tirar documentos com o nome que escolhi. Muitas outras pessoas precisam dessa visibilidade, pois ser atendida com o nome masculino é desconfortável. Eu já fui vítima de preconceito e maltratada quando busquei atendimento em uma unidade", disse.

A ONG ressaltou que além dos serviços de saúde, fará a entrega da portaria nos principais órgãos públicos do estado do Amapá.

No decreto federal é vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais e que só registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos deverão conter o campo "nome social" em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos.

Tem alguma notícia para compartilhar? Envie para o **VC no G1 AP** ou por WhatsApp, nos números (96) 99178-9663 e 99115-5081.

ANEXO 7 – NOTÍCIA 6⁸⁶

lado B

Campo Grande, Quinta-feira, 02 de Novembro de 2017

Comportamento

14/12/2016 13:28

UFGD respeita decreto e adota nome social para travestis e transexuais

Nasara Maciel



Conselho vota pelo nome social em todas as áreas da Universidade (Foto: ACS-UFOD)

A UFOD (Universidade Federal de Grande Dourados) decidiu optar pelo uso do nome social por estudantes de Graduação e Pós-graduação da instituição. A Resolução foi publicada na segunda-feira (12) no Boletim de Serviços pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC).

A resolução nº 243, de 07 de dezembro de 2016, que garante o uso do nome social por estudantes de Graduação e Pós-Graduação da UFOD entrou em vigor a partir da publicação e dá prazo de 180 dias para que as unidades administrativas e acadêmicas façam o que for necessário para "assegurar à pessoa discente da UFOD, cujo nome civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, o direito de uso e de inclusão nos registros e documentos acadêmicos do seu nome social".

Assim, estudantes da UFOD poderão solicitar que o seu nome social esteja em documentos públicos como diploma, histórico escolar, atestado de matrícula e certificados e também nos documentos internos, como por exemplo, as listas de presença, listas de divulgação de notas, resultados de editais, diários de classe e o cartão de identificação de docente (carteirinha do RGA).

A UFOD conseguiu averiguar ainda com a apresentação do nome social na frente dos diplomas e certificados, fazendo a correspondência com o nome civil apenas no verso, e a possibilidade do menor de idade usar o nome social na UFOD sem a necessidade de autorização dos pais.

Mais do que de registros em documentos, a Resolução determina também que as pessoas discentes têm o direito de serem chamadas oralmente pelo nome social e tratadas pelo gênero correspondente, assim mantida sua nome civil em todo ambiente da UFOD, seja em sala de aula ou em eventos.

A Resolução prevê ainda que os discentes da Universidade que conseguirem mudança judicial de registro civil de pessoa travesti, transgênero ou transexual poderão obter gratuitamente a emissão de novos históricos escolares, declarações, certificados, atestados e diplomas com as informações do registro civil atualizado.

Além de discentes e ex-discentes, pessoas candidatas em concursos e vestibulares realizados pelo Centro de Seleção da UFOD também estão contempladas pela Resolução e poderão usar seu nome social.

Direito - A resolução da UFOD é baseada no Decreto Nº 8.727 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travesti ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional.

O Decreto considera que o nome social, designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida e a identidade de gênero – dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e funcional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

O decreto ainda veta o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.

Compartilhe



⁸⁶ Notícia publicada em 14 de dezembro de 2016, disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/ufgd-respeita-decreto-e-adota-nome-social-para-travestis-e-transexuais>. Acesso em: 01/11/2017

ANEXO 8 – NOTÍCIA 7⁸⁷

Mulher transexual é impedida de embarcar em aeroporto de SC ao usar nome social

Companhia aérea informou que nome registrado na passagem deve ser igual ao documento de identificação; decreto de 2010 autoriza uso de nome social



Por NSCTV

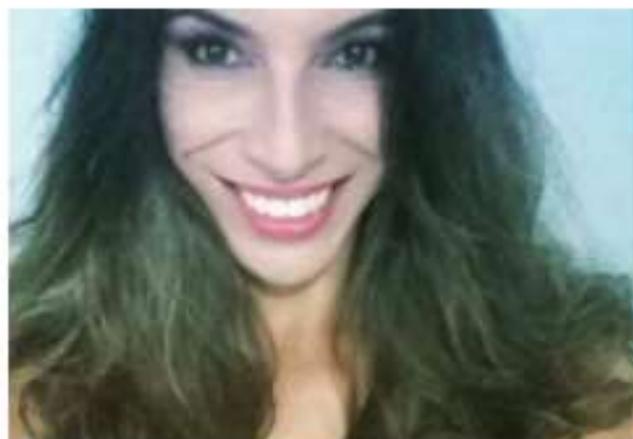
18/08/2017, 15h56 - Atualizado 19/08/2017, 19h19



▪ Trans é impedida de entrar em avião por utilizar nome social

Uma mulher transexual foi impedida de embarcar no Aeroporto Luiz Carneiro de Loyola, em **Joinville**, na manhã de quinta-feira (16), porque o nome social que constava na passagem aérea era diferente do nome presente nos documentos de identificação. Para viajar, Mariana Franco precisou comprar outra passagem e aguardar até às 15h para pegar o voo até São Paulo, onde fez conexão para Brasília.

"Foi uma humilhação, fui atizada de falidade ideológica, estou em choque. Eu cheguei às 7h e fui embarcar às 15h, fiquei o tempo todo no aeroporto, não recebi nenhuma assistência. Eu sou transexual, o mercado de trabalho para mim não é fácil, no aeroporto não tem nada barato. Então, foi um constrangimento enorme", disse.



▪ Mariana Franco foi barrada no aeroporto por usar nome social (Foto: Mariana Franco/Arquivo Pessoal)

Revolta

Mariana Franco, de 30 anos, é presidente da União LGBT de Jaraguá do Sul e vice-presidente da União Nacional LGBT de Santa Catarina. Ela foi a Brasília para participar da Conferência de Saúde da Mulher.

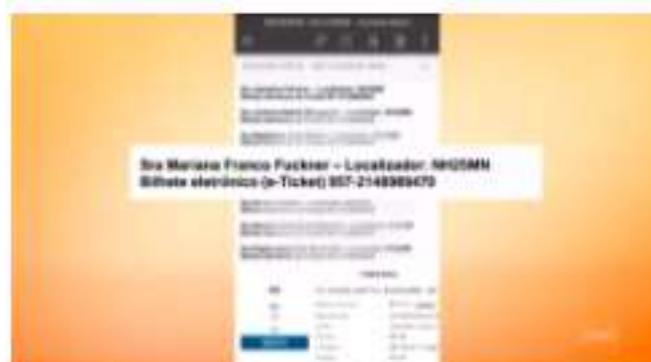
⁸⁷ Notícia publicada em 18 de agosto de 2017, disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/mulher-transexual-e-impedida-de-embarcar-em-aeroporto-de-sc-ao-usar-nome-social.ghtml> . Acesso em: 01/11/2017

"Eu costumo fazer palestra para até 300 pessoas sobre o uso do nome social e acontecia isso comigo. Fiquei bastante chateada, revoltada, não tive meus direitos reconhecidos", disse.

Aspecto legal

A advogada de Mariana, Julia Melim Borges, informou que notificará a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para que apresente uma resposta formal sobre o caso.

"Queremos saber quais orientações são passadas às companhias aéreas sobre o uso do nome social por passageiros e passageiros. Em razão do decreto 8727, de 2016, que reconhece a identidade de gênero das pessoas transsexuais e travestis e o uso do nome social por elas, entendo que o nome social deve ser respeitado, inclusive pela Latam. A companhia aérea será processada. Houve violação de direitos. É bem provável que a Anac venha a responder a ação judicial também, em razão do princípio da responsabilidade solidária", explicou.



* Passagem aérea foi emitida com o nome social de Mariana (Foto: Reprodução RBS TV)

Contraponto

Por e-mail, a Anac confirmou à NSC TV que o nome fornecido no momento da compra da passagem deve ser igual ao nome do documento de identificação do passageiro, mesmo nesse caso.

A Latam Airlines Brasil informou em nota que, "conforme determinação da Anac, para que o embarque possa ser realizado, é necessário que o bilhete seja compatível com o documento de viagem do passageiro. A diversidade faz parte da cultura da companhia, que atende qualquer pessoa com a mesma atenção, cuidado e respeito", declarou.

[JOBVILLE]

ANEXO 9 – NOTÍCIA 8⁸⁸

SÃO CARLOS E ARARAQUARA

Jovem trans é impedida de abrir crediário em loja com nome social: 'Humilhada', diz

Funcionária alegou que o sistema de comércio não autorizou o procedimento. Em nota, empresa afirmou que houve falha no processo.

Por Ana Marini*, do G1 São Carlos e Araraquara
11/05/2017 07h29 - Atualizado: 11/05/2017 13h46



* Jovem trans foi impedida de abrir crediário com o nome social (Foto: Leona Zanforlin/Arquivos Pessoal)

Uma mulher trans de São Carlos (SP) foi impedida de abrir um crediário utilizando seu nome social em uma loja de departamentos da cidade. Mesmo apresentando o RG, Leona Zanforlin não conseguiu dar continuidade ao procedimento. Uma das funcionárias alegou que o sistema da loja não aceitou o nome feminino da assinatura no documento e, no verso, o nome masculino. O caso repercutiu nas redes sociais. "Me senti humilhada", disse a jovem de 24 anos, que acredita ter sido vítima do crime de transfobia.

Em nota, a Pernambucanas informou que houve falha no processo de atendimento à cliente, já que a loja trabalha com o uso do nome social na confecção do cartão. Disse também que "irá fortalecer os treinamentos internos no que tange aos assuntos relacionados a gênero e diversidade".



* Mulher trans foi impedida de abrir crediário com nome social em São Carlos, SP

Polêmica

Leona contou que no último dia 24 de abril foi à loja, acompanhada de mãe, comprar dois roupões. No momento de efetuar o pagamento, uma funcionária ofereceu a abertura de um crediário e solicitou um documento com foto (veja no vídeo acima).

⁸⁸ Notícia publicada em 11 de maio de 2017, disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/jovem-trans-e-impedida-de-abrir-crediario-em-loja-com-nome-social-humilhada-diz.ghtml>. Acesso em: 01/11/2017

"Depois que pegou meu documento, ela alegou que não poderia ser feito o crédito pela questão da minha assinatura estar com o nome feminino e, no verso, o masculino. Só que meu RG foi emitido pela SSP [Secretaria de Segurança Pública]. Ela disse que é sistêmico, que o sistema da loja recusa", afirmou.

Segundo Leora, a funcionária ainda disse que não iria acertar-se com ela em outras grandes lojas. "Como se eu comprasse só em bazar de esquina ou em lojas de bairro, sendo que eu tenho cartão na Renner, na Riachuelo e na Marisa, que estão entre as maiores lojas de departamentos do Brasil", declarou.

A jovem gravou o áudio da discussão em seu celular e acionou a Polícia Militar para registrar um boletim de ocorrência. "Depois que a polícia chegou, ela me deu uma segunda opção, que era a de abrir o crédito manualmente, mas eu não aceitei pela questão de ser humilhação, do desrespeito", contou.



• Jovem mãe foi impedida de abrir crédito com nome social em São Carlos. (Foto: Juliana Zanforlin/Arquivo Pessoal)

Humilhação e preconceito

Leora registrou um boletim de ocorrência na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) porque para ela houve preconceito.

"A funcionária disse [que eu iria chamar a polícia], me tratou com desprezo. Ela não tentou em nenhum momento abrir a minha conta manualmente antes da chegada da PM, falou que eu estava nervosa, mas eu estava nervosa por direito. Toda hora elas arrancam, falavam afora", disse.

Apesar do constrangimento, a jovem deu continuidade na compra para ter a nota fiscal como "prova". Ela afirmou que irá fazer o possível para ter seus direitos garantidos. "Eu fiquei indignada porque eu nunca fui tratada da maneira como fui tratada dentro dessa loja e, por essas razões, eu vou processar, vou dar audiência, expor na internet. O que tiver que fazer, eu vou fazer", declarou.

Humilhação e preconceito

Leona registrou um boletim de ocorrência na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) porque para ela houve preconceito:

"A funcionária duvidou disso [que eu iria chamar a polícia], me tratou com desprezo. Ela não tentou em nenhum momento abrir a minha conta manualmente antes da chegada da PM, falou que eu estava nervosa, mas eu estava nervosa por direito. Toda hora elas erravam, falavam besteira", disse.

Apesar do constrangimento, a jovem deu continuidade na compra para ter a nota fiscal como "prova". Ela afirmou que irá fazer o possível para ter seus direitos garantidos: "Eu fiquei indignada porque eu nunca fui tratada da maneira como fui tratada dentro dessa loja e, por esse motivo, eu vou processar, vou dar entrevista, expor na internet. O que tiver que fazer, eu vou fazer", declarou.



• Nota fiscal da compra realizada por Leona (foto: Leona Zanlotin/Arquivo Pessoal)

Repercussão e apoio

Leona publicou um vídeo no Facebook denunciando o ocorrido, que já ultrapassou 2 mil visualizações. Além disso, afirmou estar recebendo apoio de conhecidos, amigos virtuais e pessoas trans.

A Lei estadual 10.548 de 2001 protege os cidadãos homossexuais, bissexuais ou transgêneros de discriminações sofridas em razão da orientação sexual. Além disso, existe um decreto federal (nº 8727/2016) que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais.

No âmbito municipal, desde 2014, existe em São Carlos um decreto (nº 112/2014) que dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração direta e indireta.

Além disso, a SSP reconhece o uso do nome social, que consta no RG de Leona.

ANEXO 10 – NOTÍCIA 9⁸⁹

JORNAL OPÇÃO
41 Anos

Busque aqui...
02/11/2017

Envie sua sugestão, foto ou vídeo para nossa redação:
52 9 9913-2027

Início | Edição da semana | Opção Diário | Editorial | Colunas | Bastidores

Entretenimento | Cultural | Reportagens | Tocantina Mala

/ Últimas notícias

Polêmica
Deputado goiano compara nome social a "apelido" e pede direito igual para heteros

20/07/2017 17h35 --- Por Matheus Monteiro --- Edição 2192

João Campos afirmou ainda que direito é "razoável" para transexuais, mas discriminatório se for autorizado para travestis



Foto: Reprodução

O deputado federal goiano João Campos (PRB), que é autor do projeto polêmico sobre a "cura gay", quer sustar o decreto que concede a travestis e transexuais o direito de serem identificadas pelo nome social nas entidades de administração pública federal. Ele e outros 26 parlamentares assinam o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 395/16.

Em entrevista ao **Jornal Opção**, João Campos disse que o nome social equivale ao apelido, logo o decreto é "discriminatório", por não contemplar todos os cidadãos. "Ao invés de ser inclusiva (o decreto), é excludente", declarou.

Segundo o deputado, o poder público, ao realizar algum procedimento, irá registrar apenas o nome social de travestis e transexuais. "Porque o cidadão heterossexual que tem um apelido não pode também registrar?", questionou.

O grande problema para o parlamentar é o acesso do direito aos travestis. "O travesti é questão de opção, é porque quer, logo, em relação a eles, é apenas opção, depois, é como se fosse um apelido", justificou.

Ao ser questionado sobre a orientação de gênero, porém, dos transexuais, o deputado admitiu a importância do novo decreto. "O transexual se submete a uma cirurgia, adequa-se à sua questão psicológica, emocional e ao seu organismo. É muito razoável que ele busque ter um nome que se ajuste também à essa sua realidade de vida", disse.

Os autores do projeto defendem ainda que a edição de decretos por parte do Poder Executivo deve ter como objetivo a "fidelização" das leis. Segundo a justificativa, matéria pertinente a nomes, sua alteração ou abreviação não deve ser tratada por decreto e sim em lei ordinária federal. "Isso fere a legislação que nós temos e a competência do próprio Poder Legislativo. Essa matéria não pode ser tratada por decreto ou resolução, só por lei", declarou o deputado.

O projeto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, em seguida, seguirá para o plenário.

Decreto

Editado em abril de 2016 pelo então presidente Dilma Rousseff, o Decreto 8.727/16 determina que registros, cadastros, fichas, formulários e prontuários de órgãos e entidades de administração pública federal tenham o campo "nome social" em destaque, acompanhado do nome civil, o qual só deverá ser utilizado para fins administrativos internos.

O decreto também proíbe o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.

INFORMAÇÃO E ANÁLISE DE QUALIDADE ONDE E QUANDO VOCÊ QUISER.

0201-0212



Jornal Opção

Assine nosso Feed

/ Facebook

Jornal Opção
36,621 likes

Be the first of your...



Assine por Email

Preencha seu email abaixo para receber atualizações diárias de nossos artigos

Nome

Email

Assinar!

/ Twitter

Tweets por @jornalopcao

Jornal Opção
@jornalopcao

Secretaria de Sérgio Moro
Voto n.º 102. RT @mora_0
do @opcao_essetl -
portal/14257414

Setar...

A. spo...

jornal...

Jornal Opção
@jornalopcao

Kazuo Ishiguro recebe
Prêmio Nobel de Literatura

Incorporar Ver no Twitter



⁸⁹ Notícia publicada em 20 de julho de 2017, disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/deputado-goiano-compara-nome-social-apelido-e-pede-direito-igual-para-heteros-100358/>. Acesso em: 01/11/2017

ANEXO 11 – NOTÍCIA 10⁹⁰

ESPIRITO SANTO

Mulher travesti discute com juíza e promotor para ter nome social respeitado em audiência no ES

Deborah Sabará é conselheira estadual de Direitos Humanos, participou de uma audiência na 1ª Vara Criminal de Vitória na quarta-feira (26). Ela relata que problema teria começado quando a juíza leu o nome de registro.

Facebook Twitter

Por Rafael Monteiro de Barros, CBN Vitória
 28/07/2017 21:41 | Atualizado em 28/07/2017 21:41

Um trecho do artigo 17 do decreto presidencial 8.722, de abril de 2016, diz que "a pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais".

Mesmo assim, a mulher travesti Deborah Sabará conta que precisou entrar em um debate com uma juíza e um promotor para que seu nome social constasse em um documento oficial durante uma audiência judicial no Espírito Santo.

Deborah, que é conselheira estadual de Direitos Humanos, participou de uma audiência na 1ª Vara Criminal de Vitória na última quarta-feira (26).

Segundo ela, o problema teria começado quando a juíza leu o nome de registro de Deborah que constava no processo:



Deborah Sabará é conselheira estadual de Direitos Humanos. (Foto: Arquten Pessoa)

"Quando ela começa a ler o processo, ela percebe o meu nome de registro e pergunta quem eu era. Eu disse: 'Eu sou Deborah, sou uma mulher travesti e esse é o meu nome social'. Ai, a juíza fala: 'Não, essa não é você, você é fulano de tal'. Depois, ela diz meu nome de registro. Eu retruquei e disse: 'Não, Excelência, eu sou Deborah Sabará e tenho esse direito', contou.

De acordo com Deborah, o promotor que participou da audiência concordava com a juíza. Depois de muito debate, ela conseguiu que o nome social fosse incluído no processo. No entanto, a conselheira estadual de Direitos Humanos disse que a situação foi lamentável.

"Eu me senti extremamente chateada, triste. Eu pensei em várias pessoas que, em algum momento, poderiam estar se cogendo algum direito sem ter o reconhecimento que eu tenho", comentou.

Outro lado

O Tribunal de Justiça foi procurado para comentar o caso e informou que o judiciário reconhece o nome social e que o nome de Deborah foi reconhecido.

A nota acrescenta que não houve nada de mais na audiência, mas foi necessário solicitar o nome de registro de Deborah, porque nos documentos constava o nome social dela.

O Ministério Público Estadual também foi demandado para comentar o caso, mas não respondeu até o fechamento desta matéria.

⁹⁰ Notícia publicada em 28 de julho de 2017, disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/mulher-travesti-discute-com-juíza-e-promotor-para-ter-nome-social-respeitado-em-audiencia-no-es.ghtml>. Acesso em: 01/11/2017